



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

OSÉIAS TEIXEIRA DA SILVA

O ponto de ruptura: reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

São Paulo
2016

Oséias Teixeira da Silva

O ponto de ruptura: reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.
Orientadora: Prof. Dr^a Sandra Lencioni

**São Paulo
2016**

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S 586p Silva, Oséias Teixeira da
O ponto de ruptura: reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro. / Oséias Teixeira da Silva ; orientadora Sandra Lencioni. - São Paulo, 2016.
363 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Dispersão metropolitana. 2. Reconfiguração da centralidade metropolitana. 3. Reestruturação espacial. 4. Metropolização. I. Lencioni, Sandra, orient. II. Título.

Nome: SILVA, Oséias Teixeira da

Título: A reestruturação da região metropolitana do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Para a obtenção do título de Doutor

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Dedico essa tese ao meu querido filho Arthur, que nasceu há três anos quando essa tese ainda era nada mais do que um projeto. Espero ardentemente que quando ele tiver idade para ler essa obra, estaremos num país mais justo e igualitário.

Agradecimentos

Em tão poucas linhas é difícil lembrar e agradecer com a correção necessária a todos os que contribuíram de uma forma ou de outra para a minha trajetória acadêmica em geral e para a realização desse trabalho de pesquisa em particular. Agradeço em primeiro lugar a minha família e em especial a minha amada esposa Josse, pela dedicação e carinho, e pela compreensão em todos os muitos momentos de ausência necessários para a realização desse trabalho. Em segundo lugar agradeço a todos os professores que ao longo da minha trajetória desde a graduação, passando pelo mestrado e pelo doutorado, contribuíram decisivamente para a minha formação acadêmica. A três deles em especial o meu carinho: Floriano Godinho de Oliveira, meu orientador na graduação, que me mostrou de fato o significado de uma pesquisa científica e geográfica e me incentivou a continuar na carreira acadêmica; William Ribeiro, que me ajudou a desenvolver uma pesquisa com mais autonomia e me mostrou toda uma bibliografia que desconhecia e que foi fundamental tanto para a realização da dissertação de mestrado quanto dessa tese de doutorado; Sandra Lencioni, minha orientadora no doutorado, que passei a admirar ainda mais ao conhecer pessoalmente, sendo que sempre levarei comigo a busca do rigor científico que caracteriza sua produção científica bem como sua orientação. Em terceiro lugar gostaria de agradecer as casas que me acolheram durante essa jornada: a Faculdade de Formação de Professores da UERJ durante a graduação; a Universidade Federal do Rio de Janeiro durante o mestrado; a Universidade de São Paulo durante o doutorado. Em todos esses locais aprendi um pouco sobre o significado de fazer pesquisa em geografia e de certa forma essa tese é resultado de toda essa trajetória.

RESUMO

SILVA, Oséias Teixeira da Silva. A reestruturação da região metropolitana do Rio de Janeiro. 363 folhas. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Nesse trabalho partimos da hipótese de que associado à recuperação econômica da região metropolitana do Rio de Janeiro em meados da década de 1990 estaria ocorrendo um processo de reestruturação espacial, marcado pela ocorrência da dispersão metropolitana e da reconfiguração da centralidade metropolitana. A dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana são vistas como facetas de um mesmo processo de reestruturação espacial que se desenvolve com ritmos diferenciados em diferentes regiões metropolitanas. A dispersão metropolitana significa o esgarçamento do tecido metropolitano, com a ampliação dos vazios entre as áreas efetivamente ocupadas e entre os extremos da região metropolitana, o que se dá a partir da produção de áreas urbanizadas descontínuas que conjugam enclaves e outras formas de urbanização como loteamentos populares e conjuntos habitacionais. A reconfiguração da centralidade metropolitana representa a transição de uma estrutura monocêntrica para uma estrutura policêntrica de centros, que se dá à medida que alguns municípios metropolitanos ampliam o grau de concentração de funções centrais além de passar a concentrar algumas funções anteriormente somente encontradas na metrópole. Ambas as facetas da reestruturação espacial na atualidade apontam para uma forma de produção do espaço mais dispersa, fragmentada e articulada em escala regional. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, região essa marcada por uma extrema concentração de população e atividades econômicas na metrópole, a reestruturação espacial se evidencia a partir de um ponto de ruptura nas tendências seculares de concentração econômica e populacional na metrópole.

Palavras-chave: dispersão metropolitana; reconfiguração da centralidade metropolitana; reestruturação espacial.

Abstract.

In this work, we start from the hypothesis that associated with the economic recovery in the mid-1990s was occurring a restructuring process, marked by the occurrence of metropolitan dispersion and reconfiguration of metropolitan centrality. The metropolitan dispersion and reconfiguration of metropolitan centrality are seen as facets of the same spatial restructuring process that develops at different paces in different metropolitan regions. The metropolitan dispersion means the fraying of the metropolitan urban area, with the expansion of the voids between the effectively occupied areas and between the extremes of the metropolitan region, what happens from the production of discontinuous urban areas that combine enclaves and another form of urbanization like popular allotments and housing states. The reconfiguration of metropolitan centrality represents the transition from a monocentric structure to a polycentric structure of centers, that's happen according as some metropolitan municipalities extend the degree of concentration of central functions besides passing to concentrate some central functions previously only found in the metropolis. Both facets of present spatial restructuring point to a form of production of space more dispersed, fragmented and articulated on a regional scale. In the metropolitan region of Rio de Janeiro, region marked by an extreme concentration of population and economic activities in the metropolis, the spatial restructuring is evidenced from of a breaking point in the secular trends of economic and population concentration in the metropolis.

Keywords: metropolitan dispersion; reconfiguration of metropolitan centrality; spatial restructuring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Arcabouço teórico-conceitual do trabalho.....	30
Figura 2: Esquema de evolução da região metropolitana compacta.....	135
Figura 3: Imagem original e área urbanizada com indicação de eixos de expansão territorial, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1990.....	173
Figura 4: Imagem original e área urbanizada com seus eixos de expansão territorial, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000.....	175
Figura 5: Imagem original e área urbanizada e seus eixos de expansão territorial, Região metropolitana, 2011.....	178
Figura 6: Modelo de hierarquia entre lugares centrais.....	223
Figura 7: Modelo de hierarquia da centralidade metropolitana.....	227
Figura 8: Esquema da hierarquia em uma região metropolitana monocêntrica.....	235
Figura 9: Esquema de ampliação do preço da terra a partir dos centros e subcentros dentro de uma região.....	243
Figura 10: possíveis relações entre a cidade central e os subúrbios nos EUA.....	281

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos principais investimentos, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2013.....	26
Mapa 2: Abrangência espacial da estrada de ferro Central do Brasil, 1898.....	66
Mapa 3: Localização da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.....	76
Mapa 4: variação na participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991 e 2010.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de empregos na indústria de transformação, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 – 1995.....	83
Tabela 2: Total de empregados no setor de Comércio e Serviços, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 – 1995.....	85
Tabela 3: População total e taxa de crescimento, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.....	88
Tabela 4: Variação da participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.....	90
Tabela 5: Variação no valor adicionado bruto na indústria, PIB e volume de emprego, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e município do Rio de Janeiro, 1999-2010.....	96
Tabela 6: Valor adicionado bruto na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010.....	111
Tabela 7: Número de empregos na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995-2011.....	112
Tabela 8: Total de empregados no setor de Comércio e Serviços* , Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1995 – 2011.....	115
Tabela 9: População residente total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991 – 2010.....	117
Tabela 10: participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991-2010.....	122
Tabela 11: Relação entre a população do município do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro e do restante do estado, 1940 – 2010.....	131
Tabela 12: Unidades locais, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2012.....	181
Tabela 13: Participação no total de unidades locais na indústria, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2011.....	184
Tabela 14: Unidades locais, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2011.....	185
Tabela 15: número unidades locais publicidade, Município do Rio de Janeiro e o conjunto dos demais municípios metropolitanos, 2000 – 2011.....	191

Tabela 16 : Número unidades locais cabeleireiros e outros tratamentos de beleza, Município do Rio de Janeiro e o conjunto dos demais municípios metropolitanos, 2000 – 2011.....	191
Tabela 17: Unidades locais industria da Construção Civil, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2011.....	193
Tabela 18: Unidades locais, comércio e serviços Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985.....	238
Tabela 19: Número de agências bancárias e participação no total de agências, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991-2010.....	293
Tabela 20: Participação no número de cursos de graduação, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995- 2010.....	297
Tabela 21: Evolução do número de shopping centers e número de lojas em 2014, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1980 – 2014.....	300
Tabela 22: Participação no total de unidades locais, comércio e serviços Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 e 2010 (Parte 1).....	302
Tabela 23: Participação no total de unidades locais, comércio e serviços Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 e 2010 (Parte 2).....	308
Tabela 24: Número de categorias de atividades de comércio e serviços, por grandes grupos de atividades, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000.....	314
Tabela 25: Número de categorias de atividades de comércio e serviços , por grandes grupos de atividades, e média de unidades, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.....	316
Tabela 26: Saída de pessoas, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010.....	319
Tabela 27: Entrada de pessoas, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010.....	322
Tabela 28: Matriz de movimento de cargas com origem em municípios da Região metropolitana do Rio de Janeiro, em toneladas ano, 2011.....	325
Tabela 29: Matriz de movimento de cargas com destino a municípios da Região metropolitana do Rio de Janeiro, em toneladas ano, 2011.....	328

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Investimentos anunciados, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010-2012.....	98
Quadro 2: Investimentos anunciados, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2012-2014.....	101
Quadro 3: Investimentos anunciados, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2014 – 2016.....	103
Quadro 4: Principais referências no debate sobre novas formas metropolitanas.....	154
Quadro 5: principais tradições escalares na discussão sobre centro e centralidade	
Quadro 6: forma dos centros na edge city e na edgeles city.....	220
Quadro 7: Indicadores utilizados para a identificação da policentralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro.....	290

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A.

PROSUB – Projeto Submarino Nuclear.

CBD – Central Bussines District.

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais.

IPEADATA – Banco de dados do IPEA.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Cempre – Cadastro Central de Empresas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

BRT – Buss Rapid Transit.

VLT – Veículo leve sobre trilhos.

SUMÁRIO

Apresentação.....	17
Introdução.....	18

PARTE 1: ECONOMIA E METROPOLIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO.

1. A metropolização do Rio de Janeiro.....	35
1.0.1. O processo de metropolização.....	36
1.0.2. Estruturas formas e funções e o processo de reestruturação espacial.....	50
1.1. O processo de industrialização e a constituição da região metropolitana.....	64
1.2. A crise econômica e metropolitana no Rio de Janeiro na década de 1980.....	76
1.3. A recuperação econômica e industrial a partir do final dos anos 1990 e a reestruturação espacial.....	90
1.3.1. Análise dos investimentos recebidos pela região metropolitana do Rio de Janeiro.....	97
1.2.2. Alguns apontamentos sobre transformações espaciais associadas aos investimentos recebidos.....	100

PARTE 2: A DISPERSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

2. O desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como região compacta.....	131
2.1. A transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro em uma região metropolitana dispersa.....	142
2.1.1. Dispersão e concentração na região metropolitana compacta e dispersa.....	142
2.1.2. Estruturas, formas e funções espaciais na região metropolitana compacta e dispersa.....	152
2.1.3. Dispersão metropolitana: discussão de aspectos relevantes a partir da literatura sobre a temática.....	154
2.1.4. Dispersão espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.....	172

PARTE 3: A RECONFIGURAÇÃO DA CENTRALIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

3.	O desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como região monocêntrica.....	203
3.0.1.	Centro e centralidade.....	203
3.0.2.	As duas grandes tradições escalares no estudo do centro e da centralidade.....	219
3.0.3.	As características da monocentralidade.....	233
3.1.	A transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro em uma região policêntrica.....	251
3.1.1.	A concepção de policentralidade.....	251
3.1.2.	Estruturas, formas e funções espaciais na região metropolitana policêntrica.....	265
3.1.3.	Alguns apontamentos sobre aspectos relevantes da policentralidade a partir da literatura sobre a temática.....	267
3.1.4.	A policentralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro.....	290

PARTE 4: O PONTO DE RUPTURA E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

4.	O ponto de ruptura: a reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.....	338
	Considerações finais.....	356

APRESENTAÇÃO

Iniciar um trabalho científico é sempre uma tarefa difícil, justamente pela dificuldade de saber por onde começar. Uma das melhores formas de se fazer isso pode ser explicar porque a escolha de se pesquisar aquilo que está na tese e não qualquer outra coisa. Essa tese nasce da pesquisa realizada em minha dissertação de mestrado. Nessa dissertação eu buscava compreender a relação entre a centralidade urbana e ação dos promotores imobiliários. Ao longo das leituras para realização dessa pesquisa questões sobre a dispersão metropolitana a policentralidade e a reestruturação espacial estiveram sempre presentes embora não fosse o foco principal da pesquisa. Em especial chamou minha atenção, enquanto pesquisador, uma bibliografia basicamente anglo-americana que discutia o processo de reestruturação espacial a partir da formação de região metropolitana policêntrica.

Dentro dessa literatura poderíamos encontrar basicamente duas grandes correntes: uma corrente, comumente denominada de Escola de Los Angeles, com autores que, de forma geral, associavam a reestruturação espacial a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho; outra corrente, que tinha um corte fortemente neoclássico e associava as mudanças metropolitanas às transformações tecnológicas, em especial no campo dos transportes e das telecomunicações. Apesar dessas diferenças, ambas as correntes chamavam a atenção para as extraordinárias transformações nas regiões metropolitanas dos EUA e da Europa, e de outras partes do mundo e associavam essas mudanças à globalização e as transformações no sistema produtivo. É a partir da leitura dessa bibliografia, e também das pesquisas que discutiam a reestruturação espacial no Brasil, que resolvi discutir o processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A região metropolitana do Rio de Janeiro se constitui a partir de um processo de expansão territorial metropolitana e integração espacial de novas áreas a dinâmica metropolitana. A expansão territorial, que se intensifica nessa região a partir da década de 1930, está diretamente relacionada à produção de loteamentos populares autoconstruídos voltados a moradores de baixa renda, moradores esses atraídos pelas oportunidades de trabalho nas fábricas que iam se instalando ao longo das principais vias de transporte e também nas atividades terciárias que se concentravam na metrópole. Como demonstra Abreu (2006), esta expansão territorial é inicialmente orientada pelas ferrovias, em especial a Central do Brasil, e num momento posterior pelas rodovias, em especial, a Avenida Brasil que tem sua continuação na via Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

A Avenida Brasil e a Via Dutra, conformam um importante eixo de expansão territorial e integração espacial, que permitiu a inclusão de boa parte da área conhecida como baixada fluminense a dinâmica metropolitana. Outro eixo de expansão se direciona para a parte leste da região metropolitana, tendo características semelhantes ao primeiro eixo em termos de formas de ocupação e atividades econômicas. Há ainda um terceiro eixo que se desenvolve na parte sul da cidade do Rio de Janeiro e que tem características bem distintas: além de mais restrito em termos de abrangência espacial, a ocupação das áreas desse eixo está relacionado à produção de moradias para as classes média e média alta da região metropolitana.

O processo de metropolização, portanto, tem como uma de suas características a contínua expansão territorial e integração espacial, sendo que a expansão territorial se refere à expansão do tecido urbano metropolitano, que pode se dar em múltiplas direções e que normalmente é orientado pelas principais vias de transporte enquanto a integração espacial se refere à integração de áreas a dinâmica metropolitana a partir dos mais variados fluxos que se estabelecem entre os locais que compõem a região metropolitana. A expansão territorial e a integração espacial permitem compreender a transformação de uma área urbana em região metropolitana que ocorre a partir de um processo de metropolização, processo este que não se confunde com a delimitação de regiões metropolitanas

institucionalizadas, tarefa realizada atualmente pelos estados federados. Segundo Balbim (1994, p 152):

A metropolização consiste em um processo de integração do território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum. A metropolização expressa, portanto, a concentração de pessoas, investimentos, atividades e poder em uma cidade – ampliada ou em ampliação – que pode comandar um território maior do que a cidade núcleo e desempenhar papéis de comando e de poder importantes no ordenamento regional e no território nacional, constituindo nós de uma rede de cidades que pode, em uma perspectiva ampliada, inserir-se na própria hierarquia da rede mundial de cidades.

A metropolização, portanto, está diretamente relacionada com a expansão territorial e integração espacial, que significa ao mesmo tempo a integração de novas áreas à dinâmica metropolitana assim como a consolidação das funções da cidade núcleo. Portanto, expansão territorial e integração espacial estão diretamente relacionadas à concentração de pessoas, de investimentos e de poder em uma área em formação, a região metropolitana, que passa a funcionar como uma única área urbana, mesmo considerando a grande heterogeneidade dos locais que compõem essa região.

A expansão metropolitana, materializada na expansão territorial e na integração espacial, está diretamente relacionada a mudanças qualitativas advindas diretamente dessa expansão. À medida que a expansão territorial e a integração espacial ocorrem, mudanças qualitativas são percebidas no espaço que se configura como região metropolitana, as quais se referem diretamente à criação e transformação das estruturas, formas e funções espaciais. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que a região metropolitana se constitui ao mesmo tempo e a partir da produção de estruturas, formas e funções espaciais.

Em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro a produção dessas estruturas, formas e funções espaciais está diretamente associada à função política exercida pela cidade do Rio de Janeiro, e ao processo de industrialização que se conforma nessa região. Tanto a função política quanto o processo de industrialização, gera demandas por novas áreas dentro do espaço metropolitano em formação, o que estimula a produção do espaço metropolitano como um todo.

Assim se configura um espaço metropolitano em constante crescimento que se expande na direção oeste incorporando municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu e na direção leste incorporando os municípios de Niterói, São Gonçalo

e posteriormente Itaboraí. À medida que esta expansão territorial e integração espacial se intensificam ao longo da primeira metade do século XX, temos profundas transformações qualitativas nesse espaço que se configura como metropolitano. Um exemplo dessas transformações é descrito em Santos (1986) com relação a São Gonçalo. O antigo município aristocrático com seu passado ligado a produção de café e posteriormente laranja, é a partir da década de 1950, transformado em uma enorme área de expansão metropolitana constituída por loteamentos populares oriundos do retalhamento das antigas fazendas. Segundo Santos (1986, p 105):

É difícil encontrar quem assuma responsabilidade política pelo que aconteceu em São Gonçalo. A idílica imagem de um centro urbano florescente foi sacudida por um furacão cujas origens eram externas. Ninguém a nível local poderia detê-lo. Naquela ocasião não havia sequer quem procurasse entender o que estava se passando e buscasse desempenhar um papel menos passivo.

A partir desse exemplo, compreendemos a metropolização como um amplo processo de transformações socioespaciais que se acumulam em uma determinada área, ao longo de um período de tempo. A metropolização envolve inúmeras mudanças relacionadas, por exemplo, à expansão territorial, refuncionalização de algumas áreas, expansão e surgimento de novas estruturas, surgimento de novas formas e refuncionalização de formas antigas, etc. Em alguns momentos tais mudanças se acumulam com tal intensidade que podem ser compreendidos como momentos de reestruturação.

Um momento de reestruturação é marcado por amplas transformações nas estruturas, formas e funções espaciais, sendo, portanto, um período de ruptura, de mudança na forma de produção do espaço metropolitano. Portanto, a reestruturação se refere a um momento, que apresenta marcadas características de ruptura, inserido dentro de um processo de metropolização. Abreu (2006) chama a atenção para a importância que as ferrovias, em especial a Central do Brasil e Estrada de Ferro Leopoldina tiveram em um primeiro momento de reestruturação¹ da área que viria a se constituir em região metropolitana, à medida que ao permitirem o deslocamento de mercadorias e pessoas facilitaram a ocupação das áreas próximas a essas ferrovias.

¹ Neste trabalho não pretendemos analisar de forma detalhada os diferentes momentos de reestruturação da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nosso foco estará no mais recente momento de reestruturação espacial a partir da década de 1990.

Estruturas são compreendidas como totalidades abertas formadas por um conjunto de elementos que mantêm relações entre si, e que estão em constante transformação. As formas, por outro lado, remetem ao aspecto morfológico de algum objeto, fenômeno ou processo, sendo que as formas possuem um conteúdo que se relaciona com a maneira como ela é utilizada pela sociedade bem como aos preços que se atribuem a essa forma. A função remete a atribuição social dada a algum objeto e como tal revela o motivo de sua existência no presente.

A reestruturação espacial implica não apenas em transformações nas estruturas como também nas formas e funções espaciais, as quais devem ser analisadas conjuntamente para a compreensão do processo de reestruturação. Reestruturação espacial que é apenas um momento do processo de metropolização, mas que, quando considerado em si mesmo, é também um processo, embora se desenvolva em um horizonte temporal menor do que a metropolização e indique uma ruptura nesse processo. O objetivo deste trabalho é justamente compreender as características do mais recente momento de reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro, que ocorre a partir da segunda metade da década de 1990.

Para alcançar tal objetivo buscamos compreender a diferenciação interna da região metropolitana da seguinte forma: metrópole corresponde ao núcleo metropolitano e também geralmente a cidade a partir do qual se iniciou o processo de metropolização; a área metropolitana corresponde ao tecido conurbado resultante da expansão territorial metropolitana; região metropolitana corresponde à área efetivamente integrada e que possui uma dinâmica socioeconômica comum dada a partir dos mais diferentes tipos de fluxos. A região metropolitana, como instrumento analítico é a referência principal do trabalho, uma vez que o processo de reestruturação afeta essa região como um todo, embora de forma desigual.

Outro aspecto importante para o trabalho refere-se à delimitação da região metropolitana, ou seja, definir o conjunto de municípios que fazem parte dessa região. Existem algumas definições de regionalização para a região metropolitana do Rio de Janeiro, com objetivos e problemas específicos, dentre elas podemos destacar: a região metropolitana institucionalizada pelo Estado do Rio de Janeiro; a Mesorregião do IBGE e a delimitação realizada pelo trabalho do IPEA (2013).

A região metropolitana institucionalizada pelo governo estadual apresenta problemas para ser utilizada como base para a pesquisa, uma vez que a dinâmica de inserção ou exclusão de municípios nas regiões metropolitanas institucionalizadas pelos estados federados depende muito mais dos interesses políticos locais do que de uma efetiva integração a aglomeração metropolitana. Isto significa que a inserção ou exclusão de um município dentro dessa regionalização não está diretamente relacionada à dinâmica da região metropolitana.

Dentro da divisão regional formulada pelo IBGE, temos a Messorregião metropolitana do Rio de Janeiro, composta por 34 municípios. Esta região foi delimitada a partir de aspectos relacionados à evolução histórica e semelhanças paisagísticas encontradas nessa área. Tais critérios, relativos à definição de uma região homogênea, não se adéquam muito bem aos objetivos do presente trabalho uma vez que o que nos interessa principalmente são os contornos espaciais da área em que ocorre uma efetiva integração econômica e populacional a partir dos fluxos metropolitanos, sendo que os critérios utilizados nessa classificação não contemplam esses objetivos. A delimitação de uma região homogênea busca regionalizar o espaço através de semelhanças paisagísticas e históricas, sendo que o que nos interessa é principalmente a integração espacial dada pelos fluxos, entre diferentes locais que compõem a região metropolitana, mesmo que estes não tenham semelhanças paisagísticas ou históricas.

Nessa tese utilizaremos a delimitação da região metropolitana do Rio de Janeiro feita a partir do trabalho de IPEA (2013). Nesse trabalho, busca-se atualizar o estudo de Galvão (1969) que serviu de base para a delimitação das regiões metropolitanas pelo governo militar. A partir de dados de tamanho populacional, presença de atividades urbanas, densidade demográfica e deslocamentos pendulares, os autores delimitam as regiões metropolitanas brasileiras. Tal definição se relaciona com a ideia de uma região polarizada, na qual uma cidade, no caso a metrópole, polariza uma grande área a partir dos fluxos que se estabelecem no interior dessa região.

Portanto nessa regionalização os critérios utilizados estão voltados para identificar a integração espacial dos municípios que compõem uma região metropolitana e neste sentido se alinham com os objetivos do trabalho. A partir dos critérios acima citados são delimitadas as regiões metropolitanas brasileiras

incluindo a região metropolitana do Rio de Janeiro na qual se incluem 19 municípios são eles: Rio de Janeiro; Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí; Itaguaí; Japeri; Magé; Mangaratiba; Maricá; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Queimados; São Gonçalo; São João de Meriti; Seropédica; Tanguá.

Tal regionalização foi escolhida, portanto, por focar em critérios relacionados à integração espacial metropolitana, já que o principal objetivo do trabalho acima citado é definir os contornos das aglomerações metropolitanas brasileiras, buscando, portanto, delimitar as regiões metropolitanas a partir de sua dinâmica integrativa. Nesse sentido tal delimitação é aquela que melhor se adéqua aos objetivos da tese, uma vez que para a compreensão da reestruturação precisamos partir de uma regionalização que priorize a integração espacial uma vez que todas as áreas integradas à dinâmica metropolitana sofrem os efeitos do processo de reestruturação.

A região metropolitana do Rio de Janeiro tem sua formação associada diretamente à dinâmica econômica da cidade do Rio de Janeiro, principalmente pelo fato desta cidade ter sido a sede do poder central no Brasil, desde o período colonial até a década de 1960, e também devido ao processo de industrialização que se desenvolve nessa cidade e depois se expande em direção a outros municípios que irão integrar a região metropolitana. Como sede do poder central a cidade do Rio de Janeiro recebeu uma grande quantidade de investimentos públicos que foram fundamentais para a consolidação da metrópole. Por outro lado a industrialização levou a uma grande concentração de atividades econômicas e de população na área que viria a se conformar na região metropolitana.

A crise do modelo de industrialização brasileira nos anos 1980 levou a uma grave crise econômica e metropolitana no Rio de Janeiro. De certa forma a crise econômica expôs a fragilidade da economia da região metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro. Entre os aspectos dessa fragilidade podemos citar a falta de competitividade da indústria da região metropolitana, que se manifesta ao longo do século XX, conforme o Rio de Janeiro deixa de ser o principal centro industrial do país e a grande dependência da economia fluminense e da região metropolitana dos investimentos públicos. Num contexto de crise nacional, a escassez de investimentos públicos e o acirramento da competição entre os estados brasileiros conduziu a região metropolitana a uma grave crise.

Como consequência da crise econômica, temos uma crise metropolitana, que se manifesta naquilo que RIBEIRO (1996) denominou desindustrialização regressiva, ou seja, um processo de desindustrialização perverso, que resulta em fechamento de setores industriais inteiros, redução geral do nível de renda dos trabalhadores, e aumento generalizado de formas precárias de trabalho, em especial o denominado um setor informal, fortemente ligado às necessidades de sobrevivência da população e com escassas capacidades de acumulação de capital. Os dados de emprego industrial na cidade do Rio de Janeiro podem dar uma dimensão dessa crise. A cidade do Rio de Janeiro é a que possui o maior volume de empregos formais na indústria, dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo esse setor o mais afetado pela crise econômica metropolitana. Segundo os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, na cidade do Rio de Janeiro entre 1985 e 1995 foram perdidos mais de 100.000 empregos formais na indústria, enquanto em 1985 existiam 358.066 empregados na indústria em 1995 este número cai para 251.654 empregados.

Este quadro de crise metropolitana começa a se reverter, pelo menos parcialmente, a partir da segunda metade da década de 1990, período marcado por uma série de grandes investimentos recebidos pela região metropolitana, que implicam em uma recuperação econômica, que está relacionada, segundo a nossa hipótese, a reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro, que se evidencia pela intensificação da dispersão metropolitana e pela reconfiguração da centralidade metropolitana. No entanto esta recuperação não está inicialmente relacionada com um aumento do número de empregados na indústria, isto porque os novos investimentos industriais que essa região passa a receber nesse período se dão em um novo patamar tecnológico e organizacional associado ao processo de reestruturação produtiva e assim essas atividades passam a empregar menos força de trabalho por unidade de produção. Mesmo assim notamos uma recuperação no volume de empregos formais na indústria e em outros setores, o que está certamente associado à recuperação econômica.

Entre 1995 e 2003 temos uma seguida redução do número de empregados na indústria e a partir desse ano notamos uma recuperação. Enquanto em 2003 haviam 171.467 empregados na indústria na cidade do Rio de Janeiro em 2011 passamos a ter 246.152 empregados na indústria. Como cada unidade industrial tende a ter um

número menor de trabalhadores, o aumento do número de empregados na indústria deve estar relacionado ao surgimento de novas unidades industriais, o que certamente é um indício da recuperação.

Entre os principais investimentos recebidos nesse período podemos destacar, pelo volume de recursos envolvidos e importância estratégica: a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj; o projeto de renovação portuária denominado Porto Maravilha; e a construção do Arco Metropolitano. O Comperj é um complexo petroquímico que está sendo construído no município de Itaboraí, município da parte leste da região metropolitana, que tem grande potencial de atração de empresas de segunda e terceira geração conformando um complexo regional com fortes impactos urbanos, entre eles um forte processo de ampliação dos preços da terra no município de Itaboraí.

O projeto Porto Maravilha é um projeto de renovação da área portuária da cidade do Rio de Janeiro, que pretende remodelar completamente a paisagem dessa área a partir de uma série de investimentos residenciais, comerciais, bem como a instalação de museus e outros estabelecimentos culturais, com o objetivo de tornar essa área um local voltado ao consumo de classe média e para a realização de atividades culturais, o que implica em um forte processo de ampliação do preço da terra nessa área.

Já o arco metropolitano é um projeto de construção de um arco viário contornando a baía de Guanabara e interligando as principais rodovias federais que confluem para a cidade do Rio de Janeiro, permitindo a ligação com as principais regiões do país. O arco permite, portanto, o acesso a importantes rodovias sem a necessidade de passar pelo núcleo metropolitano, o que implica em importantes mudanças na logística de transporte de mercadorias na região metropolitana e para além dessa região. Esses e outros grandes investimentos recebidos pela região metropolitana do Rio de Janeiro tem forte potencial de transformação das estruturas, formas e funções espaciais, culminando, portanto, em um processo de reestruturação espacial nessa região. O mapa 1 apresenta a localização desses e de outros investimentos na região metropolitana do Rio de Janeiro, a linha em azul corresponde ao traçado do arco metropolitano.

Mapa 1: Localização dos principais investimentos, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2013



Fonte: Firjan, Relatório decisão Rio 2010-2012

A partir do mapa podemos perceber o arco como um novo eixo de expansão metropolitana associando diretamente o Comperj ao porto de Itaguaí e possibilitando uma série de novos investimentos ao longo desse eixo. Tais investimentos estão fortemente direcionados à indústria de base bem como a produção de commodities. Por outro lado o Porto Maravilha se relaciona com um projeto de consolidação da cidade do Rio de Janeiro como um polo de atividades terciárias e de consumo no contexto da competição em um “mercado mundial de cidades” (Vainer, 2000, p 55).

Nesse sentido o objetivo do trabalho é analisar o processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade da década de 1990, assumindo, portanto, que existe uma relação direta entre a recuperação econômica da região metropolitana que ocorre neste período, os investimentos recebidos e o processo de reestruturação que se manifesta nessa região. Este processo será interpretado a partir da análise da dispersão do tecido metropolitano e da reconfiguração da centralidade metropolitana na direção do policentrismo, duas das mais importantes características do processo de reestruturação espacial na atualidade.

Acreditamos que este mais recente momento de reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro, está associado à recuperação da economia metropolitana, basicamente pelo seguinte: associado e motivando essa recuperação estão uma série de grandes investimentos, que serão detalhados ao longo do

trabalho, e que tem um forte potencial de transformar o espaço metropolitano do Rio de Janeiro, sendo portando motivadores de um processo de reestruturação espacial.

Buscaremos compreender esse processo na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de dois elementos do processo de reestruturação espacial das regiões metropolitanas na atualidade: a dispersão metropolitana e a reconfiguração dos centros metropolitanos. A dispersão metropolitana consiste no esgarçamento do tecido metropolitano, com o aumento do tamanho da área ligada à dinâmica metropolitana, intensificação dos fluxos intrametropolitanos e aumento dos vazios entre as áreas ocupadas, bem como redução das densidades demográficas. Este processo aponta para constituição de uma região metropolitana dispersa em contraposição a região metropolitana compacta do passado.

Por outro lado a reconfiguração da centralidade metropolitana se refere a modificações nas características dos centros metropolitanos fora da metrópole, que passam a ser importantes focos de concentração de comércio e serviços, levando ao surgimento de uma estrutura policêntrica, o que tem entre outras consequências o aumento da retenção da força de trabalho em alguns municípios metropolitanos que se configuram como centros secundários. Portanto, quando falamos em reconfiguração da centralidade metropolitana, nos referimos a uma situação em que centros fora da metrópole passam a ter uma renovada importância, contrabalançando a centralidade da metrópole, que ao mesmo tempo também passa por modificações.

Por centralidade, compreendemos a capacidade de polarização, ou seja, atração de pessoas e atividades econômicas exercidas por uma área determinada, o centro, a partir de sua configuração material. Tal perspectiva remonta ao trabalho de Christaller (1933), tendo sido amplamente desenvolvida posteriormente, e tem sido trabalhada em duas perspectivas escalares: na escala intraurbano e na escala interurbana ou da rede urbana. Segundo Correa (2011) a escala da região metropolitana seria uma escala intermediária entre essas duas outras. Neste trabalho, consideramos cada município integrante da região metropolitana como um centro, e neste sentido compreendemos como reconfiguração dos centros metropolitanos, a mudança no papel de alguns municípios integrantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, que passam a concentrar atividades terciárias que antes não eram encontradas nesses municípios.

A partir disso podemos definir o problema da pesquisa como segue: a recuperação econômica da área metropolitana, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1990, estaria associada a uma intensificação da dispersão do tecido metropolitano e a reconfiguração da centralidade metropolitana? E em que medida esses fenômenos e a intensidade deles, permitem indicar que a área metropolitana passa por um processo de reestruturação espacial?

A primeira pergunta, portanto remete a relação entre a recuperação econômica e a intensificação da dispersão do tecido metropolitano bem como a reconfiguração da centralidade metropolitana, ambos elementos do processo de reestruturação espacial contemporânea. Trata-se, portanto, de buscar compreender a relação entre a recuperação econômica da área metropolitana e seu processo de reestruturação, questão central do presente trabalho. O primeiro passo para isso é caracterizar a recuperação econômica e identificar os investimentos relacionados a esse processo.

Tais investimentos são importantes, já que eles possuem um grande potencial de trazer transformações ao espaço metropolitano, nesse sentido podemos compreendê-los como a ponte entre a recuperação econômica e a reestruturação do espaço metropolitano, justamente porque esses investimentos são consequência direta da recuperação econômica e estão fortemente ligados a reestruturação espacial da região metropolitana no Rio de Janeiro. Assim sendo tais investimentos representam o elo entre a recuperação econômica e a reestruturação espacial, bem como o motivo para associarmos diretamente tais processos.

A segunda questão remete diretamente a um problema qualitativo, ou seja, será que a intensidade dos fenômenos analisados, no caso a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana permite concluir pela existência de um processo de reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro? O cerne dessa questão reside no fato de que conforme discutido anteriormente, o espaço metropolitano é altamente dinâmico e nele as transformações são constantes, assim sendo quando podemos falar em reestruturação espacial já que mudanças são recorrentes no espaço metropolitano?

Como se vê esta é uma questão crucial tanto para o presente trabalho quanto para discussão teórica sobre reestruturação espacial. Primeiramente podemos afirmar que a reestruturação espacial se dá quando as mudanças nas estruturas,

formas e funções se concentram em uma região metropolitana, tanto temporalmente quanto espacialmente. Em segundo lugar, um processo de reestruturação implica numa mudança na forma de produção do espaço metropolitano, na sua lógica de organização, e nesse sentido se coloca como um momento de ruptura nessas formas de produção.

Nesse sentido a análise das questões nos direciona para a hipótese do trabalho, que é de que a recuperação econômica ocorrida a partir da segunda metade da década de 1990 na região metropolitana está diretamente associada ao aumento da dispersão metropolitana, e a reconfiguração da centralidade metropolitana. Assim a ocorrência desses fenômenos e a sua intensidade permitiriam afirmar que a área metropolitana do Rio de Janeiro passa por um intenso processo de reestruturação.

Dessa forma a hipótese se assenta na ideia de que os processos ocorridos na região metropolitana não envolvem simplesmente mudanças, mas um processo de reestruturação espacial, tanto pela concentração espacial e temporal das transformações tanto quanto pelo fato de há uma mudança na forma de produção do espaço metropolitano. O desafio para o trabalho, muito mais que inventariar as mudanças, catalogar os investimentos, é compreender o contexto dessas mudanças e também das permanências no sentido de avaliar a existência e as características do processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro. A figura 1 apresenta o encadeamento teórico conceitual do trabalho:

Figura 1: Arcabouço teórico-conceitual do trabalho



Fonte: Elaborado por Oséias Teixeira da Silva, 2016.

A referência mais ampla do trabalho é o processo de metropolização na região metropolitana do Rio de Janeiro. Como se trata de um processo de longa duração, obviamente a metropolização só pode ser uma referência geral uma vez que temos como foco apenas o período mais recente desse processo. Assim temos que o objetivo do trabalho se refere à compreensão do processo de reestruturação espacial, que é apenas um momento, mais recente, de um longo processo de metropolização. Para compreender a reestruturação iremos focar em dois elementos ou características que marcam esse processo na contemporaneidade: a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana. Essas características são parte do processo de reestruturação e em si mesmos processos. Buscamos, portanto compreender esses processos a partir das transformações que elas implicam nas estruturas, formas e funções espaciais.

O presente trabalho está dividido em quatro partes². Na primeira parte buscamos descrever a evolução da área metropolitana do Rio de Janeiro, com a intenção de compor um quadro que permita identificar de forma mais clara as mudanças atuais. Não é nosso objetivo realizar uma história ampla ou exaustiva dessa área, mas apenas delinear as características gerais do desenvolvimento metropolitano no Rio de Janeiro, identificando de forma sintética as mudanças e permanências de cada momento desse processo.

² No presente trabalho optamos por traduzir para o português todas as citações em língua estrangeira para não atrapalhar a fluência da leitura. Nesses casos colocaremos o texto original como nota de rodapé.

Para compreender essa evolução a dividimos em três grandes momentos que serão explorados nesse capítulo: o primeiro momento diz respeito à formação da região metropolitana; o segundo momento é o da crise no Estado e da região metropolitana do Rio de Janeiro que se desenrola ao longo da década de 1980; o terceiro momento é o da recuperação econômica a partir da segunda metade dos anos 1990. O objetivo principal dessa parte é analisar a relação entre o crescimento econômico e as mudanças na área metropolitana. Antes dos capítulos que descrevem a evolução histórica da região metropolitana, realizamos uma discussão geral sobre o processo de metropolização no capítulo 1, tendo como foco a região metropolitana do Rio de Janeiro e como ferramentas conceituais os conceitos de formas, funções e estruturas espaciais.

No capítulo 1.1 descrevemos a formação da área metropolitana do Rio de Janeiro, no contexto do processo de industrialização por substituição de importações e de integração nacional. Analisamos as características dessa formação e quais os legados que ela deixou para a compreensão da região metropolitana na atualidade. No capítulo 1.2 analisamos as consequências da crise econômica dos anos 1980 nas estruturas, formas e funções espaciais, ou em outras palavras, as transformações e modificações que se dão no espaço metropolitano a partir da crise. No capítulo 1.3 buscamos caracterizar o contexto de recuperação econômica no estado e na área metropolitana do Rio de Janeiro, tentando relacionar essa recuperação a possíveis transformações nas estruturas, formas e funções metropolitanas.

Se a parte I busca compreender o processo de metropolização do Rio de Janeiro, o restante do trabalho centra suas atenções no atual processo de reestruturação da região metropolitana do Rio de Janeiro. Na parte II, buscamos analisar o processo de dispersão metropolitana e suas consequências na região metropolitana do Rio de Janeiro. O primeiro passo para isso é analisar teoricamente a ideia de dispersão metropolitana e sua relação com a reestruturação espacial. Ou seja, temos que compreender o significado da dispersão metropolitana a partir do confronto com a concepção de região metropolitana compacta e porque esse fenômeno é um elemento da reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na parte III analisamos a reconfiguração da centralidade seguindo um caminho parecido com o percorrido na parte II. Inicialmente discutimos o significado da reconfiguração da centralidade metropolitana a partir da contraposição entre a concepção de uma região metropolitana monocêntrica e policêntrica. Num segundo momento buscamos relacionar esse processo com a dispersão metropolitana com o intuito de compreender em que medida esse fenômeno é um elemento da reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na parte IV buscamos analisar em conjunto as informações sobre a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana no sentido de compreender o processo de reestruturação espacial na região metropolitana Rio de Janeiro. Como elementos do processo de reestruturação, a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana são analisadas como partes de um mesmo processo. Assim, neste momento do trabalho, munidos das informações e análises feitas ao longo da pesquisa poderemos retomar a tese no sentido de respondê-la. Tendo a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana como elementos e instrumentos para a compreensão da realidade metropolitana, acreditamos que a análise desses elementos conduzirá a compreensão da reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA.

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. IPP. 2006. 156 pp.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- BALBIM, Renato Nunes; et all. Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. IPARDES: **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, n^o 82, 1994.
- CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern germany**. Prentice Hall: New Jersey, 1966.
- CORREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais escala e produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

GALVÃO, Marília Velloso; et all. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 31, n.4, out./dez. 1969. p.53-127.

IPEA. **Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critério da década de 1970**. Texto para discussão nº 1860: Rio de Janeiro, agosto de 2013.

RIBEIRO, Luis César Queiroz. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Anais do XX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu-MG, 1996.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1984.

Fonte de dados.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS**. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em 14/02/2013.

PARTE 1: ECONOMIA E METROPOLIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

1. A METROPOLIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

O processo de metropolização no Rio de Janeiro foi motivado fundamentalmente pelo papel político da cidade do Rio de Janeiro e pelo processo de industrialização que se desenvolveu nessa área e levou a uma intensa concentração de população e atividades econômicas possibilitando a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como núcleo a cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo a metrópole do Rio de Janeiro assume “um perfil de concentração de população e de atividades que caracterizou a cidade do Rio de Janeiro desde o passado colonial, quando foi constituída em posto avançado da metrópole ultramarina, no Atlântico Sul” (DAVIDOVICH, 2001, p 69).

Essa extrema concentração de população e atividades econômicas no núcleo metropolitano, tanto em relação à região metropolitana quanto em relação ao Estado do Rio de Janeiro, pode ser apontada como uma das principais marcas do processo de metropolização nessa região. Apenas para se ter uma dimensão desse nível de concentração, em 1991 a população da cidade do Rio de Janeiro, respondia por 56% da população total do Estado, segundo dados do IBGE. As causas dessa concentração estão relacionadas diretamente a história política dessa cidade que por mais de um século³ como sede do poder central, esteve separada do restante do atual estado do Rio de Janeiro.

Como sede do poder central essa cidade recebeu uma série de investimentos em infraestrutura que potencializaram a concentração populacional e de atividades econômicas, inclusive industriais, nesta cidade. Tal concentração permitiu uma série de transformações nas estruturas, formas e funções espaciais que abriram caminho para o processo de metropolização. A metropolização, portanto, é um processo socioespacial que provoca profundas transformações no espaço metropolitano em formação. Como um longo processo de metamorfose espacial, impõe serias dificuldades a análise, não apenas pela complexidade do processo de metropolização, mas pelo fato de que as mudanças que se associam a esse

³ A cidade do Rio de Janeiro foi separada do restante do Estado do Rio de Janeiro em 1834, quando foi elevada a município neutro e capital do Império. Tal separação permaneceu mesmo após a transferência da capital federal para Brasília em 1960, quando a cidade do Rio de Janeiro se tornou Estado da Guanabara. Apenas em 1974, com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a cidade e o estado do Rio de Janeiro voltaram a compor a mesma unidade federativa.

processo muitas vezes tornam obsoletas as categorias utilizadas para analisá-lo⁴. Assim há a dificuldade de se compreender as múltiplas relações entre os inúmeros agentes que contribuem para a constituição do processo de metropolização, mas também a dificuldade de conceituar esse processo à medida que o próprio processo se transforma.

1.0.1. O processo de metropolização.

De qualquer maneira não podemos fugir a tarefa de tentar fornecer elementos para a compreensão desse processo. Começamos, portanto, por uma definição de metropolização, que será nosso ponto de partida, segundo Balbim (1994, p 152):

A metropolização consiste em um processo de integração do território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum. A metropolização expressa, portanto, a concentração de pessoas, investimentos, atividades e poder em uma cidade – ampliada ou em ampliação – que pode comandar um território maior do que a cidade núcleo e desempenhar papéis de comando e de poder importantes no ordenamento regional e no território nacional, constituindo nós de uma rede de cidades que pode, em uma perspectiva ampliada, inserir-se na própria hierarquia da rede mundial de cidades.

Para compreender o processo de metropolização algumas noções que aparecem nesse texto são fundamentais. A primeira é a ideia de concentração. Seja sobre qual for à perspectiva que se analise, um diferencial do espaço metropolitano é o seu grande grau de concentração, de população e de atividades econômicas, em relação a outros espaços. Como discutiremos na parte dois dessa tese, mesmo quando a metropolização se dá a partir de uma urbanização dispersa ela implica em uma concentração, que se coloca não na escala do espaço intraurbano, mas do espaço regional.

Nas áreas em que se consolida o processo de metropolização, como ocorre no entorno da cidade do Rio de Janeiro, essa concentração (de pessoas, de atividades econômicas, de inovações e também de conflitos sociais) atinge uma grande densidade, levando a processos qualitativamente novos. A especificidade do processo de metropolização no Rio de Janeiro é que essa concentração está

⁴ Um exemplo disso é o conceito de centro-periferia, conceito este bastante útil para a análise da realidade metropolitana no passado, mas que diante das novas dinâmicas de crescimento metropolitano torna-se um instrumento conceitual obsoleto para a compreensão do processo de metropolização atual.

inicialmente fortemente circunscrita ao núcleo metropolitano, pelos motivos anteriormente assinalados. A segunda noção é a de forte integração, que se materializa a partir de uma grande intensidade de fluxos entre as diferentes áreas da região metropolitana (fluxos de pessoas, de mercadorias, de informações etc.)

Segundo Lencioni (2011, p 136):

O processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infraestruturas.

Essa integração espacial, portanto, se dá a partir da intensificação dos fluxos materiais e imateriais, que amplificam as relações entre as áreas integradas e em processo de integração. Tal integração se baseia na produção de uma série de infraestruturas e se viabiliza a partir dos interesses dos mais diversos agentes. Em relação ao Rio de Janeiro a grande concentração populacional e de atividades econômicas no núcleo metropolitano levou a que o principal elemento da integração espacial fosse dado pelas migrações pendulares.

Em outras palavras, a concentração de população e atividades econômicas no núcleo metropolitano levou a uma grande valorização dos espaços centrais da cidade do Rio de Janeiro, o que criou a possibilidade de expansão de áreas de moradia nos limites da então área urbana da cidade do Rio de Janeiro e principalmente em outros municípios. Esta expansão metropolitana está especialmente ligada à criação de loteamentos populares voltados para uma população de baixa renda, tanto aquela que era expulsada pela ampliação do preço da terra nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, quanto àquelas que chegavam à região como migrantes em busca de empregos nas atividades econômicas que se desenvolviam nessa região em formação ao longo da primeira metade do século XX, e também a instalação de atividades fabris que se deslocavam da metrópole em busca de áreas de expansão com menores preços da terra em relação à metrópole.

O que estamos afirmando, portanto, é que pelo menos durante esse período a expansão territorial e integração espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro, está fundamentalmente ligada à expansão de áreas residenciais, voltadas para uma população de baixa renda e que buscava emprego nas atividades metropolitanas que se desenvolviam, e menos pela expansão e integração de atividades

econômicas no interior da região metropolitana em formação. Portanto, a criação de áreas residenciais tem uma importância maior na explicação do processo de expansão territorial do que a expansão espacial das atividades econômicas.

A terceira noção presente no texto se refere ao papel de comando e gestão do capital que é exercido a partir do espaço metropolitano. Tal capacidade de comando de atividades econômicas é um dos elementos que definem a centralidade de um espaço metropolitano e pode variar bastante em relação à escala, podendo se limitar ao entorno do espaço metropolitano ou podendo se estender a todo o globo, como ocorre nas cidades globais. Em relação à cidade do Rio de Janeiro, sua centralidade está muito ligada ao papel político de sede do poder central, que levou a que a cidade tivesse uma importante concentração de sedes de empresas estatais, situação que mesmo com a transferência da capital federal para Brasília em 1960 não foi completamente alterada, uma vez que muitas sedes de empresas e bancos estatais permanecem nessa cidade.

À medida que um processo de metropolização se configura em uma área que virá a ser uma região metropolitana, ocorre também à diferenciação interna dessa área, que analisaremos a seguir. Um primeiro aspecto nesse sentido é a diferenciação entre a região metropolitana enquanto uma área integrada resultante de um processo de metropolização e a região metropolitana enquanto região de governo. Alguns trabalhos definem região metropolitana apenas como região de governo, posição que consideramos falha justamente por limitar o conceito de região metropolitana a apenas a uma de suas dimensões: aquela ligada a dimensão político-administrativa ignorando a outra relacionada ao processo de metropolização.

Assim a primeira distinção que precisamos fazer para a compreensão da região metropolitana é entre a região metropolitana enquanto região de governo, que aqui denominaremos como “região institucionalizada” e a região metropolitana enquanto área integrada, que denominaremos simplesmente como região metropolitana. As primeiras “regiões metropolitanas institucionalizadas” foram criadas por decreto, tendo a marca do planejamento autoritário do governo militar, em que havia limitada participação dos poderes municipais (ROLNICK e SOMECK, 2004).

Com a Constituição de 1988 a responsabilidade para a criação de regiões metropolitanas é transferida para os estados federados, ao passo que há um vácuo

de políticas nacionais para as regiões metropolitanas (FIRKOWSKY, 2011). Segundo IBGE (2014) a região metropolitana institucionalizada atualmente é estabelecida por legislação estadual e é constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A região metropolitana institucionalizada no Rio de Janeiro foi criada em 1974, no mesmo decreto que previa a unificação dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Inicialmente com 14 municípios, esta região ao longo dos anos recebeu novos integrantes oriundos de desmembramentos de municípios que já faziam parte da região metropolitana, e também perdeu municípios que voluntariamente se retiraram da região metropolitana, como é o caso de Petrópolis, Itaguaí e Maricá. Mais recentemente, a partir do final da década de 1990, percebe-se uma tendência de expansão da região metropolitana institucionalizada inclusive com o retorno de municípios que tinham se retirado dessa região no passado, o que certamente está relacionado com o processo de recuperação econômica dessa região (SILVA, 2014).

Dentro dos objetivos do presente trabalho o debate sobre as regiões metropolitanas institucionalizadas não estarão no foco da nossa análise. A nossa atenção está voltada principalmente para a região metropolitana enquanto área integrada, e só atentaremos para a dinâmica da região metropolitana institucionalizada na medida em que ela esclarecer questões referentes aos objetivos do trabalho, como no exemplo acima apontado, em que a dinâmica da região metropolitana institucionalizada se coloca como evidência da recuperação econômica da região metropolitana. Assim sempre que mencionamos região metropolitana estamos falando da região metropolitana enquanto fruto do processo de metropolização e quando mencionamos “região metropolitana institucionalizada” nos referimos a regiões metropolitanas estabelecidas pelos governos estaduais.

O processo de metropolização que ocorre no entorno da cidade do Rio de Janeiro leva a diferenciação entre as áreas que compõem a região metropolitana. A primeira delas é a metrópole que corresponde à cidade do Rio de Janeiro, espaço que devido à função política que exercia, a concentração de infraestruturas, e a separação política em relação ao restante do estado do Rio de Janeiro, concentrou num grau elevado, população e atividades econômicas. A área metropolitana

corresponde às áreas urbanas e rurais, contíguas a metrópole, que vão sendo integradas a partir da expansão territorial que resulta na conurbação, que é marca distintiva dessa área. Tal expansão é motivada fundamentalmente pela necessidade de moradia de trabalhadores de baixa renda que buscam emprego principalmente na metrópole. A região metropolitana é conformada pela integração espacial, que integra áreas conurbadas e não conurbadas a dinâmica metropolitana, principalmente pelos fluxos pendulares que ligam trabalhadores residentes em áreas fora da metrópole aos centros de emprego que estão principalmente na metrópole.

Portanto a diferenciação interna da região metropolitana que se constitui a partir do processo de metropolização pode ser analisada a partir de uma tríade conceitual: metrópole, área metropolitana e região metropolitana. Geigger; Baraf (1973) definem estes conceitos, os quais a partir de uma leitura crítica serão utilizados no presente trabalho. Para esses autores a metrópole corresponderia ao núcleo metropolitano, área mais adensada do ponto de vista dos fixos a partir da qual se exerce o comando das atividades metropolitanas e daquelas realizadas fora da região metropolitana.

É nesta área que normalmente se origina o processo de metropolização e onde tem efeito a ação das forças centrípetas inicialmente. Neste local, portanto, foram produzidas estruturas, formas e funções que permitiram o processo de implosão-explosão e conseqüentemente a metropolização. Esta condição leva a que a metrópole possua grande concentração econômica e de população e mesmo com o processo de expansão territorial metropolitana, geralmente a metrópole permanece como um espaço concentrador desses elementos. A metrópole é, portanto, um espaço de suma importância para a compreensão da dinâmica de formação de uma região metropolitana, por mais que tenhamos que afirmar que haja diferenciações entre a metrópole e o restante da região metropolitana, ou seja, que os processos que ocorrem na metrópole nem sempre se dão no mesmo ritmo e da mesma maneira quando se considera a região metropolitana como um todo.

A metrópole é, portanto, uma área marcada pela grande concentração, estando submetida a um longo processo de metropolização. Esta área tem sido marcada por intensas transformações nas últimas décadas, devido ao novo papel que estes espaços assumem no ordenamento espacial capitalista. Assim ao passo

que há uma forte redução do emprego e das atividades industriais⁵, as metrópoles reafirmam o seu papel de centros de gestão, de oferecimento de serviços avançados e de consumo (CARLOS, 2001). Porém no Rio de Janeiro, esse processo se configura de forma diferente uma vez que temos um abandono das atividades industriais que ocorrem na região metropolitana sem que a metrópole assuma uma renovada importância no setor terciário, o que culmina num rebaixamento nos níveis de renda dos trabalhadores, e numa expansão do setor terciário informal. Esse processo, denominado por Ribeiro (1996) de desindustrialização regressiva, será mais bem analisado no capítulo 1.2.

Por outro lado o conceito de área metropolitana remete a “área metropolitana ou aglomerado principal, cuja expressão espacial é a continuidade da malha urbana, associada a uma forma de integração do sistema viário e abrangendo subúrbios residenciais e industriais” (GEIGER; BARAF; 1973, p 25). Esta área, portanto, é composta pela metrópole e aqueles municípios do entorno imediato, que a partir da expansão territorial constituem com a metrópole um tecido urbano conurbado, no qual inexistem separações claras entre os municípios, uma vez que há uma unificação do espaço edificado entre esses municípios.

Importante colocar que a expansão territorial não é um processo unidirecional, ou seja, com o território da metrópole se expandindo fisicamente e integrando novas áreas, mas multidirecional, em que a expansão territorial pode se dar em qualquer direção tanto da metrópole em direção a outros municípios quanto o inverso. Diferentemente da expansão territorial metropolitana, a integração espacial se refere à integração relacional, entre diferentes áreas que compõem a região metropolitana, sem necessidade de integração física.

Dentro da área metropolitana podemos ter marcadas diferenças entre os espaços urbanos, embora seja normalmente característica a forte integração entre os espaços que a compõem, tanto do ponto de vista físico, expressa na conurbação, tanto do ponto de vista dos fluxos, sejam eles materiais ou imateriais. De certa forma, podemos pensar na área metropolitana como o núcleo mais consolidado da

⁵ Isto não significa que a atividade industrial tenha perdido sua importância dentro da metrópole ou da região metropolitana. Ela continua muito importante tanto pelo volume absoluto de empregos que gera, quando pelos encadeamentos que possui com os mais diversos setores. Boa parte das atividades de serviços, por exemplo, estão diretamente relacionadas a atividades industriais.

região metropolitana, se a compararmos com as demais áreas que compõem esta região.

O conceito de região metropolitana remete a área integrada por diferentes fluxos, dentro da qual se tem uma dinâmica metropolitana comum. Trata-se, portanto de uma grande área inserida numa dinâmica regional, integradas ao ponto de não ser possível à compreensão de cada área isoladamente das outras, região esta constituída pelo processo de metropolização e conformada por estruturas comuns, além de formas e funções espaciais. Tais estruturas, formas e funções estão presentes de maneira diferenciada em cada um dos locais que integram a região metropolitana.

De forma geral as estruturas espaciais estão presentes em toda a região metropolitana, embora com morfologias e densidades desiguais, podendo inclusive estar ausentes em alguns locais específicos. Em relação às funções metropolitanas, elas não estão todas presentes em todos os lugares da região metropolitana, algumas se concentram na metrópole, enquanto outras são encontradas em muitos lugares da região metropolitana. Em relação às formas metropolitanas também podemos falar de uma certa seletividade, algumas formas são marcantes em alguns locais da região metropolitana e não são encontrados em outros.

A referência principal para nosso trabalho é a região metropolitana, já que o processo de reestruturação se dá em toda a região metropolitana, por mais que suas características e intensidade variem em cada local dessa região. Como a região metropolitana é compreendida como uma área integrada em uma mesma dinâmica torna-se importante a tarefa de delimitação da região metropolitana, uma vez que a delimitação da região metropolitana institucionalizada pelo governo estadual está muito mais relacionada aos interesses políticos das elites locais do que pela dinâmica efetiva de integração metropolitana. Nesta tese a delimitação da região metropolitana se baseia no trabalho de IPEA (2013), que define as aglomerações metropolitanas brasileiras a partir de dados referentes a: tamanho populacional; densidade demográfica; presença de atividades econômicas urbanas e movimentos pendulares. A metodologia da pesquisa é descrita a seguir, segundo IPEA (2013, p 18):

1) Na primeira etapa(a) identificam-se todos os municípios com mais de 400.000 habitantes 2) Em seguida, etapa (b), para cada centro obtido na etapa anterior, selecionam-se todos os municípios num raio de 200 quilômetros que possuíam densidade acima de 60 habitantes/km² ou mais

de 70% de população ocupada em atividades urbanas. 3) Na terceira etapa (c) são calculadas as matrizes origem-destino de cada grupo de municípios selecionados na etapa anterior e excluem aqueles cujo volume de fluxos pendulares trocados em seu respectivo grupo (somando-se entradas e saídas ao município) seja menor que 10% da população total residente em seu município. Cabe observar que todos os valores da matriz origem-destino são recalculadas a cada vez que se exclui da área um município que não atenda o presente critério de 10%. Essas exclusões são feitas sucessivamente até que todos os municípios remanescentes atendam ao limite mínimo de 10% 4) Na quarta etapa (d) excluem-se os municípios não contíguos aos grupos formados na etapa anterior e incluem-se aqueles municípios enclaves (independentemente do seu nível de fluxos pendulares). Neste caso, considerou-se que a presença de massas de água não interrompe a contiguidade.

A partir desta metodologia a região metropolitana do Rio de Janeiro foi delimitada incluindo um total de 19 municípios, são eles: Rio de Janeiro; Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí; Itaguaí; Japeri; Magé; Mangaratiba; Maricá; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Queimados; São Gonçalo; São João de Meriti; Seropédica; Tanguá. E com base nesta delimitação que desenvolveremos o presente trabalho, uma vez que acreditamos que esta delimitação se ajusta aos objetivos do trabalho.

As três noções anteriormente analisadas: concentração; forte integração e função de gestão e comando do capital são úteis no sentido de compreender o sentido do processo de metropolização na medida em que apontam para aquilo que são as características mais permanentes desse processo do ponto de vista histórico. Ou seja, independente das diferenças entre os processos de metropolização específicos de cada local, esse processo sempre esteve relacionado com a constituição de um espaço metropolitano concentrado, integrado, e a partir do qual se realiza a gestão do capital. Após delinear-mos de forma bem geral a compreensão do processo de metropolização, e a diferenciação espacial que ele provoca, devemos voltar nossa atenção para os condicionantes do desenvolvimento do processo de metropolização em uma área específica.

Quando falamos em condicionantes do surgimento do processo de metropolização é importante colocar que não nos referimos a um momento histórico específico. Por mais que a maioria das regiões metropolitanas existentes hoje, tenham se constituído como tal no período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, este processo de formação metropolitana continua ocorrendo, o que significa que mesmo hoje, podemos ter metrópoles e regiões metropolitanas ainda em fase inicial de formação. No entanto, podemos apontar algumas

características gerais relacionadas aos condicionantes do desenvolvimento do processo de metropolização e é isto que faremos a seguir.

O desenvolvimento desse processo se relaciona diretamente com a transformação de uma cidade em metrópole, e com a expansão territorial e integração espacial de outras áreas a dinâmica metropolitana, formando uma região metropolitana. Em relação a esse primeiro momento precisamos compreender teoricamente como ocorre à passagem da cidade a metrópole e quais os condicionantes desse processo. Um bom ponto de partida para isso está em Lefebvre (1999, p 24):

(...) a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear) ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc).

A ideia de implosão-explosão é útil para compreendermos a transformação de uma cidade em metrópole. Tal processo se relaciona a dois movimentos distintos e não necessariamente sucessivos: a implosão e a explosão. A implosão significa a grande concentração de pessoas e atividades em um espaço fisicamente limitado, e que demanda normalmente um longo período de tempo. À medida que ocorre esse processo, as estruturas, formas e funções da cidade que se transforma em metrópole se alteram radicalmente. Surgem novas estruturas e formas, áreas são refuncionalizadas assim como estruturas antigas são totalmente modificadas.

A implosão, portanto implica em grande concentração de atividades econômicas e população na metrópole em formação: o que remete diretamente as seguintes questões: o que causa a concentração e quais as consequências desse fenômeno? As causas do processo de concentração podem variar grandemente de uma metrópole para outra. Mas de forma geral podemos afirmar que sempre temos um conjunto de atividades econômicas que são indutoras do processo de concentração, por atraírem população e novos investimentos e a partir dessas atividades se origina um processo de centralização anterior, ainda não-metropolitano que permite que um local reúna as condições para que o processo de metropolização ocorra.

Em relação ao Rio de Janeiro, essas condições se relacionam à importância do porto do Rio de Janeiro durante todo o período colonial, a função política dessa cidade como sede do poder central e ao processo de industrialização que se

desenvolve nessa cidade e na região metropolitana a partir do final do século XIX. Tais atividades se colocam como condicionantes de um processo de centralização não metropolitano, que em seu desenvolvimento atraem população e novas atividades para a metrópole em formação.

Colby (1958) busca compreender as causas do processo de concentração a partir da ideia de forças centrípeta e centrífuga. Importante ressaltar que essas ideias podem ser direcionadas a compreensão da concentração de qualquer atividade econômica bem como de qualquer área urbana. As forças centrípetas são forças que direcionam pessoas e atividades econômicas para um centro, nesse caso a metrópole. As forças centrífugas por outro lado são as forças que repelem atividades econômicas e pessoas para fora do centro, tendo um caráter duplo: são compostos por um lado de fatores de repulsão das atividades e/ou pessoas do centro (nesse caso a metrópole); e por outro por fatores de atração das pessoas e/ou atividades para as áreas periféricas (as áreas que irão constituir, juntamente com a metrópole, a região metropolitana).

Esses conceitos são, portanto, úteis para a compreensão das causas do processo de concentração que ocasiona a formação da metrópole. Uma área que devido ao desenvolvimento de certas atividades econômicas, é capaz de atrair população e novos investimentos, além de infraestrutura, reúne, a partir de um processo de centralização ainda não metropolitano, as condições para que o processo de centralização metropolitano ocorra e com ele a formação de uma metrópole. Sobre a natureza da metrópole, que resulta desse processo de implosão, temos em Dy Meo (2008, p 4) uma definição:

Na palavra “metrópole”, sabe-se contem “pólo” certamente, *poli*, a cidade, mas também “pólo” (latim *polus* e grego *polos*), quer dizer o pivô sobre o qual gira uma coisa, um centro e um eixo em torno do qual se desenvolve uma dinâmica, um movimento; não são os pólos os dois pontos virtuais pelos quais passa o eixo de rotação da Terra? Mas o “pólo” é também um ponto que atrai (pólo de atração) em um dado campo magnético, metáfora possível de um espaço geográfico e social submetido às leis físicas. Se ele atrai, é porque ele irradia, exerce influência sobre seu meio ambiente. Esta atração descreve no espaço um gradiente; ela se atenua com a distância se ela não é reativada por polarizações secundárias, por retransmissões do pólo ou metrópole. À medida que a influência do pólo se esgota ou se reanima com a distância, ela engendra jogos de escala que fundam novas unidades geográficas.

A metrópole a partir de seu processo de centralização se torna um polo, um ponto de atração, que resulta em concentração de população e atividades econômicas. Mas como polo, a metrópole só faz sentido enquanto uma área de

comando na qual são tomadas decisões que afetam os mais distintos lugares. Essas duas dimensões do conceito de metrópole, como espaço de concentração e de gestão, aparecem, portanto profundamente imbricadas na ideia da metrópole como um polo.

As consequências desse processo de concentração são diversas e variadas. A literatura econômica clássica tem largamente descrito as aglomerações produtivas através do conceito de economias externas de aglomeração e urbanização, que se formam quando atividades econômicas se instalam próximas umas das outras se beneficiando da infraestrutura comum e das relações que se estabelecem entre as firmas. Dentro de outra perspectiva, existe toda uma literatura que reafirma a importância da aglomeração, no sentido da redução dos custos monetários e de transação em especial os que envolvem contatos face a face. É a partir dessa perspectiva, por exemplo, que Sassen (1998) reafirma a importância das cidades na economia global.

Os resultados dessa concentração vão muito além das questões econômicas. As cidades teriam uma grande capacidade criativa, tendo um papel decisivo na história da humanidade. Soja (2008) tenta captar esse fenômeno através do conceito de sinekism. Nas grandes cidades principalmente, a quantidade se transforma em qualidade gerando processos absolutamente novos e revolucionários tanto na economia, como na arte, na arquitetura, etc. Ao concentrar atividades econômicas e pessoas, ela concentra também talentos e amplifica interações, levando a processos criativos que não existiriam em outros espaços. Lefebvre também argumenta sobre a capacidade criativa do urbano em geral no trecho a seguir:

A cidade atrai para si tudo que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças (LEFEBVRE, 1999, p 109).

A cidade, apesar de em si nada criar, é o local criativo por excelência. Pois ao reunir tudo que existe, ela permite a criação de coisas que dificilmente existiriam se tudo não estivesse em contato, em relação. A cidade, portanto, cria uma situação única, a situação urbana. E esta situação é justamente aquela em que todo o potencial criativo do ser humano pode ser liberado, porque eles não estão isolados,

mais em contato com outros seres humanos e com todas as criações realizadas pela sociedade. Como na metrópole o grau de concentração é maior que na cidade esses efeitos são amplificados.

A formação da metrópole a partir da implosão está diretamente relacionada à explosão, a partir da qual ocorre a expansão territorial que irá conformar a área metropolitana assim como a integração espacial de novas áreas a dinâmica metropolitana, áreas estas que conformarão juntamente com a metrópole a região metropolitana. A explosão também implica em profundas transformações nas estruturas formas e funções espaciais, que se modificam completamente à medida que este processo ocorre. Novas formas surgem, funções se modificam, surgem áreas especializadas, como os distritos industriais, e estruturas como a malha viária são totalmente remodeladas.

Um exemplo interessante para compreensão das origens do processo de metropolização se refere à formação da metrópole do Rio de Janeiro ao longo das primeiras décadas do século XX. Esta é uma área de grande dinamismo econômico e demográfico, que atrai imigrantes de diversos lugares, investimentos e prestígio político e social. O crescimento econômico faz com que o espaço inicial da metrópole fique pequeno para acomodar os interesses envolvidos tanto na produção imobiliária como nas atividades industrial e comercial. É neste momento que se inicia um processo de expansão territorial metropolitana, que se dá inicialmente a partir da ocupação de áreas do município que irá constituir se em metrópole. A região metropolitana se constitui a partir desse processo de invasão e anexação, de mútua interação entre áreas diferentes, em que prevalece um forte crescimento metropolitano que tende a ser multidirecional.

Assim a cidade antes limitada em uma área restrita, começa a se expandir a partir dos principais eixos de transporte incorporando novas e novas áreas. No Rio de Janeiro, conforme discutido anteriormente, esta expansão está relacionada principalmente a produção de moradia em loteamentos populares e em menor grau para a instalação de indústrias. Estas novas áreas podem ser localidades rurais que se urbanizam ou até mesmo centros urbanos independentes que passam a integrados dentro da mesma lógica metropolitana, como é o caso de Santa Cruz no Rio de Janeiro (VILAÇA, 1998). Esta expansão, explosão, é motivada por interesses daqueles que logo descobrem no urbano uma grande fonte de lucro, caso dos

construtores ou incorporadores, mas também dos empresários de diversas atividades econômicas em busca de áreas maiores e mais baratas.

O caráter expansivo do desenvolvimento metropolitano se explica, portanto pelos múltiplos agentes diretamente interessados nessa expansão, estejam eles buscando novos locais para realização de suas atividades econômicas, seja porque estão interessados na produção desses novos locais como fonte de lucro. A atuação do estado é fundamental nesse processo de expansão uma vez que cabe a ele a provisão da maioria das infraestruturas que viabilizam essa expansão. Ascher (1995, p 24) descreve esse processo de expansão territorial metropolitana nos seguintes termos:

Os territórios metropolitanos se estendem sobre suas periferias, a densidade média das aglomerações diminui. Mas as partes antigas das metrópoles se densificam, pelas operações pontuais nos centros (incluindo notadamente o desenvolvimento das atividades), nas áreas peri-centrais ou mesmo nas primeiras coroas. Além disso temos a integração do sistema de funcionamento cotidiano das metrópoles, das cidades, vilas e aldeias periféricas, ou mesmo novas urbanizações (habitação ou emprego) muito distantes, que aumentam a descontinuidade dos espaços metropolitanos. As metrópoles são ao mesmo tempo muito diluídas e muito compactas, mais integrativas e mais descontínuas⁶

O autor chama a atenção para uma questão teórica extremamente relevante para a compreensão da expansão metropolitana: se por um lado essa expansão pode abarcar uma grande área e constituir uma paisagem cada vez mais fragmentada e heterogênea, à região metropolitana é uma área integrada e a sua expansão ocorre na mesma medida em que as condições que permitem essa expansão são produzidas. Isto significa que seja a região metropolitana compacta ou dispersa, ela nunca deixa de ser uma área integrada e, portanto, com uma dinâmica metropolitana comum.

A expansão territorial na região metropolitana do Rio de Janeiro produziu paisagens profundamente fragmentadas e muitas vezes marcadas pela pobreza e carências generalizadas de infraestrutura, como aponta Santos (1986). No entanto,

⁶ Les territoires métropolitains s'étendant progressivement sur leurs périphéries, la densité moyenne des agglomérations diminue. Mais les parties anciennes des métropoles se densifient, par des opérations ponctuelles dans les centres (avec notamment le développement des activités), dans les zones péri-centrales voire dans les premières couronnes. À cela s'ajoute l'intégration dans le système de fonctionnement quotidien des métropoles, de villes, bourgs et villages périphériques, voire d'urbanisations nouvelles (habitat ou emplois) assez éloignées, qui accroissent la discontinuité des espaces métropolitains. Les métropoles sont ainsi à la fois plus diluées et plus compactes, plus intégratives et plus discontinues.

essa expansão se consolida transformando radicalmente e integrando fortemente essas áreas a dinâmica metropolitana, seja pela dinâmica de fluxos pendulares que se estabelece entre as áreas integradas e a metrópole, principal centro de emprego, ou pela instalação de fábricas nesses locais, ao longo dos principais corredores viários que ligavam a metrópole a essas áreas. O trecho ao longo da Ferrovia Central do Brasil, em um primeiro momento, e o trecho correspondente a Avenida Brasil e a via Dutra em um momento posterior exemplificam essa associação entre estabelecimento de indústrias fora da metrópole, mas em eixos que ligam outros municípios metropolitanos a metrópole.

Assim vão se constituindo no bojo do mesmo processo a metrópole, a área e a região metropolitana. A metrópole, foco inicial do processo de explosão-implosão, passa a concentrar grande quantidade de atividades econômicas e da população, ao passo que começa a enfrentar deseconomias de aglomeração relacionadas ao seu crescimento. O aumento do preço da terra, a falta de espaços edificáveis, os congestionamentos e o saturamento da infraestrutura são aspectos que abrem espaço para o processo de descentralização, a partir da ação das forças centrífugas. Ao longo de seu período inicial de formação, do final do século XIX, até a metade do século XX, a ação dessas forças centrífugas no Rio de Janeiro estão diretamente relacionadas à expansão de atividades industriais para outros municípios da região metropolitana, enquanto a atividade terciária permanece fortemente concentrada na metrópole, que mantém até hoje a condição de principal centro de emprego dentro da região metropolitana.

Dentro dessa perspectiva, cidade, metrópole e região metropolitana podem ser vistas como etapas de um mesmo processo histórico, o que não significa de forma alguma que cada uma dessas etapas a forma anterior está completamente ausente em todas as outras, ou mesmo que existe um processo linear que representa a mudança de uma a outra forma metropolitana. O que diferencia principalmente a cidade de uma região metropolitana, não é tanto o tamanho demográfico ou físico da região metropolitana em comparação a cidade, mas o fato de que está é uma área de dimensão regional, porém articulada como uma única área urbana.

1.0.2. Estruturas formas e funções e o processo de reestruturação espacial.

Esse processo de metropolização se caracteriza e é condicionado pela produção de estruturas, formas e funções espaciais que se tornam elementos diferenciadores do espaço metropolitano. No Rio de Janeiro dentre as estruturas que tem uma função crucial no processo de metropolização, cabe destacar as estruturas de transporte, principalmente as ferrovias em um primeiro momento, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, e em um segundo momento as rodovias, das primeiras décadas do século XX até hoje. Tais estruturas de transporte, caracterizadas por padrões tecnológicos distintos, tem em comum a forma radiocêntrica, em que todas as linhas ou vias partem da cidade do Rio de Janeiro⁷.

Em alguns momentos ao longo da história do processo de metropolização dessa região percebemos um acúmulo de transformações nas estruturas, formas e funções a ponto de ser possível identificar esses momentos como de reestruturação espacial. Para compreender o significado da reestruturação o passo inicial é a discussão dos conceitos de estruturas, formas e funções. A estrutura é uma categoria do pensamento que permite compreender a realidade como estruturada, e como tal a estrutura é uma totalidade, composta por diferentes elementos e cuja dinâmica advém da relação entre os diferentes elementos da estrutura bem como da relação de uma estrutura com outras estruturas. O que caracteriza a estrutura nesse sentido é seu caráter relacional, ou seja, uma estrutura não pode ser compreendida a partir de cada um de seus elementos, mas apenas a partir da interação entre eles. Segundo Poulion (1968, p 4):

Estrutura é, antes de mais nada a maneira como o edifício está construído, depois, por extensão, o modo como as partes de um todo qualquer são dispostas entre si. A estrutura é, portanto, aquilo que nos revela a análise interna de uma totalidade: elementos, relações entre os elementos, o sistema dessas relações. Esta é em suma, o arcabouço, o esqueleto do objeto, o que nele permite distinguir o essencial e o acessório.

Esta é uma definição bastante simples de estrutura, que se refere à origem do termo e também a maneira como ele aparece na maioria dos dicionários. Estrutura é uma forma de organização, e se refere ao modo como os elementos que compõem a estrutura se relacionam e como a partir dessas interações, as estruturas se

⁷ O Arco metropolitano do Rio de Janeiro, que será estudado no capítulo 1.3 é uma primeira tentativa de rompimento da forma da estrutura de transportes na região metropolitana do Rio de Janeiro.

modificam ao longo do tempo. A utilização do conceito de estrutura foi se expandindo ao longo da primeira metade do século XX, a partir “das influências comuns que atuam sobre todas as disciplinas científicas” (Marchal, 1971, p 60). De forma geral o que se percebe nesse momento, nas mais diversas ciências, é uma insatisfação com as explicações individuais e fragmentadas e a busca por explicações estruturais.

Nesse período se consolida uma filosofia da estrutura: o estruturalismo, que tem como principal característica, o princípio de que o todo, a estrutura é mais importante que as partes que a compõem. Essa concepção estruturalista de estrutura é discutida por Lefebvre (1971, p 16)

O especialista que desmonta um motor, que o constrói, o repara ou o coloca em funcionamento, pensa estruturalmente. Ele considera cada peça destacada de acordo com sua forma e sua função. A reunião das peças é para ele mais que a sua justaposição ou sua soma; pois ela funciona. No entanto o motor se decompõe analiticamente em suas peças, cada uma das quais tem sua significação a partir do que é composto a partir dessas peças.⁸

A metáfora do motor é utilizada para ilustrar a forma como o pensamento estruturalista se organiza e compreende o mundo. O motor representa a realidade, as estruturas, e como ocorre no motor, cada peça só faz sentido, só adquire uma função quando compreendida a partir de seu funcionamento dentro dele. De nada adianta analisar cada peça isoladamente, pois cada peça só faz sentido, só pode ser explicada dentro da estrutura do qual ela faz parte. A partir daí, como consequência natural dessa forma de pensar, há um desprezo pelas partes e a preocupação passa a estar completamente direcionada as estruturas.

Ocorre que ao desvalorizar os elementos das estruturas, em prol das estruturas como um todo, perde-se a capacidade de analisar as relações entre os elementos da estrutura, de enxergar as contradições presentes nas estruturas e como consequência, perceber o movimento histórico das estruturas, o seu devir. Este é, aliás, uma das principais críticas ao estruturalismo, como apontado por Lefebvre (1971, p 26) no trecho a seguir:

Ao contrário, o pensamento histórico afirma que os conteúdos têm muito mais importância e interesse que as formas. Ele diz que as formas e

⁸ Le spécialiste qui démonte un moteur, qui le conçoit, le répare ou le met au point, pense structurellement. Il considère chaque pièce détachée selon sa forme et selon la fonction. L'ensemble des pièces est pour lui plus que leur juxtaposition ou leur somme ; il fonctionne. Cependant le moteur se décompose analytiquement en ces pièces, dont chacune a sa signification dans le tout qui se compose à partir d'elles.

estruturas são feitas e desfeitas, se dissolvem ou explodem. Ele coloca no mesmo plano, no tempo, a formação das estruturas (estruturção) e sua desapareção (desestruturção)⁹.

A crítica histórica chama a atenção para o fato de que as estruturas estão inseridas em um processo e, portanto as estruturas surgem e desaparecem, se formam e são destruídas. Tal processo é social assim como as próprias estruturas são produzidas pela sociedade. E é neste sentido que a relação entre os elementos da estrutura e entre diferentes estruturas adquire importância, já que é a partir das contradições presentes nessas relações que se dá o movimento histórico das estruturas. Neste sentido, para Gurvitch (1971, p 110) as ideias de estrutura e processo são inseparáveis do ponto de vista teórico:

Com efeito a estrutura social recorre a numerosas hierarquias que, assim como seus próprios equilíbrios precários, não permanecem jamais em repouso, em virtude de sua mesma complexidade. A estrutura social é um processo permanente: está envolvida em um movimento perpétuo de desestruturção e reestruturção porque é um aspecto da sociedade em atuação que, enquanto obra, não pode subsistir sem a intervenção da ação: esforço de unificação e de orientação para recomeçar sempre de novo.

Por se tratar de um sociólogo, o autor trata de especificar as estruturas sob sua análise, no caso as estruturas sociais. Isto é importante uma vez que o termo estrutura possui um grande nível de abstração podendo ser utilizado nas mais diferentes disciplinas. Mais a frente trataremos de especificar a utilização do conceito de estrutura no nosso trabalho. Agora gostaríamos de chamar a atenção para um termo que consideramos chave para compreender a ideia de estrutura que estamos delineando: a de equilíbrio precário. A estrutura, sendo uma produção social, possui um equilíbrio precário, o que significa que as estruturas são mutáveis e sempre podem estar a ponto de mudar ou desaparecer.

Assim podemos avançar para uma compreensão histórica das estruturas, não como estáticas mais inseridas em um permanente processo de mudança, fugindo, portanto, das armadilhas da concepção estruturalista de estrutura. Lencioni (1998, p 1), aponta nessa direção no trecho a seguir:

Essa formulação (estruturalista) separa a unidade todo-parte, fazendo crer que ora existem as partes e, depois, o todo, ou, inversamente, existe o todo

⁹ Por contre, la pensée historique affirme que les contenus ont autant et plus d'importance et d'intérêt que les formes. Elle dit que formes et structures se font e se defont, se dissolvent ou éclatent. Elle meme sur le même plan, das les temps, la formation des structures (structuration) et leur disparition (destructuration).

e depois as partes. Mais do que isso, é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o todo e as partes, não enxergando o movimento proveniente da ação recíproca entre eles que permitiria esclarecer a ambos. Essa possibilidade do todo e da parte se constituir numa unidade só pode ser compreendida a partir de uma concepção dialética que concebe a totalidade como uma totalidade aberta e em movimento, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si.

Assim, a partir dessa visão histórica do conceito de estrutura compreendemos a relação de mutua interação entre o todo (estrutura) e as partes, assim como a questão de que a estrutura se constitui a partir da relação entre os seus elementos, e, portanto a alteração desses elementos, dependendo de sua intensidade, pode modificar a estrutura, da mesma forma que esses elementos possuem uma diferente significação quando compreendidos a partir da dinâmica da estrutura e a sua modificação, altera o significado de cada um dos seus elementos.

Outro aspecto a se ressaltar é que a estrutura é uma totalidade aberta e em movimento, ou seja, mantém relações com outras estruturas e elementos e pode também ser modificada por essas relações. A estrutura é uma totalidade em movimento, ou seja, inserida num processo, tendo, portanto a característica de permanente inacabamento. Assim temos “uma totalidade infinita de totalidades parciais”, relacionadas entre si e em permanente processo de mutação. Portanto as estruturas estão profundamente relacionadas ao processo histórico que leva a ao seu surgimento ou desaparecimento segundo os interesses da sociedade capitalista. Segundo Lefebvre (1971, p 30):

Para Marx, se existem estruturas constituídas, pela história, e se existe a estrutura da história, jamais existe descontinuidade absoluta. Debaixo das descontinuidades relativas, existem continuidades elas próprias relativas. Em primeiro lugar o crescimento relativamente gradual das forças produtivas. O que não significa dizer que não haja períodos em que esse crescimento se acelera (invenção ou adoção de técnicas novas, aperfeiçoamento muito rápido na divisão e na organização do trabalho) e outras em que ele se desacelera¹⁰.

Portanto, a estrutura implica na existência de uma continuidade, de relações entre diferentes processos, ou em outras palavras na afirmação de que a realidade é estruturada e não deve ser compreendida a partir de elementos isolados e sim a

¹⁰ Pour Marx, s'il y a des structures constituées, par l'histoire, et s'il y a structure de la histoire, il n'y a jamais discontinuité absolue. Audessous des discontinuités relatives, il y a des continuités elles-mêmes relatives. Et d'abord la croissance relativement graduelle des forces productives. Ce qui ne veut pas dire qu'il n'y ait pas des périodes où cette croissance s'accélère (invention ou adoption de techniques nouvelles, perfectionnements plus rapides dans la division et l'organisation du travail) et d'autres où elle se ralentit.

partir da relação desses elementos dentro das estruturas. Por outro lado, por serem estruturas inseridas na história implicam em continuidades relativas que estão sempre em transformação. Assim a compreensão histórica das estruturas nos leva a nos evitar tanto a compreensão isolada dos elementos quanto a visão de estruturas estáveis, desprovidas de dinamismo e isoladas do processo histórico.

Como o conceito de estrutura tem um caráter abstrato, tendo uma ampla possibilidade de utilização nas mais diferentes disciplinas, devemos precisar, assim como fez Gurvitch, supracitado, o tipo de estruturas aos quais estaremos voltados ao longo do trabalho. Por se tratar de uma pesquisa geográfica, voltada para a compreensão do processo de reestruturação espacial, o nosso foco estará nas estruturas espaciais, ou seja, aquelas estruturas que remetem diretamente a produção do espaço metropolitano. Trata-se, portanto, de estruturas socialmente produzidas que conformam o espaço geográfico, e como tal tem as características desse espaço, entre elas, o fato de possuírem grande fixidez e representarem grande quantidade de trabalho materializado ao passo que a sua transformação pode ser uma atividade extremamente lucrativa no capitalismo.

O significado das estruturas espaciais pode ser clarificado a partir da perspectiva da produção do espaço (GOTTDIENER, 1993). A partir dela podemos compreender que as estruturas espaciais são produzidas socialmente e, portanto, não se trata simplesmente de um arranjo ou de uma forma de organização, mas de uma ordem que possui uma lógica, que é social e histórica. Em outras palavras uma estrutura espacial só pode ser compreendida dentro do contexto social em que está inserida.

A lógica das estruturas espaciais nos permite pensar em princípios de estruturação, e obviamente de reestruturação. Ou seja, as estruturas espaciais não são realidades com as quais possamos nos deparar ao caminharmos em uma rua. Não se trata, portanto, de dizer que estruturas espaciais existem na realidade, mas que existem princípios, lógicas que tornam estruturada uma realidade, lógicas essas que compreendidas teoricamente permitem agrupar elementos que conformam uma totalidade parcial que é a estrutura.

Estes aspectos até aqui abordados conformam uma concepção histórica, não-estruturalista, do conceito de estrutura e sua especificação a partir da ideia de

estrutura espacial, aparecem claramente no trecho a seguir, segundo Lefebvre (1971, p 162):

Se o conhecimento encontra uma estrutura e a analisa, ele tem como objetivo mostrar como se forma essa estrutura: como o devir e a história a criaram. Acentuar a sua estabilidade, sua permanência, é o contrário do método marxista. Com o devir, há estruturas que se constituem; então o devir dissolve gradualmente ou destrói bruscamente as estruturas que foram criadas¹¹.

Como afirma o autor à estrutura faz parte de uma realidade cujo movimento é independente do pensamento sobre essa realidade. Estrutura é uma categoria de análise, que busca compreender a lógica da estruturação da realidade, estruturas que assim como a própria realidade só podem ser instáveis. Se o pensamento busca apreender a realidade a partir do conceito de estrutura, essa realidade, sempre em movimento, leva a uma constante inadequação entre as estruturas como categorias do pensamento e a realidade que ela busca compreender. Assim algumas estruturas se dissolvem enquanto outras surgem e se modificam e o esforço analítico deve se dar no sentido de acompanhar esse movimento e não de negá-lo ou ignorá-lo. Em outras palavras o movimento do pensamento, a partir do conceito de estrutura, deve acompanhar o movimento da realidade, de suas estruturações e desestruturações.

Dentro dessa concepção, que adotaremos nesse trabalho, as estruturas possuem uma característica que as definem: sua instabilidade e historicidade. Segundo Lencioni (1998, p 3):

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas tem um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio intermitente é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento.

É neste sentido que cabe destacar as mudanças e permanências, pois o processo de reestruturação implica em mudanças, mas nem tudo muda, sendo importante também indicar as permanências, pois estas podem ser definidoras do processo de reestruturação e mesmo das especificidades desse processo em um local. Assim interessa a análise à intensidade das mudanças bem como que aspectos permanecem ou se modificam parcialmente. Assim sendo não podemos

¹¹ Si la connaissance reencontre une structure et l'analyse, elle a pour but de montrer comment s'est formée cette structure: comment le devenir et l'histoire l'ont créée. Mettre l'accent sur la stabilité, sur la permanence, c'est le contraire de la méthode marxiste. Dans le devenir, il y a des structures qui se constituent ; puis le devenir dissout graduellement ou brise brusquement les structures qu'il crée.

perceber mudanças e permanências como aspectos rígidos da realidade, mas como um continuum em que entre as situações de mudança absoluta e de permanência absoluta temos um conjunto de situações intermediárias.

Os conceitos de forma e função são igualmente importantes para a compreensão do processo de reestruturação. As formas, dizem respeito ao aspecto morfológico de um elemento qualquer. Novamente, por se tratar de um trabalho geográfico a nossa atenção será dada prioritariamente as formas espaciais metropolitanas, ou seja, aquelas formas que estão diretamente ligadas a produção do espaço.

Nesse sentido, as formas podem ser vistas como um aspecto inerente à produção do espaço, em outras palavras, todo espaço produzido tem a sua forma, e uma vez que “a paisagem urbana é a expressão da ‘ordem’ e do ‘caos’, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando se a nível do aparente e do imediato” (CARLOS, 1986, p 51) normalmente muitos trabalhos tendem a se ater apenas a forma, uma vez que a forma é facilmente identificável. As altas densidades das formas metropolitanas podem facilmente atrair a atenção do pesquisador fazendo com que ele se concentre apenas nelas.

No entanto a forma não é uma categoria neutra, pois como forma ela “informa” a maneira como foi produzida e os interesses envolvidos nessa produção, e nesse sentido que a análise da forma traz importantes elementos para a abordagem geográfica. Assim sendo a forma, se compreendida a partir do processo de produção do espaço pode ser uma chave reveladora da dinâmica metropolitana. Como a forma é uma maneira de compreender a produção do espaço social, sua análise pode revelar contradições presentes nesse processo de produção. Enfim a forma “exerce um papel ao mesmo tempo de ocultar e de revelar” (CARLOS, 1986, p 51) e cabe ao pesquisador utilizá-la como um elemento revelador da realidade e não o contrário.

As formas espaciais, em especial as formas metropolitanas representam um grande acúmulo de trabalho social materializado em objetos geográficos. Nesse sentido “face a durabilidade das formas, a construção da paisagem converte-se em um legado aos tempos futuros” (SANTOS, 1985, p 54). Esse acúmulo de trabalho leva a que essas formas tenham forte rigidez, porque a destruição delas implicaria na desvalorização de um grande volume de capital. Isto remete a um descompasso

entre, de um lado, a rigidez das formas espaciais e, de outro, as necessidades mutantes do sistema capitalista para o qual estas formas têm que se adaptar. Utilizando a noção de “paisagem física” Harvey (2005, p 53), descreve esse descompasso nos seguintes termos:

Assim o capital passa a ser representado por uma paisagem física, criada a sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangido pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento passado, como uma pressão inibidora do progresso adicional da acumulação.

A sociedade capitalista produz um espaço cujas formas espaciais compõem uma “paisagem física”, criada a “sua própria imagem”, ou seja, segundo os interesses do capital¹² naquele contexto em que foi criado. E quando esse contexto muda essas formas que são a materialização do progresso de outros tempos passam a exercer um constrangimento para as novas necessidades de expansão capitalista.

A função diz respeito à atribuição social dada a algum objeto. Assim como a forma, a função também pode ser pensada em diferentes escalas, como a função de um edifício, de um bairro ou de uma cidade, metrópole ou região metropolitana. Da mesma maneira que a forma e a estrutura, a função também pode ser pensada para diferentes realidades, podemos pensar na função de um sindicato, de uma escola, bem como de um shopping center ou de um distrito industrial.

Novamente o nosso foco estará nas funções relacionadas diretamente ao espaço geográfico. Um primeiro aspecto a salientar em relação às funções espaciais é que estas podem variar muito de uma área para a outra. Além disso, há também que considerar o aspecto qualitativo das funções, ou seja, uma mesma área pode ter uma grande diversidade de funções e mesmo pode haver uma alternância temporal de funções em um mesmo local. Há também a possibilidade de mudança da função de um local ao longo do tempo, ou seja, uma refuncionalização.

A função aponta, portanto o objetivo que explica a existência de um objeto geográfico qualquer. Importante dizer que a função não é algo que surge naturalmente nos espaços geográficos, como aparece em algumas análises funcionalistas. A função é atribuição socialmente dada a um elemento do espaço

¹² Importante relativizar as afirmações do autor no sentido de que nem todas as formas geográficas, ou mesmo paisagens são produzidas segundo os interesses do capital, ou mesmo são funcionais a sua reprodução. Para a crítica das ideias do autor em relação a esse ponto, ver Gottdiener (1993).

produzido. Como não poderia deixar de ser o processo de funcionalização e refuncionalização reflete as contradições presentes na sociedade capitalista, e os interesses dos diferentes agentes.

Importante ressaltar que estrutura, formas e funções devem ser sempre analisadas conjuntamente, pois senão teremos uma visão unilateral e bastante incompleta da realidade. Como aponta Lefebvre (1971, p 181):

Em primeiro lugar, as três noções, forma, função e estrutura devem ser utilizadas igualmente, da mesma forma, para analisar o real. Em segundo lugar, eles permitem conhecer as estabilidades provisórias e os equilíbrios momentâneos. Em terceiro lugar, eles revelam um conteúdo oculto, implicado e dissimulado nas formas, estruturas, funções, análises. Através do emprego lógico desses conceitos para a análise, atingimos um movimento muito profundo e muito real: o movimento dialético da sociedade e da história¹³.

Portanto as três noções: forma, função e estrutura¹⁴ precisam ser utilizadas com a mesma importância, sem que nenhuma delas seja sobrevalorizada em relação às demais. Isto porque a análise conjunta das três noções permite revelar aspectos profundos da realidade que não seriam possíveis pela utilização de uma das noções de forma isolada. O que essa análise revela é o próprio movimento da sociedade e da história, enquanto a análise de um desses elementos separadamente pode levar a equívocos.

Imaginemos a malha viária de uma região metropolitana por exemplo. Podemos compreendê-la como uma estrutura, formada pelas vias que a compõem e dos fluxos que a partir dela se estabelecem, como uma totalidade com sentido, composta por diferentes elementos e pelas relações que se estabelecem entre esses elementos que como tal são constituintes da estrutura. A partir daí poderíamos analisar as relações entre os elementos dessa estrutura metropolitana, a maneira como ela se transforma no tempo, etc. Também poderíamos compreendê-la a partir da forma, indicando se esta é uma malha tem forma radiocêntrica, em que todas as vias confluem para a metrópole, ou possui uma forma mais dispersa

¹³ En premier lieu, les tres notions, forme, fonction, structure, doivent s'utiliser egalement, au meme titre, pour analyser le réel. En second lieu, elles permettent de saisir des stabilités provisoires et des équilibres momentanés. En troisième lieu, elles révèlent un contenu a la fois enveloppé, impliqué et dissimulé dans les formes, structures, fonctions, analysées. A travers l'emploi logique de ces concepts pour l'analyse, s'atteint un mouvement plus profond et plus reel : le mouvement dialectique de la société et de l'histoire.

¹⁴ Santos (1985) aponta quatro categorias para a análise do espaço: forma, função estrutura e processo. Optamos em trabalhar com a tríade lefebvriana por acreditar que o processo não é uma categoria separada, mas algo que atravessa as três categorias, ou seja, tanto a forma, como a função e a estrutura estão inseridas no tempo e portanto em processos.

assentada em grandes vias de comunicação que conformam centralidades em eixo, e com base nisso que tipos de interesses essas formas atendem. Da mesma maneira poderíamos analisá-la a partir das funções que se atribuem as diversas vias que compõem a malha viária, no sentido de perceber se a principal função dessa malha é permitir o deslocamento de pessoas ou de mercadorias, por exemplo.

Todas essas maneiras de analisar a realidade são válidas. Mas quando analisamos uma realidade, nesse caso a malha viária, conjuntamente através dos três conceitos podemos ter uma compreensão mais apurada da realidade, justamente porque cada um desses conceitos revela aspectos distintos e complementares dessa realidade. Assim para compreendermos o processo de reestruturação espacial temos a tarefa de trabalhar conjuntamente com estes três conceitos. Com esse objetivo precisamos reafirmar que enquanto concepções analíticas estruturas, formas e funções separam aspectos de uma realidade e, portanto, enxergar a dinâmica metropolitana a partir de cada um desses conceitos é ter uma visão parcial a partir daqueles elementos que cada um desses conceitos ilumina.

Ao pensarmos na relação desses conceitos fica claro que um processo de reestruturação espacial, não envolve apenas mudanças nas estruturas, mas também nas formas e funções espaciais. Ou seja, embora o conceito de reestruturação remeta diretamente ao conceito de estrutura, a reestruturação se dá a partir de intensas mudanças tanto nas estruturas quanto nas formas e funções. Estruturas, formas e funções espaciais que são como sabemos concepções analíticas para a compreensão da realidade metropolitana, cujas transformações conjuntas remetem a ideia de reestruturação. Segundo Soja (1984, p 192):

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma 'freada', senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (p 192).

A ideia de reestruturação, segundo o autor, significa uma forte ruptura nas tendências de desenvolvimento que vinham se desenhando até então, e uma mudança em uma direção diferente. Portanto, todo o processo de reestruturação se dá a partir de pelo menos dois grandes momentos: um primeiro, destrutivo, em que

as deficiências das tendências anteriores se manifestam com mais força levando ao seu abandono; e um segundo momento de reconstrução em que a partir de iniciativas de tentativas e erro são encontradas alternativas que rapidamente se tornam as novas tendências de desenvolvimento.

Quando pensamos na reestruturação espacial em uma região metropolitana, temos que apontar o fato de que as estruturas, formas e funções se expressam a partir de uma materialidade relativamente rígida, o que impede uma transformação total do espaço metropolitano. Assim a reestruturação se torna a alternativa quando as estruturas, formas e funções não permitem mais atender adequadamente os interesses da reprodução capitalista. Esse descompasso entre a materialidade metropolitana e intencionalidade capitalista se resolve, em alguns momentos a partir do processo de reestruturação. Para melhor compreender a especificidade da reestruturação espacial, temos em Sposito (2007, p 2) uma contribuição:

Tenho chamado de estruturação ou reestruturação urbana as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; como estruturação ou reestruturação da cidade, compreendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana. Assim, procuro articular duas escalas geográficas, distinguindo-as, mas objetivando considerar as múltiplas determinações que entre elas se estabelecem.

De certa maneira a reestruturação espacial nas regiões metropolitanas apresenta elementos tanto daquilo que a autora denomina reestruturação urbana quanto da reestruturação da cidade sem se confundir totalmente com nenhum desses processos. A reestruturação espacial envolve uma mudança no papel da metrópole dentro da rede urbana, com uma intensificação das relações entre as metrópoles e mesmo com algumas delas se colocando como cidades globais (SASSEN, 1998). Por outro lado a reestruturação espacial também está relacionada com profundas transformações no espaço metropolitano e nas estruturas, formas e funções presentes nesse espaço.

É esta segunda dimensão do processo de reestruturação que estará no foco do nosso trabalho, a partir da análise da reestruturação da região metropolitana do Rio de Janeiro. Para contextualizar esse processo de reestruturação, nos próximos capítulos, analisaremos a formação da região metropolitana, a crise que essa região enfrenta na década de 1980 e o contexto de recuperação econômica da região metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990, que estaria associado, segundo a hipótese do trabalho, com esse processo de reestruturação espacial dessa região.

BIBLIOGRAFIA.

- ALESSANDRI, A. F. **Espaço tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ASCHER, F. **Metapolis ou l'avenir de lās viles**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- BALBIM, R. N.; et all. Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. In: IPARDES: **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, nº 82, 1994.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1986.
- COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: MAYER, H.M.; KOHN, C.F. (Org.). **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropoliza o do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, n. 6, pp. 67-77, 2  sem, 2001.
- DI M O, G. Introdu o ao debate sobre a metropoliza o, **Confins [Online]**, 4 | 2008, posto online no dia 07 Novembro 2008, consultado em 05 Junho 2015. URL : <http://confins.revues.org/5433> ; DOI : 10.4000/confins.5433.
- FIRKOWSKI, O. Região metropolitana no Brasil: assim   se assim lhe parece. **Anais do I S mpoio de Estudos Urbanos: desenvolvimento regional e dinâmica ambiental**, 2011.
- GEIGER, P; BARAF, J. Estrutura econômica das áreas metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, n  3, Vol. 3, 1973.
- GOTTDIENER, M. **A produ o social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- GURVITCH, G. As estruturas em sociologia. In: Roger Bastide. **Usos e sentidos do termo estrutura**. São Paulo: Editora Herder, 1971.
- HARVEY, D. **A produ o capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Ana Blume, 2005.
- IPEA. Rediscutindo a delimita o das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critério da década de 1970. **Texto para discussão n  1860**, Rio de Janeiro, ago. 2013.
- LEFEBVRE, H. **A revolu o urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

- LEFEBVRE, H. **La ideologie structuraliste**. Paris: Antropos, 1971.
- LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. IPARDES: **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, Curitiba, n 120, p 133-148, jan/jun, 2011.
- LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: VI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 1998, Buenos Aires. **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, Buenos Aires, 1998.
- MARCHAL, A. A atitude estruturalista e o conceito de estrutura em economia política. In: Roger Bastide (org.). **Usos e sentidos do termo estrutura**. São Paulo: Editora Herder, 1971.
- POULION, J. Estrutura: uma tentativa de definição. In: Eduardo Prado Coelho. **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. Lisboa: Editora Martins Fontes, 1968.
- RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Anais do XX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu, 1996.
- ROLNICK, R.; SOMEKH, N. Governar a metrópole: dilemas da recentralização. In: Luis César Queiroz Ribeiro (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, C. N. F. **Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes**. Tese (doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas): USP, 1984.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Editora Stúdio Nobel, 1998.
- SILVA, O. T. Uma região em reestruturação: tendências globais e especificidades locais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: AGE - Grupo América Latina: **Libro de atas de VIII Congresso Internacional de Geografia de América Latina**. Madrid, Madrid, 2014, v. 1, p. 1-1685.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1984.
- SOJA, E. W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Malden: Blackwell Publishing, 2008.
- SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação sócio-espacial no interior paulista. **Scripta Nova**, Barcelona, vol XI, n 245, ago. 2007.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

1.1. O processo de industrialização e a constituição da região metropolitana.

O processo de industrialização e a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro podem ser vistas como aspectos de um mesmo processo histórico. Para compreendê-la é preciso ter em mente o papel diferenciado que a cidade do Rio de Janeiro exercia desde o período colonial (LIMONAD, 1996). Esta cidade mesmo com as inúmeras transformações políticas do território brasileiro sempre manteve um papel político fundamental, primeiro como sede da província real do Rio de Janeiro logo após a expulsão dos franceses e a criação da cidade do Rio de Janeiro ainda no século XVI, depois como sede do vice-reinado e do império português com a vinda da família real portuguesa em 1808, e finalmente como município neutro¹⁵ durante o período imperial e a partir da proclamação da república como capital federal.

Portanto, ao longo do tempo esta cidade manteve um papel privilegiado do ponto de vista político e a partir da independência do país até a década de 1960 foi à sede do poder central no Brasil. Esta privilegiada condição política resultou na produção de uma ampla infraestrutura urbana, como o sistema de bondes e energia elétrica, geralmente financiada por capital estrangeiro, tendo como exemplo a atuação da empresa britânica Light, que atuava tanto no fornecimento de energia elétrica quanto no sistema de bondes (ABREU, 2006). Estruturas como o sistema de bondes e de trens, permitiam o acesso aos arrabaldes distantes da cidade, e, portanto, a sua ocupação e a conseqüente expansão urbana da cidade que viria a se conformar em metrópole. Ao passo que área urbana da cidade do Rio de Janeiro ia sendo ampliada, novas formas e funções surgiam tanto nas arredores que iam se urbanizando como na área central que se consolidava. A criação dessas estruturas tanto viabilizava o processo de industrialização quanto restringia a localização espacial da indústria, como aponta Oliveira (2008, p 58):

Na história econômica e na organização do território do Estado do Rio de Janeiro, as duas características marcantes do processo de industrialização e desenvolvimento da economia industrial foram os amplos investimentos na cidade núcleo da metrópole e do Estado, a cidade do Rio de Janeiro, e o fato de que os investimentos industriais fora do núcleo só ocorreram em lugares situados ao longo dos eixos viários que ligam a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo e a Minas Gerais, nos quais foram privilegiados alguns setores importantes da economia industrial.

¹⁵ A denominação município neutro se deve ao fato do Rio de Janeiro, como capital do Império, não tinha uma vida política municipal independente como os demais municípios, sendo governado diretamente pelo poder imperial.

Portanto, como colocado no texto acima, os investimentos em infraestrutura recebidos pelo Estado do Rio de Janeiro foram concentrados na metrópole, devido ao seu papel político como sede do poder central, o que condicionava diretamente os investimentos industriais a ocorrerem nessa cidade e nas áreas diretamente a ela ligadas pelas principais vias de transporte. Por outro lado, a menor demanda por terrenos por parte das atividades econômicas que se desenvolviam na região metropolitana em formação é a explicação para o fato de que o desenvolvimento da região metropolitana do Rio se deu muito mais a partir de eixos do que pela formação de áreas contínuas de urbanização. Com uma demanda menor a urbanização se consolida a partir de eixos sem que haja uma expansão em múltiplas direções o que levaria a constituição de áreas urbanizadas.

Também em relação ao sistema de transportes podemos citar como importante para a constituição da região metropolitana a existência de um amplo sistema de ferrovias criado para o escoamento da produção do café ao longo do século XIX, cuja produção se concentrava no médio vale Paraíba fluminense se estendendo até o limite com o atual Estado de São Paulo, bem como áreas dos atuais estados de Minas Gerais e Espírito Santo e que tinha a cidade do Rio de Janeiro como ponto de confluência, já que nela se localizava o principal porto do país. Esta estrutura, portanto, colocava a cidade do Rio de Janeiro, como o ponto de convergência de diversas rotas que se direcionavam para essa cidade. Isto significava uma grande acessibilidade à cidade do Rio de Janeiro de maneira que tanto insumos oriundos do interior do país quanto máquinas e ferramentas importadas poderiam chegar com facilidade à cidade, o que sem dúvida é um facilitador para o desenvolvimento das atividades industriais. O mapa 2 apresenta a distribuição espacial de uma das mais importantes linhas férreas que partia do Rio de Janeiro: a Central do Brasil:

Tais condições contribuíram para o processo de centralização anterior, não metropolitano, que gerou o quadro urbano e regional que serviu de condicionante para o processo de metropolização. Processo este que para ocorrer necessita da produção de certas estruturas, formas e funções anteriormente, sendo que a necessidade dessa produção é o que explica o fato desse processo se dar apenas em alguns locais específicos, justamente aqueles em que esses elementos foram produzidos, sendo acumulados a partir de um processo de desenvolvimento ainda não metropolitano, que irá permitir o surgimento da metropolização. O que afirmamos, portanto, é que a partir da condição política da cidade do Rio de Janeiro, há a construção de infraestruturas, atração de população e de atividades econômicas que criam as condições para a consolidação de um processo de concentração de atividades econômicas, que inclui a industrialização e que cria as condições para que a metropolização aconteça nesse espaço. Davidovich (2001, p 69) descreve esse processo de concentração antes e depois do surgimento do processo de metropolização na região metropolitana do Rio de Janeiro e que se evidenciaria por:

(...) um perfil de concentração de população e de atividades que caracterizou a cidade do Rio de Janeiro desde o passado colonial, quando foi constituída em posto avançado da metrópole ultramarina, no Atlântico Sul; esse perfil avançou ao longo do tempo, alcançando auges com o papel de capital do país, a função portuária e, mais tarde, com a posição metropolitana (p 69).

Assim esse elevado grau de concentração será a marca do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro antes e depois do surgimento do processo de metropolização, da constituição da metrópole e da formação da região metropolitana. Portanto, esta história de concentração na cidade do Rio de Janeiro, fundamentalmente motivada pelo papel político que ela exercia é a chave para a compreensão dos motivos do surgimento do processo de metropolização nessa área.

Além disso, a cidade do Rio de Janeiro era, no final do século XIX e início do século XX, o principal centro financeiro do país, onde eram concentrados e reciclados os capitais oriundos da atividade cafeeira. Nesta cidade, devido à existência do porto que escoava a produção cafeeira e da infraestrutura urbana disponível, desenvolveu-se a função financeira, função altamente seletiva, uma vez que requer uma série de condições que não se desenvolvem em todos os lugares. A função financeira que se concentrou nessa cidade, representada por bancos e casas

comerciais nacionais e estrangeiras além de contribuir para a ampliação do preço da terra na área central, dava a cidade uma grande importância dentro da economia nacional e também acarretava a disponibilidade de recursos financeiros em busca de valorização, que poderiam ser aplicados na indústria. Segundo Sobral (2007, p 34) este era um dos motivos da importância da cidade do Rio de Janeiro nesse período:

O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro não dependia diretamente da cafeicultura fluminense, mas sim de funcionar como principal centro urbano e político do país, ou seja, sede do capital mercantil nacional e centro de decisões do processo histórico brasileiro. Esse relativo conteúdo de autonomia referente a seu entorno imediato gerou um processo desigual de ocupação espacial e incorporação, realimentado pelos seus vínculos inter-regionais serem mais significativos à revelia da falta de uma maior estruturação da própria hinterlândia.

A função política, já destacada anteriormente e a função financeira agora em foco foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Esse papel de centro financeiro a escala nacional alimentava uma forte dinâmica de expansão urbana e de crescimento das atividades industriais, sendo que as estruturas, formas e funções produzidas estimulavam tanto a expansão urbana quanto o crescimento das atividades industriais, embora não tivessem sido produzidas com esse objetivo. Exemplo disso são as ferrovias: estruturas que criadas com o intuito de realizar o escoamento de produtos agrícolas e minerais pelo porto do Rio de Janeiro e que favoreceram tanto a expansão urbana como o crescimento das atividades industriais da região metropolitana em formação, no período que estamos analisando, ou seja, final do século XIX e início do século XX.

O transporte de passageiros pelas ferrovias favorecia o estabelecimento da função residencial ao longo das linhas ao mesmo tempo em que surgiam novas áreas com função industrial devido tanto a disponibilidade de mão de obra quanto à facilidade de acesso a matérias primas e máquinas bem como ao escoamento da produção permitido pelas ferrovias. Por outro lado o transporte de mercadorias nas ferrovias favorecia o escoamento dos produtos industriais em direção aos mercados consumidores bem como a distribuição das mercadorias importadas igualmente necessárias para o funcionamento das indústrias, principalmente matérias primas e máquinas.

Dessa forma devido a grande disponibilidade de capitais, de infraestrutura e de energia, e ao amplo mercado consumidor disponível na cidade do Rio de Janeiro,

uma parte dos capitais acumulados na agricultura cafeeira, que se desenvolvia principalmente na região do médio vale Paraíba Fluminense, e eram escoados pelas ferrovias até o porto do Rio de Janeiro, passaram a ser investidos na indústria da cidade do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do século XX. Temos, portanto, um vínculo entre a produção cafeeira que se desenvolvia no médio Vale Paraíba Fluminense e em áreas do atual estado de Minas Gerais e Espírito Santo, as ferrovias a partir do qual esta produção é escoada para o porto do Rio de Janeiro, o porto do Rio de Janeiro onde essa produção é exportada, e as atividades financeiras e industriais que se desenvolvem na cidade do Rio de Janeiro dentro do contexto das relações entre esses fatores e o processo de metropolização que se conforma a partir dessas relações.

Assim a cidade do Rio de Janeiro, se torna, no início do século XX, o principal centro industrial do país, tanto em termos de número de unidades quanto em volume de produção. Segundo Magalhães (2000, p 55) “em 1907 o Rio de Janeiro (Distrito Federal) aparecia como o principal centro industrial do país com uma produção equivalente a 30% do total, 26% do operariado e 20% do número de estabelecimentos”. Posição essa que como vimos até aqui, foi o resultado de um conjunto de condições excepcionais que a cidade pode concentrar justamente pelas funções políticas que esta cidade sediou desde a sua fundação até a década de 1960 quando a capital federal foi transferida para Brasília.

É preciso considerar, no entanto, a forma como essa industrialização se insere no contexto do projeto de industrialização nacional e no projeto de poder que se constrói a partir dele. Mello e Considera (1986, p 113), dão as pistas iniciais nesse sentido:

Seguramente, o Rio de Janeiro, devido a proximidade com São Paulo e às facilidades das ligações ferroviárias e rodoviárias, sofreu o maior impacto da arrancada industrial paulista, enquanto que os demais estados que tinham uma indústria com base agrícola tradicional e especializada mantiveram suas posições.

Ao analisar o processo de industrialização do Rio de Janeiro, os autores chamam a atenção para o fato de que, a partir do momento em que São Paulo passa a comandar o processo de industrialização a nível nacional, o Estado do Rio de Janeiro, devido à proximidade e as facilidades de ligação com São Paulo passa a sofrer mais diretamente a concorrência da economia paulista, ao passo que outros estados só sofrem essa concorrência mais tarde. Tal situação remete à análise de

Castro (1975, p 101) que classifica as indústrias, antes do período de integração nacional que se consolida partir da década de 1930, em regionais-regionais e nacionais-regionais, sendo que as primeiras só tinham condição de competir em seu próprio mercado regional enquanto as segundas poderiam competir em todo o território nacional a partir da integração do território brasileiro.

A indústria da região metropolitana do Rio de Janeiro pode ser considerada, portanto, um tipo especial de indústria regional-regional, uma vez que teve um papel de liderança na industrialização brasileira em um certo momento, posição que foi perdendo à medida que esse processo avança. O texto acima citado se refere, portanto a um momento inicial do processo de industrialização brasileira, entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, no qual a economia industrial fluminense torna-se paulatinamente menos competitiva que a paulista, ao mesmo tempo em que passa a enfrentar mais diretamente a sua concorrência. Sobral (2007, p 41) aponta outros elementos para a compreensão desse processo:

Enquanto economia regional periférica, mas com fortes articulações inter-regionais, a trajetória estadual esteve diretamente dependente do movimento geral da economia nacional e do seu mercado interno que tinha como centro dinâmico São Paulo. Sua especificidade foi a condição periférica ser parcialmente ocultada pelo peso político e econômico da presença do Estado, o que levou a importante parcela da massa salarial federal e do gasto público ser direcionada para o beneficiamento da infraestrutura urbana, investimentos industriais de monta serem realizados (via estatais) e existir um componente autônomo da demanda a partir do terciário superior (tecnoburocracia).

Embora não possamos concordar completamente com a afirmação de que o estado do Rio de Janeiro se constituía em uma economia periférica, o autor aponta elementos importantes para a compreensão do processo de industrialização neste estado, e em especial em sua região metropolitana. Principalmente o fato de que este processo de industrialização esteve fortemente associado ao poder de consumo de parte da população da metrópole, o que por sua vez se relaciona diretamente com o papel de gestão federal que a cidade do Rio de Janeiro exerceu por muito tempo. Em outras palavras, as políticas públicas do governo federal, que fomentam o processo de industrialização, são pensadas e executadas a partir do Rio de Janeiro, por mais que tenha como principal beneficiário a economia paulista, e é por isso que não consideramos correto classificar o Rio de Janeiro como economia periférica.

Dentro do processo de industrialização brasileiro, o Estado do Rio de Janeiro, e especialmente a cidade e a região metropolitana do Rio de Janeiro, eram um centro de gestão pública, e talvez justamente por exercer esse papel, o seu processo de industrialização esteve fortemente relacionado aos investimentos estatais (OLIVEIRA, 2008). Estes investimentos se concentram em indústrias de base e como tal tem um caráter complementar em relação à economia paulista, o que vincula definitivamente a economia do Estado do Rio de Janeiro à economia paulista de forma subordinada.

A partir disso podemos compreender melhor a relação entre industrialização do Rio de Janeiro e a industrialização brasileira, e obviamente quais as consequências disso para essa região. Agora retomaremos a discussão anteriormente iniciada no sentido de relacionar esse processo de industrialização, devidamente contextualizado dentro da escala nacional, com o processo de metropolização da Região metropolitana do Rio de Janeiro.

Portanto, vimos que além de centro do poder federal e de centro financeiro, a cidade do Rio de Janeiro se torna também o principal centro industrial do país, concentrando a maior parte da produção, do operariado industrial e do número de estabelecimentos, no início do século XX e é dentro desse contexto que se consolida o processo de metropolização que virá a conformar a região metropolitana do Rio de Janeiro. As estruturas, formas e funções que são produzidas na cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial, favoreceram o desenvolvimento de um processo de industrialização. Sendo que não tarda a haver uma expansão espacial da indústria em direção às novas áreas em busca de terrenos mais baratos, acesso a fontes de energia e mão de obra. Esta expansão espacial da indústria segue dois grandes eixos, os quais foram sem dúvida os mais importantes para a consolidação das atividades industriais na região metropolitana do Rio de Janeiro: um primeiro que partindo do Rio de Janeiro, segue para a zona Oeste e para a Baixada Fluminense, seguindo em linhas gerais os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e Rio do Ouro e o outro contornando a baía de Guanabara e seguindo em direção ao município de São Gonçalo, constituindo um importante eixo industrial ao longo dos bairros Barreto, Neves e Alcântara (ABREU, 2006).

Nesse contexto, associado à expansão das atividades industriais entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocorre uma grande expansão

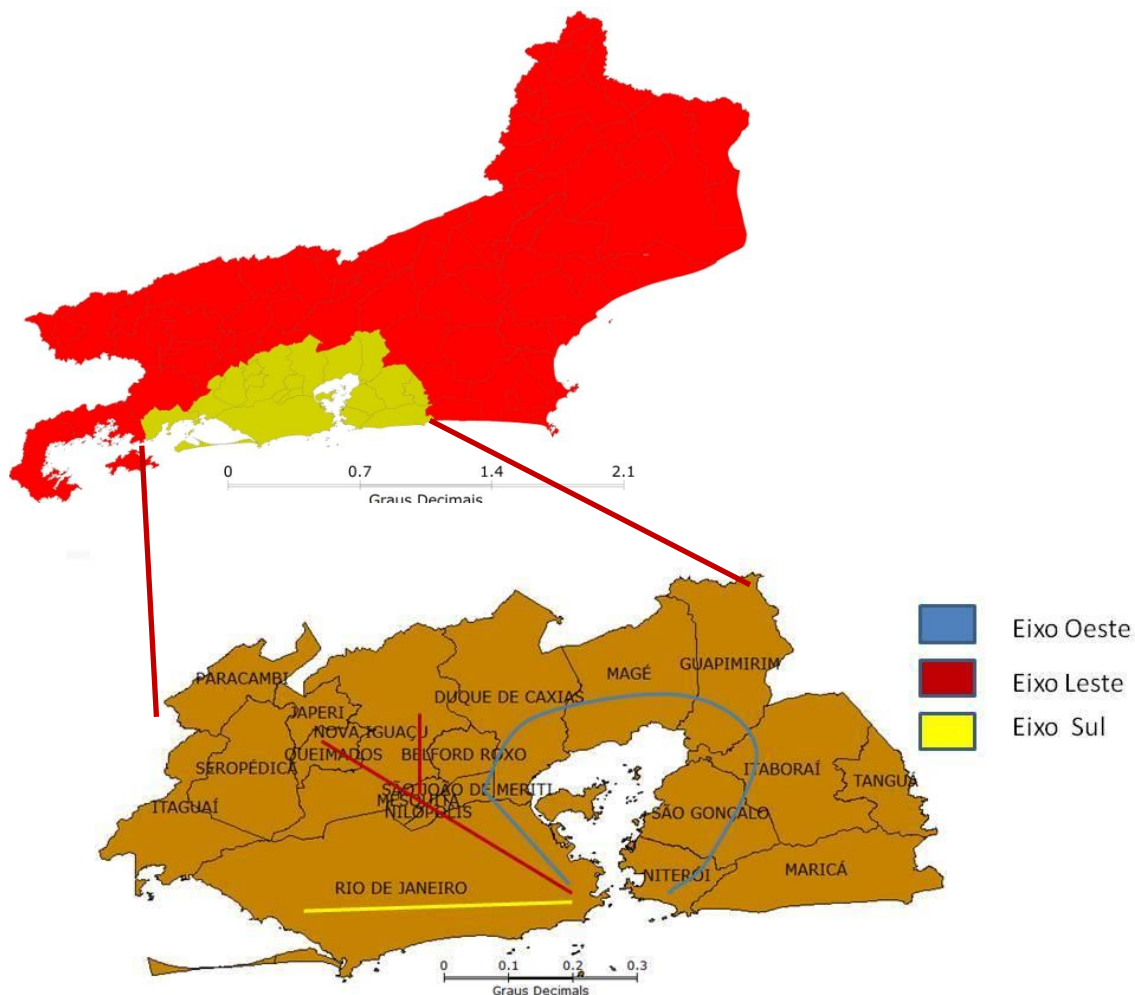
urbana que lançará as bases para a formação da atual região metropolitana. Esta expansão urbana segue três eixos básicos: o primeiro é o eixo sul, no qual a partir dos bairros de Catete e Botafogo na cidade do Rio de Janeiro, conforma-se um vetor de expansão de expansão marcado pela criação de bairros voltados para as elites cariocas (ABREU, 2006). Em diferentes momentos, bairros produzidos ao longo deste eixo assumirão o papel de bairros mais nobres da cidade do Rio de Janeiro, tendo como exemplos o bairro de Copacabana da década de 1950 e a Barra da Tijuca atualmente. Neste eixo as linhas de bonde tiveram grande importância ao viabilizar essa expansão, sendo comuns associações entre os promotores imobiliários, empresas de bonde e proprietários fundiários, como aponta Cardoso (1986).

Há ainda um segundo eixo: oeste, que passa pela atual zona norte da cidade do Rio de Janeiro em direção à zona oeste dessa cidade seguindo para os municípios da baixada fluminense. Neste eixo a ocupação se dá predominantemente, a partir da produção de um tipo bem específico de formas: os loteamentos populares com casas autoconstruídas e também com a formação de favelas. Como resultante dessa forma de ocupação esse eixo será caracterizado pela concentração de moradores de menor poder aquisitivo e também pela localização de estabelecimentos industriais, tendo como principal indutor do crescimento urbano, pelo menos em um primeiro momento, a ferrovia Central do Brasil.

Por fim temos um terceiro eixo: leste que contorna a baía de Guanabara, levando a ocupação da parte leste da baixada da Guanabara. Nesta área podemos diferenciar duas situações bem distintas: uma a da cidade de Niterói, que foi durante um longo período capital do Estado do Rio de Janeiro, acumulando, portanto uma melhor infraestrutura e tendo recebido principalmente a partir da abertura da ponte Rio – Niterói na década de 1970, grande afluxo de moradores de classe média oriundos da cidade do Rio de Janeiro; outra situação é a do restante dos municípios que tiveram a sua expansão urbana, assim como a baixada fluminense, marcada pela construção de loteamentos populares para população de menor renda e pela instalação de empreendimentos industriais. Importante para a ocupação desta área em um primeiro momento é a estrada de Ferro Leopoldina. O mapa 3 apresenta a localização da região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo a delimitação

realizada pelo IPEA (2013), com a localização aproximada dos três eixos de expansão metropolitana identificados acima.

Mapa 3: Localização da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE, 2012. Elaborado por Oséias Teixeira da Silva, 2016.

Comparando as características desses três eixos de expansão urbana podemos afirmar o seguinte: do ponto de vista dos grupos sociais que ocupam as áreas produzidas em cada um desses eixos, no eixo sul temos o predomínio das classes médias e altas ao passo que nos eixos leste e oeste temos predomínio das classes trabalhadoras, com a exceção de algumas áreas de Niterói onde predominou a ocupação por grupos de classe média; do ponto de vista da existência de atividades industriais, elas predominam nos eixos leste e oeste, ao passo que ao longo do desenvolvimento metropolitano, foram expulsas do eixo sul, mais valorizado (Abreu, 2006).

Esta região possui pelo menos dois aspectos que a diferenciam das demais regiões metropolitanas que se formaram no Brasil nesse mesmo período, ou seja, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX: em primeiro lugar os municípios que serão integrados na região metropolitana fazem parte de uma unidade federativa distinta de sua metrópole, pois até 1960 a metrópole do Rio de Janeiro era Distrito Federal, enquanto o restante da região metropolitana pertencia ao estado do Rio de Janeiro, que tinha por capital o município de Niterói. Depois de 1960, com a transferência da capital para Brasília, o antigo Distrito Federal se tornou estado da Guanabara, e os demais municípios permaneceram como integrantes do Estado do Rio de Janeiro, até 1974, quando ocorreu a fusão desses dois estados. Sobre tal particularidade, Oliveira (2008, p 58) afirma o seguinte:

Esta aí a origem da alta concentração industrial na cidade do Rio de Janeiro, e a produção do espaço metropolitano é particularmente caracterizado por uma intensa fragmentação exatamente por ser parte de dois estados, duas unidades da federação, sem que fosse objeto de uma política que integrasse as ações, instituições e diretrizes públicas de ocupação e desenvolvimento do território.

Portanto o autor relaciona a fragmentação política a grande concentração de indústrias e população na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a partir do fato da metrópole e do restante da região metropolitana pertencerem a estados diferentes nunca foi possível pensar em uma política industrial que permitisse integrar a economia metropolitana favorecendo a dispersão dos investimentos industriais de forma mais intensa em direção a outros municípios metropolitanos. Por outro lado devido à função de capital federal a cidade do Rio de Janeiro sempre foi beneficiada do ponto de vista dos investimentos públicos. Por mais que, apesar de todos os obstáculos institucionais, a integração espacial ocorresse de fato, ela poderia se dar de forma muito mais intensa e sem um grau de concentração tão grande na cidade do Rio de Janeiro caso houvesse uma efetiva política de integração metropolitana que permitisse uma distribuição um pouco mais equitativa dos investimentos públicos e privados entre os municípios metropolitanos.

Em segundo lugar por ser o centro do poder federal, desde a proclamação da República até a década de 1960, a cidade do Rio de Janeiro recebeu muitos investimentos que favoreceram o seu crescimento, porém, nunca houve uma política industrial para a região metropolitana em formação, até mesmo porque ela estava dividida em duas unidades federativas distintas. Assim os investimentos públicos apesar de terem sido em alguns momentos abundantes, eram concentrados na

cidade do Rio de Janeiro e voltados principalmente para o embelezamento da cidade, que como sede do poder a nível nacional era considerada pelas elites a vitrine do país para o mundo (FERREIRA, 2000).

Essa região metropolitana em sua formação, segundo Abramo (1998, p 4), se organizava da seguinte forma:

Nas três primeiras décadas do século XX, já se observava a conformação de um padrão de estruturação intra-urbana: um núcleo valorizado pelos investimentos públicos e privados em equipamentos e serviços urbanos, e uma periferia carente desses serviços, onde predominam conjuntos habitacionais e a autoconstrução em loteamentos irregulares e sem nenhuma infraestrutura.

Esse padrão configurava uma forma de organização espacial compreendida a partir do modelo centro-periferia, em que por um lado tínhamos uma área central representada pela parte central da cidade do Rio de Janeiro, a zona sul dessa cidade e parte da cidade de Niterói, na qual foram produzidas estruturas formas e funções voltadas à utilização da elite da cidade e da região metropolitana e a periferia constituída pela zona oeste e pela baixada fluminense e pelos municípios da parte leste da baixada da Guanabara, como São Gonçalo e Itaboraí.

Esta área central concentrava os investimentos públicos e privados, possuindo uma melhor infraestrutura e por isso nela o preço dos imóveis era mais elevado e as condições de vida melhores. Por outro lado na periferia os investimentos públicos e privados eram escassos e a infraestrutura era precária, e por isso, nestas áreas o custo dos imóveis é mais baixo e as condições de vida piores. Este quadro do processo de industrialização e da formação da região metropolitana se transforma a partir da década de 1980, devido à crise econômica e metropolitana desse período, denominada por Ribeiro (1996) de desindustrialização regressiva. Caracterizar esse momento de crise é o objetivo do próximo capítulo.

BIBLIOGRAFIA.

ABRAMO, P.; Faria, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 1998.

Abreu M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006, 156 pp.

- ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006, 156 pp.
- CARDOSO, E. D. **Capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Matemática e Ciências Naturais, UFRJ, 1986.
- CASTRO, A. B. **7 Ensaios sobre a economia brasileira (volume II)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, n. 6, pp. 67-77, 2º sem. 2001.
- FERREIRA, M. M. (org.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 189 pp.
- IBGE. **Regiões de Influência de cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LIMONAD, E. **Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.
- MAGALHÃES H. T. Ciência, tecnologia e inovação na cidade do Rio de Janeiro. In: Rosélia Piquet (org). **Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação**. Rio de Janeiro: IPURR, 2000.
- MELLO, H. P.; CONSIDERA, C. M. Industrialização fluminense. **Revista do Rio de Janeiro**, vol. 1, nº 3, 1986.
- OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Anais do XX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu, 1996.
- SOBRAL, B. L. B. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: análise do Estado do Rio de Janeiro – 1970-2006**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, 2007.

1.2. A crise econômica e metropolitana no Rio de Janeiro na década de 1980.

O objetivo deste capítulo é analisar a crise econômica e suas consequências na produção do espaço na região metropolitana do Rio de Janeiro. A perda de competitividade e os problemas do processo de industrialização na região metropolitana do Rio de Janeiro se devem a uma série de questões que foram apontadas no capítulo anterior, sendo que algumas delas serão desenvolvidas de forma mais aprofundada agora. Estes problemas se devem tanto a características específicas relacionadas ao desenvolvimento da industrialização nessa região, quanto à maneira como a indústria originária desse processo consegue competir com a produção industrial desenvolvida em outros lugares, considerando a escala nacional. Em relação a essa competição da produção industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro com a produção de outras regiões do país dois momentos são importantes: num primeiro momento se evidencia uma competição à escala regional, até aproximadamente a década de 1930 e, portanto num momento anterior a integração do território nacional, em que a região metropolitana do Rio de Janeiro, devido à proximidade física, sofre diretamente a concorrência da economia paulista da qual outras economias regionais estão mais protegidas (MELLO; CONSIDERA, 1986) e num segundo momento se evidencia uma competição industrial a escala nacional, posteriormente a década de 1930 e ao início do processo de integração do território nacional, em que a economia paulista passa a comandar a criação de uma divisão territorial do trabalho, na qual a região metropolitana do Rio de Janeiro só poderia ter um papel complementar e não competitivo em relação a São Paulo. Ribeiro (1999, p 9) comenta alguns dos problemas relacionadas a essa evolução econômica, que irão se manifestar de forma mais evidente na década de 1980, no seguinte trecho:

A crise econômica dos anos 80 tem repercussões específicas no Rio de Janeiro, em razão da sua economia estar há alguns decênios em decadência estrutural, cuja principal causa está no fato de ter sido historicamente depositária dos setores que se tornaram sucessivamente obsoletos no decorrer das revoluções industriais, sem apropriar-se dos setores de ponta de bens de consumo duráveis que se concentram em São Paulo, o que levou à instauração de uma estrutura industrial dinamizada apenas pelo mercado local. Por esta razão, a dinâmica econômica do Rio de Janeiro sempre foi dependente do comportamento do setor terciário local, formado por um segmento moderno (financeiro, informática, comércio), por outro tradicional, de serviços pessoais, e das variáveis macroeconômicas que influenciam os movimentos da massa salarial.

Embora a crise da década de 1980 tenha ocorrido em escala nacional, sendo comumente denominada de década perdida, esta crise se manifesta de maneira bastante específica no estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro. Isto porque nesta região temos um antigo processo de decadência industrial relativa em face da economia paulista que leva a que a indústria passe a ser muito dependente do mercado local formado principalmente pela metrópole. Essa baixa competitividade levou, portanto, a que a indústria metropolitana se tornasse extremamente dependente do mercado local e indiretamente da dinâmica do setor público federal, uma vez que por ter sido sede do poder federal até a década de 1960, a cidade do Rio de Janeiro ainda concentrava um grande contingente de funcionários públicos em geral com níveis de remuneração superiores ao do setor privado.

Com algumas exceções, como ocorre com o setor naval, a indústria metropolitana era praticamente incapaz de competir em mercados externos à região metropolitana, o que resultava em uma limitada diversificação dos setores industriais na região metropolitana. Uma vez que a indústria é dependente da demanda da região metropolitana, especialmente da metrópole, apenas aqueles setores para os quais existe demanda dentro do mercado metropolitano terão condições de se manter e expandir.

Por outro lado a economia dessa região é subordinada a uma divisão do trabalho que não comanda. Na década de 1980 quando o país entra em crise, esta irá se manifestar de forma bastante específica nessa região metropolitana, devido à fragilidade de seus setores industriais, a grande maioria deles incapazes de competir em áreas distantes e dependentes do mercado urbano da cidade do Rio de Janeiro. Com a crise, o endividamento do Estado e o aumento do desemprego há uma redução no mercado de consumo que a cidade do Rio de Janeiro oferece, sem que haja a possibilidade de buscar mercados externos ao estado, devido à baixa competitividade da indústria dessa região. Mesmo com alguns investimentos recebidos na década de 1980, o cenário econômico continuava desolador, como aponta Davidovich (2009, p 3):

A área metropolitana até o final dessa década (1980) não apresentava nenhuma perspectiva de recuperação. Todas as expectativas de recuperação econômica eram lançadas no pólo gás-químico, como um setor impulsionador do setor petroquímico, mas nada era produzido em termos de logística que propiciasse as condições básicas necessárias para o crescimento econômico. Com isso, a lista de perdas de investimentos no

espaço metropolitano aumentava seguidamente: falência total do setor naval (década de 1980); suspensão da construção do pólo petroquímico de Itaguaí (1987); deslocamento das empresas de informática instaladas no Rio de Janeiro para São Paulo (década 1980); pouca utilização do gás natural em seu desenvolvimento (início da década 1990); fraco desempenho do projeto Rio Polímeros, responsável pelo pólo gás-químico; poucas atividades e nenhum investimento no porto de Itaguaí (Itaguaí); incapacidade de levar avante perspectivas apontadas no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, coordenado por Carlos Lessa e outras derrotas econômicas.

Como o texto evidencia, durante a década de 1980, apesar de algumas expectativas de investimentos que não se concretizam ou não tem o efeito esperado, o que temos é um conjunto de perdas econômicas e industriais que se somam na região metropolitana com grande intensidade, levando ao aumento dos índices de desemprego e de informalidade. Evidencia-se uma situação estrutural de decadência industrial, apontado por Ribeiro (1999) no texto acima citado, a qual não sofre alterações apesar de alguns investimentos recebidos ao longo da década de 1980. Entre essas perdas há que se destacar a falência da indústria de construção naval localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, que foi a mais importante do país até a década de 1980, tendo o setor praticamente desaparecido nessa região metropolitana ao longo dessa década. Segundo Jesus (2009, p 6) a principal causa para essa falência “foi a retirada dos subsídios a essa indústria pelo governo federal”.

É neste contexto de crise que se configura, em escala nacional, um processo de reestruturação produtiva, com profundas transformações nas bases técnicas e nas formas organizacionais dos processos produtivos. Este processo, segundo Harvey (2000) estaria relacionado à transição do regime fordista de produção, que entra em declínio, para um “regime de acumulação flexível”. De forma sintética, o que podemos apontar é que como qualquer processo de reestruturação, a reestruturação produtiva se origina dos descompassos entre as necessidades atuais do sistema capitalista na atualidade e as características do sistema produtivo como foram historicamente produzidas. O que também podemos afirmar é que o processo de reestruturação produtiva se caracteriza por um momento destrutivo, em que esse descompasso se acentua, e um momento de reconstrução, em que novas alternativas são buscadas, umas fracassam enquanto outras obtêm sucesso e com isso aos poucos vai se configurando um novo padrão produtivo.

A reestruturação produtiva, no entanto, é um processo essencialmente econômico enquanto a reestruturação espacial, que é o foco do nosso trabalho, é essencialmente espacial, embora precisemos ressaltar que essa diferenciação é apenas analítica uma vez que economia, espaço e sociedade são realidades profundamente entrelaçadas. De qualquer maneira a relação entre a reestruturação produtiva e a reestruturação espacial não pode ser compreendida como uma relação de causa-efeito, mas uma relação de múltipla causalidade, em que tanto a reestruturação produtiva gera o que poderíamos chamar, de “demandas” ao espaço metropolitano que podem levar a mudanças nas estruturas, formas e funções espaciais, quanto à configuração do espaço metropolitano se coloca como um dos principais condicionantes da reestruturação produtiva.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil ocorre em um momento de crise na economia nacional. Na região metropolitana do Rio de Janeiro este processo não se configura a partir da desconcentração de setores industriais em direção a outros municípios da região metropolitana, ou mesmo pela reconcentração dos investimentos de atividades de serviços avançados na metrópole, mas pelo desmonte e abandono das atividades industriais, tornadas obsoletas pelas transformações globais e nacionais, levando ao fechamento de setores industriais inteiros, como o setor naval que praticamente deixou de existir nessa região ao longo da década de 1980 sem que haja uma visível expansão do setor terciário na metrópole ao longo dessa década. Ribeiro (1999, p 11) aponta algumas características desse processo no trecho a seguir:

Podemos supor que a desindustrialização do Rio de Janeiro não apresenta sinais que indiquem ser o resultado de um novo papel da metrópole na reestruturação produtiva. A crescente terciarização da economia fluminense apresenta sinais regressivos, na medida em que é puxada por duas dinâmicas de informalização. De um lado, o crescimento de um pólo de informalidade integrado às empresas, fruto da estratégia de ajustamento defensivo, que diante das incertezas geradas pela crise adotam uma espécie de *flexibilidade espúria* pela qual diminuem os custos e socializam os riscos. De outro lado, a terciarização do Rio de Janeiro teria também como origem a expansão de uma espécie de *economia urbana da sobrevivência*, caracterizada pela predominância de um vasto contingente de prestadores de serviços pessoais, ambulantes, biscateiros, etc., com baixa qualificação e remuneração.

Ao longo da década de 1980, portanto, segundo o autor, a crise metropolitana, que culmina em um forte processo de desindustrialização não indica uma nova função da metrópole, associada à gestão do capital e a produção de serviços avançados como ocorre em outras metrópoles que ao perderem

participação na atividade industrial passam a ter uma função terciária mais evidente. Em alguns casos, a partir da década de 1990, a importância do setor terciário de uma metrópole e sua influência na gestão do capital e na dinâmica do mercado financeiro as projetam como cidades mundiais, como é notadamente o caso de Londres, Tóquio e Nova York, analisado por Sassen (2001).

Nada parecido com isso ocorre na metrópole do Rio de Janeiro na década de 1980. O que temos é uma crise econômica, que se desdobra em um processo de desindustrialização, sendo que a terceirização da economia que ocorre a partir de então é muito mais uma resposta defensiva diante da crise, do que resultado do dinamismo desse setor e de uma nova função da metrópole do Rio de Janeiro na rede urbana, a nível nacional, ou mesmo internacional. Assim o avanço da terceirização se dá principalmente com o aumento da informalização da economia, seja como uma estratégia de redução de custos das empresas, seja como uma estratégia de sobrevivência da população em busca de alternativas de emprego.

Portanto quando focalizamos a região metropolitana do Rio de Janeiro percebemos que o processo de reestruturação produtiva nessa região tem um caráter marcadamente destrutivo, sem que se coloque pelo menos nesse momento qualquer tentativa de reconstrução, que só irá se esboçar num momento posterior, que analisaremos no próximo capítulo. Nesse sentido, retomando a definição de reestruturação de Soja (1984) podemos notar que no caso dessa região o processo de reestruturação produtiva ao longo da década de 1980 se concentrou apenas na fase de destruição sem que houvesse nesse primeiro momento qualquer processo efetivo de reconstrução.

Assim configura-se uma profunda crise econômica, que tem suas raízes na decadência do setor industrial na região metropolitana e que está profundamente relacionado à crise metropolitana. Ribeiro (1996) caracteriza esse processo como de desindustrialização regressiva, termo que se refere tanto à crise econômica, e industrial quanto à crise metropolitana, e que se caracteriza por uma redução geral da renda dos trabalhadores e um grande aumento do mercado de trabalho informal ao longo dos anos 1980.

Neste trabalho ampliamos a concepção de desindustrialização regressiva do autor que além dos aspectos anteriormente abordados se caracterizaria por: fechamento de empresas industriais e falência de setores industriais inteiros como

ocorre com o setor naval. Assim se houve um processo de reestruturação produtiva na região metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1980 esta se caracterizou apenas pelo movimento de destruição, sem que houvesse nesse momento uma tentativa de reconstrução. Dessa maneira a inadequação entre as características do processo de industrialização da região metropolitana do Rio de Janeiro e as novas necessidades dos processos produtivos capitalistas leva ao abandono dessa região com intenso fechamento de fábricas e perda de empregos industriais.

A tabela a seguir apresenta informações que corroboram a análise apresentada até agora, trata-se do total de pessoal empregado na indústria de transformação na região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1985 e 1995, segundo dados da RAIS-MTE. Os municípios da região metropolitana foram agrupados a partir dos eixos de expansão metropolitana discutidos no capítulo anterior. A cidade do Rio de Janeiro foi destacada por apresentar uma importância econômica e populacional muito superior aos demais municípios metropolitanos, e por conter o eixo sul que tem seu desenvolvimento dentro desse município. O eixo Oeste compreende os municípios da área comumente denominada baixada fluminense, ligados à metrópole principalmente pela Via Dutra. O eixo norte agrupa os municípios do fundo da Baía de Guanabara, sendo uma área ainda de baixa intensidade de ocupação se comparado aos outros eixos. O eixo leste agrupa os municípios da parte leste da região metropolitana, sendo a principal via de integração com a metrópole a BR 101.

Essa divisão em eixos corresponde em linhas gerais aos eixos de expansão territorial descritos no capítulo anterior e que foi essencial a formação da região metropolitana desde o final do século XIX até meados do século XX, com algumas modificações. O eixo sul, descrito no capítulo anterior, se desenvolve inteiramente dentro da cidade do Rio de Janeiro, e por isso não aparece na tabela que tem como unidade básica o município. O eixo norte, presente na tabela, não aparece no capítulo anterior uma vez tal eixo não teve grande importância na formação da região metropolitana, mas poderá ter no futuro a partir da construção do arco metropolitano. Os eixos leste e oeste são os mesmos tanto na tabela quanto no

capítulo 1.1. Esse agrupamento será seguido ao longo do trabalho em todas as tabelas¹⁶.

Tabela 1: Total de empregos na indústria de transformação, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 – 1995

Municípios	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Rio de Janeiro	358066	396827	388571	380187	391427	346837	311133	275211	269541	270545	251654
Eixo Oeste	50568	59322	59304	60469	61540	55634	54975	50496	51113	50545	49446
Duque de Caxias	23740	27147	26174	27720	28270	25224	24556	24682	25012	22272	22142
Nova Iguaçu	18122	21263	22295	22389	23342	20934	22038	19017	18278	15542	12512
Belford Roxo*	-	-	-	-	-	-	-	-	28	1601	3210
Itaguaí	2629	2918	2886	2884	1508	2246	2276	2312	2487	2543	2828
Japeri									0	31	98
Mangaratiba	549	559	566	568	582	473	414	353	355	317	342
Mesquita											
Nilópolis	958	1312	1273	1219	1224	1170	1050	565	1143	1612	1103
Queimados									0	2131	2640
São João de Meriti	4570	6123	6110	5689	6614	5587	4641	3567	3838	4496	4571
Seropédica											
Eixo Norte	5127	6014	6283	6250	6294	5828	4461	3790	3929	3386	4124
Guapimirim	-	-	-	-					0	8	756
Magé	5127	6014	6283	6250	6294	5828	4461	3790	3929	3778	3368
Eixo Oeste	31135	38259	37030	37888	38725	35514	30228	29195	29891	29654	29299
Niterói	15392	19654	18691	19575	20161	18185	13604	13778	14113	14499	12165
São Gonçalo	12378	14882	14417	14206	14177	12937	12490	12168	12077	11601	12077
Itaboraí	3043	3341	3561	3672	3989	3935	3731	2805	3261	3026	4273
Maricá	322	382	361	435	398	457	403	444	440	528	784
Tanguá											
Região Metropolitana	444896	500422	491188	484794	497986	443813	400797	358692	354502	354530	334523

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais-RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

Analisando a tabela percebemos que o movimento de desindustrialização regressiva apresenta diferenças importantes entre o conjunto dos municípios que compõem a região metropolitana. Nesse sentido podemos analisar de duas formas essa tabela: a primeira diferenciando o movimento dos municípios com menor ou maior volume de empregos e a segunda a partir dos eixos. No grupo de municípios com menos de 10.000 empregos industriais há alguns municípios que não apresentam tendência clara de aumento ou redução do emprego industrial no período, pode se dizer, portanto, que o volume de empregos na indústria permanece

¹⁶ O referencial espacial para essa divisão em eixos é a baía de Guanabara, de fundamental importância para a ocupação da área que viria a ser a região metropolitana do Rio de Janeiro. As posições oeste, leste e norte se relacionam, portanto, com a posição dessa baía.

estável. Este é o que ocorre com os municípios de Itaboraí, Itaguaí e Nilópolis. Há ainda um conjunto de municípios que tiveram um ligeiro aumento no volume de pessoas empregadas na indústria, este é o caso de Maricá. Magé representa uma exceção nesse grupo por ser o único a apresentar tendência clara de redução no volume de emprego. Portanto este grupo de municípios sofreu menos os efeitos do processo de desindustrialização regressiva, justamente por ter uma base industrial menor e certamente menos diversificada.

O segundo grupo corresponde aos municípios que possuem um grande volume de emprego industrial, superior a 10.000 empregos industriais. Neste grupo ocorre o seguinte: até 1987/1988 temos um ligeiro aumento do número de empregos e a partir de então temos uma queda generalizada nos níveis de emprego. Se compararmos o maior com o menor número de empregos ao longo do período para um mesmo município temos os seguintes casos: a cidade do Rio de Janeiro passa de 396.827 empregos em 1987 para 251.654 em 1995 (redução de 145.173 empregos na indústria), em Duque de Caxias passa-se de 27.720 em 1988 para 22.142 empregos em 1995 (redução de 5.578 empregos na indústria), em Nova Iguaçu passa-se de 23.342 em 1989 para 12.512 em 1995 (redução de 10.830 empregos na indústria) e em Niterói passa-se de 20.161 empregos em 1989 para 12.165 em 1995 (redução de 7.996 empregos na indústria).

Como são os municípios com maior volume de emprego industrial os que mais sofrem com a redução de postos de emprego na indústria, quando se analisa a região metropolitana como um todo o resultado é semelhante ao desse segundo grupo de municípios, com uma perda acumulada de mais de 172.000 empregos. Portanto é justamente nos municípios que participavam mais ativamente da dinâmica metropolitana, e que possuíam uma posição mais consolidada no processo de industrialização da região metropolitana do Rio de Janeiro que o processo de desindustrialização regressiva ocorreu com mais intensidade.

Nesse sentido a forte redução do número de empregados na indústria é uma clara evidência do processo de desindustrialização regressiva da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em relação aos eixos podemos perceber que aqueles mais importantes em termos de volume de empregos foram justamente os que foram mais afetados pelo processo de desindustrialização, enquanto os com menor volume foram menos afetados. O eixo Norte, que não possuiu nenhum

município com mais de 10.000 empregos na indústria foi o menos afetado por esse processo. No eixo oeste cabe destacar a importância dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu em termos de volume de empregos enquanto no eixo leste os destaques ficam para os municípios de São Gonçalo e Niterói. São justamente nesses municípios, juntamente com a metrópole, que se concentram a maior parte da perda de empregos industriais. Como veremos ao longo do trabalho esses municípios se colocam como os mais importantes dentro da região metropolitana, juntamente com a metrópole, seja considerando indicadores relativos à população ou a atividades econômicas.

Vejamos agora se o emprego do setor de serviços e comércio, outros setores econômicos importantes da economia metropolitana, segue o mesmo movimento do emprego na indústria, ou seja, se a crise econômica da região metropolitana, que se manifesta como desindustrialização regressiva, afeta também os demais setores da economia metropolitana ou se restringe ao setor industrial. A tabela a seguir apresenta a evolução do total de empregados no setor de comércio e serviços entre 1985 e 1995:

Tabela 2: Total de empregados no setor de Comércio e Serviços*, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 – 1995.

Município	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Rio de Janeiro	1500065	1546698	1542792	1600206	1609598	1426847	1370979	1279564	1282184	1327235	1464182
Eixo Oeste	119208	128323	134672	143933	134984	138664	133651	117661	134908	142905	152144
Belford Roxo	12	8	0	0	0	0	0	0	13	4414	8142
Duque de Caxias	40746	43326	45889	49721	48863	48896	46648	38979	48690	41837	48043
Itaguaí	5225	4645	6143	7215	3821	6557	6980	5619	7119	7932	8043
Japeri	0	0	0	0	0	0	0	0	3	731	1086
Mangaratiba	2124	2413	2656	3389	3360	3488	3431	3296	3364	4316	3020
Mesquita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nilópolis	7414	8574	8711	9057	9238	9030	7847	6192	7408	7769	9064
Nova Iguaçu	43462	46301	48508	50659	45732	48189	47273	43304	45808	49126	44686
Queimados	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1961	3429
Sao Joao de Meriti	20224	23054	22765	23892	23970	22504	21472	20271	22503	24819	26631
Seropédica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eixo Norte	4905	5190	5864	6434	6244	6199	6065	6246	6696	7881	9067
Guapimirim	5	6	0	0	0	0	0	0	21	113	1038
Mage	4900	5185	5864	6434	6244	6199	6065	6246	6675	7768	8029
Eixo Leste	122283	129482	135922	132879	137267	132937	127616	122477	127646	126312	131337
Itaboraí	4148	4800	5146	3264	5345	5498	6082	5632	7243	7684	7551
Marica	2877	3411	3025	3296	3181	3231	2595	3912	4161	5751	5830
Niterói	86101	89945	95219	93807	92742	87079	84226	78901	80872	75123	76584
Sao Gonçalo	29157	31326	32532	32512	35999	37129	34713	34032	35370	37754	41372
Tanguá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Região metropolitana	1746461	1809694	1819250	1883452	1888093	1704647	1638311	1525948	1551434	1604333	1756730

*os valores da tabela foram obtidos somando o total de empregados no setor de comércio e de serviços.

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A análise da tabela nos permite afirmar que o setor terciário não foi tão afetado, pelo menos em termos de volume de empregos, sendo que em praticamente todos os municípios não houve variações significativas no nível de empregos no setor terciário. Em outras palavras, não houve grande variação nas ordens de grandeza do volume de empregados no setor terciário, o que pode ser interpretado de duas formas complementares: em primeiro lugar este setor conseguiu resistir à crise econômica na região sem grandes perdas de empregados, mesmo que tenha ocorrido um rebaixamento dos valores pagos pelos trabalhadores neste setor, além do crescimento do terciário informal (RIBEIRO, 1996); por outro lado este setor também não conseguiu crescer de forma compensar a perda de empregos na indústria, o que poderia significar uma redução dos impactos negativos da crise econômica nesse período.

Para compreender o significado deste último fato devemos compreender as características gerais de grande parte das atividades desse setor, que segundo OLIVEIRA (2003) se caracteriza por possuir baixa produtividade o que leva a necessidade de uma grande quantidade de mão de obra para o funcionamento da maior parte das atividades terciárias, sendo que a expansão desse setor tem uma característica mais horizontal, em que o crescimento da atividade depende da inserção de mão de obra, e não vertical, quando o crescimento da atividade depende da inserção de capital mais do que de mais trabalho.

A partir disso podemos afirmar que uma vez que temos praticamente uma estagnação do número de empregados no setor terciário, isto indica que estamos em um momento de crise também nesse setor, já que em um momento de expansão econômica, deveríamos ter um crescimento do volume de empregados. Outra explicação para essa estagnação seria o fato de que uma parte dos trabalhadores desse setor passa a empregados informalmente o que ajudaria a explicar essa estagnação. No entanto, como a desindustrialização regressiva não envolve apenas o aumento do desemprego, mas também a ampliação das formas de precarização do trabalho, podemos afirmar que mesmo nesse caso os dados confirmariam o fato de que este setor também foi afetado pela crise econômica, apenas respondendo a ela de forma distinta: não a partir do aumento desemprego mas a partir da precarização das formas de emprego.

Vejam agora a relação desse processo de desindustrialização regressiva com as modificações nas estruturas, formas e funções espaciais na região metropolitana. Um bom indicador nesse sentido é a distribuição da população dentro da região metropolitana, uma vez que mudanças na distribuição populacional estão sempre diretamente relacionadas com transformações nas estruturas, formas e funções espaciais, como ocorre, por exemplo, quando a ampliação da malha viária viabiliza a expansão residencial em áreas ainda não efetivamente integradas a dinâmica metropolitana. A tabela 3 apresenta evolução da distribuição da população metropolitana entre 1970 – 1991.

Tabela 3: População total e taxa de crescimento, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.

Município	1970	1980	1991	Crescimento %
Rio de Janeiro	4.251.918	5.090.723	5.480.768	1,29
Eixo Oeste				
Belford Roxo	-	-	-	-
Japeri	-	-	-	-
Nilópolis	128.011	151.585	158.092	1,23
São João de Meriti	302.394	398.819	425.772	1,41
Mesquita	-	-	-	-
Queimados	-	-	-	-
Seropédica	-	-	-	-
Duque de Caxias	431.397	575.830	667.821	1,55
Nova Iguaçu	727.140	1.094.789	1.297.704	1,78
Itaguaí	55.839	90.131	113.057	2,02
Mangaratiba	12.338	13.841	17.925	2,16
Eixo Norte				
Guapimirim	-	-	-	-
Magé	113.023	166.603	191.734	1,70
Eixo Leste				
Niterói	324.246	397.135	436.155	1,35
Tanguá	-	-	-	-
Maricá	23.664	32.618	46.545	1,97
São Gonçalo	430.271	615.351	779.832	1,81
Itaboraí	65.912	114.542	162.742	2,47
Total	6.879.183	8.758.436	9.796.649	1,42

Fonte: IPEADATA

A análise da tabela permite perceber que entre os municípios com menor crescimento populacional estão além da metrópole, os municípios de Niterói, Nilópolis e São João de Meriti. Podemos identificar um segundo conjunto de municípios que tiveram índices de crescimento superiores ao da metrópole como é o caso de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, todos estes com volumes populacionais bastante superiores aos demais municípios da região metropolitana. Podemos identificar ainda um terceiro grupo, que é constituído pelos municípios que estão nos extremos dos eixos leste e oeste, e que apresentam taxas de crescimentos superiores a 2%: este é caso de Itaguaí e Mangaratiba (eixo oeste) e Itaboraí (eixo leste). Como as maiores taxas de crescimento são encontradas nos municípios mais distantes da metrópole, devemos concluir que a proximidade da metrópole ainda é um elemento importante em relação à ampliação do preço da

terra na região metropolitana, o que, leva a um maior crescimento populacional naqueles municípios onde o preço da terra é mais baixo, sendo, portanto locais com preços da terra mais acessíveis aos moradores metropolitanos de menor renda.

De forma geral podemos notar que no período em tela todos os municípios tiveram aumento na população. Além disso, percebe-se certa homogeneidade nas taxas de crescimento entre os municípios, em que não se notam discrepâncias tão grandes entre o crescimento populacional dos municípios, o que indica uma consolidação da integração deles a dinâmica metropolitana, uma vez que quando uma área é originalmente integrada à dinâmica metropolitana é comum um crescimento populacional acelerado motivado principalmente pelo diferencial entre o preço da terra nesse novo local que é geralmente inferior ao preço médio da terra na região metropolitana. Apesar disso a metrópole apresenta um dos menores crescimentos populacionais entre todos os municípios da região, tendo sua população crescido 1,29 entre 1970 e 1991, abaixo, portanto da taxa de crescimento médio para a região metropolitana como um todo, enquanto os municípios do extremo leste e oeste tiveram crescimento bem superior a essa média.

A seguir veremos os dados sobre a participação no total da população na região metropolitana no período 1970-1991, e assim poderemos compreender que alterações nas formas de distribuição da população ocorrem no período em tela. A tabela 4 apresenta os dados sobre a participação na população total dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 4: Variação da participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.

Município	1970	1980	1991	Variação 1970/1991
Rio de Janeiro	61,81	58,12	55,95	-5,86
Eixo Oeste				
Belford Roxo	-	-	-	-
Japeri	-	-	-	-
Mesquita	-	-	-	-
Queimados	-	-	-	-
Seropédica	-	-	-	-
Duque de Caxias	6,27	6,57	6,82	0,55
Itaguaí	0,81	1,03	1,15	0,34
Mangaratiba	0,38	0,40	0,41	0,02
Nova Iguaçu	10,57	12,50	13,25	2,68
Nilópolis	1,86	1,73	1,61	-0,25
São João de Meriti	4,40	4,55	4,35	-0,05
Eixo Norte				
Guapimirim	-	-	-	-
Magé	1,64	1,90	1,96	0,31
Eixo Leste				
Tanguá	-	-	-	-
Itaboraí	0,96	1,31	1,66	0,70
Maricá	0,34	0,37	0,48	0,13
São Gonçalo	6,25	7,03	7,96	1,71
Niterói	4,71	4,53	4,45	-0,26
Total	100,00	100,00	100,00	-

Fonte: IPEADATA

Analisando a tabela podemos perceber que praticamente todos os municípios da região metropolitana aumentam sua participação no total da população, sendo as únicas exceções os municípios do Rio de Janeiro, seguido de longe por Nilópolis; Niterói e São João de Meriti, que tem uma queda de participação praticamente desprezível. A cidade do Rio de Janeiro é a que tem a maior perda de participação no período (5,86%) o que permite afirmar que o crescimento da participação dos outros municípios se dá principalmente a partir da perda de participação da metrópole.

Interessante notar ainda que três dos quatro municípios que tiveram maior aumento de participação na população no período: São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu são municípios que já tinham uma participação elevada no total da população da região metropolitana em 1970. Isto indica que embora a

desconcentração populacional se direcione a todos os municípios metropolitanos com exceção de Niterói, ele se dá de forma mais intensa em direção àqueles municípios que já tinham um maior volume populacional e também um processo de integração a dinâmica metropolitana mais consolidada.

De qualquer maneira podemos constatar que relacionado a essa crise econômica temos um momento de redistribuição da população metropolitana, com redução da concentração populacional na metrópole e em Niterói, com a população se deslocando para outros municípios da região metropolitana. Tal fato está relacionado a um processo de ampliação do preço da terra, expulsão de moradores e concentração de funções terciárias na cidade do Rio de Janeiro que não se inicia nesse momento, mas continua nesse período, apesar da crise. Jardim (2007) identifica as origens desse processo de desconcentração populacional na década de 1960. Segundo Jardim (2007, p 172)

A partir dos anos 60, do século passado, a valorização imobiliária dos espaços cênicos do Rio de Janeiro, contribui para o aumento da diferença sócio-espacial, cujos reflexos se fizeram sentir nos subúrbios e na periferia no sentido que ganharam novos contornos, com a imigração de estratos de renda médio e altos que se assomaram a população local, reproduzindo em áreas diferenciadas espacial e economicamente que demonstravam o aumento do processo de segregação sócio-espacial.

Portanto, temos um processo de valorização dos espaços mais centrais da região metropolitana, principalmente na metrópole, justamente aqueles mais bem dotados de infraestrutura, o que resulta em uma expulsão de estratos de classe média desses locais, que se dirigem a outras áreas dentro da região metropolitana, o que afeta as estruturas, formas e funções dos municípios que recebem os moradores expulsos das áreas mais valorizadas. Ainda segundo Jardim (2007, p 175):

Os principais fluxos de imigrantes do Rio de Janeiro de média e alta renda se destinaram aos municípios de Niterói, Nova Iguaçu e São Gonçalo, cujos rendimentos médios se aproximavam aos da população. Entretanto, os seus rendimentos médios quando comparados com o da população metropolitana foram inferiores; o que significa no geral, um duplo processo de segregação social caracterizado, por um lado, pela imigração de alta renda para Niterói e por outro pela maioria dos imigrantes de baixa renda que se destina aos demais municípios da periferia metropolitana.

Assim temos uma grande quantidade de moradores de alta renda que se deslocam para Niterói, enquanto outros de renda mais baixa se deslocam para outros municípios metropolitanos, procurando nesses municípios, as áreas mais

centrais melhor dotadas de infraestrutura. Com isso os pobres, nesses municípios passam a morar em áreas cada vez mais distantes do centro, enquanto esses novos migrantes tendem a morar em áreas exclusivas próximas ao centro (JARDIM, 2007).

Portanto o que explica de forma geral os dados acima mostrados é esse duplo processo de segregação sócio-espacial em que por um lado temos a ampliação do preço da terra na metrópole, o que leva a expulsão de segmentos de classe média dessas áreas. Relacionado a isso ocorre um processo de ampliação do preço da terra em alguns municípios da região metropolitana, justamente aqueles que possuem maior contingente populacional e melhor infraestrutura, sendo que as áreas centrais desses municípios também se valorizam levando a expulsão de parte da população mais pobre dessas áreas para as periferias desses municípios ou mesmo para outros municípios metropolitanos. Tal processo embora tendo se iniciado na década de 1960 continua no período que estamos analisando.

No entanto apesar desse processo de desconcentração (seria melhor dizer expulsão seletiva de população associada à concentração de atividades terciárias) o município do Rio de Janeiro continua a concentrar mais de 50% da população da região metropolitana, ou seja, a metrópole continua a ser uma importante aglomeração de pessoas. Nesse sentido podemos perceber alguns movimentos populacionais que se conformam no período, entre eles a de perda de participação na população total principalmente na metrópole, fato que está relacionado a um processo de expulsão seletiva de população que se dá ao mesmo tempo em que temos uma constante valorização imobiliária e produção contínua de bairros de classe média e alta, sendo possível citar os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon na cidade do Rio de Janeiro, e bairros como Icaraí e Ingá em Niterói juntamente com a concentração de funções terciárias nestas duas cidades, principalmente na metrópole.

A construção da ponte Rio Niterói nos anos 1970 pelo governo militar irá reforçar a complementaridade entre as formas funções e estruturas espaciais presentes nos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói ao facilitar as ligações entre essas cidades e ao consolidar uma estrutura viária integrada nessa região, não mais fragmentada pela baía de Guanabara. Isto irá reforçar um processo simétrico de valorização imobiliária, com a produção de “bairros nobres e exclusivos” e

concentração de atividades terciárias em ambas as cidades, obviamente com maior intensidade na metrópole.

Este processo está associado fortemente ao surgimento de novas formas urbanas nessas cidades, em especial os condomínios fechados. Esse tipo de enclave fortificado (CALDEIRA, 2000) que associa busca de exclusividade social, preocupação com segurança e controle de acesso, teve grande aceitação no Brasil e trouxe grandes transformações nas formas de segregação sócio-espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro associando muitas vezes valorização de áreas periféricas, proximidade física de classes sociais diferentes e paradoxalmente o distanciamento social cada vez maior entre diferentes grupos sociais. Trata-se, portanto de uma nova forma urbana com consequências ainda não totalmente compreendidas para o processo de metropolização da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além disso, nesse período, temos importantes mudanças nas funções metropolitanas, com a reconfiguração de alguns municípios metropolitanos, em especial com os shoppings centers, que se expandem fortemente na região metropolitana nesse período, sendo que enquanto em 1980 temos apenas 4 shoppings centers na região metropolitana, todos localizados na cidade do Rio de Janeiro, em 1990, temos um total de 14 shopping centers, distribuídos por 5 municípios metropolitanos¹⁷. Esses shoppings centers constituem novas centralidades e se diferenciam fortemente dos centros tradicionais, por serem produzidos por empresas imobiliárias, com fortes interesses relacionados à valorização imobiliária, geralmente em áreas periféricas e com formas de acessibilidade ligadas prioritariamente ao automóvel. Portanto os shoppings centers são um caso interessante em que a modificação das funções metropolitanas se torna uma atividade lucrativa em si mesma.

Portanto o período em tela pode ser compreendido como um momento de continuidade em um processo de redistribuição populacional na região metropolitana, com mudanças nas estruturas formas e funções espaciais e marcado por alguns grandes movimentos demográficos: certa homogeneidade entre as taxas de crescimento populacional dos municípios metropolitanos; perda da participação populacional na metrópole e no município de Niterói, devido a expulsão seletiva de

¹⁷ Fonte: <http://www.portaldoshopping.com.br/> acessado em 26/02/2015.

moradores e concentração de atividades terciárias; crescimento da participação na população total de alguns municípios metropolitanos com maior volume populacional e melhor infraestrutura.

Trata-se de importantes mudanças que não necessariamente começam nesse período, mas que não indicam pela sua magnitude a existência de um processo de reestruturação espacial. E isto principalmente porque estas mudanças se dão em um momento de crise econômica, em que as atividades econômicas estão estagnadas ou em retração, e, portanto não apresentam tantas demandas por novas áreas. Portanto o que falta para a reestruturação espacial ocorrer nessa região é justamente um contexto de recuperação econômica no qual teremos novos investimentos, pautados em uma lógica distinta e associados a um novo momento do processo de globalização, situação que só irá se conformar nessa região em um período posterior.

Ou seja, apesar das grandes transformações nesse período não podemos perceber um momento de ruptura que marca um processo de reestruturação, mas sim um momento tipicamente destrutivo em relação às atividades econômicas, embora com certo dinamismo relacionado à produção imobiliária. Portanto, apesar da crise, percebemos a continuidade de um processo de ampliação do preço da terra associado à produção imobiliária na região metropolitana, uma vez que investimentos imobiliários são considerados investimentos seguros especialmente em um momento de crise e de inflação alta. No próximo capítulo analisaremos o período recente da metropolização da região metropolitana do Rio de Janeiro, marcado pela recuperação econômica e por um intenso processo de reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA.

Caldeira, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. Anpur: **Anais do VIII Encontro Nacional da Anpur**, Porto Alegre, 24 a 28 de Maio de 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loiola. 2000.

- JARDIM, A. P. **Pensando o espaço e o território na metrópole do Rio de Janeiro**. Ribeirão Preto: KG&B Livraria e Editora, 2007, 192p.
- JESUS, C. G. Transformações na indústria da Construção Naval Brasileira e seus impactos no mercado de trabalho. **Anais do II Congresso Lusófono de Ciência Regional**, Lisboa, 2009.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- RIBEIRO, L. C. Q. **Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles - IPURR-UFRJ, 1999.
- RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Anais do XX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu, 1996.
- SASSEN, S. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton: N.J. Princeton University Press, 2001.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1984.

1.3. A recuperação econômica e industrial a partir do final dos anos 1990 e a reestruturação espacial.

A partir da segunda metade dos anos 1990, autores como Natal (2005) começam a identificar uma inflexão econômica do estado e da região metropolitana devido ao comportamento positivo de alguns indicadores econômicos, como crescimento do PIB, o aumento da participação no PIB nacional e o número de novos empregos gerados. Nesse contexto o Estado do Rio de Janeiro reassume o posto de segunda economia do país, e exhibe taxa de crescimento do PIB e do emprego superior ao do Brasil. Este crescimento é maior inicialmente em algumas áreas do interior, embora também na região metropolitana seja notado dinamismo econômico. A tabela 5 apresenta uma síntese de indicadores que comprovam essa recuperação:

Tabela 5: Variação no valor adicionado bruto na indústria, PIB e volume de emprego, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e município do Rio de Janeiro, 1999-2010.

Área	Valor adicionado bruto na indústria											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	100	108	110	124	140	178	177	185	212	220	243	270
Município do Rio de Janeiro	100	104	105	119	126	151	128	144	140	145	227	228
Área	Produto Interno Bruto											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	100	107	117	129	138	163	174	187	210	233	245	276
Município do Rio de Janeiro	100	106	115	126	133	156	163	178	194	215	236	264
Área	Volume Total de Emprego											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	-	100	102	106	105	109	113	118	129	131	136	144
Município do Rio de Janeiro	-	100	101	103.51	102	105	109	113	125	125	129	136

Fonte: IBGE e Fundação CEPERJ

A análise da tabela revela que todos os indicadores tiveram um comportamento positivo, sendo que o crescimento do valor adicionado e do PIB foi bem maior do que o emprego, o que é de se esperar considerando que a recuperação econômica se dá num contexto de reestruturação produtiva, que tem como um de seus efeitos a redução no volume de mão de obra empregada em cada unidade produtiva, o que leva a que a produção cresça num ritmo maior que o emprego. Há que se considerar também que tanto o crescimento do valor adicionado, do PIB e do emprego é maior na região metropolitana como um todo do que no município do Rio de Janeiro. Isto indica que a recuperação tem uma intensidade maior fora do núcleo metropolitano, o que poderia levar a certo grau de

desconcentração econômica, em médio prazo, dentro da região metropolitana uma vez o dinamismo econômico da região é mais intenso que o da metrópole.

Esta recuperação está diretamente ligada a uma série de grandes investimentos que o Estado e em especial a região metropolitana passam a receber, e que reforçam o papel histórico do Rio de Janeiro como fornecedor de produtos básicos e *comodities*, só que agora não mais apenas para o mercado nacional (MESSENIER, 2012). A FIRJAN, desde 2010, vem buscando catalogar esses investimentos em todo o estado a partir da publicação do relatório Decisão Rio. Apesar de a recuperação econômica ter se evidenciado no final da década de 1990, os relatórios só começaram a ser produzidos em 2010, embora muitos dos investimentos relatados, como o COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro começaram a ser construídos antes dessa data. Até o momento foram publicados três relatórios, cobrindo o período 2010-2012, 2012-2014 e 2014-2016. Segundo esses relatórios os investimentos na região metropolitana se concentram nos seguintes setores: petróleo; construção naval; siderurgia e infraestrutura.

1.3.1. Análise dos investimentos recebidos pela região metropolitana do Rio de Janeiro.

Dentre os principais investimentos apontados para a região metropolitana nesse período, considerando o montante dos investimentos, estão: instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj; conclusão do Arco Metropolitano; o projeto de requalificação urbana conhecida como Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro. O quadro 1 apresenta os investimentos recebidos pela região metropolitana do Rio de Janeiro segundo o relatório Firjan decisão Rio 2010-2012:

Quadro 1: Investimentos anunciados, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010-2012.				
Investimento	Município	Setor	Valores	Tipo de investimento
Comperj	Itaboraí	Petroquímico	14,6 bilhões	Novo
CSN – Plataforma logística	Itaguaí	Transporte/Logística	3,7 bilhões	Novo
EISA	Rio de Janeiro	Construção Naval	1,4 bilhões	Novo
Porto do Sudeste	Itaguaí	Transporte/Logística	1,1 bilhões	Novo
Gerdau – terminal portuário	Itaguaí	Transporte/Logística	0,6 bilhões	Novo
Metro – Linha 1ª	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	0,5 bilhões	Reforma/ampliação
Aeroporto Internacional Tom Jobim	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	0,4 bilhões	Reforma/ampliação
Porto Maravilha	Rio de Janeiro	Desenvolvimento urbano	0,8 bilhões	Novo
Wtorre	Rio de Janeiro	Desenvolvimento urbano	0,5 bilhões	Novo
Porto do Rio – Século XXI	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	0,1 bilhões	Reforma/ampliação
Reduc	Duque de Caxias	Petroquímica	0,23 bilhões	Reforma/ampliação
Bayer	Belford Roxo	Farmacêutica	0,03 bilhões	Reforma/ampliação
Arco Metropolitano	Vários	Transporte/Logística	0,72 bilhões	Novo
Fonte: Relatório Decisão Rio 2010-2012				

Antes de analisar a tabela é preciso considerar que os dados fornecidos nela foram informados pelos próprios agentes responsáveis pelos investimentos o que significa que representam apenas a intenção de investir sendo que iremos apontar em que medida essas intenções se concretizam à medida que analisamos as tabelas. Outro aspecto importante é que a delimitação de região metropolitana feita pelo sistema Firjan é diferente da adotada pelo trabalho, porém os investimentos se concentram em um número reduzido de municípios que são comuns as duas delimitações.

Sobre a conclusão dos projetos listados nessa tabela, o Comperj, após sucessivos atrasos, teve suas obras paralisadas em 2015 em meio a crise sofrida pela Petrobrás relacionada à deflagração da operação Lava Jato e a redução do preço do petróleo no mercado internacional. Segundo informações presentes no site

da companhia¹⁸, as obras do Comperj serão retomadas em 2016, sendo que existe a previsão de entrega da primeira refinaria do complexo em agosto desse ano. Em relação ao Porto Maravilha, as obras da primeira fase foram concluídas em 2015, sendo que a conclusão do projeto está prevista para Junho de 2016¹⁹. Todos os demais investimentos apontados na tabela estavam finalizados em Março de 2016.

Pode se perceber um claro encadeamento entre os investimentos em rodovias, como no caso do arco metropolitano, e em portos como no caso dos investimentos no Porto de Itaguaí e do Rio de Janeiro, bem como na indústria petroquímica, caso do Comperj, que indicam a formação de eixos voltados para a exportação. Tais investimentos, portanto, representam grandes transformações nas estruturas espaciais presentes na região metropolitana, aprimorando a função logística dessa região, uma logística associada à exportação de mercadorias, principalmente *commodities* para o exterior. De forma geral percebe-se uma concentração de investimentos em infraestrutura bem como em indústrias de base e em transporte, o que reforça a histórica concentração da indústria dessa região na indústria de base, além de transformar o estado e essa região em uma das principais bases logísticas do país para a exportação de *comodities*. Ao analisar esses novos investimentos Messentier (2012, p 2), busca caracterizar a reestruturação produtiva no estado do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

O sentido da reestruturação produtiva em curso no Rio de Janeiro é transformar o nosso estado em uma das principais plataformas de beneficiamento (processo industrial que agrega o mínimo de valor a matérias primas, necessário a sua comercialização) e exportação de *Commodities* do país (produtos primários negociados no mercado internacional). No caso do Rio de Janeiro, petróleo, minério de Ferro, celulose e etanol. E pretende, ao mesmo tempo, reorganizar a cidade do Rio de Janeiro para que ela possa ser vendida ao mundo como um centro especializado em serviços de alto valor agregado (no caso: Turismo, Gestão de Negócios e Inovação).

Portanto, segundo o autor, esses investimentos, são elementos centrais na configuração de um processo de reestruturação produtiva que teria como principal característica colocar o estado e a região metropolitana como plataformas logísticas para a exportação de *comodities*, sejam estas produzidas dentro do território do estado ou não, o que torna importante os investimentos em portos, estaleiros, rodovias e aeroportos. Associado a essa forma específica de reestruturação

¹⁸ Informação disponível no site: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>, acessado em 02/03/2016.

¹⁹ Informação disponível no site: <http://www.portomaravilha.com.br/> acessado em 02/03/2016.

produtiva se desenrola um processo específico de reestruturação espacial, cujas características serão mais bem analisadas nos próximos capítulos.

Examinando novamente a tabela tendo como fio condutor da análise o texto acima citado, podemos perceber que os investimentos anunciados não são aleatórios, mas que seguem um padrão totalmente alinhado com os vetores que o texto aponta: a consolidação do estado e da região metropolitana como uma plataforma logística e de produção de produtos primários e básicos para exportação e a consolidação da cidade do Rio de Janeiro como um espaço voltado para os serviços de alto valor agregado e consumo. Investimentos como o Comperj e o arco metropolitano estão associados a esse primeiro vetor enquanto o Porto Maravilha está relacionado ao segundo.

O que o autor chama de vetores representam a maneira específica como a reestruturação produtiva tem ocorrido no território fluminense e na região metropolitana bem como a maneira diferenciada como esta reestruturação se manifesta em cada área do estado. No caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, se analisarmos a distribuição dos investimentos por municípios será possível constatar uma grande concentração destes no período, uma vez que a metrópole concentra a maior parte dos investimentos, e apenas outros três municípios metropolitanos recebem algum investimento. Sobre o contexto político do recebimento desses investimentos temos em Martins (2013, p 10) uma contribuição:

O contexto político e econômico do Estado do Rio de Janeiro na década de 2000, pode ser caracterizado pela presença crescente de grandes corporações de capital nacional e transnacional brasileiro – notadamente empresas mineradoras, construtoras e petrolíferas – associadas ao capital estrangeiro. A presença dessas empresas tem como objetivo a implantação de grandes projetos de exploração e beneficiamento de recursos naturais e de logística. Os projetos recebem apoio institucional e financeiro do Estado, em diferentes níveis de poder, bem como das principais organizações empresariais atuantes no Rio de Janeiro, com ênfase no papel político da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

O texto aponta para um aspecto importante: o fato de que os investimentos além de relacionados entre si estão também ligados a um conjunto de alianças, que permitem a convergência de diferentes níveis de governo, empresas produtoras de *comodities* e do setor de logística bem como associações empresariais como a Firjan. O cerne dessas alianças está nos dois vetores mencionados no texto anterior, que representam a forma específica de ocorrência da reestruturação produtiva no

Rio de Janeiro. Estas alianças permitem a convergência de diferentes interesses e tem por base os grandes projetos de investimento, sendo que “esses projetos de apropriação do território tendem a estabelecer relações escassas com o entorno, mas exercem grande influência sobre os poderes locais” (Martins, 2013, p 3). Assim se configura um conjunto de alianças entre diferentes interesses econômicos e políticos, cujos interesses se viabilizam a partir dos investimentos. No quadro 2 apresentamos outros investimentos relacionados ao mesmo contexto e que estão presentes no relatório Firjan 2012-2014. Muitos investimentos também estão presentes na tabela anterior e nesse caso se trata de aporte de novos recursos no período destacado pelo relatório.

Quadro 2: Investimentos anunciados, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2012-2014.				
Investimento	Local	Setor	Valores	Tipo de investimento
PROSUB	Itaguaí	Construção Naval	5,2 bilhões	Novo
Comperj	Itaboraí	Petroquímico	5,3 bilhões	Continuação
Porto Maravilha	Rio de Janeiro	Desenvolvimento Urbano	4,8 bilhões	Continuação
Metrô linha 4	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	4,2 bilhões	Novo
Sistema BRT	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	2,8 bilhões	Novo
Porto do Rio	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	1,5 bilhões	Reforma/ampliação
Porto de Itaguaí	Itaguaí	Transporte/Logística	1,3 bilhões	Reforma/ampliação
Porto do Sudeste	Itaguaí	Transporte/Logística	1,3 bilhões	Continuação
Terminal da Usiminas em Itaguaí	Itaguaí	Transporte/Logística	1,3 bilhões	Novo
Siderúrgica da Gerdau	Rio de Janeiro	Siderurgia	1,2 bilhões	Reforma/ampliação
Fonte: Firjan Decisão Rio 2012-2014				

O PROSUB, programa da Marinha Brasileira destinada ao desenvolvimento de submarinos, é um projeto de longo prazo e que não será concluído em breve²⁰. As obras da linha 4 do metrô, que ligam a Barra da Tijuca a Ipanema passando pela zona sul estão 90% concluídas, segundo informações da concessionária²¹. O

²⁰ Informação disponível no site: <http://www.prosubebn.com.br/> acessado em 02/03/2016

²¹ Informação disponível no site: <http://www.metrolinha4.com.br/> acessado em 02/03/2016

sistema BRT, composto pela Transoeste (que liga a Barra da Tijuca ao bairro de Santa Cruz no Rio de Janeiro) e pela Transcarioca (que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto do Galeão) entraram em operação em 2014. Os demais investimentos apontados, com exceção daqueles já discutidos anteriormente, já estavam concluídos em Março de 2016.

Ao analisar a tabela podemos perceber claramente uma continuidade entre a modalidade dos investimentos recebidos nesse relatório e no anterior. Tais investimentos se concentram nos mesmos setores, principalmente investimentos em portos, indústria de base e desenvolvimento urbano que no caso se refere ao projeto Porto Maravilha. Tal continuidade revela que existe de fato um sentido para o processo de reestruturação produtiva em curso na região metropolitana e tal sentido se aproxima do colocado anteriormente: investimentos produtivos, principalmente ligados à logística de transporte e exportação de produtos primários, sejam eles produzidos no estado, caso do petróleo, sejam eles produzidos em outros estados, como no caso do minério de ferro, exportado pela Vale do Rio Doce através do Porto de Itaguaí; e investimentos em desenvolvimento urbano concentrados na cidade do Rio de Janeiro, visando transformar esta cidade num centro de produção de serviços avançados e de consumo.

Esses investimentos na cidade do Rio de Janeiro estão associados ainda com a realização dos Jogos Olímpicos, sendo que este evento foi muitas vezes utilizado como justificativa para a realização de projetos que já tinham sido idealizados e que se não fosse essa justificativa, ou seja, a necessidade de realizar os jogos e construir a infraestrutura necessária para que ele ocorra, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, enfrentariam muito mais resistência para serem realizados, sendo, portanto uma estratégia de legitimação desses projetos. Em relação à distribuição espacial dos investimentos, neste segundo período, repete-se a concentração, uma vez que apenas três municípios receberam algum investimento dentro da região metropolitana. O quadro 3 apresenta os investimentos anunciados para a região metropolitana do Rio de Janeiro para o período 2014-2016.

Quadro 3: Investimentos anunciados, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2014 – 2016.				
Investimento	Local	Setor	Valores	Tipo de investimento
Comperj	Itaboraí	Petroquímica	20 bilhões	Continuação
PROSUB	Itaguaí	Construção Naval	4,8 bilhões	Continuação
Linha 4 Metrô	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	4,8 bilhões	Continuação
Porto Maravilha	Rio de Janeiro	Desenvolvimento Urbano	4 bilhões	Continuação
Investimentos no setor hoteleiro	Rio de Janeiro	Hotelaria	3,4 bilhões	Novo
Sistema BRT	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	3,4 bilhões	Continuação
Bio Manguinhos	Rio de Janeiro	Farmacêutica	1,4 bilhões	Novo
Fábrica da Gerdau	Rio de Janeiro	Siderurgia	1,3 bilhões	Reforma/ampliação
Terminal Ponta Negra	Maricá	Transporte/Logística	1,2 bilhões	Novo
VLT Carioca	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	0,9 bilhões	Novo
Aeroporto Internacional Tom Jobim	Rio de Janeiro	Transporte/Logística	0,7 bilhões	Continuação
Fábrica da Coca Cola	Duque de Caxias	Bebidas	0,5 bilhões	Novo
Laboratório B Braun	São Gonçalo	Farmacêutica	0,2 bilhões	Reforma/ampliação
Arco Metropolitano	Vários	Transporte/Logística	0,2 bilhões	Continuação
Fonte: Relatório FIRJAN Decisão Rio 2014 – 2016				

O projeto Bio-Manguinhos se refere à criação de um centro de produção de vacinas da FIOCRUZ que visa reduzir a dependência do país de fornecimento estrangeiro de vacinas, não estando necessariamente alinhado com os vetores da reestruturação discutidos nesse capítulo. O Veículo Leve sobre trilhos - VLT faz parte do Projeto Porto Maravilha e tem como principal intenção integrar a área portuária remodelada com a área central de negócios, tendo previsão para entrar em operação na primeira metade do ano de 2016. Os investimentos no arco metropolitano se referem à finalização das obras e também a duplicação de alguns trechos dessa rodovia, que, no entanto já está em operação. O Terminal Ponta Negra é um porto privado em construção na cidade de Maricá e que deverá ser concluído em 2016, assim como a fábrica da Coca Cola em Duque de Caxias. Os demais investimentos relatados na tabela, com exceção daqueles já discutidos anteriormente, estavam concluídos em Março de 2016. Como podemos perceber, o

anúncio de novos investimentos tem, na maioria dos casos, se convertido em empreendimentos efetivos, o que demonstra um real interesse dos agentes no processo de recuperação econômica na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nesta tabela notamos novamente o alinhamento dos investimentos dentro da região metropolitana nos mesmos setores que notamos nas outras duas tabelas. Relacionado a esses investimentos se articula um conjunto de alianças diretamente interessado na reprodução desse modelo de reestruturação produtiva que se consolida na região metropolitana do Rio de Janeiro, calcada no desenvolvimento de atividades de logística voltada à exportação de produtos primários, indústria de base e no caso do Rio de Janeiro, na consolidação dessa cidade como um centro de produção de serviços avançados e de consumo e tendo na realização dos Jogos Olímpicos um dos principais instrumentos de legitimação desse projeto.

O total de investimentos chega a 126,3 bilhões no período 2010-2012; 211,5 bilhões no período 2012-2014 e 235,6 bilhões no período 2014-2016, segundo os relatórios da Firjan. Vamos nos deter agora um pouco mais, em três desses investimentos, que aparecem nos três relatórios, e que foram destacados na introdução devido a sua importância estratégica e econômica: o Comperj; o arco metropolitano e o projeto Porto Maravilha. O Relatório Firjan Decisão Rio 2014-2016 (p 51), descreve o Comperj nos seguintes termos.

Inicialmente, o projeto do Comperj era o de uma refinaria voltada para a produção de petroquímicos básicos com petróleo pesado da Bacia de Campos (RJ). Contudo, seu projeto passou por reformulações, visando aproveitar a produção de petróleo e gás natural das reservas de pré-sal da Bacia de Santos. O novo projeto prevê refinarias preparadas para processar um *blend* de petróleo médio e leve, com capacidade de processamento ampliada para produção de combustíveis, para atendimento à demanda crescente desses produtos. Além disso, a parte petroquímica, que antes teria como matéria-prima o petróleo pesado, passará a processar gás natural. Segundo cálculos da empresa, essa alteração poderá propiciar uma redução de 15% a 30% nos custos do projeto. Assim, a instalação do Comperj, em uma área de 45 milhões de m², equivalente a 45 vezes o tamanho do Vaticano, abrigará duas unidades de refino, que produzirão, cada uma, 165 mil barris/dia de diesel, gasolina, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, e uma central petroquímica. Haverá, ainda, uma Central de Utilidades, responsável pelo fornecimento da água, do vapor e da energia elétrica necessários para a operação de todo o complexo. As duas refinarias juntas processarão um total de 330 mil barris de petróleo por dia, mais do que a Refinaria Duque de Caxias, cuja capacidade de processamento é de 230 mil barris diários.

A sintética descrição do projeto acima mostra o tamanho do mesmo, bem como permite imaginar as transformações provocadas por um investimento de tal monta. Além dos impactos gerados durante a construção do empreendimento, há

que se apontar aqueles relacionados à atração de empresas que utilizarão os produtos petroquímicos como matérias primas em seus próprios processos de produção. Isto significa que esse empreendimento tem uma grande capacidade de trazer transformações de vulto dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, tanto relacionadas à atração populacional quanto de novos investimentos industriais.

Essas transformações estão profundamente relacionadas à dinâmica econômica dessa região metropolitana, como vemos no forte processo de valorização imobiliária na cidade de Itaboraí. A reportagem de O Globo (16/09/2012) narra esse processo nos seguintes termos: “são pelo menos 30 empreendimentos, entre residenciais e comerciais, em construção na cidade, de acordo com a Secretaria municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Expansão que, se traz progresso, também impõe desafios urbanos àquela que está sendo chamada de ‘nova cidade do petróleo’”. Essa expansão urbana, motivada diretamente pelo anúncio e construção do Comperj está relacionado tanto à atração de novos empreendimentos imobiliários quanto de população, que já triplicou nessa cidade desde o anúncio da instalação do Comperj.

Outro projeto de grande importância estratégica é a construção do arco metropolitano, o qual está profundamente relacionado com a construção do Comperj e com os demais investimentos recebidos pela região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo FIRJAN (2013, p 25):

O Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro é um anel viário que contornará a região metropolitana, permitindo o acesso adequado de cargas ao Porto de Itaguaí por toda a malha rodoviária do país, através de cinco grandes eixos rodoviários que convergem para o Rio de Janeiro e que serão conectados pelo Arco Metropolitano. O Arco terá aproximadamente 145 km de extensão, estando subdividido em quatro trechos, três já existentes – a Rio-Teresópolis, entre Santa Guilhermina e Saracuruna, a rodovia Rio-Santos, entre Santa Cruz e Itaguaí, e a BR-493, entre Santa Guilhermina e Itaboraí – sendo que os dois últimos trechos passarão por reformas – e um trecho de 72 quilômetros a ser construído. Esse empreendimento prevê a construção de nove pontes, cinco viadutos, três passagens inferiores e três passarelas, além de pistas duplas. Será uma estrada de longa distância, com velocidade média estimada de 100 km/h. Ela ligará também os dois maiores empreendimentos do Estado, ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico e Comperj, passando ainda pelo polo gás-químico de Duque de Caxias.

O arco metropolitano é um projeto logístico que conecta as principais rodovias federais que convergem para a cidade do Rio de Janeiro, sendo que tal convergência advém da importância política da cidade do Rio de Janeiro, já discutida anteriormente, já que esta cidade foi capital federal até a década de 1960,

e mesmo depois continuou importante para a gestão do governo federal por concentrar as sedes das principais empresas estatais brasileiras. O mapa 1, apresentado na introdução mostra o traçado do arco metropolitano. A partir do arco é possível acessar as principais rodovias federais que cortam o estado e a partir destas chegar a outros importantes centros urbanos do Sudeste como São Paulo e Belo Horizonte sem passar pela metrópole.

A importância da construção do arco pode ser compreendida a partir de duas dimensões complementares: por um lado o arco permite acessar as principais rodovias federais que cortam o estado do Rio de Janeiro, sem passar pela metrópole; por outro lado permite integrar municípios metropolitanos, favorecendo deslocamentos sem a passagem obrigatória pela metrópole. Segundo estudo da FIRJAN (2014) o arco poderá acarretar um substancial redução do custo de transporte mesmo em estados distantes do Rio de Janeiro. Nesse sentido o arco tem uma grande importância logística ao permitir acesso a importantes rodovias sem a necessidade de adentrar o espaço urbano da metrópole.

Mas o arco metropolitano é importante também, pois como informado no texto acima, ele poderá vir a se constituir em um novo eixo de expansão territorial metropolitana ao ligar uma série de empreendimentos industriais, já existentes ou em construção na região metropolitana. Ao longo do seu traçado, o arco metropolitano liga o Comperj, a Refinaria Duque de Caxias - Reeduc, a Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA, e o porto do Itaguaí. É neste sentido que esta estrada pode se constituir num vetor de atração de empresas industriais do setor petroquímico e siderúrgico e também um vetor de expansão territorial metropolitana e integração espacial, e já se percebe desde o início da construção da estrada um forte processo de valorização dos terrenos no entorno do arco. O texto abaixo mostra bem o tipo de interesses associado à construção do arco e o resultado desse investimento²².

Os primeiros investidores interessados em investir na região do Arco são as grandes indústrias, visto que as estradas farão a ligação de pontos importantes da indústria fluminense, como o Porto de Itaguaí e o Pólo Petroquímico de Itaboraí, cujas obras foram iniciadas em abril último. As vias também farão o contato com as duas rotas rodoviárias mais importantes da malha do Estado: a ligação com São Paulo (pela BR-116,

²² Texto disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=647636>, acessado em 04/08/2015.

Rodovia Presidente Dutra) e com Belo Horizonte e Brasília (BR-040, Rio-Juiz de Fora).

Com tantos investimentos de indústrias, é natural que a região também atraia empreendimentos residenciais. "Há espaço para investimentos em residências dos mais diferentes padrões, pelo amplo perfil de empregos que serão gerados", afirma Marcos Levy, presidente da Brascan Residential Properties. "Esse vai ser um alvo importante de investimentos. Estamos estudando essa área bem de perto", afirma. A Brascan, inclusive, já realizou um investimento de peso na área de influência do Arco, comprando dois grandes terrenos vizinhos no município de Maricá: um de 5,5 milhões de m², na Ponta Negra, e uma fazenda de 8 milhões de m². Os terrenos abrigarão empreendimentos hoteleiros e, sobretudo, residenciais.

O texto evidencia claramente a possibilidade, já em andamento, do arco permitir a consolidação de um novo eixo de expansão territorial, como já ocorreu no passado com a ferrovia Central do Brasil ou a via Dutra. A partir da atração de investimentos industriais e dos empregos gerados por estes há a implantação de empreendimentos comerciais e residenciais, o que demonstra a profunda relação entre os investimentos industriais e imobiliários. O que estamos afirmando é que a partir do arco, que conecta uma série de empreendimentos industriais já instalados ou em construção, cria-se a possibilidade de atração de mais empresas industriais e a partir de então se cria a expectativa de geração de empregos na área leva o que leva a compra de terrenos, por algumas empresas imobiliárias, para o estabelecimento de empreendimentos imobiliários, induzidos pela demanda potencial gerada a partir da indústria.

Como se vê trata-se de uma típica atividade de antecipação espacial (CORRÊA, 1995) em que a partir da construção da estrada, os promotores imobiliários buscam se antecipar ao processo de ampliação do preço da área, comprando terrenos para instalação de empreendimentos industriais, atraídos pelas condições logísticas e pela proximidade com outras indústrias, e imobiliários atraídos pela expectativa de emprego e renda gerada a partir das atividades industriais. Essa prática de antecipação espacial cria efeitos imediatos principalmente relacionados à ampliação do preço da terra, que já podem ser constatados ao longo do arco.

O último investimento a ser destacado é o Projeto Porto Maravilha, um projeto de renovação da área portuária do Rio de Janeiro. Segundo FIRJAN (2015, p 56):

O projeto Porto Maravilha tem como objetivo revitalizar a zona portuária do Rio de Janeiro, tornando-a um polo de turismo e de atração de investimentos. O processo de revitalização, previsto para ser concluído em 2015, engloba áreas de infraestrutura (com recuperação e melhorias da parte de transportes e urbanização); habitação (com melhorias nas condições das moradias para aumentar o número de habitantes da região); meio ambiente (com arborização de calçadas e novos parques); e cultura e

turismo (com implantação e restauração de mobiliários culturais). O projeto foi dividido em duas fases: a primeira, de responsabilidade da prefeitura do Rio de Janeiro, que inicialmente custaria R\$ 350,0 milhões, contemplava a realização de obras de urbanização e a construção do Museu do Amanhã. Como essa última intervenção não é mais de responsabilidade da prefeitura, o valor foi revisto para R\$ 135,0 milhões. A segunda, realizada mediante uma parceria público-privada (PPP), orçada em R\$ 7,9 bilhões, compreende manutenção da iluminação pública, limpeza, manutenção de parques e jardins e reparos em pavimentação, calçadas, segurança viária, sinalização, estrutura e drenagem. O consórcio Porto Novo assinou o contrato de concessão, com validade de 15 anos, em novembro de 2010, e é responsável pelas obras da segunda fase, que inclui ainda a demolição de parte do Elevado da Perimetral e a construção de três túneis, um passando sob o Morro da Saúde, outro sob o Morro de São Bento e outro na Rodrigues Alves, que passará a ser uma via expressa.

Como se vê o projeto Porto Maravilha é um projeto que consistirá em amplas transformações nas estruturas, formas e funções espaciais presentes na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro modificando completamente sua lógica de funcionamento. Tal intervenção segue o modelo de renovação portuária realizada em diversas cidades do mundo, tendo como experiências bastante conhecidas à renovação das áreas portuárias de Barcelona na Espanha, Baltimore nos EUA e Buenos Aires na Argentina. O contexto desse processo de renovação portuária se dá a partir da obsolescência dos armazéns portuários que perdem a sua função a partir da utilização dos contêineres.

Tal renovação é uma das facetas do processo de gentrificação, que Smith (2002) identifica como estratégia urbana global no capitalismo atual. O processo de gentrificação consiste na revalorização simbólica e financeira das áreas centrais e em especial de zonas portuárias de cidades litorâneas, áreas estas que no passado foram habitadas pelas elites locais tendo sido abandonadas a partir da revolução industrial, e que estariam sendo reocupados por empreendimentos de classe média e média alta a partir da renovação dessas áreas. Gentrification, termo normalmente traduzido por gentrificação em português, poderia ser traduzido justamente como o processo de enobrecimento de uma área, ou seja, tornar nobre uma área que antes não era. Segundo Smith (1986, p 3):

Na realidade, a gentrificação está integralmente relacionada com a renovação de áreas portuárias para função recreacional e outras funções, declínio das atividades manufatureiras nas áreas periféricas dos centros remanescentes, o surgimento dos complexos de hotéis e centros de convenção e do desenvolvimento de escritórios, tanto quanto a emergência de modernos distritos de restaurantes e de varejo²³.

²³ In reality, residential gentrification is integrally linked to the redevelopment of urban waterfronts for recreational and other functions, the decline of remaining inner-city manufacturing facilities, the rise of

Como coloca o autor a gentrificação consiste numa radical modificação nas funções das áreas portuárias, que deixam de ser ocupadas por atividades manufatureiras e de comércio de baixo status, como pequenas manufaturas, oficinas mecânicas e lojas de reparos, sendo substituídos por usos turísticos, recreativos e residenciais voltados para a classe média e média-alta. Também se percebem profundas mudanças nas formas dessas áreas, uma vez que ao invés de armazéns abandonados e prédios antigos surgem hotéis, museus e empreendimentos residenciais, ao passo que as estruturas também se modificam completamente a medida estas transformações ocorrem. As transformações nas estruturas, formas e funções espaciais também implicam em mudanças no uso dessas áreas que passam a ser ocupadas por grupos de renda mais elevada em relação aos grupos que frequentavam ou moravam nessas áreas anteriormente.

Em relação à área portuária do Rio de Janeiro, as consequências desse processo de gentrificação já podem ser constatadas e se referem principalmente à ampliação do preço da terra e mudança nos grupos sociais que a ocupam. Sobre esse processo de valorização e suas consequências, Silva (2013) aponta o seguinte:

Por último, destaca-se a especulação imobiliária, promovida pela intervenção urbana, haja vista a valorização em 300% do metro quadrado da região e projeção do preço do aluguel entre 14 mil a 20 mil reais para os novos empreendimentos (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI), apontando para a impossibilidade dos moradores atuais se manterem e sua conseqüente expulsão. Além das remoções forçadas, muitas realizadas de forma grosseira, sem nenhum aviso prévio para os moradores encontrarem outro lugar para morar ou, ao menos, retirarem seus pertences, ferindo assim seu direito à moradia e ao habitar.

Portanto o Porto Maravilha é um projeto em que o público e o privado se entrelaçam de forma inextricável, cujos objetivos apontam para um completo remodelamento dessa área portuária, o qual tem como consequência uma intensa transformação nas estruturas, formas e funções dessa local e implica na remoção dos seus moradores e na substituição destes por moradores de classe média e média alta. Tal substituição de moradores, portanto, esta diretamente relacionada com a ampliação do preço da terra e com a produção de novas formas nesses locais.

hotel and convention complexes and central-city office developments, as well as the emergence of modern 'trendy' retail and restaurant districts²³

1.3.2. Alguns apontamentos sobre transformações espaciais associadas aos investimentos recebidos.

Associada a essa recuperação econômica e retomada de investimentos tem se um intenso processo de especulação em toda a região metropolitana, que envolve a produção imobiliária bem como a produção de novos centros comerciais e empresariais, com destaque para os shoppings centers. Este processo leva um encarecimento do valor da terra e a consolidação de novos eixos de expansão territorial como o arco metropolitano. Relacionado a essas transformações temos um processo de reestruturação espacial em curso com sensíveis alterações nas formas, funções e estruturas espaciais. Paganoto; Santos (2013, p 6) descrevem alguns desses investimentos no trecho a seguir:

i) modernização do porto de Itaguaí, iniciada em 1998, ano em que houve a quebra do monopólio estatal na operação de portos públicos; ii) a inauguração da Via Light (RJ-081), também em 1998, cortando os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti, e sua integração com a estrada de Madureira, no Rio de Janeiro, aprovada em abril de 2008 (ainda não concluída); iii) a abertura de grandes centros comerciais nos municípios da periferia, como Shopping Grande Rio, em São João de Meriti (inaugurado em 1995 e expandido em 2004, com outra expansão programada para 2010), Nilópolis Square (inaugurado em 2000), em Nilópolis, São Gonçalo Shopping (inaugurado em 2004) e Boulevard Shopping (com inauguração prevista para 2010), ambos em São Gonçalo, Caxias Shopping (inaugurado em 2008), em Duque de Caxias.

Como evidenciado no texto temos um conjunto de investimentos industriais, logísticos, bem como comerciais e residenciais associados a esse contexto de recuperação econômica e reestruturação espacial. Em relação aos shoppings centers, por exemplo, temos não apenas um aumento do número de empreendimentos como a disseminação destes nos municípios que compõem a região metropolitana. Como evidenciado na discussão até aqui realizada existe uma clara relação entre os investimentos industriais e em logística e aqueles relacionados a empreendimentos imobiliários residenciais ou comerciais.

Como consequência direta desses investimentos configura se um processo de recuperação econômica que afeta diversos setores econômicos incluindo a indústria. O valor adicionado é um bom indicador para percebermos esse processo de recuperação econômica na indústria, uma vez que como vimos os investimentos industriais tem tido um forte papel indutor da recuperação da economia

metropolitana. A tabela 6 apresenta os dados do valor adicionado bruto na indústria para o período 1999-2010:

Tabela 6: Valor adicionado bruto na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010												
Municípios	1999 =100											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rio de Janeiro	100	104	105	119	126	151	128	144	140	145	227	228
Eixo Oeste												
Belford Roxo	100	108	107	125	138	198	153	181	184	202	252	283
Duque de Caxias	100	128	135	145	210	295	454	419	606	652	347	432
Itaguaí	100	114	116	161	195	261	212	250	310	342	282	430
Japeri	100	102	114	132	140	179	199	196	202	202	272	360
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mangaratiba	100	107	114	120	135	142	156	150	167	171	173	191
Nilópolis	100	108	109	121	129	157	153	152	168	167	212	256
Nova Iguaçu	100	108	113	120	137	162	151	169	182	193	234	258
Queimados	100	107	128	93	93	112	83	83	86	90	116	245
São João de Meriti	100	103	101	115	124	142	139	139	148	144	179	215
Seropédica	100	134	157	198	229	280	166	168	245	210	265	540
Eixo Norte												
Guapimirim	100	112	108	107	142	171	147	156	163	153	162	212
Magé	100	104	106	125	118	141	147	152	167	161	230	261
Eixo Leste												
Itaboraí	100	108	113	152	164	208	177	174	178	185	242	328
Maricá	100	120	121	146	163	173	185	199	237	240	291	1303
Niterói	100	112	103	125	156	281	188	200	258	197	279	373
São Gonçalo	100	102	107	125	131	156	131	145	150	152	196	237
Tanguá	100	130	130	160	270	190	153	180	253	197	267	297
Região Metropolitana	100	108	110	124	140	178	177	185	212	220	243	270

Fonte: IBGE e Fundação CEPERJ

A análise da tabela mostra que todos os municípios tiveram acréscimo do valor adicionado bruto na indústria, alguns municípios chegando a aumentar em mais de quatro vezes esse valor. De forma geral todos os municípios mais que dobram os seus quantitativos de valor adicionado na indústria durante o período, sendo que o paralelismo do movimento de crescimento permite afirmar que se trata de trajetórias parecidas, ou seja, os dados evidenciam que há de fato uma recuperação econômica na atividade industrial que se reflete no aumento do valor adicionado bruto na indústria. A metrópole apresenta o menor ritmo de crescimento do valor adicionado entre todos os municípios da região metropolitana. Cabe

destacar o crescimento do valor adicionado dos municípios de Itaguaí, Duque de Caxias e Seropédica que aumentaram mais de quatro vezes no período.

Vejamos agora se os dados sobre emprego industrial também evidenciam o processo de recuperação econômico e industrial na região metropolitana do Rio de Janeiro assim como os de valor adicionado na indústria. A tabela 7 apresenta os dados sobre trabalho formal na indústria no período 1995-2011:

Municípios	Tabela 7: Número de empregos na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995-2011																
	1995 = 100																
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	100	94	85	75	77	72	69	69	68	69	72	79	80	85	85	93	98
Eixo Oeste																	
Belford Roxo	100	114	76	56	66	61	47	62	63	65	62	71	82	93	90	89	94
Duque de Caxias	100	86	90	80	84	86	97	98	94	100	110	115	119	122	117	124	145
Itaguaí	100	89	73	49	44	51	48	35	52	58	57	67	70	77	84	78	90
Japeri	100	90	114	136	133	132	105	129	134	186	291	339	363	445	470	602	850
Mangaratiba	-	-	-	-	-	100	119	122	122	130	142	152	16	13	25	14	14
Mesquita	-	-	-	-	-	-	100	182	142	132	148	265	346	403	432	461	473
Nilópolis	100	114	102	80	79	68	62	63	72	93	112	118	142	111	130	135	124
Nova Iguaçu	100	102	96	87	79	92	83	78	89	81	78	104	107	118	119	110	110
Paracambi	100	85	69	63	67	151	20	21	97	115	108	93	20	22	32	36	41
Queimados	100	59	64	65	90	82	87	82	85	91	92	106	107	88	80	88	114
São João de Meriti	100	91	80	88	83	83	79	80	87	88	99	121	126	108	113	113	117
Seropédica	-	-	-	100	106	88	101	132	91	108	134	105	103	112	112	107	107
Eixo Norte																	
Guapimirim	100	96	96	89	93	100	95	102	104	110	119	102	105	100	102	101	101
Magé	100	67	71	58	60	69	62	63	55	57	74	77	70	85	81	84	91
Eixo Leste																	
Itaboraí	100	94	104	87	89	67	68	70	75	82	89	95	106	97	107	108	115
Maricá	100	83	55	79	82	53	55	60	76	80	89	120	135	143	160	167	171
Niterói	100	91	68	54	67	73	82	96	115	114	123	157	139	168	171	166	171
São Gonçalo	100	108	110	112	110	116	118	115	105	101	110	126	126	124	138	141	138
Tanguá	-	-	-	100	103	61	94	116	95	95	99	114	131	102	81	178	91
Região Metropolitana	100	93	86	76	78	76	74	74	75	76	79	89	89	95	95	102	107

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Apesar das flutuações do nível do emprego formal na indústria que ocorrem em todos os municípios e que se devem em grande parte a fatores conjunturais locais ou externos, podemos perceber que temos uma tendência de crescimento do número de empregos formais na indústria na maioria dos municípios enquanto em outros há uma tendência de manutenção desses níveis. Considerando os dados agregados para toda a região metropolitana percebe-se um movimento de redução

dos níveis de emprego entre 1997 e 2001, e uma recuperação a partir de então chegando em 2011 com um nível de empregos formais um pouco superior ao de 1995. Ou seja, diferente do que constatamos em relação ao valor adicionado, a recuperação econômica e industrial da região metropolitana, não foi um movimento contínuo em linha reta mais um ciclo com momentos de redução e aumento do volume mão de obra empregada.

Como este movimento cíclico não se fez acompanhar de uma redução do valor da produção industrial há que se admitir que a sua explicação esteja nas mudanças nas formas de organização da indústria com o advento da reestruturação produtiva (HARVEY, 2000), como a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção. Todas essas mudanças levam a uma tendência de redução do nível do emprego em cada unidade industrial, o que tem como consequência uma tendência à redução do volume de emprego na indústria como um todo. Portanto, mesmo em um momento de crescimento da produção industrial o crescimento do emprego não segue o mesmo ritmo da ampliação da produção industrial, e isto é o que ocorre nesse caso uma vez que não há redução e sim aumento da produção industrial

Nesse sentido a expansão do emprego industrial deve estar mais ligada ao surgimento de novas unidades industriais, ou mesmo a expansão da produção em cada unidade industrial, ao passo que a produção de cada unidade de mercadoria passa a despende cada vez menor quantidade de força de trabalho. Este movimento de ligeira queda e depois aumento do número de empregos formais na indústria é seguido de forma geral por quase todos os municípios da região metropolitana, variando apenas os anos do início da queda e da retomada, o que evidencia que temos uma tendência de recuperação econômica da indústria, nesse período, em todos os municípios da região metropolitana por mais que o ritmo e intensidade dessa recuperação variem em cada município. Vejamos agora se o setor terciário também acompanha esse movimento de recuperação econômica. A tabela 8 a seguir apresenta os dados de volume de empregos no setor terciário (comércio e serviços) entre 1995 e 2011:

Tabela 8: Total de empregados no setor de Comércio e Serviços*, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1995 - 2011

Município	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	100	102	100	102	98	102	103	107	105	109	112	115	129	126	130	136	144
Eixo Oeste																	
Belford Roxo	100	159	123	138	144	165	186	192	205	207	223	252	260	299	297	319	318
Duque de Caxias	100	92	99	120	111	124	135	152	160	170	171	183	209	229	253	287	295
Itaguaí	100	103	120	145	161	113	176	176	173	156	195	207	216	263	299	318	256
Japeri	100	103	109	115	131	133	174	244	255	203	272	346	353	287	396	422	406
Mangaratiba	100	136	153	135	140	127	133	179	259	425	504	637	651	591	313	318	448
Mesquita	-	-	-	-	-	100	100	172	211	190	232	371	416	472	470	484	560
Nilópolis	100	110	116	154	138	135	139	136	130	138	151	162	167	168	179	178	191
Nova Iguaçu	100	110	115	112	116	117	113	116	113	120	127	125	144	142	156	173	182
Queimados	100	113	114	132	140	146	173	182	163	180	189	194	207	202	210	243	254
Sao Joao de Meriti	100	105	100	103	123	94	116	121	122	131	137	131	147	156	170	186	192
Seropédica	-	-	-	100	109	136	113	153	170	207	207	213	214	225	256	283	313
Eixo Norte																	
Guapimirim	100	130	102	148	147	154	150	219	277	298	202	379	400	357	427	450	380
Mage	100	94	93	95	108	118	160	181	161	139	137	145	139	141	169	161	190
Eixo Leste																	
Itaboraí	100	108	144	116	130	123	132	138	149	153	169	186	190	187	226	271	311
Maricá	100	101	72	80	84	94	107	116	118	116	132	134	141	138	167	196	206
Niterói	100	100	111	124	118	129	143	144	153	159	162	163	169	186	188	196	197
Sao Gonçalo	100	117	122	125	126	131	136	143	152	166	164	172	177	186	188	194	218
Tanguá	-	-	-	100	95	104	96	102	104	110	133	148	123	135	164	185	214
Região metropolitana	100	103	102	105	102	106	109	113	113	117	121	125	139	138	143	151	159

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Apesar de algumas variações anuais negativas em alguns municípios podemos constatar a partir da análise da tabela que temos uma consistente tendência de aumento do volume de pessoas empregadas independente do tamanho do município. Em praticamente todos os municípios o volume de empregos no setor terciário dobra ao longo do período sendo que em alguns deles, esse volume triplica como é o caso de Belford Roxo e Duque de Caxias. Tal crescimento do volume de empregos é uma clara evidência do processo de recuperação econômica da região metropolitana que afeta a indústria e também o setor terciário, processo de recuperação este alavancado a partir dos grandes investimentos recebidos por essa região.

Tal processo de recuperação econômica, portanto, tem como consequência o aumento no volume de empregos tanto na indústria quanto no setor terciário, o que

significa que toda a economia metropolitana e todos os municípios da região metropolitana foram afetados por esse processo. A análise feita até aqui comprova a existência do processo de recuperação econômica na região metropolitana, no entanto, dentro dos objetivos do trabalho não temos interesse em aprofundar a análise sobre esse processo, e sim compreender a relação desse processo com as transformações nas estruturas, formas e funções espaciais e, portanto, com a reestruturação espacial.

Para isso um indicador interessante podem ser as mudanças na distribuição da população na região metropolitana, uma vez que estas normalmente estão relacionadas a transformações nas estruturas, formas e funções metropolitanas. A expansão territorial metropolitana ocorrida na região metropolitana do Rio de Janeiro entre o século XIX e a década de 1950, por exemplo, significou uma redistribuição da população metropolitana e também levou ao surgimento de novas formas, como os loteamentos populares autoconstruídos, mudanças nas funções dentro da região metropolitana, como a concentração de funções terciárias na metrópole e mudanças também nas estruturas metropolitanas, como as que ocorreram na estrutura viária dessa região. Assim mudanças na distribuição da população, hoje como no passado, podem ser bom indicadores de transformações nas estruturas, formas e funções espaciais. A tabela 9 a seguir mostra a evolução populacional dos municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2010 com base em dados do IPEADATA:

Tabela 9: População residente total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991 – 2010

Município	1991	1996	2000	2007	2010
Rio de Janeiro	5.480.768	5.551.538	5.857.904	6.093.472	6.320.446
Eixo Oeste					
Belford Roxo	-	399.319	434.474	480.555	469.332
Duque de Caxias	667.821	715.089	775.456	842.686	855.048
Itaguaí	113.057	125.063	82.003	95.356	109.091
Japeri	-	73.130	83.278	93.197	95.492
Mangaratiba	17.925	19.896	24.901	29.253	36.456
Mesquita	-	-	-	182.495	168.376
Nilópolis	158.092	155.272	153.712	153.581	157.425
Nova Iguaçu	1.297.704	826.188	920.599	830.672	796.257
Queimados	-	108.522	121.993	130.275	137.962
São João de Meriti	425.772	434.323	449.476	464.282	458.673
Seropédica	-	-	65.260	72.466	78.186
Eixo Norte					
Guapimirim	-	32.614	37.952	44.692	51.483
Magé	191.734	183.113	205.830	232.171	227.322
Eixo Leste					
Itaboraí	162.742	184.560	187.479	215.792	218.008
Maricá	46.545	60.286	76.737	105.294	127.461
Niterói	436.155	450.364	459.451	474.002	487.562
São Gonçalo	779.832	833.379	891.119	960.631	999.728
Tanguá	-	-	26.057	28.322	30.732
Região Metropolitana	9.778.144	10.079.526	10.853.861	11.529.194	11.835.040

Fonte: IPEADATA

O processo de emancipações municipais foi bastante intenso nesse período, principalmente entre 1991 e 2000. Isto levou a que alguns municípios tenham apresentado perda de população entre 1991 e 2010, perdas bem grandes em alguns casos, o que não significa esvaziamento populacional, mas apenas uma mudança formal de residência de parte da população que deixa de fazer parte de um município e passa a fazer parte de outro. Este é o caso de Nova Iguaçu cuja perda de população está relacionada à emancipação dos distritos de Belford Roxo, Japeri e Queimados e posteriormente Mesquita todos transformados em municípios. Este também é o caso do município de Itaguaí, que sofre perda populacional com a emancipação do distrito de Seropédica. Há casos, no entanto como do município de Magé, que mesmo com a emancipação do distrito de Guapimirim não sofreu perda populacional assim como o município de Itaboraí que com a emancipação de Tanguá também não sofreu perda populacional no período.

Apesar dessas transformações de ordem jurídico-político, podemos perceber que há uma tendência de crescimento da população em todos os municípios da região metropolitana a partir de 1996, com destaque para o município de Maricá cuja população mais que dobra refletindo o grande crescimento urbano e a intensificação da integração dessa área a dinâmica metropolitana. De forma geral podemos perceber o seguinte padrão de reorganização da distribuição populacional na região metropolitana: há um menor crescimento populacional da metrópole e do município de Niterói, bem como de alguns outros municípios da região metropolitana, cujos processos de integração a dinâmica metropolitana são mais antigos, resultante de um processo de valorização fundiária, elitização de áreas urbanas e mudanças funcionais, como o surgimento de subcentros, instalação de shoppings centers e por outro lado há o crescimento da população em alguns outros municípios, os quais estão sendo integrados mais fortemente a dinâmica metropolitana nesse período. Jardim (2005, p 10) analisando as mudanças na distribuição populacional da região metropolitana aponta os seguintes fenômenos:

A “expansão do núcleo na periferia” refere-se aos migrantes do município do Rio de Janeiro com renda média e alta que passaram a residir em Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo. Já a “periferização do núcleo” está associada aos imigrantes intrametropolitanos que passaram a residir no município do Rio de Janeiro que ganhavam até 5 salários mínimos, em Setembro de 1991; corresponde ao aumento e adensamento da população residindo em favelas e o distanciamento socioeconômico entre os bairros do município da capital fluminense. Finalmente a “periferização da periferia”, refere-se às trocas populacionais entre os municípios da chamada periferia metropolitana, que apesar da imensa maioria da população envolvida nessas trocas ser de baixa renda, apresentava também diferenças econômicas e sociais no interior dos fluxos migratórios, assim como em relação a população residente, quer seja no núcleo ou na periferia metropolitana.

Podemos considerar que os conceitos utilizados pelo autor apresentam grandes equívocos em relação à nomenclatura utilizada principalmente por abusar da oposição entre núcleo e periferia, que como já discutido anteriormente, dificilmente é capaz de dar conta da complexidade da produção do espaço metropolitano na atualidade. Além disso, existe uma associação implícita entre pobreza e periferia e riqueza e núcleo metropolitano a ponto de se referir aos grupos sociais com referências espaciais, resultando numa grande confusão entre sociedade e espaço. Assim, por exemplo, quando moradores de maior renda vão morar na periferia, isto significaria uma expansão do núcleo na periferia, o que representa uma grande confusão entre um grupo social, definido estatisticamente,

ou seja, moradores que ganham mais de 5 mínimos e uma referência espacial: o núcleo metropolitano.

Assim quando moradores de maior renda passam a morar em municípios que o autor chama de periféricos, eles reproduzem, nessa periferia o núcleo, algo que é inconcebível considerando todas as relações que resultam na produção do núcleo metropolitano. Em outras palavras apenas a migração de moradores de renda mais alta para alguns municípios da região metropolitana é incapaz de reproduzir nesses municípios o núcleo metropolitano. Apesar dos problemas da nomenclatura utilizada, acreditamos que o trecho acima citado descreve mudanças demográficas importantes dentro da região metropolitana, e nesse sentido discutiremos essas mudanças embora sem utilizar os conceitos do autor.

Os três fenômenos apontados pelo autor são bastante representativos das mudanças na distribuição da população metropolitana associados ao processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro e como tal são indicativos da complexificação dos padrões de distribuição da população metropolitana, levando a que o tradicional modelo centro-periferia se torne totalmente inadequado para a compreensão dos padrões de segregação sócio espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tais mudanças estão diretamente relacionadas à reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro uma vez que são consequência direta das novas demandas originadas a partir dos investimentos relacionados à reestruturação produtiva nessa região.

O primeiro processo se relaciona com a expulsão de segmentos da classe média que antes moravam na metrópole e que passam a ocupar as áreas centrais de alguns municípios metropolitanos caracterizados por serem os mais importantes do ponto de vista econômico, além de serem fortemente integrados a dinâmica metropolitana e que também possuem uma melhor infraestrutura em comparação com outros municípios metropolitanos. Nesses municípios a produção imobiliária permite que eles reproduzam uma maneira de ocupação semelhante a da metrópole, com forte presença da forma condomínios fechados. Nesse sentido poderíamos falar de uma expulsão seletiva de população, aliada a valorização também seletiva de algumas áreas dentro de alguns municípios metropolitanos, no qual se reproduzem formas de moradia semelhantes às encontradas na metrópole.

O segundo processo refere-se à expansão e adensamento de áreas de ocupação informal dentro da metrópole, por uma população de baixa renda em busca de trabalho na metrópole e que procura evitar os longos deslocamentos necessários caso morassem em um município distante da metrópole. Essa expansão e adensamento vai se dar nas brechas do forte processo valorização imobiliária da metrópole associado à recuperação econômica, ou seja, em áreas que não são de interesse do mercado imobiliário. Tal expansão e adensamento reflete também a falta de políticas de moradia que permitam a manutenção da população próxima aos seus locais de trabalho, já que em relação à produção de moradias para população de baixa renda dentro programa Minha Casa Minha Vida, na cidade do Rio de Janeiro, temos que “quantidade significativa do total de unidades de interesse social produzidas pelo Programa localizam-se em apenas três bairros situados na zona oeste da cidade e no limiar da mancha urbana” (CARDOSO, et all, 2013, p 3).

Já o terceiro processo refere-se a trocas populacionais entre os municípios metropolitanos, resultando numa expulsão da população daqueles municípios mais integrados e com melhor infraestrutura para municípios ainda mais distantes da metrópole e com pior infraestrutura. Tal processo está diretamente relacionado com o primeiro processo, uma vez que é a ampliação do preço da terra em alguns municípios metropolitanos que leva a expulsão dos moradores de menor renda desses municípios. Por outro lado todas essas mudanças na distribuição populacional estão diretamente relacionadas com as mudanças na estrutura dos preços da terra dentro da região metropolitana.

Nesse sentido podemos compreender que a integração de um município a dinâmica metropolitana está profundamente relacionado à ampliação do preço da terra na região metropolitana. Assim essa integração pode se dar em fases distintas que podem corresponder grosso modo ao descrito a seguir: num primeiro momento, como consequência da integração á dinâmica metropolitana, temos um crescimento demográfico superior à média da região metropolitana, uma vez que o município recém- integrado por apresentar menores preços da terra se torna uma opção de moradia acessível a uma parte dos moradores metropolitanos; num segundo momento quando a ocupação do município se consolida e praticamente não existem novas áreas para conversão em solo urbano dentro do município, desde que haja

melhores condições de infraestrutura nesses municípios em relação às novas áreas integradas nessa região, inicia-se um novo momento em que há uma redução do crescimento populacional associado a mudanças funcionais, surgimento de novas formas e estruturas metropolitanas, que implicam em ampliação do preço da terra e expulsão de moradores devido a essa valorização.

Tal processo está diretamente ligado à estrutura de preços da terra dentro da região metropolitana que é sempre reordenada a partir da inserção de uma nova área devido à expansão territorial e a integração espacial. Esses dois momentos ou fases são indicativos das mudanças por que passa o processo de integração de um município a dinâmica metropolitana ao longo do tempo. Assim sendo a participação dos municípios na população total da região metropolitana pode ser também um bom indicador das transformações associadas à recuperação econômica da região metropolitana que estamos analisando. A tabela 10 apresenta as informações sobre a participação na população total da região metropolitana do Rio de Janeiro:

Tabela 10: participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991-2010

Município	1991	1996	2000	2007	2010
Rio de Janeiro	55.95	54.58	53.89	52.79	53.40
Eixo Oeste					
Belford Roxo	-	3.93	4.00	4.16	3.97
Duque de Caxias	6.82	7.03	7.13	7.30	7.22
Itaguaí	1.15	1.23	0.75	0.83	0.92
Japeri	-	0.72	0.77	0.81	0.81
Mangaratiba	0,18	0,20	0,23	0,25	0,31
Mesquita	-	0.00	0.00	1.58	1.42
Nilópolis	1.61	1.53	1.41	1.33	1.33
Nova Iguaçu	13.25	8.12	8.47	7.20	6.73
Queimados	-	1.07	1.12	1.13	1.17
São João de Meriti	4.35	4.27	4.14	4.02	3.88
Seropédica	-	0.00	0.60	0.63	0.66
Eixo Norte					
Guapimirim	-	0.32	0.35	0.39	0.43
Magé	1.96	1.80	1.89	2.01	1.92
Eixo Leste					
Itaboraí	1.66	1.81	1.72	1.87	1.84
Maricá	0.48	0.59	0.71	0.91	1.08
Niterói	4.45	4.43	4.23	4.11	4.12
São Gonçalo	7.96	8.19	8.20	8.32	8.45
Tanguá	-	0.00	0.24	0.25	0.26
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

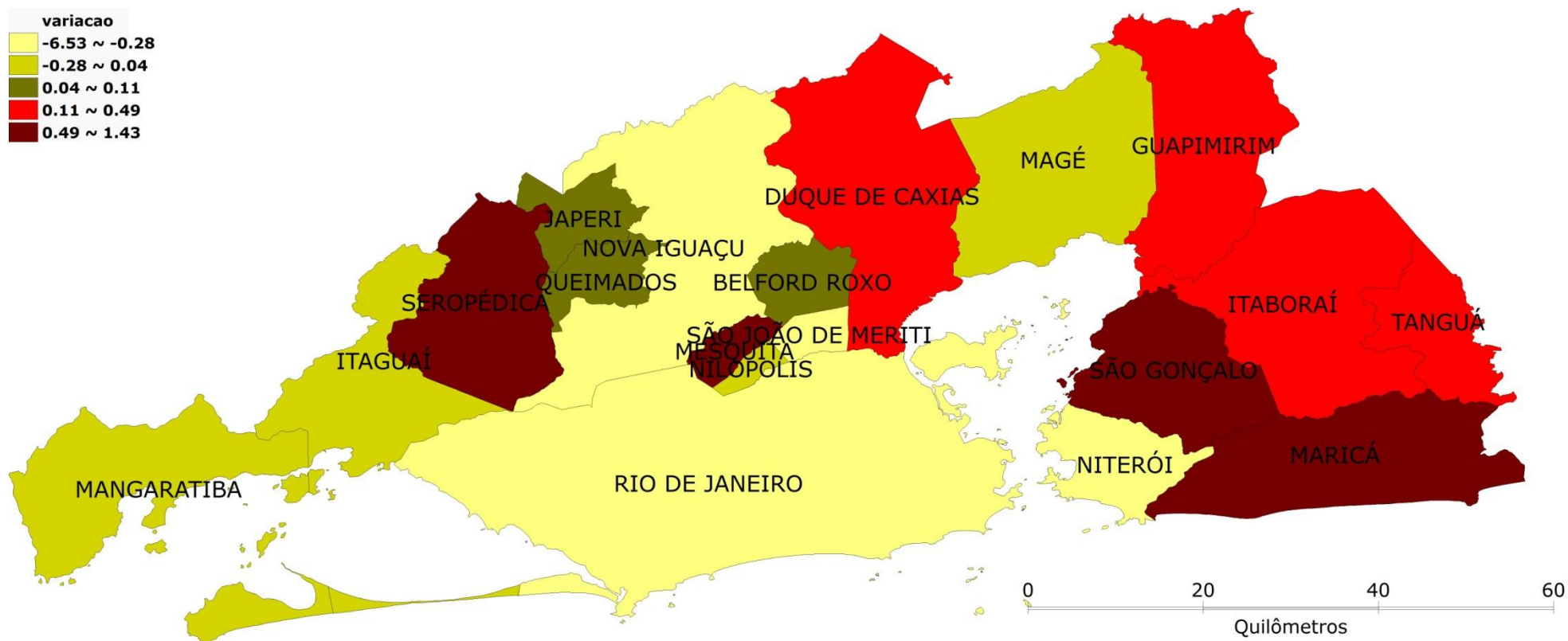
Fonte: IPEADATA

A metrópole apresenta tendência de redução na participação no total de população da região metropolitana, embora ainda tenha mais de 50% do total da população da região em 2010. Há uma continuidade do processo de desconcentração populacional dentro da região metropolitana ao mesmo tempo em que temos uma redução do crescimento populacional de forma generalizada entre os municípios metropolitanos. Além disso, não podemos deixar de ressaltar que o processo de metropolização levou a uma grande concentração de atividades e população na metrópole e que mesmo as tendências atuais de desconcentração não conseguiram reverter totalmente esse fato.

Vários municípios tiveram aumento na participação da população no período entre eles podemos citar os de Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Maricá, Queimados, São Gonçalo Seropédica e Tanguá. Entre aqueles que têm perda na participação, além dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, estão os municípios

de Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, sendo que apenas os municípios de Itaguaí e Nova Iguaçu foram afetados pelo processo de emancipações. Isto indica claramente que estamos vivenciando um movimento de redistribuição da população da região metropolitana do Rio de Janeiro em que alguns municípios passam a concentrar maior volume de população em relação ao total da região enquanto outros reduzem seus níveis de concentração o que com certeza está relacionado ao processo de recuperação econômica e as transformações nas estruturas, formas e funções espaciais. Para entender melhor esse momento de mudança nos padrões de distribuição da população metropolitana utilizaremos o mapa 4 que mostra a variação na participação do total da população na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1991 e 2010. Para os municípios que não estavam emancipados em 1991 a primeira informação disponível é de 1996.

Mapa 4: variação na participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991 e 2010.



Base cartográfica: IBGE, 2012.

Fonte: IPEADATA, elaborado por Oséias Teixeira da Silva.

Mesmo sem ter tido perdas de população devido aos processos de emancipação, a metrópole se encontra entre os municípios com maiores perdas de participação na população entre 1991 e 2010. Isto é um indicador claro de que temos um processo de desconcentração populacional na região metropolitana o que não significa de forma alguma uma redução da importância da metrópole no contexto da região metropolitana, já que este processo está associado à valorização fundiária que leva a seletividade do mercado habitacional, ou seja, a expulsão de trabalhadores e mesmo segmentos da classe média com menor poder aquisitivo para outros municípios, e concentração de algumas atividades terciárias, em especial aquelas mais avançadas, ligadas a gestão empresarial e também aquelas associadas àquilo que Ribeiro (1996) denomina de “economia urbana de sobrevivência” o que implica em profundas transformações nas estruturas, formas e funções espaciais presentes na metrópole.

Enquanto isso, outros municípios que tem um longo histórico de integração a metrópole também passam por uma fase com redução do crescimento populacional, valorização fundiária, seletividade do mercado habitacional, e mudanças funcionais como o surgimento ou consolidação de subcentros comerciais e de shopping centers. Em alguns desses municípios, como consequência disso há uma redução na participação da população total da região metropolitana, como é o caso de São João de Meriti e Niterói. Duque de Caxias, apesar do longo histórico de integração a dinâmica metropolitana aumentou a sua participação na população total da região metropolitana, o que talvez indique à existência de áreas dentro do município ainda não totalmente integradas a dinâmica urbana e com certeza um forte dinamismo do mercado imobiliário nessa cidade.

Há ainda outro conjunto de municípios que aumentaram suas participações na população total da região metropolitana. Interessante notar que estes municípios estão predominantemente localizados nas partes norte e leste da região metropolitana, o que pode indicar uma mais forte expansão metropolitana nessa direção ao longo desse período. Por outro lado na parte oeste da região metropolitana, há um predomínio na redução nas taxas de participação na população total ou de crescimento muito baixo dessa participação. Com base nos dados até agora levantados iremos descrever sinteticamente as principais transformações nas estruturas, formas e funções espaciais associadas ao processo

de recuperação econômica que se configura a partir da segunda metade da década de 1990.

Em relação às formas há uma difusão de empreendimentos imobiliários que antes eram bastante concentrados na metrópole e em alguns outros poucos municípios da região metropolitana. Isto significa que, acompanhando a redistribuição da população metropolitana e profundamente relacionada com ela temos uma difusão de formas, que embora não sendo recentes na região metropolitana, antes tinham uma área de distribuição mais reduzida. Entre essas formas podemos destacar, pela importância e influência na ampliação do preço da terra: os shopping centers e os condomínios fechados. Os shopping centers são um bom exemplo desse processo de difusão dentro da região metropolitana: em 1980, haviam apenas quatro shopping centers em funcionamento na região metropolitana, todos na cidade do Rio de Janeiro, enquanto em 2014 haviam 50 shopping centers em 9 municípios diferentes. Nos próximos capítulos analisaremos com mais detalhe estas formas metropolitanas, suas características e o papel que possuem no processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em relação às funções percebe-se uma renovação da concentração das atividades terciárias na cidade do Rio de Janeiro, ao passo que alguns municípios da região metropolitana, assumem também novas funções associadas ao crescimento das atividades do comércio, serviços e indústria, o que leva à consolidação de novas centralidades fora da metrópole, o que altera uma série de dinâmicas metropolitanas, como por exemplo, os deslocamentos pendulares, que se modificam a medida que uma parte maior da população dos municípios metropolitanos não precisam mais se deslocar para a metrópole para obtenção de emprego.

Em relação às estruturas metropolitanas as transformações são amplas e intensas em diversas estruturas metropolitanas. Um exemplo é a estrutura viária que será radicalmente alterada com a criação do arco metropolitano que afetará também os preços da terra não somente dessa área, mas de toda a região metropolitana. Isto porque os preços da terra se comportam como uma estrutura uma vez que o preço de cada terreno, de cada bairro está relacionado ao preço de todos os demais. Esse caráter estrutural do preço do solo é apontado por Santos (1986) quando

mostra que os terrenos em loteamentos de São Gonçalo na década de 1980, se valorizavam mesmo sem que houvesse nenhum investimento em infraestrutura neles, uma vez que com a expansão metropolitana, estes terrenos deixavam de estar na franja metropolitana e, portanto passavam a custar mais caro. No trecho a seguir, Oliveira (2010, p 3) analisa essas transformações relacionando os processos que ocorrem na metrópole, na região metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro:

A dinâmica econômica metropolitana atual no Rio de Janeiro é outra completamente diferente da que conhecemos até os últimos anos do século XX. Até o final da década de 1990, o esvaziamento econômico da cidade do Rio de Janeiro refletia intensamente no restante do espaço metropolitano, em face da ainda forte dependência do núcleo sobre toda a área e região metropolitana. Hoje, a economia baseada nas atividades extrativistas no norte do estado, nos novos padrões tecnológicos do setor metal mecânico da Região do Médio Vale do Paraíba e, sobretudo, nas políticas de investimento nos setores de logística, petroquímica e siderurgia pelo Estado e setores privados, promovem uma esplêndida requalificação na metrópole fluminense baseada em novos setores e recursos originados fora da metrópole.

Como aponta o texto o processo de recuperação econômica do Estado e da região metropolitana, assentado naqueles vetores de reestruturação anteriormente apontados e consolidado a partir de alianças que envolvem os mais diferentes agentes permite uma requalificação da metrópole que se coloca como local de gestão das novas atividades que se desenvolvem fora da metrópole e em alguns casos fora da região metropolitana. Esse papel da metrópole do Rio de Janeiro é algo relativamente novo e está diretamente associado ao processo de reestruturação produtiva e espacial em curso nessa região.

Em relação à reestruturação espacial, que como vimos está diretamente relacionado com esse processo de recuperação econômica, temos duas tendências que tendem a se manifestar com grande intensidade chegando mesmo a caracterizar tal processo de reestruturação: a dispersão metropolitana e reconfiguração da centralidade metropolitana. Como características fundamentais do processo de reestruturação espacial na atualidade, na parte II e III dessa tese, analisaremos a maneira como esses processos se desenvolvem na região metropolitana do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA.

Arco metropolitano vira chamariz de investimentos em habitação e indústrias.

Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=647636> acessado em 20/05/15.

CARDOSO, A. L. et all. Quando um direito vira um produto: impactos do programa minha casa minha vida na cidade do Rio de Janeiro. **Anais do XIII Simpurb**, Rio de Janeiro, 2013.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995, 94 pp.

David Harvey. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FIRJAN. **Relatório decisão Rio 2010-2012**. Rio de Janeiro: Firjan, 2013.

FIRJAN. **Relatório decisão Rio 2012-2014**. Rio de Janeiro: Firjan, 2014.

FIRJAN. **Relatório decisão Rio 2014-2016**. Rio de Janeiro: Firjan, 2015.

JARDIM, A. P. Mobilidade intrametropolitana no Rio de Janeiro. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, vol. 1, nº 1, 2005.

MARTINS, G. R. Articulações entre estado e capital privado no Rio de Janeiro: os grandes projetos de investimento como modelo de desenvolvimento. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, 2013.

MESENTIER, A. **A estratégia do capital no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://movimentossociaisriomais20.files.wordpress.com/2012/04/a-estrategia-do-capital-no-rio-de-janeiro-allan-mesentier.pdf>. Acessado em 21/01/2014.

Metrô Linha 4. Disponível em: <http://www.metrolinha4.com.br/>. Acessado em 02/03/2016.

Natal, J. L. A. **O Estado do Rio de Janeiro pos-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicati Editora, 2005, 284p.

Nossas atividades principais. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>. Acessado em 02/03/2016.

O Globo. **Área do arco metropolitano receberá 3,5 bi até 2017**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/> acessado em 20/03/2015.

OLIVEIRA, F. J. G. Sobre a questão metropolitana: nova escala de gestão, nova escala de lutas para os movimentos sociais. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, vol XIV, nº 331, Agosto de 2010.

PAGANOTO, F.; SANTOS, P. G. Mercado imobiliário e mobilidade espacial da população na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, 2013.

Porto Maravilha. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/> . Acessado em 02/03/2016.

Prosub. Disponível em: <http://www.prosubebn.com.br/>. Acessado em 02/03/2016.

RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Anais do XX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu, 1996.

SANTOS, C. N. F. **Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1984 .

SILVA, M. L. O processo de metropolização do espaço no rio de janeiro: a (re) produção de um modelo portuário para poucos. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, 2013.

SMITH, N. (org.). **Gentrification on the city**. Boston: Allen & Unwin, 1986.

SMITH, N. New Globalism, new urbanism: gentrification as a urban global strategy. **Antipode**, 2002.

Parte 2: A dispersão da região metropolitana do Rio de Janeiro.

2. O desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como região compacta.

Uma característica central do desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro durante um longo período é a sua natureza compacta, com grande concentração de população e atividades econômicas na metrópole ou núcleo metropolitano que corresponde ao município do Rio de Janeiro. As razões para essa concentração já foram discutidas anteriormente, aqui iremos nos ater as consequências dessa concentração, ou em outras palavras, como essa natureza compacta molda uma forma de produção do espaço metropolitano. Os dados da tabela 11 permitem avaliar o grau de concentração a que nos referimos.

Tabela 11: Relação entre a população do município do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro e do restante do estado, 1940 – 2010.

Unidade	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Estado do Rio de Janeiro	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Município do Rio de Janeiro	42.61	48.84	50.86	49.65	47.27	45.09	42.79	40.70	39.52
Restante do Estado	57.39	51.16	49.14	50.35	52.73	54.91	57.21	59.30	60.48

Fonte: IPEADATA

A análise da tabela revela que já na década de 1920 a cidade do Rio de Janeiro, concentrava mais de 40% da população do atual estado do Rio de Janeiro. A partir de então temos um movimento de crescente concentração de população no município do Rio de Janeiro, que coincide com um período de forte dinamismo metropolitano, sendo que na década de 1950 se atinge o pico de concentração, com a metrópole concentrando mais de 50% da população do estado. A partir de então há uma redução dessa concentração sendo que a partir da década de 1980, como consequência direta da crise metropolitana é que esse processo se acentua. Ainda assim, embora em 2010 tenhamos os menores patamares de concentração, a metrópole concentra quase 40% da população do estado, patamar muito semelhante a da década de 1920.

Assim podemos concluir que todas as transformações políticas e econômicas pelas quais o estado e a região metropolitana do Rio de Janeiro passaram desde a década de 1920, não foram capazes de reverter de forma substancial a concentração de população e também de atividades econômicas na metrópole. Tais transformações envolvem no plano político a separação da cidade do Rio de Janeiro, como capital federal, do restante do atual estado do Rio de Janeiro que

tinha por capital Niterói até a década de 1960 quando tal separação política continuou sendo que a cidade do Rio de Janeiro tornou-se estado da Guanabara e restante do estado do Rio de Janeiro continuou a ter por capital Niterói, sendo que tal situação permanece até 1974 quando ocorre a fusão do estado da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro, levando ao surgimento do atual estado do Rio de Janeiro unificado. No plano econômico e social, as transformações envolvem a consolidação do processo de industrialização e de metropolização, associado à expansão territorial e integração espacial de novos municípios a dinâmica metropolitana. Tal concentração se relaciona com uma forma de produção do espaço metropolitano que implica na criação de formas, funções e estruturas espaciais que intensificam essa concentração, ao mesmo tempo em que criam a oportunidade para a integração de novas áreas a dinâmica metropolitana seja pela expansão territorial ou pela integração espacial.

Assim a região metropolitana que se conforma a partir desse processo de metropolização pode ser compreendida como compacta. Compacto, segundo o dicionário Bechara, tem como um de seus significados aquilo “que tem suas partes componentes bem unidas, é condensado, comprimido” (Bechara, 2009, p 212). Tal definição pode ser um bom ponto de partida para a compreensão da natureza compacta da região metropolitana. A ideia de união, ou melhor, integração é fundamental para a compreensão de uma região metropolitana. Toda região metropolitana possui uma coesão interna, que na prática é o que permite pensarmos essa região como unidade por mais diferenciada que ela seja. Essa unicidade é dada principalmente pelos diferentes fluxos que funcionam como elos que mantêm ligados as diferentes áreas da região. Exatamente por ser válida para a compreensão de qualquer região metropolitana e mesmo de qualquer região, a ideia de união não nos auxilia a compreender as especificidades da região metropolitana compacta.

As ideias de condensado e comprimido podem ser mais úteis para a compreensão das características específicas da região metropolitana compacta uma vez que se referem diretamente à forma dessa região. A região metropolitana compacta é resultante de uma forma de produção do espaço metropolitano que leva ao aumento das densidades, principalmente nas áreas centrais, e também na região metropolitana como um todo e mesmo considerando a criação de vazios entre as

áreas urbanizadas e a manutenção de algumas áreas rurais, o processo de metropolização reproduz a região metropolitana como compacta. O que estamos afirmando, portanto, é que não apenas a região metropolitana é compacta, mas que é permanentemente reproduzida como compacta conforme se dá o processo de produção do espaço metropolitano.

Portanto a ideia de região metropolitana compacta se refere a uma forma, mas a forma da região metropolitana como um todo, e não de um local específico da região metropolitana. Tal forma compacta se relaciona com um processo de metropolização que se concretiza a partir do aumento das densidades de ocupação seja por moradores ou pelas diferentes atividades econômicas. Tal forma esta está relacionada ainda com a produção de estruturas, formas e funções espaciais que viabilizam a existência da região metropolitana compacta. Mas compacto também indica a natureza da região metropolitana, a maneira como se dá o processo de metropolização, ou seja, reproduzindo a região metropolitana como compacta, à medida que a região como um todo é expandida. No Rio de Janeiro, a produção de uma região metropolitana compacta levou a uma grande concentração de população e atividades econômicas na metrópole sendo que a integração de novas áreas a dinâmica metropolitana, ao longo da primeira metade do século XX foi fundamentalmente motivada, como discutido anteriormente, pela produção de moradia para trabalhadores que buscavam emprego principalmente na metrópole.

Nesse sentido afirmamos que não apenas a região metropolitana era compacta, mas que seu processo de metropolização, reproduzia esta região como compacta por mais que ao mesmo tempo, esse mesmo processo expandisse os limites da região metropolitana integrando novos locais a dinâmica metropolitana. Assim quando falamos de reprodução da região metropolitana compacta isto significa que a expansão territorial e a integração espacial reafirmam a cada momento a região metropolitana como compacta, à medida que os limites dessa região são expandidos e conforme os locais integrados a dinâmica metropolitana são qualitativamente alterados. Segundo Firkowsky (1999, p 1):

As formas territoriais das metrópoles são muito variadas, indo da continuidade à descontinuidade, do compacto ao diluído, porém esses espaços são permeados por uma dinâmica maior, uma lógica emanada da metrópole e dos fluxos que para ela convergem, não só de origem interna como também, e em alguns casos principalmente, externa.

Portanto, independente da forma da região metropolitana, esta região é um espaço integrado, com uma dinâmica comum, que tem como principal polo difusor, a metrópole, pois este é o local dentro da região metropolitana que possui a maior densidade de centros de gestão que permitem a tomada de decisões. Como uma região, a região metropolitana só faz sentido como uma área integrada a partir de um mesmo processo, mesmo considerando que este processo é em si mutante e que está o tempo todo modificando os limites da região metropolitana e alterando as funções de cada uma das áreas da região metropolitana.

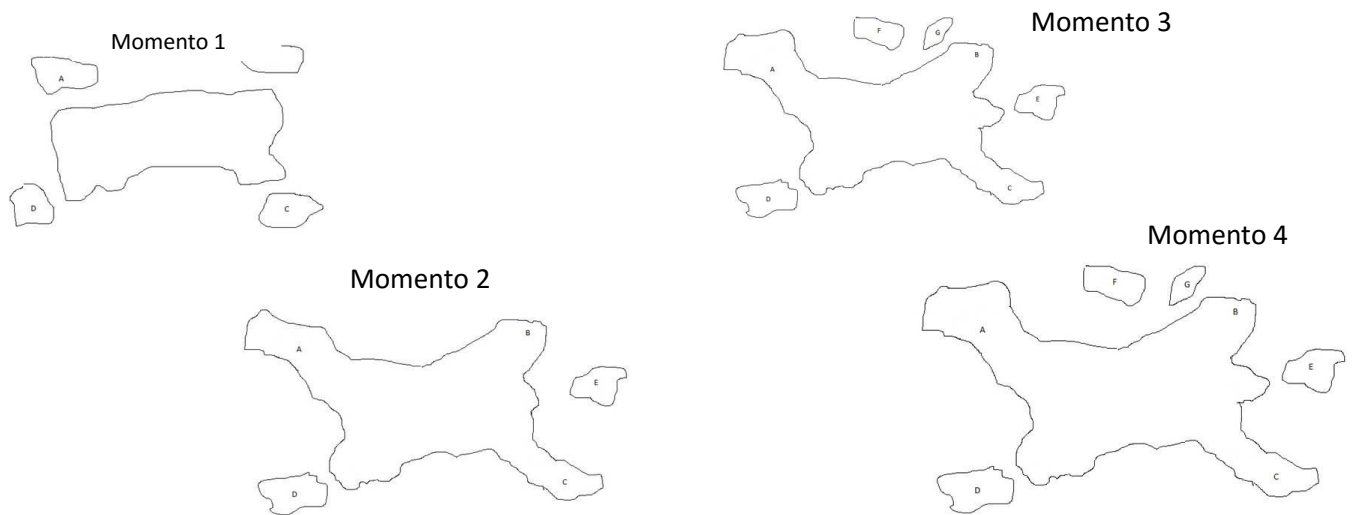
No entanto, uma crítica precisa ser feita em relação à concepção da autora acima citada, e diz respeito à indistinção entre região metropolitana e metrópole, sendo que o termo metrópole aparece no texto com dois sentidos distintos: no início do texto indicando toda a aglomeração e no final apenas o núcleo metropolitano. Tal confusão poderia ser evitada pela distinção entre metrópole e região metropolitana, o que é também importante por reafirmar que o processo de metropolização conforma uma região, que independente da sua forma é um espaço integrado.

Se a região metropolitana é reproduzida como compacta, isto significa que a produção de vazios entre as áreas efetivamente ocupadas é compensada pela ocupação de outros vazios à medida que esse processo de reprodução se desenvolve. Um vazio é também uma forma espacial, uma vez que é um espaço produzido com objetivos específicos, no entanto, o vazio, se caracteriza por ser uma forma que pode ser facilmente convertida em outras formas espaciais. Assim na região metropolitana compacta temos que a produção de “novos” vazios urbanos tende a se dar mais ou menos no mesmo ritmo da ocupação dos “antigos” vazios, o que é um dos fatores responsáveis pela contenção da dispersão metropolitana. Portanto podemos afirmar que no processo de metropolização que reproduz a região metropolitana como compacta, a expansão territorial é dominante²⁴ em relação à integração espacial. Isto significa dizer que uma vez que uma área se integra espacialmente a dinâmica metropolitana, há a tendência de que expansão territorial leve a fusão do tecido urbano dessa área com o tecido metropolitano. E é assim que a produção do espaço metropolitano reproduz a região metropolitana como compacta, pois à medida que os mutantes limites da região metropolitana são

²⁴ Aqui compreendemos dominante no sentido conferido por Gramsci ao termo, como sendo a expansão territorial o processo que dá a direção metropolização, o que não significa que a integração espacial está ausente.

refeitos, parte dos vazios urbanos são efetivamente ocupados e a região como um todo é reproduzida como compacta. A figura 2 exemplifica a forma como se dá a evolução de uma região metropolitana compacta:

Figura 2: Esquema de evolução da região metropolitana compacta



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Xavier, 2008.

O esquema acima é uma tentativa de reproduzir graficamente como seria a evolução de uma região metropolitana, uma vez que as palavras, muitas vezes são limitadas para representar processos espaciais. É com certeza um esquema limitado, mas que permite apontar aquilo que consideramos mais importante em relação à evolução da região metropolitana compacta. Uma limitação desse esquema se deve ao fato de que ele mostra apenas a evolução da expansão territorial e não da integração espacial, embora as áreas não contínuas que aparecem no esquema sejam aquelas que foram integradas à dinâmica metropolitana. Nesse sentido há que se acentuar que ao comentar esse esquema estamos falando da inclusão de novas áreas ao tecido metropolitano a partir da expansão territorial, processo distinto da integração espacial de novas áreas à dinâmica metropolitana.

A inclusão de novas áreas ao tecido metropolitano refere-se à produção do espaço que elimina os vazios urbanos e áreas rurais entre municípios que normalmente já estão integrados à dinâmica metropolitana. A integração de novas áreas à dinâmica metropolitana, depende do fato de que essas áreas passem a participar dos fluxos metropolitanos independente delas serem ou não conurbadas

ao tecido metropolitano. Uma questão importante sobre esse esquema é que a inclusão de novas áreas não conurbadas a dinâmica metropolitana tende a estimular a produção do espaço metropolitano na direção dessas novas áreas o que significa, a médio ou longo prazo, a tendência (por mais que essa tendência leve décadas para se efetivar ou nunca se efetive totalmente) de que essa nova área seja integrada ao tecido metropolitano. Assim se o desenvolvimento da região metropolitana compacta inclui a dispersão, quando se dá a inclusão de novas áreas urbanas a dinâmica metropolitana, o próprio desenvolvimento metropolitano tende a conter essa dispersão à medida que uma parte dos vazios são efetivamente ocupados a partir da expansão territorial metropolitana.

O esquema mostra quatro momentos distintos dentro da evolução de uma região metropolitana compacta, cortes arbitrários dentro de um processo de metropolização em evolução. No primeiro momento temos quatro novas áreas que mesmo sem continuidade territorial são integradas a dinâmica metropolitana. Dessas quatro áreas, no momento 2, apenas a área D, não passou a fazer parte da área metropolitana, certamente porque a produção do espaço metropolitano foi menos intensa nessa direção. No momento 3 novas áreas não contínuas ao tecido metropolitano são integradas a dinâmica metropolitana, sendo que no momento 4 essas novas áreas ainda não faziam parte da área metropolitana, embora note-se uma forte expansão territorial em direção a área E.

Em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro, este modelo ilumina aspectos interessantes em relação à evolução dessa região desde o final do século XIX até meados do século XX, período no qual se conformaram os principais eixos de expansão territorial dessa região. Um desses eixos de expansão territorial, identificado no capítulo 1.1 como eixo oeste, é aquele que se desenvolve na área conhecida como baixada fluminense, ao longo do século XX, principalmente após o declínio da lavoura da laranja, e das obras de drenagem da baixada realizadas pelo DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (ABREU, 2006). Duque de Caxias e Nova Iguaçu são os municípios mais importantes desse eixo, tanto em termos de volume populacional quanto em relação ao volume de atividades econômicas. A inclusão dos municípios desse eixo ao tecido metropolitano está diretamente relacionada à produção de loteamentos populares para moradores

metropolitanos e pela busca de novas áreas para o desenvolvimento de atividades industriais ao longo da primeira metade do século XX.

Outro eixo fundamental a configuração atual da região metropolitana, é o eixo leste, composto pelos municípios a leste da baía de Guanabara. Semelhante ao que ocorre com o eixo oeste, a inclusão dos municípios desse eixo no tecido metropolitano está diretamente ligada à produção de loteamentos para moradores metropolitanos e a busca de áreas para estabelecimento de empreendimentos industriais. Os municípios mais importantes desse eixo em termos de população e volume de atividades econômicas são os municípios de São Gonçalo e Niterói. A construção da ponte Rio Niterói, na década de 1970, foi um grande impulso a expansão da produção imobiliária nesse eixo, e permitiu, particularmente em Niterói, o desenvolvimento de áreas nobres voltadas para uma população metropolitana de alta renda, oriunda principalmente da cidade do Rio de Janeiro.

O aspecto principal que esse esquema tenta retratar é que na região metropolitana compacta, a integração espacial abre caminho para a expansão territorial, e mesmo que esta não chegue a efetivamente a integrar uma determinada área urbana ao tecido metropolitano anteriormente consolidado ela tende a ocupar espaços não urbanizados, reproduzindo a região metropolitana como compacta a medida que ela se expande. Colocando de outra forma, temos uma área, seja ela um município, um bairro, um distrito etc., que passa a fazer parte da dinâmica metropolitana, seja por se tornar uma opção de moradia para os moradores metropolitanos que passam a se deslocar diariamente dessa área para outros locais dentro da região metropolitana que concentram as ofertas de emprego, seja por se tornar uma opção de localização para investimentos industriais ou comerciais. Essa situação é o que denominamos integração espacial, conceito que se refere à integração dessa nova área a dinâmica metropolitana, integração que modifica qualitativamente a dinâmica metropolitana assim como a área a ela integrada. A consequência direta dessa integração na região metropolitana compacta é um estímulo à produção imobiliária que tende a reduzir os vazios entre essa área e o tecido metropolitano, sendo que tal tendência leva a uma contenção da dispersão dentro da região metropolitana.

O que estamos descrevendo, portanto, é a maneira como o processo de metropolização em uma região metropolitana compacta possibilita que esta região

permaneça em constante transformação, sem perder a sua natureza compacta. Tal processo se relaciona com a produção de estruturas, formas e funções espaciais sendo que a região metropolitana do Rio de Janeiro é um interessante exemplo desse processo. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, as estruturas espaciais, tenderam a reforçar a concentração de atividades econômicas e de população no núcleo metropolitano ao passo que condicionaram a expansão metropolitana a algumas direções determinadas. Ao mesmo tempo algumas funções se concentraram no núcleo metropolitano, o que condicionou os deslocamentos pendulares da população em direção a metrópole e uma nítida diferenciação das formas metropolitanas como ocorre em relação à ocupação de bairros de classe média na cidade do Rio de Janeiro e aquela efetivada a partir da produção de loteamentos populares na baixada fluminense.

A malha viária, por exemplo, com forma radiocêntrico, tende a tornar indispensável à passagem pelo núcleo metropolitano mesmo em deslocamentos interestaduais, o que reforça a centralidade da metrópole. Por esse e outros fatores a localização de certas funções comerciais e de serviços acaba sendo condicionada a se localizar na metrópole, uma vez que esta possui a maior acessibilidade dentro da região metropolitana. Ao mesmo tempo a concentração dessas funções, especialmente na área central da metrópole, tende a reforçar a valorização dessa área, tendo ela, portanto, um papel definidor na estrutura de preços da terra dentro da região metropolitana.

A região metropolitana do Rio de Janeiro pode ser considerada um caso exemplar de produção de uma região metropolitana compacta, tanto pela grande concentração de atividades econômicas e de população na metrópole, seja em relação à região metropolitana quanto ao estado, quanto pelo fato de que a expansão territorial se dá principalmente ao longo de eixos que partem da metrópole sendo que o principal vínculo da integração espacial entre os locais que compõem a região metropolitana é a migração pendular que liga, principalmente, os locais de oferta de trabalho e estudo, localizados principalmente na metrópole, com locais de moradia em outros municípios metropolitanos.

A concentração de população e atividades econômicas é um traço histórico bastante característico do processo de metropolização do Rio de Janeiro, e já foi discutido anteriormente, tanto em relação aos motivos dessa concentração, que se

ligam a função política dessa cidade e a importância de seu porto, quanto em relação às consequências dessa concentração. Uma dessas consequências está relacionada à forma como se dá a expansão territorial na região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo Davidovich, 2001, p 75:

Um primeiro ponto faz assinalar que a mancha urbana no Rio de Janeiro corresponde ao que foi designado espaço da metropolização e se restringe a alguns eixos, tendo a região metropolitana como centro. Mancha urbana que se opõe à de São Paulo, onde se espraiou em área e não apenas em linhas e pontos.

Portanto a região metropolitana do Rio de Janeiro tem como uma de suas características a expansão ao longo de eixos e não de áreas, eixos esses que partem da cidade do Rio de Janeiro. Embora evitando comparações com São Paulo como feito no texto acima, acreditamos que os fatores que explicam essa expansão em eixo estão relacionados à origem da demanda pela terra na região metropolitana em formação, e também com a concentração de população e atividades econômicas na cidade do Rio de Janeiro. Devido à concentração econômica e populacional na cidade do Rio de Janeiro, motivada entre outros fatores pela melhor infraestrutura presente nessa cidade, a demanda por terrenos para moradia ou para investimentos industriais fora da metrópole sempre foi limitada e por isso essa expansão vai seguir os principais eixos de transporte que convergem para a metrópole. Tal concentração econômica na cidade do Rio de Janeiro é patente, o que pode ser evidenciado pelo fato de que ainda em 2010, a cidade do Rio de Janeiro, respondia por cerca de 57% do valor adicionado bruto na indústria da região metropolitana (IBGE, 2014). Para o presente trabalho, mais importante que analisar as causas dessa configuração é constatar que a expansão territorial em eixos é uma característica da região metropolitana do Rio de Janeiro como região compacta.

À medida que a expansão territorial na região metropolitana do Rio de Janeiro se deu, no período entre o final do século XIX e por volta da década de 1970, a partir da formação de eixos, isto significa que a explosão-implosão que ocorre nessa região se dá de forma bem específica. A implosão teve uma grande intensidade, conformando um núcleo extremamente densificado se comparado com o restante da região metropolitana. Nesse núcleo, irá se concentrar infraestrutura, população e atividades econômicas, numa proporção extremamente elevada em relação ao restante da região metropolitana e mesmo em relação ao estado do Rio de Janeiro. Por outro lado a explosão teve uma abrangência espacial limitada e se conformou a

partir de eixos e não de áreas, eixos esses, todos eles, que partem do núcleo metropolitano. Segundo Lefebvre (2001, p 78):

Paradoxalmente, nesse período em que a cidade se estende desmesuradamente, a forma (morfologia prático-sensível ou material, forma da vida urbana) da cidade tradicional explode em pedaços. O processo duplo (industrialização-urbanização) produz o duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro) já mencionado. É portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana (do urbano).

Portanto é a partir do processo de industrialização e urbanização, que tem sua máxima expressão na metropolização, que se conforma o processo de explosão-implosão, sendo que a explosão-implosão está diretamente relacionada, como discutido anteriormente, aos conceitos de expansão territorial e integração espacial que estamos desenvolvendo ao longo desse trabalho. O movimento de implosão-explosão produz tanto a concentração quanto a dispersão, dispersão esta que se materializa através da expansão territorial, ou seja, a expansão do tecido metropolitano com a incorporação de novas áreas a esse tecido, ou a partir da integração espacial, que se dá a partir da integração de uma área a dinâmica metropolitana a partir de diferentes fluxos.

Ocorre que a implosão-explosão em uma região metropolitana compacta ocorre de uma maneira específica, reproduzindo ao mesmo tempo em que expande, a região metropolitana como compacta. Em outras palavras a implosão-explosão nessa região metropolitana significa tanto a continuidade da região metropolitana como compacta quanto o seu oposto, a explosão ou dispersão, que ocorre reproduzindo a região metropolitana compacta em uma escala ampliada. Assim podemos afirmar, e essa ideia será mais bem desenvolvida no próximo capítulo, que a região metropolitana compacta, concentrada, se constitui a partir do seu oposto, a dispersão, desconcentração. No entanto, a dispersão, desconcentração, como processo subordinado, acaba reproduzindo esta região como compacta. No próximo capítulo discutiremos as mudanças associadas à passagem da região metropolitana compacta para a região metropolitana dispersa, no qual o processo de dispersão deixa de ser subordinado e passa a ser dominante na dinâmica da metropolização.

BIBLIOGRAFIA.

DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropoliza o do espaço no Rio de Janeiro.

Cadernos Metrópole, Rio de Janeiro, n. 6, pp. 67-77, 2  sem. 2001.

EVANILDO, B. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

FIRKOWSKY, O. Curitiba: as novas faces da metrópole. Anpur: **Anais do VIII Encontro Nacional da Anpur**, Porto Alegre, 1999.

IBGE. **Valor adicionado bruto na indústria**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

2.1. A transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro em uma região metropolitana dispersa.

A dispersão metropolitana é um fenômeno cada vez mais evidente nas metrópoles e regiões metropolitanas de diferentes países. A generalização desse fenômeno coloca a dispersão metropolitana como uma das mais fortes características da produção do espaço metropolitano e do espaço urbano em geral na atualidade. A ideia de dispersão remete ao processo de espalhamento e, portanto distanciamento dos elementos que são afetados pelo processo de dispersão. Na física, por exemplo, a ideia de dispersão está relacionada à expansão do universo, que tem como consequência o aumento da distância entre as galáxias ou entre os planetas.

Quando falamos em dispersão metropolitana estamos nos referindo a um processo que se concretiza a medida que o tecido metropolitano se expande e se esgarça, o que implica no aumento e na diversificação das formas e funções espaciais assim como em profundas mudanças nas estruturas metropolitanas ao mesmo tempo que podemos ter um distanciamento maior e mesmo a presença de formas, funções e estruturas metropolitanas em áreas sem características tipicamente metropolitanas. Assim temos a proliferação de condomínios fechados, shopping centers, clubes e resorts, que podem estar presentes em meio a localidades rurais ou em áreas ainda não integradas à dinâmica metropolitana. Porém a dispersão metropolitana apresenta um aspecto que a diferencia fundamentalmente do sentido comum da dispersão, o fato de que a dispersão metropolitana não se opõe, mas pressupõe a ideia de concentração. Segundo Lencioni (2008, p 9):

Essa combinação de dispersão e concentração é que configura o espaço da metrópole contemporânea. A metrópole coesa, como 'grande cidade', é a forma clássica da metrópole. O seu espraiamento por um extenso território e seus limites imprecisos pode levar a entender que o que é disperso não é o aglomerado, mas o novo patamar da urbanização. Trata-se apenas de uma aparência, pois o que é disperso é a forma que assume a aglomeração. Seja qual for a configuração metropolitana, quer seja um espaço mais denso ou mais disperso, esse espaço é condição, processo e produto associado à urbanização, que tem na ideia de aglomeração um dos elementos centrais de sua definição. Portanto, o que é disperso é sua forma.

Nesse sentido longe de se opor a ideia de concentração, a dispersão metropolitana pressupõe a concentração e a reproduz em outra escala. Dessa

maneira assim como a região metropolitana compacta se reproduzia a partir da dispersão, a região metropolitana dispersa, se reproduz e se expande ao mesmo tempo em que consolida essa região como espaço concentrado em uma escala ampliada. Isto ocorre porque o caráter disperso se refere à forma da região metropolitana como um todo e não as relações que se estabelecem no interior dessa região. Nesse sentido quando falamos em dispersão metropolitana estamos distantes das teorias que afirmam a tendência do fim das aglomerações urbanas que se tornariam desnecessárias a partir das novas tecnologias de informação. Entre os críticos dessas teorias, podemos citar SCOTT, et all (2001), que a partir do conceito de cidade-região global reafirmam o papel das aglomerações urbanas, mesmo que produzidas em outra escala: cada vez mais regionais e cada vez mais também diretamente ligadas à economia global. Segundo SCOTT et all (2001, p 11):

(...) as cidades regiões funcionam, cada vez mais como nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial. De fato, em vez das cidades regiões estarem se dissolvendo como objetos sociais e geográficos pelo processo de globalização, elas estão se tornando progressivamente centrais a vida moderna e cada vez mais, a globalização (em associação com várias transformações tecnológicas) vem reativando a sua importância como base de todas as formas de atividade produtiva (...)

Os autores, portanto, colocam que o processo de globalização renova a importância das aglomerações urbanas, por mais que esses espaços sofram tremendas transformações. Mais a frente iremos explorar a literatura sobre os novos formatos de aglomeração metropolitana, agora vamos aprofundar a discussão sobre a relação entre a concentração e a dispersão. Em especial cabe discutir a relação entre a concentração, que a princípio estaria diretamente ligada à formação da região metropolitana compacta e a dispersão que estaria ligada a formação da região metropolitana dispersa. Segundo Ribeiro Júnior (2015, p 7):

Nesta análise, chamamos de desconcentração o processo responsável pela conformação atual da metrópole, que reúne, simultaneamente, dispersão e concentração na aglomeração urbana, sinalizando para um espaço de natureza mais complexa que se dinamiza por fluxos diversos, inclusive os imateriais, que modificam a relação do longe e do perto, aproximando lugares distantes e distanciando lugares próximos.

Dessa forma assim como o processo de concentração, que gerou a região metropolitana compacta reunia tanto a concentração como a dispersão, o processo de dispersão reúne tanto a dispersão quanto a concentração. Por conseguinte da mesma maneira que o processo de concentração gera a necessidade da desconcentração, a partir das deseconomias de aglomeração formadas ao longo do

processo de concentração, o processo de desconcentração consolida a concentração em uma escala ampliada, mormente regional ao mesmo tempo em que cria novos focos de concentração econômica e populacional dentro da região metropolitana. Portanto dispersão e concentração não podem ser vistos de forma dicotômica, mas como elementos contraditórios e complementares dentro do processo de metropolização.

Em qualquer região metropolitana, o vínculo entre os diferentes espaços é dado pelos diferentes tipos de fluxos que percorrem essa região. Na região metropolitana dispersa esses fluxos se tornam ainda mais importantes não apenas pelo aumento do volume deles mais porque com o aumento da distância entre as áreas que compõem a região metropolitana os fluxos se tornam ainda mais necessários no sentido de manter a coesão dessa região.

2.1.1. Dispersão e concentração na região metropolitana compacta e dispersa.

Então podemos afirmar que tanto região metropolitana compacta quanto a região metropolitana dispersa se constituem a partir da dispersão e da concentração, que são tanto processos contraditórios quanto complementares. Porém existe uma diferença crucial na maneira como a dispersão e a concentração reproduzem a região metropolitana compacta e dispersa. Como vimos anteriormente, na região metropolitana compacta o processo de dispersão é subordinado, e a dispersão ajuda a reproduzir como compacta a região metropolitana conforme ela se expande. No entanto, na região metropolitana dispersa as coisas se dão de forma diferente, o processo de dispersão de subordinado passa a dominante o que significa que a dispersão não mais reproduz a região metropolitana como compacta mais sim como dispersa.

Para compreender esse fato precisamos retomar a discussão sobre expansão territorial e integração espacial feita no capítulo anterior. Na região metropolitana compacta a integração espacial estimula a expansão territorial, reduzindo os espaços não ocupados entre as áreas integradas à dinâmica metropolitana, reproduzindo a região metropolitana como compacta. Na região metropolitana dispersa, a integração espacial estimula a expansão territorial, que, porém se dá de uma forma fragmentada e dispersa. Isto significa que lugares cada vez mais distantes da metrópole são incorporados à dinâmica metropolitana, aumentando as distâncias entre os locais que compõem essa região. Ao mesmo a integração

espacial captura essas áreas produzidas pela expansão territorial dispersa, e as integra em uma mesma dinâmica metropolitana. Nesse sentido a maneira como se dá a reprodução espacial da região metropolitana dispersa como um todo é bastante distinto da maneira como ela se dá na região metropolitana compacta. Na região metropolitana compacta a dominância da expansão territorial sobre a integração espacial faz com que a expansão seja mais homogênea, o que normalmente tem sido identificado como resultando em um padrão semelhante à da expansão de uma mancha de óleo. Por outro lado na região metropolitana dispersa a expansão segue um padrão espacial mais complexo, em que a produção do espaço metropolitano se dá com uma presença importante de enclaves assim como outras formas de urbanização. Sobre esse ponto Salgueiro (1998, p 40) afirma o seguinte:

A cidade industrial apresentava uma segregação funcional e social, pois era constituída por áreas homogêneas do ponto vista social, ou funcionalmente especializadas, as quais estavam ligadas por relações de complementaridade e de interdependência, com frequência numa organização de tipo hierárquico, como sucedia com as áreas de comércio e serviços, fortemente polarizadas e comandadas por um centro, ou com as áreas residenciais, as quais reproduziam a hierarquia social.

Apesar de não concordarmos com a denominação de cidade industrial, uma vez que as atividades industriais permanecem na região metropolitana dispersa, a autora apresenta uma importante descrição da maneira como a região metropolitana compacta se reproduz espacialmente. A reprodução do que a autora chama de cidade industrial é caracterizada como ocorrendo a partir da segregação, que consiste na produção de áreas homogêneas do ponto de vista social ou funcional. Portanto a implosão-explosão, viabilizada a partir da expansão territorial e da integração espacial, na região metropolitana compacta levará a produção de áreas ocupadas por grupos sociais relativamente homogêneos ou por atividades econômicas semelhantes. Um exemplo disso é o centro principal, na qual se concentram as atividades terciárias.

Entre essas áreas se estabelecem relações de complementaridade e também relações hierárquicas como as que se estabelecem entre o centro principal e os subcentros. Nesse caso o centro principal (ou CBD, Central Business District, na literatura anglo-saxônica), que possui maior diversidade e quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, polariza toda a região metropolitana enquanto os subcentros, “cópias em tamanho menor do CBD” (VILAÇA, 1998, p

134), centros com menor quantidade e qualidade de estabelecimentos de comércio e serviços, polarizam áreas mais restritas espacialmente, estando subordinados ao centro principal. Também se percebe essa hierarquia na ocupação de áreas residenciais, em que temos áreas ocupadas por populações de diferentes níveis de renda o que acaba refletindo na precificação diferencial das áreas residenciais. As áreas ocupadas pelas classes de maior poder aquisitivo, são aquelas que possuem as melhores condições de infraestrutura e que possuem os maiores preços da terra.

Assim a produção do espaço metropolitano na região metropolitana compacta, se faz a partir da expansão territorial e da integração espacial, sendo que a expansão territorial, como processo dominante, leva a produção de áreas relativamente homogêneas internamente e fortemente diferenciadas entre si. O principal elemento nessa diferenciação de áreas é o preço da terra, que por sua vez está diretamente ligado à disponibilidade de infraestrutura, o que leva a constituição de uma hierarquia de preços da terra nos quais aquelas atividades mais “nobres”, ou seja, cujos agentes tem maior capacidade de pagar pela localização, se instalam nas localizações mais centrais. “O resultado desses processos (...) é uma cidade arrumada com os grupos sociais e as atividades econômicas em seu determinado lugar, na qual se desenvolvem trocas entre espaços desiguais, se tecem interdependências, e se multiplicam solidariedades” (SALGUEIRO, 1998, p 90). Bem distinto é o padrão de reprodução da região metropolitana dispersa, como descrito por Salgueiro (1998, 41):

A principal característica que importa sublinhar na cidade fragmentada é a existência de *enclaves*, o caráter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca, seja um centro comercial numa periferia rural ou um condomínio de luxo no meio de um bairro popular". Desta característica resulta a existência de rupturas entre tecidos justapostos as quais substituem a continuidade anterior.

Enquanto na região metropolitana compacta a produção do espaço se baseia predominantemente na contínua produção de áreas funcionalmente ou socialmente homogêneas e fortemente hierarquizadas social ou funcionalmente, na região metropolitana dispersa a produção do espaço se baseia na produção de enclaves, não porque os enclaves representam a forma quantitativamente majoritária de produção do espaço, mas porque os enclaves, justamente por representarem a principal modalidade de produção imobiliária com produção voltada ao mercado na atualidade, tem um papel central na configuração do preço da terra nos diferentes locais que compõem a região metropolitana. A importância dos enclaves, portanto,

não se dá porque outras formas de urbanização desapareçam mais porque esses enclaves, como novas formas urbanas, passam a ter uma importância crucial no processo de produção do espaço metropolitano, principalmente pela ampliação dos preços de mercado dos imóveis, uma vez que o enclave é a principal forma de produção imobiliária produzida pelo setor imobiliário na atualidade. As características de um enclave não estão diretamente relacionadas às características da área do entorno, sejam estas características analisadas do ponto de vista funcional ou social. Isto significa que podemos ter um empreendimento voltado para a classe média alta em meio a um bairro pobre, ou um shopping center em um bairro residencial. Esse é justamente a explicação para o uso do termo enclave para denominar essas novas formas urbanas.

Nesse sentido o enclave representa uma forte ruptura em relação às formas de produção do espaço na região metropolitana compacta. Uma primeira diferença diz respeito à escala: enquanto na região metropolitana compacta a produção do espaço se dá na escala de uma área (que pode ser um bairro, um setor geográfico ou mesmo um eixo) na região metropolitana dispersa a produção do espaço se dá predominantemente na escala do enclave, ou seja, do empreendimento, que é muito mais restrita espacialmente que a área. Assim se o enclave tem um caráter pontual, espacialmente restrito, a área tem uma abrangência espacial bem maior.

No entanto o enclave não representa uma fragmentação total, algo isolado do restante da região metropolitana, pelo contrário, o enclave só é viável enquanto empreendimento imobiliário ao passo que eles tenham acessibilidade ao restante da região metropolitana, sendo que é muito comum estarem localizados próximos a importantes vias de transporte, quer sejam rodovias ou ruas de forte tráfego urbano, uma vez que a vivência no enclave depende da possibilidade de acessar os diferentes espaços metropolitanos com facilidade, mormente a partir do uso do automóvel. Assim se na lógica da produção do enclave há uma recusa à convivência com o outro e com a diferença (CALDEIRA, 2000), a vida nos enclaves, uma vez que estes não são autossuficientes, só é possível a partir do acesso a outras áreas da metrópole nas quais se busca opções de trabalho, de lazer ou estudo.

Além disso, os enclaves também não significam um mascaramento das contradições do espaço, mas o evidenciamento dessas contradições uma vez que a partir da produção de enclaves, usos e formas de apropriação do espaço muito

distintas podem estar próximas em termos de distância física, embora permaneçam distantes em termos sociais. Assim a oposição entre a riqueza e a pobreza na região metropolitana, por exemplo, se torna muito mais evidente uma vez que os espaços dos pobres e dos ricos podem estar muito mais próximos fisicamente.

Outra diferença diz respeito à atuação dos agentes sociais na produção do espaço. Enquanto as áreas são produzidas por um grande número de agentes sociais diferentes, que muitas vezes não tem relação direta entre si, o enclave como um empreendimento imobiliário, é produzido normalmente por conjunto de agentes diretamente relacionados entre si. Nesse sentido uma comparação histórica entre essas duas formas de produção do espaço metropolitano pode ser interessante. O município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, foi integrado a dinâmica metropolitana, ao longo da década de 1950, à medida que este município foi transformado numa área de habitação popular voltada aos moradores metropolitanos de menor renda. No processo de ocupação dessa área, atuaram inúmeros loteadores, proprietários fundiários, posseiros além de grupos organizados que promoviam ocupação de terras sem uso (SANTOS, 1984). Por outro lado, no ano de 2007, iniciou-se no bairro de Alcântara - São Gonçalo, a produção de um enclave, estudado por Silva (2012). Este empreendimento, produzido por uma única empresa, compreendia a criação de mais de 1000 unidades residenciais apenas na primeira fase, além de um shopping center e um centro empresarial.

Ao avançar nessa comparação poderemos notar outras diferenças dos enclaves em relação a outras formas de urbanização: embora tenha uma abrangência espacial mais restrita e seja produzido como empreendimento imobiliário, normalmente por um conjunto de agentes diretamente relacionados entre si, o enclave tem um tempo de produção muito mais rápido do que uma área, o que significa que pode ter um impacto muito mais significativo no processo de ampliação do preço da terra embora com uma abrangência espacial mais restrita. Outra diferença é que como o enclave é produzido por um conjunto de agentes diretamente relacionados entre si, a capacidade que estes possuem de controlar a forma como o espaço é produzido e os impactos dessa produção são muito maiores, embora a ação de outros agentes, em especial do poder público, seja também fundamental para a viabilização da produção dos enclaves. Importante anotar que os enclaves não se contrapõem ou substituem as áreas urbanizadas de outras

maneiras, estando ambas as formas presentes e sendo produzidas atualmente na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os shoppings centers são um interessante exemplo da atuação desses agentes na captação dos impactos causados pelo empreendimento, já que os agentes interessados na construção de um novo shopping compram não apenas o terreno para a construção do shopping e para a sua posterior expansão mais também terrenos próximos que poderão se valorizar com a construção do shopping, num típico caso de antecipação espacial (CORRÊA, 2011), pois os shoppings são fundamentalmente empreendimentos imobiliários e não comerciais, como eles se mostram. Outro aspecto que diferencia o enclave é ressaltado na concepção de Caldeira (2000, p 12):

Os enclaves fortificados são espaços privatizados fechados e monitorados destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os marginais, os 'sem teto'. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semi-público, eles transformam profundamente o caráter do espaço público.

Produzido por agentes privados, os enclaves são espaços privatizados, denominados pela autora como enclaves fortificados, pois uma característica central desses enclaves é a sua obsessiva preocupação com segurança e com exclusividade social. Nesse sentido os enclaves são instrumentos de reforço da segregação social e do individualismo reinante na sociedade capitalista atual. Muitos autores, inclusive a autora supracitada, tem se debruçado sobre esse aspecto dos enclaves e de suas consequências para a política e para o espaço público, sendo que as características dos enclaves parecem se repetir em locais tão distintos quanto Israel e Canadá (GRANT; ROSEN; 2010). Os enclaves são ainda um importante fator explicativo da dispersão metropolitana, já que justamente por poderem estar localizados, isoladamente ou em conjunto com outros enclaves, em áreas distantes do tecido metropolitano mais consolidado, os enclaves são um estímulo para a dispersão metropolitana a partir da produção de áreas urbanizadas descontínuas, como discutiremos mais a frente nesse capítulo. Nesse momento retomaremos a discussão mais geral sobre a dispersão. Sobre esse tema Ribeiro Júnior (2015, p 7) afirma:

Por outro lado, essa dispersão é condição que ratifica a concentração populacional em uma região urbana mais ampliada. Nesse sentido, dispersão e concentração não são vistos como elementos opostos, mas, antes, como processos que reforçam a conformação metropolitana atual,

sendo articulados por uma intensidade de fluxos entre espaços que parecem não muito próximos do ponto de vista da escala topográfica.

O processo de dispersão, portanto, reúne tanto a concentração quanto a dispersão e é viabilizado pela intensificação dos fluxos dentro da região metropolitana, fluxos estes que podem aproximar lugares distantes e distanciar lugares próximos, subvertendo a noção de distância e sua importância econômica. Na região metropolitana dispersa, muito mais importante que a proximidade física é a integração nas diferentes redes que conformam a região metropolitana. A discussão sobre a escala topológica e topográfica, feita por Lencioni (2011, p 143) pode auxiliar a compreender esse ponto:

A lógica topográfica, que permite perceber a *densidade territorial* dos lugares, está relacionada à distância territorial entre os lugares e tem como referência a rede de infraestrutura de circulação. A distância, nesse caso, corresponde a um intervalo de espaço e de tempo entre dois lugares e dois instantes, medido em termos de superfície do terreno e de tempo de percurso. Entre dois lugares, A e B, por exemplo, a distância é de 5 quilômetros e de 10 minutos. A lógica topológica, por outro lado, insere a distância numa lógica virtual possibilitada pela revolução da informática e das comunicações. Nesse caso, a distância entre A e B é medida apenas em intervalo de tempo dos fluxos imateriais e, no seu limite, pode chegar à instantaneidade, anulando-se o intervalo e, conseqüentemente, própria distância (p 143).

Como pode se ver os conceitos de lógica topográfica e topológica indicam formas distintas de uso do espaço geográfico, estando diretamente relacionado à maneira como o espaço é produzido. Podemos afirmar que a lógica topográfica está relacionada com uma situação em que a distância é fundamental na relação entre a sociedade e o espaço por ela produzido. Nesse caso a distância, seja medida em quilômetros ou em tempo de deslocamento, é central para a tomada de decisões dos agentes, uma vez que a proximidade de algum local específico ou mesmo de um eixo de transporte é o que possibilita a realização de uma atividade. Quando um trabalhador busca uma residência relativamente próxima a seu local de trabalho, considerando sua condição de renda, obviamente ele está agindo segundo uma lógica topográfica. As relações se estabelecem fundamentalmente a partir do deslocamento, cuja velocidade depende de diversos fatores como: a distância entre os lugares; do nível de congestionamento na rota entre esses lugares; da velocidade do meio de transporte utilizado; etc.

A lógica topográfica por outro lado refere-se à relação virtual entre lugares, no caso, dentro de uma região metropolitana, e que permitem estabelecer relações que subvertem as noções clássicas de tempo e distância. A lógica topográfica permite

anular o tempo e a distância, permitindo a instantaneidade, uma noção completamente revolucionária em termos de relação de tempo entre lugares. Com isso cria-se a possibilidade da aproximação de lugares distantes e do distanciamento entre lugares próximos. As intensidades das relações dependem fundamentalmente da densidade técnica de cada local, que permite a conexão deles dentro das redes que se estabelecem. Assim as relações entre duas metrópoles fisicamente distantes podem ser mais intensas do que de cada uma das metrópoles com o seu entorno, por exemplo.

Dentro da região metropolitana dispersa as relações regidas pela lógica topográfica se tornam muito mais importantes do que eram na região metropolitana compacta, o que não significa que a lógica topográfica desapareça. Na verdade a importância da lógica topográfica e topológica varia muito de acordo com o agente considerado. Para uma empresa de logística que tem que montar uma rede de transporte para atender seus clientes a lógica topográfica é tão importante quanto à topológica, uma vez que é tão importante manter o fluxo de mercadorias, quanto à circulação de informações (entre os motoristas e a empresa, entre os clientes e a empresa, etc.) que permite manter esse fluxo sem nenhum tipo de interrupção ou retardo. Por outro lado, para um trabalhador que se desloca diariamente de ônibus para o trabalho na metrópole, a lógica topográfica tem uma importância bem maior no seu cotidiano uma vez que os deslocamentos casa-trabalho tomam boa parte do seu dia.

Essas diferenças entre a região metropolitana compacta e a região metropolitana dispersa se explicam tanto pelos interesses distintos envolvidos na produção de cada uma dessas formas como dos meios tecnológicos disponíveis para a reprodução de cada uma dessas formas de região metropolitana. A região metropolitana compacta e dispersa representam momentos distintos do processo de metropolização diretamente relacionados a períodos diferenciados do processo de produção capitalista. Assim como a região metropolitana compacta está relacionada diretamente com as demandas do sistema fordista, o surgimento da região metropolitana dispersa está diretamente relacionado à crise do fordismo e a busca de alternativas a essa crise.

Como discutido anteriormente, a relação entre a configuração metropolitana e as demandas do sistema produtivo é bastante complexa com múltiplas influências

entre as formas de produção do espaço metropolitano e a configuração do sistema produtivo capitalista. Assim podemos afirmar que o surgimento da região metropolitana compacta representa o resultado de uma forma de interação entre a produção do espaço metropolitano e o surgimento do sistema fordista assim como a região metropolitana dispersa representa o resultado de uma forma de interação entre a produção do espaço metropolitano e a crise do sistema fordista. Por outro lado a forma da região metropolitana se relaciona com os meios tecnológicos disponíveis em cada momento por mais que a tecnologia não seja determinante dos processos. Não há como não relacionar, por exemplo, o aumento da dispersão metropolitana com a maior densidade da malha viária e com o avanço da tecnologia dos automóveis.

2.1.2. Estruturas, formas e funções espaciais na região metropolitana compacta e dispersa.

Há ainda claras diferenças na maneira como as estruturas, formas e funções espaciais são produzidas na região metropolitana compacta e na região metropolitana dispersa. Aqui iremos nos focar no exemplo da região metropolitana do Rio de Janeiro uma vez que existem muitas diferenças na maneira como em cada região metropolitana são produzidas as estruturas, formas e funções espaciais nos momentos em que a reprodução espacial dessas regiões se dava como região compacta ou dispersa. Na região metropolitana do Rio de Janeiro as estruturas espaciais são produzidas tendo como resultado a viabilização da concentração espacial e a reprodução da forma compacta dessa região. Duas estruturas são exemplares nesse sentido: a malha viária e os preços da terra. A malha viária, produzida com formato radiocêntrico, tendia a reforçar a centralidade da metrópole uma vez que tornava obrigatória a passagem por ela em qualquer deslocamento dentro da região metropolitana contribuindo, portanto para a reprodução da forma compacta dessa região. Por outro lado, em um período mais recente, como discutido no capítulo 1.3, uma série de investimentos na malha viária dessa região, em especial a construção do arco metropolitano, apontam para uma nova realidade na qual as possibilidades de deslocamento dentro da região metropolitana não passam mais necessariamente pelo metrópole, e mais que isso surge à possibilidade de surgimento de novos eixos de expansão territorial e integração espacial que funcionam como um estímulo à dispersão.

Em relação aos preços da terra, a extrema concentração de população e das atividades econômicas na metrópole, teve como consequência um forte processo ampliação dos preços da terra nesse local, que vai se tornar referência em relação aos preços da terra em outros locais da região metropolitana e estimular a produção imobiliária em outros municípios metropolitanos principalmente ao longo de alguns eixos que ligam a metrópole a esses municípios, o que está diretamente ligado à forma compacta dessa região. A partir da década de 1970, temos um processo de ampliação dos preços da terra também em alguns municípios metropolitanos, especialmente aqueles com melhores condições de infraestrutura e um histórico de integração a dinâmica metropolitana mais antigo. Tal processo modifica a estrutura de preços da terra uma vez que passamos a ter múltiplas referências para a determinação dos preços da terra dentro da região metropolitana, o que se configura em um estímulo a dispersão metropolitana uma vez que multiplicam as áreas potenciais para a realização de atividades relacionadas à produção imobiliárias voltadas a moradores de maior renda, assim como ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais.

Em relação às formas na região metropolitana do Rio de Janeiro, ao longo do seu desenvolvimento como região metropolitana compacta, há uma nítida diferenciação em relação às formas que irão caracterizar cada uma das áreas da região metropolitana. Na metrópole irá se concentrar formas diretamente relacionadas à ampliação do preço da terra e as funções desempenhadas pela metrópole, como é o caso do CBD que concentra as atividades terciárias que servem a toda a região metropolitana. Tal diferenciação das formas é um elemento importante da reprodução da região metropolitana como compacta. Em um período mais recente, principalmente a partir da década de 1990, percebe-se uma difusão de formas que antes eram encontradas, de maneira geral, apenas na metrópole. Este é o caso dos condomínios fechados e dos shoppings centers, assim como outras modalidades de enclaves fortificados, como os centros empresariais, que tem tido uma ampla disseminação em áreas fora da metrópole. Tal difusão está diretamente relacionada com a dispersão metropolitana.

Em relação às funções o desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como região metropolitana compacta foi marcada por uma extrema concentração de funções no núcleo metropolitano, em especial as funções terciárias

superiores, aquelas diretamente ligadas à gestão do capital e a gestão pública. Em um período mais recente, principalmente a partir da década de 1990, percebe-se a presença de algumas funções que antes eram encontradas apenas na metrópole, em alguns municípios metropolitanos. Tal mudança tem como consequência o fato desses municípios passarem a concentrar atividades econômicas em um grau muito mais elevado do que anteriormente, o que representa uma redefinição da centralidade dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, o que será mais bem discutido na parte III.

2.1.3. Dispersão metropolitana: discussão de aspectos relevantes a partir da literatura sobre a temática.

Inúmeros autores tem se dedicado a estudar as transformações relacionadas à passagem da região metropolitana compacta a dispersa. Um grande número de conceituações foram desenvolvidas no sentido de compreender essas mudanças. Iremos discutir essas conceituações não como um exercício acadêmico desinteressado, mas buscaremos destacar o que cada uma dessas conceituações pode ajudar no presente trabalho. Embora cada uma dessas conceituações se refira a aspectos particulares da dispersão metropolitana em cada país, existem tendências gerais desse processo, que se reproduzem em todo o mundo, sendo que tais tendências estão diretamente relacionadas às necessidades do capitalismo na atualidade. Moura (2009) busca sintetizar as principais referências no debate sobre as novas formas da região metropolitana no quadro 4:

Quadro 4: Principais referências no debate sobre novas formas metropolitanas

MORFOLOGIA/ REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Megalópole (GOTTMAN, 1970)	Contínuo urbano de centenas de quilômetros, superando os 20 milhões de habitantes, originado pelo crescimento de uma cidade até o contato com a região de influência de outra cidade, pela concentração de atividades e população, favorecido pelos novos meios de comunicação e transporte.
Cidade difusa (INDOVINA, 1991)	Rede de pequenos e médios centros resultante de uma forma evolutiva do modo de produção, sem migração, para alternativas de trabalho em outros setores da economia, dando início à urbanização difusa.
Metápole (ASCHER, 1995)	Tem origem num processo de metropolização “metastásica”, em territórios não-contíguos e não-metropolitanos; de espaços “metropolizados” cujo conjunto ultrapassa e engloba as zonas metropolitanas <i>stricto sensu</i> , desenvolvendo-se de maneira anárquica, não hierarquizada.
Cidade dispersa (MONCLÚS, 1998; DEMATTEIS, 1998)	Processo de criação de novos assentamentos urbanos próximos às grandes cidades ou a grandes vias de comunicação (periurbanização e suburbanização), com uma morfologia difusa, seletiva, como uma “desconcentração concentrada”.
Cidade-região global (SCOTT <i>et al.</i> , 2001)	Nós espaciais articulados globalmente por seus arranjos de governança, funcionando como plataformas territoriais a partir das quais empresas disputam mercados globais.
Megarregião (SASSEN, 2007)	Território diverso onde coexistem múltiplos tipos de economias de aglomeração, atualmente distribuídos entre diversos espaços econômicos e escalas geográficas; uma única megazona econômica.
Pós-metrópole (SOJA, 2002)	Sintetiza a ruptura da lógica socioespacial da metrópole baseada em uma aglomeração física para um espaço descontínuo, um “fenômeno poliédrico”, decorrente da desindustrialização e reindustrialização e da desconcentração e reconcentração das nodalidades urbanas.

Fonte: MOURA, 2009, p 40

Importante acentuar que por mais diferenças que estas conceituações possuam não podemos deixar de ressaltar os aspectos comuns que apresentam. São justamente esses aspectos comuns que gostaríamos de ressaltar aqui, quais sejam: a natureza dispersa das regiões metropolitanas e o caráter regional do processo de metropolização na atualidade. Tais aspectos, que estão profundamente relacionados, indicam uma transição em direção a uma nova forma de produção do espaço urbano e metropolitano, em que muitos dos conceitos clássicos utilizados para descrever e analisar a cidade como uma unidade se tornam obsoletos.

Os diferentes conceitos utilizados para descrever essas realidades apresentam diferenças que estão relacionados a aspectos diferentes do processo em cada país bem como ao foco de análise diferenciado de cada autor ao discutir essa temática. Mas para além dessas diferenças algumas ideias-chave estão presentes em todos os autores, como a ideia da dispersão ou difusão, de um arranjo urbano mais complexo que engloba diferentes áreas, áreas estas que representam uma unidade, mas uma unidade em outra escala: uma escala regional. Assim precisamos apontar que as novas formas metropolitanas não representam uma ruptura total da realidade metropolitana anterior, com uma dispersão total e

isolamento entre os locais que compõem a região metropolitana, mas a constituição de uma unidade em outra escala, de dimensão muito maior e muito mais complexa.

Gottman (1961) é um dos primeiros autores a discutir as novas formas metropolitanas ao analisar a fusão de diferentes áreas metropolitanas na costa nordeste dos Estados Unidos. Megalópole é o conceito forjado por ele para descrever essa nova realidade em que um conjunto de áreas urbanas e metropolitanas passam a funcionar como uma única região integrada. Segundo Gottman (1961, p 5):

Nesta área, então, nós devemos abandonar a ideia da cidade como uma unidade firmemente estabelecida e organizada na qual pessoas, atividades e riquezas são reunidas dentro de uma pequena área claramente separada dos arredores não urbanos. Cada cidade nessa região espalha-se para longe e ao redor do seu núcleo original: ela cresce em meio a uma irregular mistura coloidal de paisagens rurais e urbanas; ela derrete em larga escala com outras misturas, de algo similar com diferente textura, pertencente aos bairros suburbanos de outras cidades²⁵.

Neste trecho, o autor realiza uma interessante descrição daquilo que temos descrito nesse trabalho como dispersão metropolitana, embora sem utilizar esse conceito, o que é interessante considerando que o autor descreve um processo que está em desenvolvimento na década de 1960 nos EUA o que só pode nos servir para mais uma vez atentarmos para as diferenças qualitativas e de ritmo em relação ao processo de metropolização em diferentes locais. O importante é a afirmação de que quando pensamos na megalópole, devemos abandonar a ideia da cidade como uma unidade, nitidamente diferenciada do entorno, uma vez que o que temos é uma realidade muito mais complexa.

Nesta nova realidade cada cidade se expande para muito além do seu núcleo original, fundindo áreas urbanas, rurais e suburbanas, metamorfoseando as numa grande região na qual os fluxos são intensos e multidirecionais soldando essas diferentes áreas urbanas em uma única dinâmica regional. Nesse contexto os limites entre o urbano e o rural ou o suburbano deixam de ser tão nítidos e tal região em formação a megalópole, só pode ser descrita como dispersa em relação a sua forma. Essa forma dispersa da megalópole pode ser analisada, do ponto de vista da

²⁵ In this area, then, we must abandon the idea of the city as a tightly settled and organized unit in which people, activities, and riches are crowded into a very small area clearly separated from its nonurban surroundings. Every city in this region spreads out far and wide around its original nucleus; it grows amidst in a irregular colloidal mixture of rural and suburban landscapes; it melts on broad fonts with other mixtures, of somewhat similar trough different texture, belonging to the suburban neighborhoods of other cities.

paisagem, a partir da descontinuidade do tecido metropolitano, em que áreas urbanas, suburbanas e rurais se mesclam de forma complexa (GOTTMAN, 1961, p 8). Nesse sentido, a megalópole pode ser vista como dispersa, tanto pelo espraiamento do tecido metropolitano a partir da expansão territorial quanto pelo aumento da distância entre as áreas efetivamente urbanizadas. Sobre a importância do trabalho de Gottman e seu legado, Lencioni (2015, p 6) afirma o seguinte:

Foi Gottman quem analisou com rigor e pioneirismo a constituição de uma região urbana a expressar um novo tempo. Embora seu trabalho anunciasse novos processos e novas configurações urbanas e tenha influenciado uma vasta literatura sobre o urbano, após o auge de trabalhos semelhantes, durante as décadas de 1960-1970, a exemplo da megalópole de Los Angeles-San Diego e de Tóquio-Osaka, a importância do pensamento de Gottman perdeu fôlego.

Em primeiro lugar porque houve uma grande renovação no pensamento sobre o processo de urbanização dada a influência do pensamento marxista que colocou em xeque a perspectiva clássica dos estudos urbanos, dos quais Gottman é um dos representantes. Conflitos sociais e a luta pelo espaço passaram, com ênfase, a fazer parte da agenda de preocupações sobre o urbano. Em segundo lugar, porque a ideia de planejamento urbano e regional como uma possibilidade da prancheta e dos órgãos de planejamento foi colocada em dúvida como garantia de sucesso.

Acreditamos que por mais que produzida no âmbito de uma geografia que hoje chamaríamos de “tradicional”, o pensamento de Gottman por seu pioneirismo e rigor, deve permanecer como uma referência importante para pensar a realidade metropolitana atual, por mais que sua releitura exija uma compreensão crítica da sua obra, bem como a sua contextualização, uma vez que este autor se debruçou sobre uma realidade bem distinta da atual. O que se pode afirmar com certeza, e uma simples leitura das datas dos trabalhos descritos na tabela podem evidenciar, é que mais recentemente as pesquisas sobre a dispersão metropolitana ganham um grande fôlego, sendo que temos uma profusão de trabalhos que se voltam a discutir os diferentes aspectos dessa realidade.

Ascher (1995) é um dos autores que tem buscado compreender essa nova realidade, a partir do conceito de metápole. Como o próprio nome indica metápole significa algo que está além da metrópole como tradicionalmente concebida, sendo pensada como resultado de um processo que gera um amplo espaço metropolizado, formado por territórios descontínuos, cuja dimensão ultrapassa e engloba as áreas metropolitanas tradicionais. Segundo Ascher (1995, p 175):

Nos definimos a metápole como o conjunto dos espaços, a totalidade ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios integrados a partir do seu funcionamento cotidiano (ordinário) de uma

grande cidade ou de um grupo de grandes cidades. A metápole não tem limites precisos e os espaços que o compõem são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos²⁶.

Gostaríamos de ressaltar três aspectos presentes no trecho acima citado que consideramos importantes para a discussão sobre a dispersão metropolitana, mesmo que não adotemos a concepção do autor. A primeira é o fato de a unidade dentro da metápole é dada pelo funcionamento cotidiano, que está ligado aos fluxos que se desenvolvem no interior dessa grande área, em especial os deslocamentos de pessoas para estudo, trabalho, compras ou lazer. Essa é uma questão deveras importante, pois o que confere unidade não é algo facilmente identificável, como uma paisagem acentuadamente distinta do entorno como ocorre na cidade, que se destaca do entorno rural, mas uma relação, ou melhor, um conjunto de relações que se estabelecem entre os locais que compõem a metápole e que permitem o seu funcionamento cotidiano.

O segundo aspecto está diretamente relacionado ao primeiro e se refere ao fato de que a metápole não possui limites facilmente identificáveis. Isto ocorre porque os limites da metápole não são identificáveis a partir da paisagem, mas a partir das relações que se estabelecem a partir dos diferentes locais que compõem a metápole. Ocorre que essas relações não apenas não são facilmente identificáveis a partir da paisagem como são relações instáveis e mutantes, que estão sempre em transformação. Por isso esses limites não são precisos porque além de serem difíceis de identificar, tais limites estão sempre se modificando. Mas dizer que os limites da região metropolitana dispersa são difíceis de identificar não é a mesma coisa que afirmar que tais limites não existem. Lencioni (2015, p 9) discute esse ponto no trecho a seguir:

Em suma, se a urbanização é dispersa como apreender seus limites? Como resolver esta questão, uma vez que o que é considerado disperso não significa sem fim. Em primeiro lugar, cabe lembrar que dispersar exprime a ação de separar os elementos, de romper a unidade de um conjunto. Isso significa dizer que a dispersão tem o seu contraposto: a unidade. No caso em exame, a dispersão urbana tem como contraposto a ideia de unidade, precisamente de uma unidade historicamente constituída, uma vez que o urbano se constitui como feito humano, como produção social. Portanto, estamos a falar de fragmentação de uma unidade, de fragmentação de uma

²⁶ Nous avons défini la metapole comme l'ensemble des espaces dont tout ou partie des habitants, des activités économiques ou les territoires son integres dans Le fonctionnement quotidien (ordinaire) d'une très grande ville ou d'un groupe de grandes Villes. La metapole n'a donc pas de limites precises et les espaces qui La composent sont profondement heterogenes et pas necessairement contigus.

totalidade. E, também estamos a falar de dispersão e de seu contrário, a concentração.

A ideia de uma região metropolitana dispersa não significa que esta região não tem fim ou limites. Para entender isso é preciso compreender que dispersar significa separar os elementos de um todo, de um conjunto, no caso a região metropolitana. Mas essa separação não quebra a unidade desse todo, embora possa modificar o princípio a partir do qual essa unidade é dada. Assim por mais que a região metropolitana dispersa seja fragmentada e heterogênea, tal fragmentação e diversidade não nos deve levar a pensar que cada fragmento é independente dos outros, pelo contrário cada um desses fragmentos urbanos que a dispersão metropolitana constitui só faz sentido quando compreendidos a partir da totalidade que é a região metropolitana.

Isto nos leva ao terceiro aspecto a ser destacado do trecho acima no qual Ascher apresenta sua definição de metápole. A extrema heterogeneidade que é uma característica fundamental da região metropolitana dispersa. A partir da dispersão metropolitana não apenas locais distintos são integrados a dinâmica metropolitana a partir da expansão territorial e da integração espacial, mas tais locais são qualitativamente transformados a partir dessa integração. Assim áreas rurais, subúrbios, zonas industriais, condomínios fechados entre tantos espaços distintos em sua forma, passam a fazer parte de uma mesma dinâmica metropolitana, ao passo que tanto alteram essa dinâmica quanto são alterados por ela.

Tal heterogeneidade torna obsoleta a possibilidade de compreender a região metropolitana a partir de modelos simples como o de centro-periferia. Neste modelo a região metropolitana era organizada a partir da oposição entre um núcleo, que concentrava população, investimentos e infraestrutura, e uma periferia marcada justamente pela escassez de infraestrutura sendo que normalmente um maior afastamento da metrópole significa condições piores de infraestrutura e necessidades de deslocamentos mais longos até a metrópole. Santos (1984, p 5) é um dos autores que utiliza essa oposição para compreender a organização da região metropolitana:

A área metropolitana se desenha entre extremos: há nelas seções de território onde os custos econômicos são tão altos que podem ser vistos como tendendo ao infinito e onde as condições de vida são relativamente excelentes, fazendo os custos sociais tenderem a zero; em contrapartida, há outros lugares em que os terrenos não valem nada, mas em que se paga um alto preço em termos de vida cotidiana, pois não há infraestrutura,

serviços, transporte adequado e segurança. Entre as situações de ponta há milhares de configurações compósitas.

A partir da oposição entre custos sociais e econômicos o autor busca caracterizar os extremos que caracterizam a região metropolitana, ou seja, a periferia e o núcleo metropolitano. Tais extremos se caracterizam por situações opostas em relação ao custo social, custo de se viver em um local, e econômico, preço da terra naquele local, sendo que o núcleo se caracterizava por altos custos econômicos e baixos custos sociais enquanto a periferia se caracterizava por baixos custos econômicos e altos custos sociais. Tal modelo, a partir da dispersão metropolitana, se torna totalmente obsoleto para a compreensão da região metropolitana uma vez que a região como um todo se torna substancialmente mais complexa, no sentido de que cada local dentro dessa região pode possuir formas com características bastante distintas tanto do ponto de vista social quanto funcional. Esse aumento da heterogeneidade das regiões metropolitanas e de cada local dentro dessa região torna impossível compreendê-la a partir do modelo de centro-periferia, que estabelece a existência de um continuum entre o núcleo e a periferia, no qual à medida que nos afastamos do núcleo pioram as condições de renda e de infraestrutura. Falando sobre a cidade de São Paulo, Xavier (2008, p 224) aponta o seguinte:

Atualmente, a explicação da cidade de São Paulo pelo modelo centro-periferia é considerada insuficiente. Em grande medida isso se deve às exigências surgidas a partir da implosão/explosão proporcionados pela emergência das chamadas novas centralidades, megaprojetos inovadores e inclusive, diferentes soluções habitacionais para as camadas remediadas e ricas que reestruturam o espaço e explicam a atual expansão metropolitana da cidade.

Associado a dispersão metropolitana temos a produção do espaço metropolitano a partir de projetos imobiliários que se caracterizam como enclaves, sendo que tais enclaves são assim denominados justamente pela possibilidade de terem características totalmente distintas do seu entorno. Se cada enclave acaba sendo um microcosmo que produz uma realidade que pode ser totalmente distinta do seu entorno o resultado conjunto da produção do espaço metropolitano a partir dos enclaves, é uma região metropolitana extremamente heterogênea na qual podemos ter lado a lado formas com características sociais ou funcionais completamente distintas.

Após desenvolver esses aspectos importantes da concepção de metápole, nos voltaremos para outra linha de discussão teórica, que embora sem muitas vezes falar diretamente de dispersão metropolitana vai ao âmago da discussão sobre dispersão e urbanização regional: trata-se do conceito de cidade-região global. Este conceito parte não apenas do reconhecimento da renovada importância das aglomerações urbanas para o capitalismo na atualidade, mas da compreensão de que muitas dessas aglomerações passam a ser produzidas em uma escala regional, daí a ideia de cidade-região, ou poderíamos dizer uma região que funciona como uma cidade. Segundo Scott et al (2001)

(...) as cidades regiões funcionam, cada vez mais como nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial. De fato, em vez das cidades regiões estarem se dissolvendo como objetos sociais e geográficos pelo processo de globalização, elas estão se tornando progressivamente centrais a vida moderna e cada vez mais, a globalização (em associação com várias transformações tecnológicas) vem reativando a sua importância como base de todas as formas de atividade produtiva (...)

Nesse trecho os autores reafirmam a importância das cidades-regiões globais na economia capitalista, uma vez que estas amplas regiões, que funcionam na prática como áreas urbanas, são cada vez mais importantes para o funcionamento da economia global, por concentrarem algumas das atividades econômicas mais importantes para o funcionamento do capitalismo na atualidade. Nesse sentido longe de perderem importância a partir de uma dispersão absoluta da população e das atividades econômicas possibilitadas pelas novas tecnologias de comunicação, o que temos é uma renovada importância do urbano. Mas este urbano não corresponde à cidade mais a um arranjo totalmente distinto tanto em termos de forma, de relações quanto de dimensão territorial. Lencioni (2011, p 138) ao discutir o conceito de cidade-região tendo foco São Paulo, aponta outro aspecto importante para a nossa discussão sobre dispersão metropolitana.

Nessa cidade-região, de grande extensão territorial, com cerca de 200 quilômetros a partir do seu centro, os limites entre os municípios são tênues, num cenário de paisagens repetidas onde não é possível distinguir com clareza o intraurbano e o interurbano e, em menor medida, o rural e o urbano, que tendem a se diluírem um no outro.

Se a região metropolitana dispersa é marcada por uma grande heterogeneidade interna, isto levará a que tenhamos dificuldade de diferenciar as paisagens que compõem região metropolitana, uma vez que diferenciações antes facilmente identificáveis, como a distinção entre rural e urbano deixam de ser. Assim podemos afirmar que tanto os limites externos quanto internos da região

metropolitana dispersa são de difícil apreensão. Em outras palavras, tão difícil quando determinar o fim da região metropolitana dispersa é perceber as diferenças entre os locais que compõem essa região uma vez que há uma heterogeneidade cada vez maior nas formas presentes nessa região.

Mas ao invés de falar das formas presentes na região metropolitana, voltemos a falar da forma da região metropolitana como um todo. Como um tipo de urbanização regional, essa região que funciona como uma cidade só pode ser o resultado de um processo de dispersão metropolitana, que tanto significa uma desconcentração metropolitana como a sua reconcentração em outra escala. Gottdiener (1993, p 19) aponta nessa direção no trecho a seguir:

Em resumo, escolho o termo desconcentração para descrever os padrões de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar do país, especialmente naquelas áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano.

Interessante o fato do autor nesse trecho associar diretamente os termos dispersão e regional. Assim a ideia central aqui é que a dispersão constitui uma nova realidade que é tanto urbana quanto regional, na qual objetos geográficos diretamente associados ao urbano, como os citados no texto, passam a estar em uma área muito mais ampla em termos espaciais, o que indica uma nova dimensão do processo de metropolização. Assim podemos associar diretamente a dimensão regional do processo de metropolização e a dispersão metropolitana. Obviamente este processo não afeta apenas as regiões metropolitanas, mas todos os espaços urbanos. No entanto como nosso foco de pesquisa é uma região metropolitana estamos mais interessados na discussão desse processo dispersão associado à metropolização contemporânea.

Esta região metropolitana dispersa, que se configura como uma modalidade de urbanização regional produz uma verdadeira região urbana, que tanto significa desconcentração se nos focamos na escala da metrópole, por exemplo, como concentração se nos focamos na escala da região metropolitana ou mesmo de todo o país. Colocando de outro modo podemos afirmar que a dispersão não significa a dissolução do metropolitano, mas a re colocação da metropolização em um novo patamar, no qual se produzem aglomerações cada vez mais dispersas e que, no entanto, concentram parcelas crescentes da população de um país. Nesse sentido o

fenômeno da dispersão seja do urbano em geral seja do espaço metropolitano em particular tem suas características modificadas de acordo com a escala em análise. Capel (2002, p 199) aponta para esse fato no trecho a seguir:

Uma das características mais frequentemente citadas com referência a urbanização atual se refere à aparição da cidade difusa. Desde logo, tudo depende da escala em que nos situemos. A escala menor, aquela dos países e continente ou o conjunto do mundo, pode dizer-se que a concentração urbana continua, e que atuam processos circulares e acumulativos de reforçamento das áreas urbanas já existentes, as quais desde meio século atrás estão trabalhando em favor das grandes cidades, primeiro, e das áreas metropolitanas mais tarde. Porém se nos situamos em outra escala as coisas mudam. A escala municipal, metropolitana ou regional é evidente que existe uma dispersão da urbanização e a aparição do que podemos qualificar como cidade difusa²⁷.

Assim na escala continental nota-se um reforço daquelas aglomerações urbanas mais importantes que são cada vez mais importantes em relação às economias nacionais, por concentrar grandes contingentes populacionais e atividades econômicas. A importância dessas áreas tem origem em um processo contínuo de centralização, que vem reforçar a centralidade dessas aglomerações à medida que estas passam por inúmeras transformações. Tal situação é um caso típico do contexto no qual mudanças quantitativas como expansão territorial, novos investimentos, atração de população leva a mudanças qualitativas na dinâmica da aglomeração o que estimula novas mudanças quantitativas e qualitativas num processo de centralização contínuo das atividades econômicas e da população ao longo do tempo. A história das regiões metropolitanas é em grande parte a história de como em alguns locais específicos, foram reunidas condições que permitiram um processo de centralização, que por sua vez criaram condições para a permanência desse processo à medida que as características da região metropolitana iam sendo radicalmente transformadas. A região metropolitana é, portanto, uma região em contante metamorfose, mas uma metamorfose que a cada momento reafirma o seu

²⁷ Uno de los rasgos más frecuentemente citados con referencia a la urbanización actual es el que se refiere a la aparición de la ciudad difusa. Desde luego, todo depende de la escala a que nos situemos. A la escala más pequeña, la de los países y los continentes o el conjunto del mundo, puede decirse que la concentración urbana continúa, y que actúan procesos circulares y acumulativos de reforzamiento de las áreas urbanas ya existentes, los cuales desde hace medio milenio están obrando en favor de las grandes ciudades, primero, y de las áreas metropolitanas, más tarde. Pero si nos situamos a otra escala las cosas cambian. A la escala municipal, metropolitana o regional es evidente que existe una dispersión de la urbanización y la aparición de lo que podemos coincidir en calificar como "ciudad difusa".

papel como lugar de centralização que resulta na formação de uma aglomeração com grande densidade em meio à dispersão se considerarmos a escala regional.

Na escala de um município metropolitano ou mesmo de uma região metropolitana, conseqüentemente, a dispersão se torna cada vez mais evidente, por todos os aspectos que temos discutido até então: distanciamento entre os diferentes espaços que compõem a região metropolitana; dispersão como dominante em relação à concentração; aumento da heterogeneidade e da complexidade da região metropolitana; dificuldade de identificar os limites externos da região metropolitana; etc. No entanto há que se criticar o conceito de cidade difusa do autor, uma vez que defendemos que o que temos na atualidade é não uma nova forma de cidade mais um novo tipo de arranjo urbano que significa na prática a negação do conceito clássico de cidade, como uma unidade com limites bem definidos e facilmente diferenciável do entorno não urbano. É nesse contexto que alguns autores afirmam que, associado à dispersão urbana e metropolitana, o que temos hoje seria um novo momento do processo de urbanização, caracterizado pela metropolização do espaço. Segundo Lencioni (2015, p 8):

Enfim, o que queremos é destacar uma significativa bibliografia que considera o processo de metropolização do espaço como expressão de um novo momento (diríamos crítico) da urbanização. A lógica da industrialização e da urbanização, como a da transformação de espaços rurais em urbanos, continua existindo, mas está subordinada à da metropolização. Esta nova lógica é que se coloca hegemônica sobre processos historicamente conhecidos, no sentido de que embora possa não ser quantitativamente a maior, é ela que domina e dirige os processos que metamorfoseiam o espaço. Nessa metamorfose os padrões de comportamento, signos e hábitos metropolitanos veiculados pelas redes de comunicações chegam a todos os lugares. A antiga distinção entre campo e cidade, tão clara no passado, torna-se mais embaciada e, onde faz-se ainda nítida, ganha opacidade quando se examina o comportamento social pautado por um modo de ser que emana da metrópole e invade o campo.

Portanto a metropolização do espaço se refere a uma nova condição nos quais os signos e os valores tipicamente metropolitanos passam a estar presentes em áreas não metropolitanas. Tal onipresença do metropolitano está diretamente ligada às novas tecnologias de comunicação que conseguem chegar a todos os lugares, atuando como difusores de hábitos e valores metropolitanos. Isto se dá porque embora a tecnologia das comunicações esteja presente em todos os lugares, a produção das informações é extremamente concentrada nas regiões metropolitanas e especialmente nas metrópoles assim sendo, tudo o que é veiculado

a partir desses sistemas de telecomunicação refletem um modo de vida metropolitano.

Nesse sentido quando se fala em metropolização do espaço estamos nos referindo a um novo momento do processo de metropolização, no qual os efeitos desse processo extrapolam a área das regiões metropolitanas. Apesar de importante esse aspecto da metropolização contemporânea não será mais aprofundado ao longo desse trabalho uma vez que segundo os objetivos desse trabalho estamos mais interessados nos efeitos territoriais da dispersão metropolitana nas regiões metropolitanas e não nas consequências da metropolização em espaços não metropolitanos. Assim nos voltaremos para a discussão do segundo aspecto relacionado à dispersão metropolitana que estamos analisando: o caráter regional da urbanização contemporânea. Soja (2013, p 6), no trecho a seguir busca definir o que ele compreende como urbanização regional:

Estas novas abordagens regionais não são uma alternativa para um foco nas cidades, mas constroem, em nossa compreensão do processo de urbanização e da metrópole moderna mutante, uma dimensão regional poderosa e mais explícita, a ponto de agora podermos falar de um processo de *urbanização regional* que vem reformulando radicalmente a estrutura metropolitana existente.

À frente desses desdobramentos, na minha perspectiva, esteve a identificação de um processo de urbanização *regional* policêntrica, acompanhado por um relativo declínio do que pode ser descrito como um modelo distintamente *metropolitano* de crescimento e de mudança urbanas. A literatura urbana dominante ainda não reconheceu este modelo regional de urbanização de forma explícita, mas há sinais de que a transformação da urbanização metropolitana para a regional e o uso de termos associados tais como cidades-região e cidades regionais crescerão em importância para a análise geográfica urbana ao longo da próxima década.

Assim, associado à dispersão metropolitana, se configura um processo de urbanização regional que modifica completamente as formas de produção do espaço metropolitano e não metropolitano e mesmo reduz as diferenças entre esses espaços. Durante muito tempo os estudos urbanos e regionais foram campos com desenvolvimento paralelo embora com muitos pontos de contato. Essa nova realidade em que temos regiões urbanas se desenvolvendo principalmente a partir de regiões metropolitanas dispersas, mas também a partir de aglomerações urbanas que não constituem regiões metropolitanas, permite se não fundir pelo menos trabalhar conjuntamente com o melhor que essas diferentes perspectivas tem a oferecer.

Conforme a dispersão leva ao surgimento de regiões urbanas, que funcionam como cidades mais tem dimensão espacial de uma região, muitos dos preceitos consagrados para a análise urbana perdem força. Em primeiro lugar, a própria ideia de cidade se torna obsoleta, uma vez que o que temos é um novo arranjo urbano, que extrapola em muito a dimensão de uma cidade e se contrapõe a algumas das características mais definidoras do que seria uma cidade: como a ideia de uma unidade com limites facilmente identificáveis na paisagem e como uma realidade facilmente discernível do entorno não urbano. Se a nova realidade urbana e metropolitana não deixa de ser uma unidade, como temos discutido até aqui, seus limites não são facilmente identificáveis bem como não constituem uma realidade facilmente discernível do entorno não urbano. Na realidade mesmo a diferenciação entre o que seria urbano, suburbano ou não urbano se torna cada vez mais difícil.

Se as transformações associadas à configuração de uma urbanização regional incorpora ou pelo menos afeta espaços metropolitanos ou não metropolitanos é obviamente nos espaços metropolitanos que tais transformações se mostram com mais intensidade. Isto se dá porque as metrópoles e regiões metropolitanas apresentam elevada concentração de população e atividades econômicas, e por isso esses processos se dão de forma mais intensa nessas áreas. Essa urbanização regional, associada à dispersão metropolitana está diretamente ligada ao contexto socioeconômico da globalização e da reestruturação produtiva, e podemos vê-la, portanto, como “uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização” (LENCIONI, 2011²⁸).

A ideia de tradução pode ser interessante para discutir a relação entre a globalização e a reestruturação produtiva de um lado e a dispersão metropolitana e a urbanização regional de outro. Quando falamos em tradução estamos falando da relação entre duas línguas diferentes que apesar de relacionadas pela tradução mantêm uma independência entre si, embora a partir da tradução uma língua possa se manifestar a partir da outra. Portanto, na relação discutida acima temos uma independência relativa entre os dois conjuntos de fenômenos que apesar disso estão profundamente relacionados entre si sendo que a nova configuração

²⁸ Nessa citação a autora se refere à metrópole contemporânea. Tomamos a liberdade de usar essa citação para definir a região metropolitana dispersa, pois acreditamos que aquilo que a autora denomina metrópole contemporânea equivale a aquilo que conceituamos como região metropolitana dispersa.

metropolitana se coloca como uma tradução e não uma simples resposta a globalização e a reestruturação produtiva. Importante colocar ainda que a urbanização regional é um fenômeno mais amplo que engloba a dispersão metropolitana, mas que vai além dela, uma vez que a urbanização regional envolve também áreas não metropolitanas. Moura (2009, p 14) é outra autora que busca criar uma conceituação para compreender essa nova realidade.

Da concentração emergem espaços aglomerados. Alguns, com o tempo, expandem-se física, econômica e funcionalmente, aglutinando em uma morfologia, contínua ou descontínua, outras aglomerações, centros urbanos e suas áreas intersticiais, urbanas ou rurais, estas bastante modificadas, em arranjos espaciais mais complexos, essencialmente híbridos, muitos dos quais conjugam as dimensões urbana, urbana-aglomerada e regional. Esse tipo de arranjo espacial, por sua natureza e características, é denominado neste trabalho de “arranjo urbano-regional”. São arranjos complexos devido à multiplicidade de escalas e fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, finanças, conhecimento e de relações de poder, que perpassam em seu interior.

No trecho acima a autora faz uma interessante descrição de como a partir de uma aglomeração urbana pré-existente, a dispersão leva ao surgimento de uma nova realidade no qual estas aglomerações passam a ter uma dimensão híbrida, em que se mesclam áreas contínuas e descontínuas, áreas urbanas e rurais amplamente modificadas pela inserção em uma dinâmica metropolitana regional, mas regional em uma escala ampliada. Na conceituação da autora de arranjo urbano-regional, acima citada, há ainda outro aspecto a ser destacado que consideramos importante para a caracterização da dispersão metropolitana: trata-se do fato de que são arranjos complexos e permeados por “fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, finanças, conhecimento e de relações de poder, que perpassam em seu interior” (MOURA, 2009, p 14).

A natureza complexa do arranjo urbano-regional tem um caráter bastante específico: o arranjo é complexo porque ele é incrivelmente heterogêneo, o que permite visualizarmos formas bastante distintas relativamente próximas entre si sem que se possam identificar padrões espaciais relativamente simples, como o modelo centro-periferia, a partir da análise das formas de produção do espaço nesse arranjo. A multidirecionalidade dos fluxos representa uma grande ruptura em relação à situação anterior, na qual os fluxos mais intensos se davam na direção da metrópole. Nesta nova situação, portanto emergem novos centros que permitem que os fluxos se deem em múltiplas direções por mais que a metrópole se mantenha

como um importante centro de atração e dispersão dos fluxos metropolitanos. Iremos discutir melhor esse aspecto na parte III. Agora buscaremos sintetizar a discussão até aqui realizada com o auxílio do quadro 5, elaborado por Lencioni (2008, p 12):

Quadro 5: Diferenças entre metrópole moderna e contemporânea		
	Metrópole Moderna	Metrópole Contemporânea
Processo	Urbanização	Metropolização
Aglomeração	Concentrada	Dispersa
Espaço	Espaço de lugares/ espaço dos fluxos	Espaço dos fluxos/ espaço dos lugares
Extensão territorial	Metrópole Coesa	Metrópole difusa
População/superfície	Alta densidade	Densidade em declínio
Forma	Contínua	Fragmentada
Mobilidade	Integração no percurso	Percurso sem integração
Desenho	Crescimento radiocêntrico	Crescimento mais linear
Limites	Definidos	Indefinidos
Centralidade	Policêntrica	Intensificação do Policentrismo
Renovação Urbana	Planos de Recuperação	Planos estratégicos
Redes	Hierárquicas	Anastomosadas
Capital	Produção	Gestão
Fonte: Lencioni, 2008, p 12.		

No quadro acima a autora busca contrapor as características da metrópole moderna as da metrópole contemporânea. Importante colocar que nesse caso o termo metrópole corresponde a toda a aglomeração metropolitana, ou seja, corresponde a aquilo que neste trabalho temos definido como região metropolitana. Analisando de forma geral as características da metrópole moderna e da metrópole contemporânea, podemos afirmar que a metrópole moderna corresponde grosso modo a aquilo que estamos denominando região metropolitana compacta e a metrópole contemporânea a aquilo que denominamos de região metropolitana dispersa. Importante apontar que as contraposições apontadas na tabela são realizadas com o sentido de revelar o sentido das mudanças e não significa que temos uma ruptura total de uma situação para a outra.

Em cada linha da tabela temos a indicação de uma mudança relacionada à dispersão metropolitana. A primeira linha da tabela se refere a uma mudança no processo: de urbanização para metropolização. Isto não significa que urbanização deixa de existir, mas que o processo de metropolização, considerado uma forma superior de urbanização torna-se dominante (LENCIONI, op. cit., p 8). E torna-se

dominante porque a metropolização passa a estabelecer o sentido e o significado da urbanização. Tal mudança de processo está relacionada a duas grandes mudanças: uma qualitativa e outra quantitativa. A mudança qualitativa se refere a mais ampla escala das aglomerações metropolitanas e não metropolitanas que se configuram em um escopo regional, algo que já discutimos anteriormente, enquanto a mudança qualitativa se refere às transformações nas relações entre as áreas que compõem essas aglomerações, como ocorre quando nas regiões metropolitanas os fluxos passam a ser multidirecionais e não apenas predominantemente em direção à metrópole.

A segunda linha diz respeito à mudança na forma da região metropolitana, de concentrada ou compacta para dispersa. A terceira linha se refere à mudança nas relações da sociedade com o espaço. Na região metropolitana compacta as relações baseadas na contiguidade e distanciamento (lógica topográfica) predominavam sobre as relações baseadas na lógica das redes (lógica topológica) enquanto na região metropolitana dispersa ocorre o contrário, aspecto já discutido anteriormente com base em Lencioni (2011, op. cit.). A quarta linha também se refere à forma da região metropolitana enquanto a quinta linha contrapõe a alta densidade característica da região metropolitana compacta a densidade em declínio, fato diretamente relacionado à dispersão metropolitana. Uma vez que a região metropolitana passa a ter uma dimensão espacial muito maior, a grande heterogeneidade nas áreas que compõem essas regiões e o surgimento de novos centros que se contrapõem a centralidade da metrópole multiplicam as possibilidades de locais de moradia e favorecem uma redução da densidade da população na região metropolitana.

A quinta linha se refere a um dos aspectos da forma da região metropolitana compacta e dispersa. A região metropolitana compacta tem uma forma contínua sem grandes distanciamentos entre as áreas efetivamente integradas a dinâmica metropolitana enquanto na região metropolitana dispersa temos uma forma descontínua não apenas porque pode haver grandes distanciamentos entre as áreas efetivamente integradas a dinâmica metropolitana, mas também pela natureza híbrida dessa região que leva também a descontinuidade no sentido de que podemos ter formas completamente distintas lado a lado.

A sexta linha se refere às transformações na mobilidade no interior da região metropolitana. Na região metropolitana compacta a integração se dá no percurso, ou seja, a mobilidade permite um contato do indivíduo ao longo da rota de deslocamento, que passa a fazer parte da vivência desse indivíduo enquanto na região metropolitana dispersa temos um percurso sem integração, uma vez que formas mais eficientes de deslocamento, mormente individuais, permitem que o deslocamento se dê sem qualquer tipo de integração ou vivência ao longo da rota. A sétima linha se refere à mudanças nas formas de crescimento metropolitano de radiocêntrico para linear, embora em nosso caso de estudo o crescimento metropolitano sempre se deu de forma bastante linear. A oitava linha se refere a mudanças nos limites da região metropolitana, que com a dispersão passam a ser não mais facilmente identificáveis na paisagem.

Como uma síntese do que discutimos até aqui podemos apontar agora as principais características da região metropolitana dispersa destacados a partir dos diferentes autores citados até aqui e que poderão nos auxiliar a compreender o processo de dispersão metropolitana do Rio de Janeiro, entre esses aspectos podemos destacar: a região metropolitana dispersa possui limites externos de difícil identificação; sua natureza híbrida também dificulta a compreensão de seus limites internos; se configura a partir de um processo de urbanização regional, que reduz as densidades de ocupação na região ao mesmo tempo que permite o surgimento de novos centros dentro da região metropolitana que se contrapõem a centralidade da metrópole o que estimula mudanças nos padrões de fluxos, incluindo a multidirecionalidade destes fluxos em contraposição a situação anterior na qual os fluxos se dirigiam predominantemente a metrópole.

Após discutir várias conceituações sobre a nova realidade metropolitana associada à dispersão cabe explicar porque insistimos nesse trabalho em utilizar o tradicional conceito de região metropolitana. O motivo é que apesar de estar sofrendo um processo de dispersão metropolitana, como buscaremos comprovar a seguir, o conceito de região metropolitana é ainda o mais adequado para a aglomeração metropolitana que se constitui em torno da cidade do Rio de Janeiro uma vez que esta ainda não apresenta um grau de dispersão que permita a sua compreensão a partir de um conceito como o de cidade-região. Em relação a São Paulo, por exemplo, Lencioni (2011, p 138) utiliza o conceito de cidade-região,

embora sem o qualificativo de global, como um instrumento profícuo para compreender a nova realidade metropolitana presente no estado de São Paulo.

Segundo a autora:

Esse conjunto territorial parece indicar que estamos assistindo à constituição de uma cidade-região (...). Usamos o termo cidade-região, formulado por Scott *et al.* (2001), porque ele exprime, com muita clareza, que a expansão territorial da metrópole constitui uma região, precisamente uma região de outro tipo, que não pode ser confundida com a região metropolitana relacionada ao processo de industrialização e urbanização, tão característica dos três primeiros quartos do século XX. Nessa cidade-região, de grande extensão territorial, com cerca de 200 quilômetros a partir do seu centro, os limites entre os municípios são tênues, num cenário de paisagens repetidas onde não é possível distinguir com clareza o intraurbano e o interurbano e, em menor medida, o rural e o urbano, que tendem a se diluírem um no outro.

Mesmo sem querer realizar qualquer tipo de comparação entre a realidade metropolitana em São Paulo e no Rio de Janeiro, não podemos deixar de constatar que nada parecido com o descrito no texto acima pode ser transposto para a realidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de sofrer um processo de dispersão metropolitana, no Rio de Janeiro não se configura a formação de uma região urbana com a dimensão como apontada para São Paulo, no qual uma amplíssima área de dimensão efetivamente regional, englobando no caso boa parte do estado de São Paulo passa a fazer parte de uma mesma dinâmica metropolitana, com intensos fluxos de mercadorias, pessoas e informações dentro dessa cidade-região em formação.

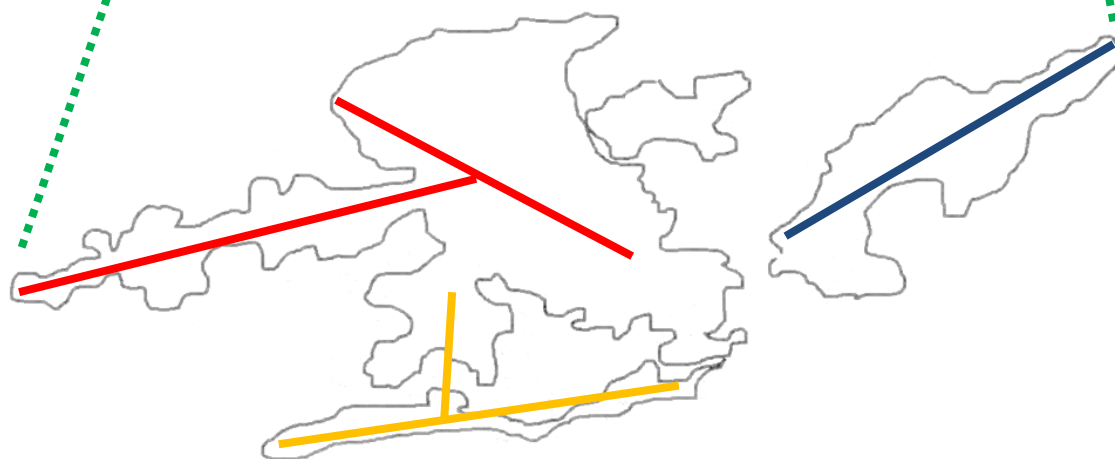
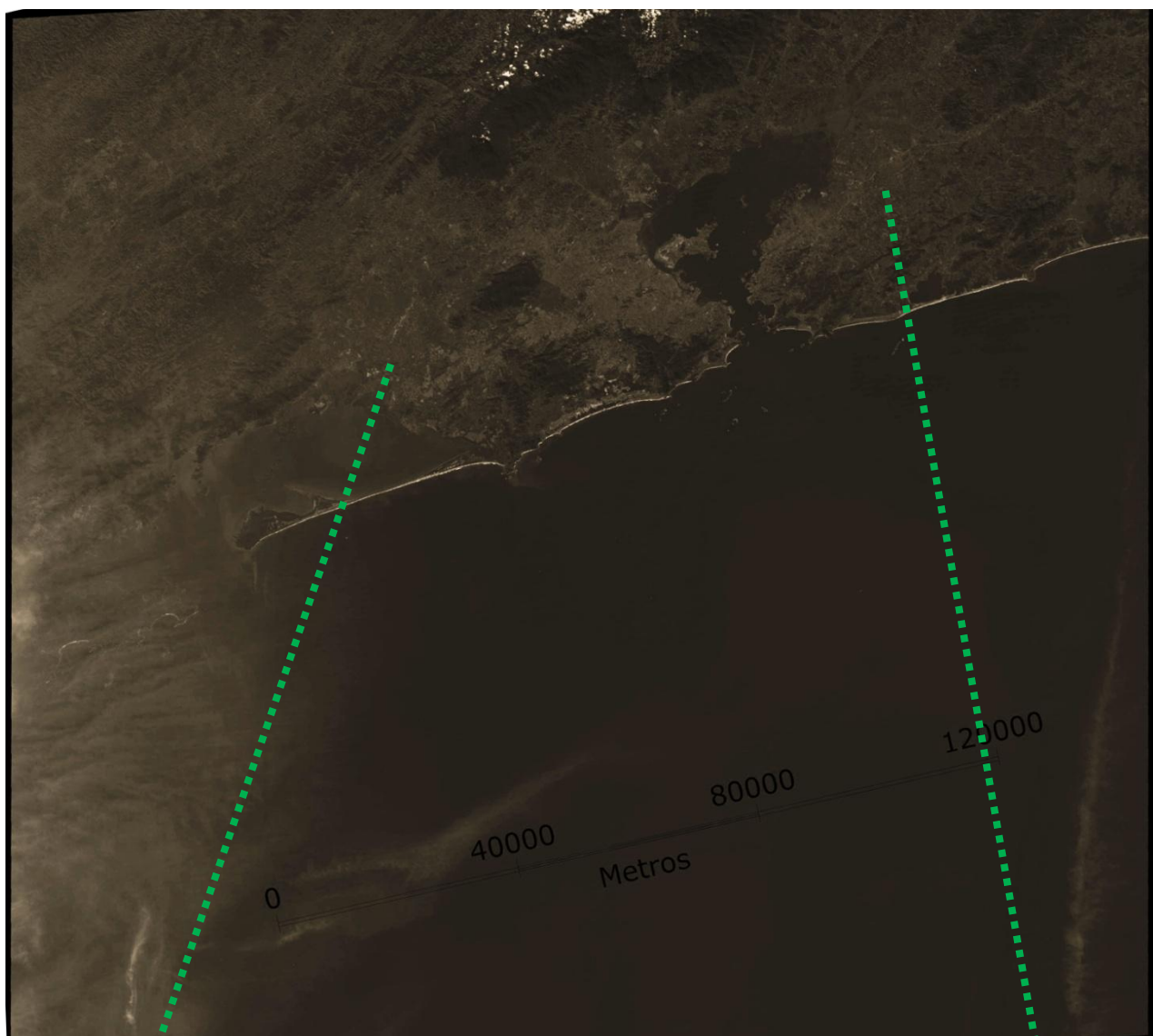
Na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que temos é uma realidade metropolitana na qual apesar de uma acentuada dispersão ainda não podemos identificar uma dimensão regional tão ampla e na qual a expansão segundo eixos é ainda fundamental sendo que continuamos a ter um elevado grau de concentração de atividades e população na metrópole e não existe um grande número de municípios com forte integração a dinâmica metropolitana. Nesse sentido o conceito de região metropolitana longe de ser obsoleto, se coloca como instrumento ideal para a compreensão da realidade metropolitana no Rio de Janeiro. E assim sendo precisamos reafirmar que o processo de dispersão metropolitana no Rio de Janeiro tem características específicas, distintas do que ocorre em outros locais. É sobre as características do processo de dispersão na região metropolitana do Rio de Janeiro que falaremos a seguir.

2.1.4. Dispersão espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro a dispersão metropolitana tem se desenvolvido dentro de um contexto de recuperação econômica associada a grandes investimentos recebidos pela região metropolitana. Esse processo de dispersão metropolitana apresenta-se a partir da difusão de formas que antes eram encontradas predominantemente na metrópole, formas essas que normalmente podem ser classificadas como enclaves fortificados e que estão associados ao processo de dispersão metropolitana em outras regiões metropolitanas. Associado a esse processo de dispersão metropolitana inúmeras transformações são percebidas nas estruturas, formas e funções espaciais presentes nessa região metropolitana, algumas delas já discutidas no capítulo 1.3. Mas antes de discutir as consequências da dispersão metropolitana na região metropolitana do Rio de Janeiro, temos que buscar elementos que comprovem a existência desse processo nessa região e a partir disso analisar as características desse processo nessa região.

Um primeiro indicador que utilizaremos com esse objetivo é a evolução da área urbanizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse indicador foi obtido a partir da análise de três imagens de satélite Landsat captadas em 31 de Maio de 1990, 26 de Maio de 2000 e 13 de Agosto de 2011, respectivamente. As imagens Landsat foram escolhidas porque elas estão disponíveis desde a década de 1970, o que possibilita a análise comparativa de uma mesma cena em diferentes momentos. No entanto como a imagem Landsat tem uma resolução espacial muito baixa, com um pixel de 30km X 30km, não é possível perceber muitos detalhes nessa imagem. Assim podemos identificar a ruptura entre uma área urbana e rural, uma vez que estas apresentarão respostas espectrais muito diferentes, mas não é possível identificar diferenças dentro da área urbanizada, se é uma área de urbanização vertical ou horizontal por exemplo. Em cada uma dessas imagens nós buscamos identificar os limites da área urbanizada que foram então marcados, resultando nas imagens que utilizamos nesse trabalho, apenas para fins de comparação colocamos juntamente com a figura da área urbanizada, as imagens de satélite originais. A seguir apresentamos a figura 3 com a imagens de satélite e a delimitação das áreas urbanizadas em 1990.

Figura 3: Imagem original e área urbanizada com indicação de eixos de expansão territorial, Região metropolitana do de Janeiro, 1990.



- Eixo Oeste
- Eixo Leste
- Eixo Sul

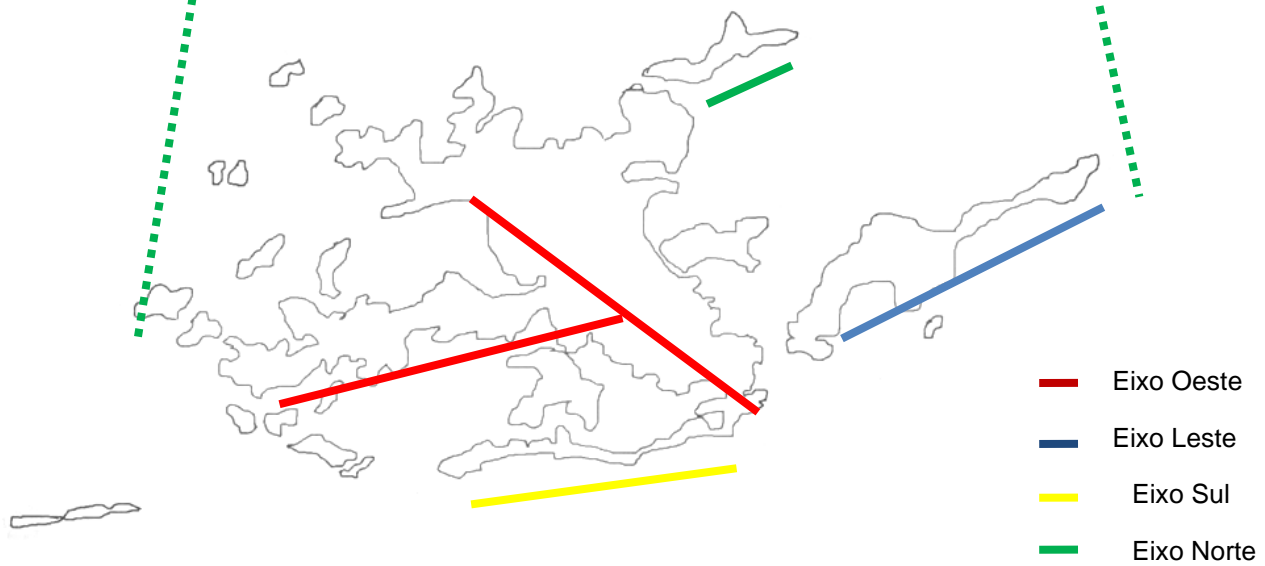
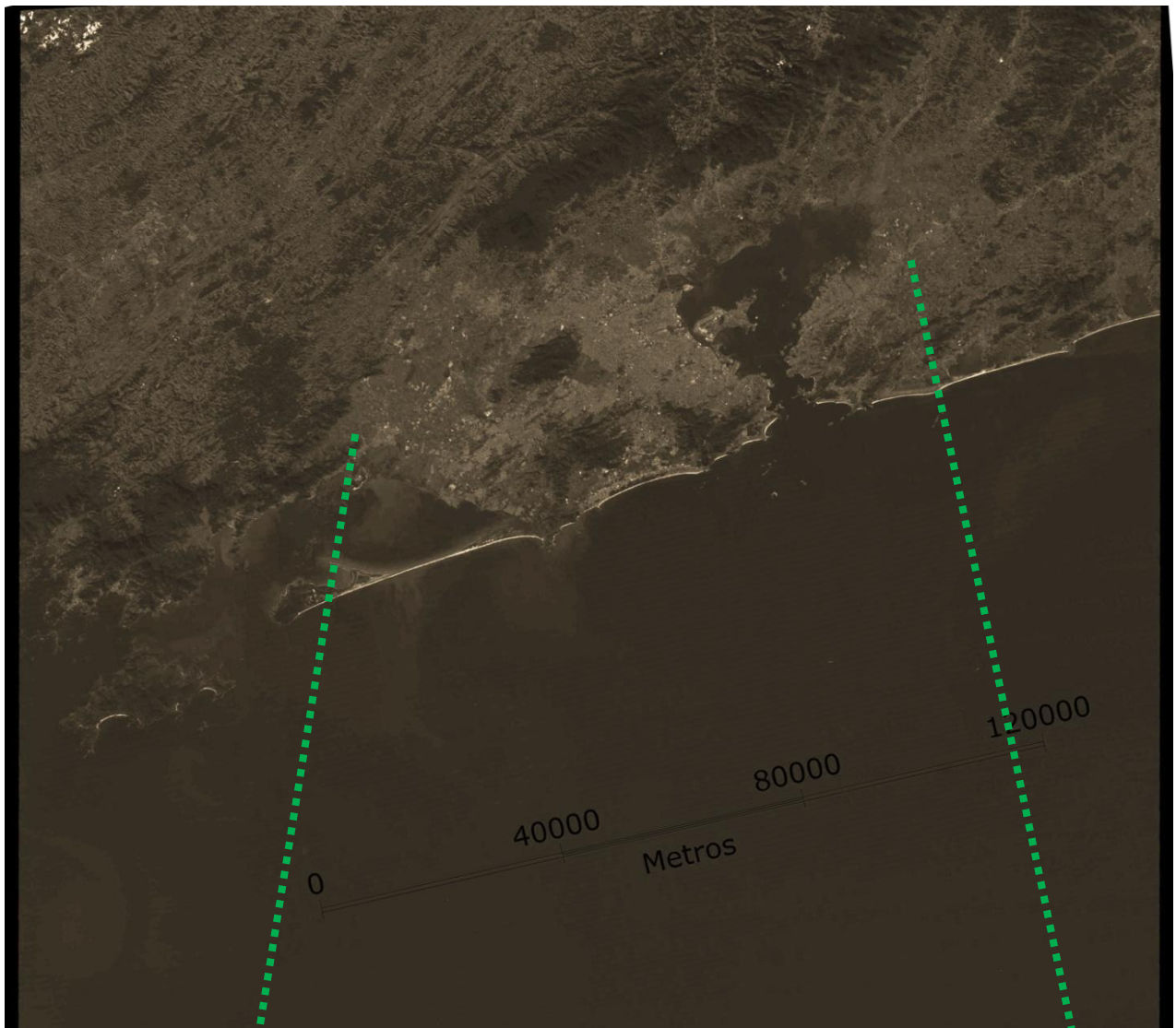
Fonte: Imagem Landsat, DGI INPE (2015). Escala aproximada, 1:228.571. Adaptado pelo autor.

Analisando o padrão da área urbanizada da Região metropolitana do Rio de Janeiro em 1990, percebe-se que os eixos de expansão territorial, descritos no capítulo 1.1., ainda tem uma importância fundamental para a compreensão da ocupação territorial dessa região. Obviamente estes eixos se modificaram e se expandiram desde o final do século XIX, quando estes começaram a se formar, mas mesmo assim é bastante importante o fato de que ainda em 1990 tais eixos ainda são importantes para a compreensão da produção do espaço metropolitano nessa região. Esse fato pode ser visto como uma evidência do desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como uma região metropolitana compacta.

O eixo oeste apresenta duas direções de expansão: uma que incorpora os municípios da baixada fluminense, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu; e outro que se desenvolve dentro da cidade do Rio de Janeiro a partir dos bairros da zona norte e oeste desse município. O eixo sul se desenvolve basicamente dentro do município do Rio de Janeiro ao longo da linha costeira, no qual tem sido historicamente produzido os bairros “nobres” dessa cidade. O eixo leste corresponde aos municípios a leste da baía de Guanabara, como os municípios de Niterói e São Gonçalo.

Os dois aspectos fundamentais a se destacar na área urbanizada da Região metropolitana do Rio de Janeiro em 1990, são o desenvolvimento a partir de eixos e a grande continuidade do tecido urbano. Tal continuidade, como vimos anteriormente, é uma característica do desenvolvimento de uma região metropolitana compacta, assim como o desenvolvimento em eixos é uma característica específica do desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como região metropolitana compacta. Assim sendo essa continuidade é mais uma evidência de que o momento de crise metropolitana, discutido no capítulo 1.2, não esteve associado a uma intensificação da dispersão metropolitana, que só irá ocorrer nessa região em um momento posterior. A figura 4 mostra a área urbanizada na região metropolitana do Rio de Janeiro em 2000, portanto num momento em que o processo de recuperação econômica da Região metropolitana do Rio de Janeiro já vinha se desenrolando:

Figura 4: Imagem original e área urbanizada com seus eixos de expansão territorial, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000.



Fonte: Imagem Landsat, DGI INPE (2015). Escala aproximada: 1: 235.456. Adaptado pelo autor.

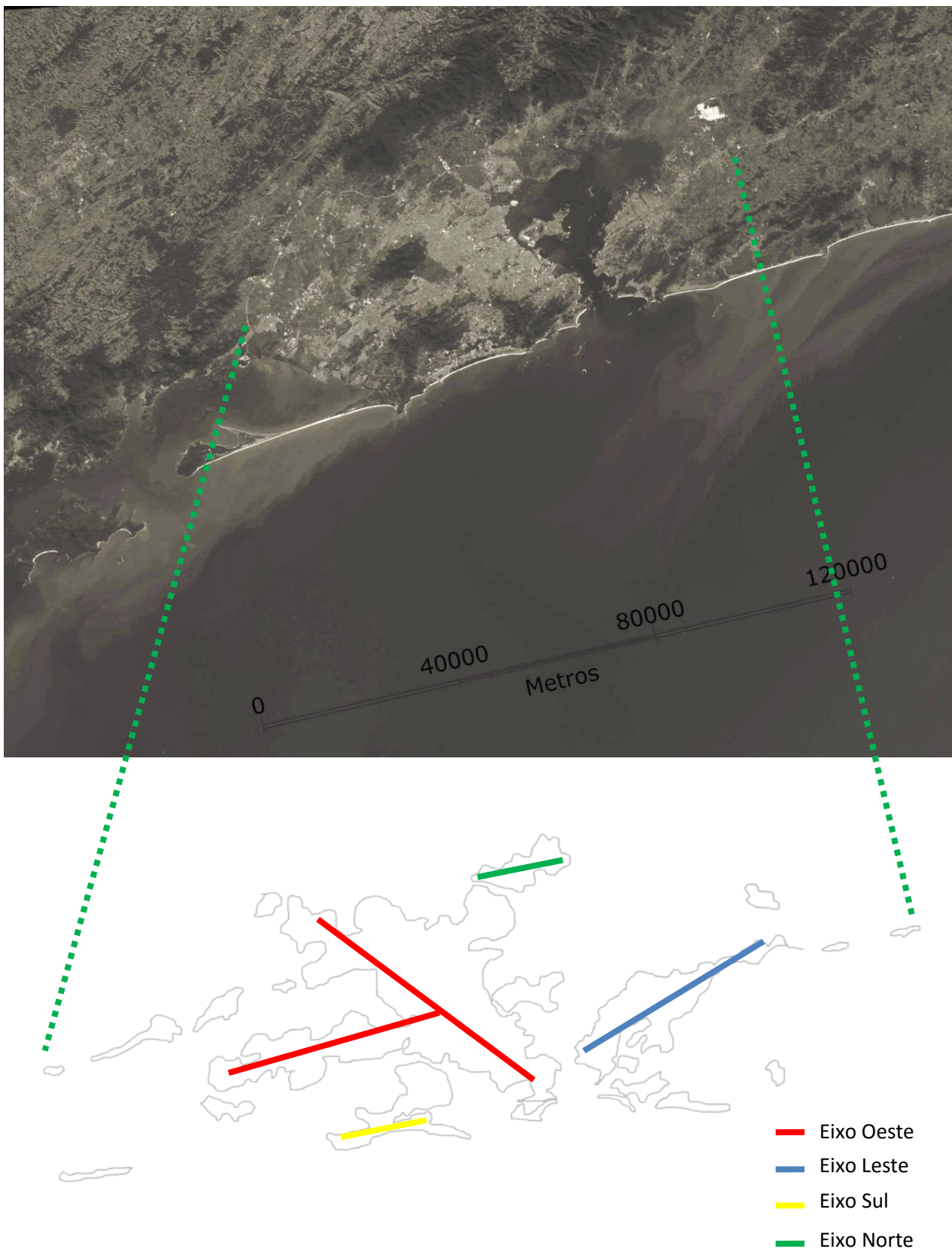
Podemos perceber algumas mudanças comparando a área urbanizada de 1990 e de 2000. Um primeiro aspecto que temos de mencionar é que como houve um aumento da extensão da área urbanizada, as duas imagens não estão exatamente na mesma escala sendo que as escalas aproximadas informadas foram calculadas a partir da medição de idênticas distâncias em comparação com a imagem original que possui informação de escala. A segunda imagem tem uma escala menor em relação à primeira. Assim a comparação deve ser realizada muito mais em relação ao padrão geral da área urbanizada do que em relação em cada área específica.

Chama a atenção o fato de que houve um grande aumento do número de áreas urbanizadas não contínuas. Tal fato pode ser diretamente associado à intensificação da dispersão metropolitana uma vez que esse processo leva a uma maior fragmentação do tecido metropolitano e a um maior distanciamento entre as áreas urbanizadas. A ampliação da descontinuidade do tecido metropolitano leva a que fique mais difícil identificar apenas a partir da imagem os eixos de expansão territorial que são mais facilmente identificáveis como eram na área urbanizada na década de 1990. Isto ocorre porque muitas áreas urbanizadas descontínuas passam a estar entre os eixos de forma que é difícil identificar em que eixos essas áreas estão localizadas.

A multiplicação de áreas urbanas descontínuas está também certamente associada a mudanças no padrão de produção do espaço metropolitano na região metropolitana do Rio de Janeiro, aspecto que, no entanto não é possível analisar a partir dessas figuras. O que podemos concluir a partir da comparação entre imagens é que a dispersão metropolitana está rompendo o padrão histórico de desenvolvimento em eixos que marcou a reprodução da região metropolitana do Rio de Janeiro como uma região compacta. A descontinuidade do tecido metropolitano, resultado da dispersão metropolitana, borra as diferenciações tradicionais entre os eixos de expansão territorial, tanto porque surgem áreas urbanizadas entre os eixos, sem continuidade com nenhum deles, aspecto facilmente identificável a partir da análise das figuras, quanto porque estes eixos passam a ter uma ocupação muito mais heterogênea, levando a que cada um deles passe a ter uma natureza híbrida, como é característica dos espaços metropolitanos afetados pela dispersão (MOURA, 2009).

No entanto os eixos de expansão territorial ainda tem uma importância crucial para a compreensão do desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro. Chama a atenção que pela primeira vez temos o aparecimento do eixo norte na área urbanizada do Rio de Janeiro, eixo que com a construção do arco metropolitano poderá ter fundamental importância na expansão futura dessa região. Vejamos agora figura 4 que apresenta a área urbanizada da região metropolitana do Rio de Janeiro em 2011:

Figura 5: Imagem original e área urbanizada e seus eixos de expansão territorial, Região metropolitana, 2011.



Fonte: Imagem Landsat, DGI INPE (2015). Escala aproximada, 1: 142.347. Adaptado pelo autor.

Novamente temos que ressaltar que como houve um aumento da dimensão da área urbanizada entre 2000 e 2011, esta imagem possui uma escala menor em

relação à imagem de 2000. Nesse sentido as comparações precisam ser feitas em relação ao padrão geral da área urbanizada em cada ano e não em relação a cada local específico da região metropolitana. A comparação entre a imagem de 2000 e 2011 pode revelar dois aspectos complementares: por um lado há uma permanência em relação à produção de áreas urbanas descontínuas que fomentam a dispersão metropolitana; por outro lado há uma consolidação de algumas dessas áreas descontínuas que aumentam de tamanho em relação a 2000.

Esses dois aspectos podem ser considerados complementares em relação à maneira como se dá a dispersão metropolitana no Rio de Janeiro. Em outras palavras considerando que a história do processo metropolização nessa região é marcada por uma extrema concentração de população e atividades econômicas na metrópole e pela expansão territorial sendo orientada a partir de eixos, a dispersão metropolitana se dará também de forma diferenciada sem subverter completamente a expansão em eixos e incluindo ao mesmo tempo a produção de áreas urbanas descontínuas e a consolidação de algumas dessas áreas.

Seria de se esperar que numa situação de incremento da dispersão metropolitana o padrão de expansão territorial em eixos se esvanecesse uma vez que a princípio poderíamos ter a criação de enclaves em qualquer local independente do fato da localização desses enclaves estarem ou não em um eixo. Em outras palavras com a dispersão, os eixos, centrados nas principais vias de transporte metropolitanas, poderiam deixar de ser um condicionante a expansão territorial metropolitana uma vez que se tornaria viável a produção imobiliária em qualquer área dentro da região metropolitana.

Podemos afirmar que a partir da análise da evolução da área urbanizada essa possibilidade não se confirma totalmente: por um lado muitas áreas urbanizadas descontínuas surgem entre os eixos de expansão territorial apontados no trabalho, o que poderia levar a obsolescência desses eixos como instrumentos para a compreensão da metropolização na região metropolitana do Rio de Janeiro; por outro lado, apesar desse fato, os eixos continuam tendo uma grande importância para a compreensão da realidade metropolitana na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que está relacionado diretamente com o padrão historicamente concentrado de metropolização nessa região. A concentração de população, atividades econômicas e infraestrutura na metrópole e em alguns poucos municípios

metropolitanos, na prática impossibilita que a dispersão se dê em todas as direções, o que favorece a permanência dos eixos como a maneira específica como se dá a evolução da metropolização na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Outro aspecto interessante da comparação entre as imagens está relacionada à consolidação das áreas descontínuas que percebemos ao analisar a área urbanizada em 2011. Tal aspecto permite contrapor o desenvolvimento compacto ao disperso da região metropolitana do Rio de Janeiro: se na região metropolitana do Rio de Janeiro enquanto região compacta, a integração espacial estimulava à expansão territorial reduzindo os espaços não urbanizados entre o tecido metropolitano e a nova área integrada à dinâmica metropolitana, nessa mesma região, enquanto região metropolitana dispersa temos a produção de áreas urbanas descontínuas e mesmo quando essas áreas se expandem elas não se ligam necessariamente ao restante do tecido metropolitano.

Nesse sentido podemos perceber que a expansão territorial, a partir da dispersão metropolitana, ocorre de uma forma completamente distinta na região metropolitana compacta, se dando a partir da produção de áreas urbanas descontínuas, que mesmo que se expandam não tendem necessariamente a se unir ao tecido metropolitano, nem mesmo se expandir em direção a esse tecido. É nesse sentido que podemos concluir que o desenvolvimento de uma região metropolitana dispersa reproduz esta região como dispersa, à medida que novas áreas urbanas descontínuas estão sempre sendo produzidas e que mesmo que algumas dessas áreas se expandam elas não tendem necessariamente a se fundir com o restante do tecido metropolitano. Importante ressaltar que essas áreas urbanas descontínuas são compostas tanto por enclaves quanto por outras formas de urbanização.

A evolução da área urbanizada nos trouxe informações importantes sobre a ampliação das áreas descontínuas como o meio a partir do qual a dispersão ocorre dentro da região metropolitana quando consideramos a configuração da área urbanizada da região metropolitana. Nesse sentido acreditamos que do ponto de vista da forma da região metropolitana temos claramente evidências que apontam para uma transformação no sentido da constituição de uma região metropolitana dispersa, na qual a expansão territorial se dá a partir da produção de áreas urbanas descontínuas e muito comumente dentro dessas áreas, a partir de enclaves.

Agora buscaremos caracterizar a dispersão metropolitana utilizando como indicador a distribuição das atividades econômicas. Com a dispersão metropolitana, logicamente deveria haver uma desconcentração das atividades econômicas, que no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro historicamente estiveram fortemente concentradas na metrópole. A tabela 12 apresenta informações sobre participação de cada um dos municípios da região metropolitana, bem como dos eixos, no total de unidades locais²⁹ presentes nessa região, no período entre 2000 e 2012. O motivo de utilizarmos o número de unidades locais ao invés do emprego como temos utilizado até aqui é muito simples. Como o objetivo nesse momento é analisar uma possível desconcentração econômica associada à dispersão metropolitana a unidade local é um indicador muito mais válido, uma vez que o aumento ou redução do número de empregos em um município pode não estar necessariamente associado à desconcentração econômica. A redução do número de empregos industriais em uma metrópole, por exemplo, pode se dar por vários motivos, tanto porque há uma desconcentração de atividades econômicas em direção a outros municípios quanto porque há uma modernização da indústria que reduz o volume de emprego. Portanto, o número de unidades locais é um indicador mais pertinente em relação à dispersão metropolitana.

²⁹ Por **unidade local** entende-se o espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo, na maioria das vezes, a cada endereço de atuação da empresa. Disponível em: http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pac/nota_tecnica.shtm.

Acessado em 20/04/2016.

Tabela 12: Unidades locais, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2012

Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Rio de Janeiro	70.06	69.71	69.38	69.46	69.43	69.46	69.25	70.31	70.65	70.11	69.98	70.18	71.02
Eixo Oeste	16.53	17.04	15.93	15.72	15.72	15.59	15.84	14.91	15.07	15.31	15.42	15.50	15.03
Belford Roxo	1.44	1.57	1.51	1.47	1.47	1.41	1.48	1.43	1.44	1.46	1.46	1.52	1.41
Duque de Caxias	4.73	4.69	4.67	4.66	4.71	4.72	4.78	4.54	4.60	4.77	4.83	4.90	4.78
Itaguaí	0.74	0.84	0.71	0.70	0.71	0.74	0.76	0.73	0.76	0.72	0.79	0.81	0.77
Japeri	0.20	0.21	0.21	0.20	0.20	0.20	0.21	0.18	0.18	0.18	0.21	0.21	0.21
Mangaratiba	0.24	1.12	0.25	0.25	0.25	0.25	0.27	0.27	0.27	0.28	0.26	0.26	0.25
Mesquita	0.65	0.31	0.36	0.36	0.38	0.43	0.46	0.48	0.49	0.53	0.55	0.55	0.51
Nilópolis	1.07	1.09	1.05	1.06	1.04	1.05	1.03	0.96	0.96	0.94	0.89	0.87	0.82
Nova Iguaçu	4.12	3.84	3.74	3.69	3.65	3.61	3.64	3.41	3.41	3.44	3.51	3.51	3.47
Queimados	0.45	0.46	0.48	0.47	0.46	0.46	0.46	0.46	0.43	0.45	0.46	0.44	0.46
São João de Meriti	2.67	2.78	2.76	2.66	2.64	2.48	2.51	2.20	2.25	2.26	2.17	2.16	2.05
Seropédica	0.21	0.12	0.20	0.21	0.21	0.22	0.23	0.26	0.27	0.27	0.28	0.28	0.29
Eixo Norte	1.65	0.55	2.09	2.30	2.36	2.37	2.31	2.37	1.89	2.14	2.02	1.59	1.52
Guapimirim	0.41	0.47	0.52	0.55	0.59	0.62	0.61	0.62	0.55	0.50	0.47	0.38	0.36
Mage	1.23	0.08	1.57	1.74	1.77	1.75	1.69	1.75	1.34	1.64	1.55	1.21	1.16
Eixo Leste	11.76	12.71	12.59	12.53	12.49	12.59	12.61	12.41	12.38	12.44	12.58	12.73	12.43
Itaboraí	0.91	0.92	0.94	0.93	0.90	0.93	0.97	0.96	1.00	1.00	1.07	1.08	1.06
Maricá	0.00	0.70	0.71	0.72	0.74	0.73	0.74	0.71	0.74	0.73	0.79	0.80	0.74
Niterói	6.09	6.28	6.16	6.17	6.19	6.20	6.18	6.33	6.27	6.27	6.18	6.20	6.09
São Gonçalo	4.64	4.68	4.65	4.56	4.52	4.58	4.58	4.28	4.23	4.30	4.39	4.50	4.38
Tanguá	0.12	0.13	0.13	0.14	0.13	0.14	0.14	0.14	0.14	0.14	0.16	0.15	0.15
Região Metropolitana	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: Cadastro Central de Empresas – Cempre, IBGE. Adaptado pelo autor.

Podemos constatar pela análise da tabela que surpreendentemente não ocorre nenhuma variação significativa da concentração do número de unidades locais na região metropolitana no período, tanto em relação à concentração em cada município, em cada um dos eixos e mesmo considerando a relação entre a concentração na cidade do Rio de Janeiro e no restante da região metropolitana. A metrópole permanece ao longo de todo período, concentrando cerca de 70% do total de unidades locais da região metropolitana, enquanto o restante da região responde por cerca de 30% desse total. É um patamar extremamente elevado e muito superior ao da concentração populacional na metrópole.

Dentre os demais municípios cabe destacar que a concentração se repete embora em outro nível: Duque de Caxias; Nova Iguaçu; São Gonçalo e Niterói, municípios já anteriormente destacados pela sua importância econômica e

demográfica, tem todos entre 4 e 6% do total das atividades metropolitanas. Somente São João de Meriti chega perto desse patamar de concentração econômica, concentrando cerca de 3% do total de unidades locais. De 19 municípios que compõem a região metropolitana 9 não possuem mais que 1% do total de unidades locais da região. Portanto temos um padrão de concentração que poderíamos denominar em camadas, no qual temos a cidade do Rio de Janeiro em um patamar, os cinco municípios citados bem abaixo, e então os demais municípios. Tal padrão não sofreu nenhuma alteração no período.

Nota-se ainda que os eixos leste e oeste tem uma importância semelhante no que diz respeito a participação no total das unidades locais, sendo que o eixo oeste tem uma participação levemente superior. O eixo norte, por outro lado, tem uma participação extremamente baixa em comparação com os eixos leste e oeste, o que se explica pela relativa pouca importância desse eixo no processo de metropolização na região metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente quando comparamos esse eixo com a dinâmica dos eixos leste e oeste. No entanto, como já afirmamos anteriormente, a partir do arco metropolitano, é possível que este eixo se torne importante dentro da região metropolitana no futuro, inclusive com a inclusão de outros municípios ao longo desse eixo.

Qual a explicação para a falta de variação no padrão de concentração de unidades locais na região metropolitana do Rio de Janeiro, considerando que houve um processo de dispersão da forma metropolitana, que logicamente deveria ser acompanhado pela desconcentração das atividades econômicas? Uma primeira hipótese seria a de que a dispersão metropolitana no Rio de Janeiro não está acompanhada da desconcentração de atividades econômicas e nesse sentido seria um processo de dispersão metropolitana absolutamente *sui generis*, uma vez que toda a bibliografia sobre dispersão aponta que esta envolve não apenas a população, mas também atividades econômicas. Considerando o histórico de concentração populacional e econômico na metrópole não seria algo absolutamente impensável considerando que mesmo em relação à população não houve uma redução tão drástica da concentração na metrópole, como vimos no capítulo 1.3, que passou de cerca de 56% para cerca de 53% do total da população entre 2000 e 2010.

Outra hipótese é a de que a metrópole, por seu peso econômico e demográfico, e principalmente por ter, associado ao processo de reestruturação produtiva em curso no estado do Rio de Janeiro, um papel de centro de consumo e produção de serviços avançados, ter tido um crescimento tão importante do setor terciário que mascarou uma desconcentração econômica que efetivamente ocorreu em outros setores econômicos, principalmente a indústria a qual, como vimos no capítulo 1.3., tem sido principal destino de boa parte dos investimentos recebidos nessa região. Nesse sentido poderíamos afirmar que ao contrário do que ocorreu com essa metrópole nos anos 1980 em que tivemos um forte processo de desindustrialização regressiva que não estava associado a um aumento da importância do setor terciário na metrópole, nesse período mais recente teríamos uma dinâmica mais parecida com a de outras metrópoles, que à medida que perdem importância como locais de produção industrial, passam a ter uma maior concentração de atividades terciárias.

Para concluir sobre qual das hipóteses é a que melhor explica o fato em discussão temos que avançar no estudo da dinâmica dos setores da economia ao invés de trabalhar com dados agregados de unidades locais de todas as atividades econômicas. Assim iremos trabalhar com dados de unidades locais na indústria e na atividade de serviços. Se a primeira hipótese for verdadeira não encontraremos uma significativa desconcentração econômica em nenhum desses setores, mas se a segunda for verdadeira encontraremos provavelmente teremos uma forte desconcentração na indústria associado a uma grande concentração das atividades de serviços na metrópole. A tabela 13 apresenta os dados de participação no total de unidades locais na indústria entre 2000 e 2011:

Tabela 13: Participação no total de unidades locais na indústria, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2011

Áreas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	64.40	63.62	63.28	62.66	62.89	62.57	61.68	62.10	61.28	60.83	61.00	60.31
Eixo Oeste	20.80	21.77	21.69	22.07	22.08	22.03	22.76	22.22	22.70	22.60	22.51	23.04
Belford Roxo	1.27	1.38	1.36	1.43	1.43	1.45	1.61	1.53	1.64	1.60	1.51	1.66
Duque de Caxias	8.12	8.71	8.73	8.94	8.98	9.15	9.17	9.21	9.18	8.86	9.21	9.27
Itaguaí	0.84	1.05	0.86	0.78	0.78	0.71	0.81	0.85	0.95	1.02	0.97	0.94
Japeri	0.08	0.10	0.15	0.15	0.18	0.20	0.24	0.18	0.19	0.20	0.20	0.26
Mangaratiba	0.08	0.07	0.06	0.08	0.07	0.08	0.10	0.12	0.08	0.12	0.10	0.12
Mesquita	0.00	0.33	0.47	0.38	0.48	0.50	0.70	0.76	0.82	0.79	0.81	0.85
Nilópolis	0.99	0.87	0.94	0.85	0.87	0.86	0.93	0.88	0.84	0.92	0.94	0.93
Nova Iguaçu	4.69	4.30	4.17	4.25	4.22	4.07	4.11	3.68	3.81	3.92	3.71	3.76
Queimados	0.43	0.53	0.51	0.53	0.54	0.49	0.52	0.54	0.53	0.51	0.55	0.57
São João de Meriti	3.77	4.01	3.90	4.12	3.97	3.90	3.98	3.86	3.96	3.98	3.78	3.91
Seropédica	0.52	0.42	0.52	0.57	0.55	0.60	0.59	0.63	0.70	0.68	0.75	0.78
Eixo Norte	1.84	1.79	1.75	1.75	1.80	1.83	1.69	1.52	1.63	1.66	1.69	1.72
Guapimirim	0.46	0.41	0.45	0.46	0.47	0.52	0.46	0.40	0.38	0.48	0.50	0.47
Magé	1.38	1.37	1.30	1.29	1.32	1.30	1.23	1.12	1.25	1.18	1.19	1.25
Eixo Leste	12.96	12.82	13.27	13.52	13.24	13.57	13.87	14.16	14.39	14.92	14.80	14.93
Itaboraí	1.51	1.55	1.57	1.53	1.53	1.56	1.62	1.71	1.71	1.91	1.90	1.83
Maricá	0.56	0.60	0.60	0.64	0.66	0.65	0.63	0.79	0.82	0.86	0.83	0.86
Niterói	4.94	4.76	4.91	5.02	4.71	4.86	4.85	4.78	4.97	5.01	4.96	4.83
São Gonçalo	5.81	5.77	6.03	6.15	6.14	6.30	6.56	6.63	6.65	6.90	6.85	7.15
Tanguá	0.14	0.14	0.16	0.18	0.19	0.21	0.21	0.25	0.25	0.23	0.25	0.26
Região metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Ao analisar a tabela acima, podemos perceber que embora a metrópole mantenha um alto grau de concentração das unidades locais da indústria na região metropolitana, temos claramente uma desconcentração da localização das unidades locais na indústria. A metrópole apresenta uma clara tendência de redução na participação, que cai de cerca de 64% em 2000 para cerca de 61% em 2010. É importante lembrar que estamos num contexto de recuperação econômica, em que o número de unidades locais na indústria tende a aumentar, em termos absolutos, em todos os municípios metropolitanos, inclusive na metrópole. Portanto a desconcentração industrial, associada à dispersão metropolitana na região metropolitana do Rio de Janeiro, não se dá pelo fechamento de unidades industriais que se transferem para outros municípios metropolitanos, mas pelo fato de que o ritmo de surgimento de novas unidades locais é maior nos outros municípios metropolitanos do que na metrópole.

Justamente porque não há uma redução do número absoluto de unidades locais na indústria na metrópole, é que a intensidade da desconcentração industrial é bem menor do que seria se o surgimento de unidades locais na indústria fora da metrópole estivesse ligado tanto ao surgimento de novas unidades industriais quanto ao deslocamento de unidades industriais da metrópole. Se esse fosse o caso o ritmo da desconcentração seria bem mais intenso, mas uma vez que não há uma perda absoluta de unidades industriais na metrópole, associado a um processo de mudança locacional, o ritmo de desconcentração é bem menor.

Assim podemos afirmar que essa maneira como ocorre a desconcentração de unidades industriais na região metropolitana, com aumento dos números absolutos de unidades locais na indústria em todos os municípios mais com um ritmo de crescimento menor na metrópole é também uma especificidade do processo de dispersão metropolitana no Rio de Janeiro. Não se trata de uma desconcentração industrial maciça, mas que ainda sim é notável considerando o histórico de concentração econômica na metrópole. Esse histórico de concentração de população, atividades econômicas, infraestrutura e recursos públicos na metrópole, estimula a realimentação desse processo, entre outros aspectos pelo diferencial de infraestrutura presente na metrópole e nos demais municípios metropolitanos levando a que o processo de dispersão metropolitana, ao se desenvolver nessa região assuma aspectos particulares. Não podemos deixar de apontar também como uma explicação para essa tímida desconcentração industrial, o fato do município do Rio de Janeiro, na qual se localiza a metrópole, possuir uma grande extensão territorial, que corresponde a cerca de 20% da área total da região metropolitana. Por possuir um território muito extenso, o município do Rio de Janeiro ainda dispõe de uma grande quantidade de áreas com boas condições para o desenvolvimento de atividades industriais.

Quando analisamos o comportamento dos municípios percebemos que em contraposição á queda da metrópole temos um aumento da participação nos municípios dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, dois dos municípios com economia mais importante dentro da região metropolitana depois da metrópole. Os demais municípios não apresentam uma significativa tendência de aumento ou redução na participação, sendo que Nova Iguaçu e Niterói, os outros dois municípios que se destacam dos demais por sua importância econômica e demográfica tiveram

redução na sua participação. Portanto associado à dispersão metropolitana, temos o que poderíamos chamar de desconcentração industrial altamente concentrada, uma vez que parece ter beneficiado apenas dois municípios metropolitanos.

Assim, além de limitada em seu ritmo e intensidade, a desconcentração industrial é altamente concentrada espacialmente. Em relação aos eixos podemos notar novamente a maior importância do eixo oeste em relação ao eixo leste, enquanto o eixo norte tem até o momento uma importância marginal em relação às atividades industriais na região metropolitana. Tanto no eixo leste quanto no eixo oeste percebemos um forte crescimento na participação, sendo que no eixo leste esse ritmo de crescimento é menor. Nesse sentido os dados de unidades locais na indústria confirmariam a segunda hipótese, por mais que a o ritmo e a intensidade da desconcentração industrial não sejam tão intensas. Vejamos agora, a tabela 14, com os dados de unidades locais na atividade de serviços no sentido de confirmar essa hipótese:

Tabela 14: Participação no total de unidades locais nas atividades de serviços, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2011

Áreas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	79.62	79.49	79.43	79.23	78.91	78.72	78.61	78.49	78.13	77.87	77.51	77.07
Eixo Oeste	8.56	8.68	8.78	8.80	9.06	9.16	9.25	9.35	9.55	9.69	9.92	10.17
Belford Roxo	0.46	0.50	0.53	0.52	0.54	0.59	0.60	0.60	0.61	0.61	0.64	0.68
Duque de Caxias	2.56	2.55	2.59	2.59	2.71	2.78	2.79	2.85	2.95	3.01	3.07	3.11
Itaguaí	0.40	0.46	0.42	0.43	0.45	0.46	0.47	0.48	0.52	0.53	0.54	0.56
Japeri	0.08	0.05	0.06	0.06	0.06	0.06	0.07	0.07	0.07	0.07	0.08	0.08
Mangaratiba	0.19	0.21	0.22	0.22	0.24	0.23	0.26	0.24	0.25	0.24	0.24	0.25
Mesquita	0.00	0.13	0.16	0.17	0.18	0.20	0.23	0.23	0.26	0.27	0.29	0.31
Nilópolis	0.65	0.67	0.66	0.66	0.67	0.67	0.63	0.64	0.64	0.65	0.66	0.69
Nova Iguaçu	2.66	2.55	2.52	2.53	2.55	2.52	2.53	2.56	2.56	2.59	2.67	2.68
Queimados	0.22	0.23	0.24	0.22	0.23	0.22	0.24	0.23	0.23	0.23	0.24	0.27
São João de Meriti	1.26	1.30	1.31	1.29	1.33	1.30	1.32	1.34	1.34	1.36	1.34	1.35
Seropédica	0.08	0.04	0.09	0.10	0.10	0.13	0.13	0.12	0.12	0.14	0.14	0.17
Eixo Norte	0.59	0.63	0.65	0.69	0.65	0.68	0.67	0.64	0.63	0.66	0.66	0.70
Mage	0.48	0.50	0.52	0.53	0.51	0.53	0.51	0.49	0.48	0.50	0.50	0.53
Guapimirim	0.12	0.13	0.13	0.15	0.14	0.15	0.16	0.15	0.15	0.16	0.16	0.16
Eixo Leste	11.23	11.20	11.13	11.28	11.38	11.44	11.47	11.52	11.68	11.78	11.91	12.07
Itaboraí	0.45	0.47	0.47	0.48	0.49	0.53	0.54	0.57	0.57	0.61	0.67	0.72
Maricá	0.35	0.36	0.37	0.38	0.39	0.41	0.43	0.44	0.46	0.50	0.52	0.56
Niterói	7.69	7.63	7.51	7.63	7.64	7.61	7.63	7.64	7.77	7.71	7.68	7.66
São Gonçalo	2.70	2.70	2.74	2.74	2.81	2.85	2.81	2.82	2.83	2.91	2.97	3.06
Tanguá	0.04	0.04	0.05	0.04	0.04	0.05	0.05	0.05	0.05	0.06	0.07	0.08
Região metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

O grau de concentração das atividades de serviços é extremamente elevado na metrópole, concentração muito maior do que em relação a todas as atividades econômicas ou mesmo considerando apenas as unidades locais da indústria. Como vimos a metrópole concentra cerca de 70% do total de unidades locais, cerca de 61% das unidades locais na indústria em 2011 e cerca de 77% das unidades locais nas atividades de serviços em 2011. Esse elevado grau de concentração demonstra claramente que a metrópole continua sendo o mais importante centro de oferecimento de serviços, com certeza não apenas para os moradores da metrópole, mais também para toda a região metropolitana e mesmo em alguns casos para outros locais fora da região metropolitana.

No entanto podemos notar uma pequena desconcentração das atividades de serviços ao longo do período sendo que a metrópole concentra pouco mais de 79% das unidades locais na atividade de serviços em 2000 e cerca de 77% em 2011. Isto

ocorre a despeito do fato de que houve um grande aumento, em termos absolutos, do número de unidades locais nas atividades de serviços na metrópole. Em 2000 a metrópole apresentava um total de 63.930 unidades locais enquanto em 2011 temos um total de 77.127 unidades locais nas atividades de serviços, um crescimento de 13197 unidades. No entanto como o ritmo de crescimento fora da metrópole foi ainda maior tivemos uma ligeira redução na participação da metrópole.

Vários municípios apresentaram tendência de aumento de participação, sendo que essa tendência foi mais forte nos municípios de Duque de Caxias e São Gonçalo. Em relação aos eixos a tendência de crescimento foi maior no eixo oeste do que no eixo leste enquanto no eixo norte não há uma clara tendência de crescimento. Como explicar a variação dos dados apresentados sem abandonar completamente a hipótese que até aqui se mostrou mais acertada, a de que junto com a dispersão metropolitana, temos um processo de desconcentração econômica, principalmente em relação às atividades industriais, enquanto outras atividades, principalmente as atividades de serviços passam a estar concentradas na metrópole?

Em um primeiro plano podemos apontar que o grau de concentração das atividades de serviços, muito maior que o grau de concentração do total das unidades locais ou das unidades locais da indústria, é por si só uma clara evidência do forte papel terciário que tem assumido a metrópole, dentro de um contexto de dispersão metropolitana. Mas essa é uma explicação importante mais insuficiente: para compreender melhor esses dados precisamos entender que aquilo que aparece na tabela como atividades de serviços possuem uma grande heterogeneidade interna, sendo que cada segmento das atividades de serviços tem uma dinâmica muitas vezes distinta.

Quando pensamos nas atividades de serviços uma clivagem fundamental para explicar os dados apresentados acima é a divisão entre serviços pessoais e serviços corporativos. O primeiro tipo de atividades de serviços são aqueles voltados para o atendimento de pessoas ou famílias e podem envolver mão de obra com baixa qualificação, caso dos serviços de cabeleireiro ou oficinas mecânicas, ou com alta qualificação, como ocorre com médicos e dentistas. Normalmente os serviços pessoais têm sua expansão diretamente ligada à disponibilidade de renda da população, e num contexto de recuperação econômica e crescimento da renda dos

trabalhadores, temos plenas condições de expansão dessas atividades de serviços em todos os municípios metropolitanos. Os serviços corporativos, por outro lado, são aqueles voltados para o atendimento das necessidades das empresas, geralmente utilizando mão de obra com alta qualificação, tendo como exemplo os serviços de consultoria e contabilidade, por exemplo. Os serviços corporativos tendem a ter um maior grau de concentração espacial, uma vez que tem, segundo Sassen (1998), uma característica sistêmica, ou seja, para o atendimento dos interesses das empresas, normalmente é necessária utilização de diferentes serviços em conjunto, o que favorece a concentração desses serviços em poucos centros urbanos que reúnem condições para a concentração deles.

Assim uma possível explicação para os dados acima, condizente com a segunda hipótese, é a de que temos uma expansão das atividades de serviços pessoais em toda a região metropolitana, acompanhando o movimento de recuperação econômica e o aumento da renda dos trabalhadores enquanto os serviços corporativos permanecem concentrados na metrópole. No entanto como as atividades de serviços pessoais tem uma capacidade de expansão maior, temos como resultado uma ligeira desconcentração das atividades de serviços na metrópole. No sentido de concluir se o comportamento distinto dos serviços pessoais ou corporativos é válido ou não como explicação para o comportamento dos dados do setor de serviços, analisaremos o desenvolvimento de dois tipos de serviços, um tipicamente voltado a empresas, no caso as agências de publicidade, e outro tipicamente voltado para as pessoas e famílias, no caso serviços de cabeleireiro e outros tratamentos de beleza, cujos dados estão presentes nas tabelas 15 e 16.

Tabela 15: número unidades locais publicidade, Município do Rio de Janeiro e o conjunto dos demais municípios metropolitanos, 2000 - 2011

Áreas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	486	476	481	468	464	467	492	480	501	515	517	566
%	92.22	91.19	90.58	90.70	89.23	88.78	90.44	90.06	91.93	91.47	89.76	88.99
Demais municípios	41	46	50	48	56	59	52	53	44	48	59	70
%	7.78	8.81	9.42	9.30	10.77	11.22	9.56	9.94	8.07	8.53	10.24	11.01
Total	527	522	531	516	520	526	544	533	545	563	576	636

Tabela 16 : Número unidades locais cabeleiros e outros tratamentos de beleza, Município do Rio de Janeiro e o conjunto dos demais municípios metropolitanos, 2000 – 2011

Rio de Janeiro	1881	1961	2044	2116	2164	2238	2246	2312	2422	2531	2754	2921
%	84.54	84.64	84.12	84.20	84.10	84.58	83.65	83.08	82.89	82.52	81.65	79.81
Demais municípios	344	356	386	397	409	408	439	471	500	536	619	739
%	15.46	15.36	15.88	15.80	15.90	15.42	16.35	16.92	17.11	17.48	18.35	20.19
Total	2225	2317	2430	2513	2573	2646	2685	2783	2922	3067	3373	3660

Fonte: Rais – MTE. Dados da classe da CNAE. Elaborado pelo autor

O nível de concentração dos serviços de publicidade atinge um grau extremo na metrópole, muito maior que os dos serviços em geral, como pode se ver na tabela. Esse grau extremo de concentração e o fato de que o crescimento do número de unidades se dá predominantemente na metrópole deixa claro que ela é o principal centro para o desenvolvimento desse tipo de atividade. Embora, associado ao contexto de recuperação econômica e dispersão metropolitana, tenhamos um aumento do número de unidades locais em publicidade fora da metrópole, o grau de concentração dessa atividade na metrópole leva a concluir que é na metrópole que temos as condições ideais para o desenvolvimento dessa atividade.

Em relação às unidades locais nos serviços de cabeleireiro e outros tratamentos de beleza, temos também um alto grau de concentração na metrópole, o que pode ser explicado por dois motivos: primeiro como os dados incorporam apenas os estabelecimentos oficiais e que possuem funcionários, há que se supor que o número real de estabelecimentos, principalmente fora da metrópole, onde o grau de informalidade é normalmente maior, é bem superior ao informado na tabela; em segundo lugar a metrópole por concentrar um grande contingente populacional, e principalmente, boa parte da população com mais alta renda, é obviamente o maior mercado para esse tipo de serviço. No entanto podemos perceber que não apenas o grau de concentração dessa atividade é menor na metrópole do que em relação aos demais municípios como também esse grau de concentração tem diminuído mais fortemente no período, uma vez que o ritmo de aumento do número de unidades nesse serviço fora da metrópole tem sido maior que na metrópole.

A partir dos dados até aqui levantados pudemos caracterizar a dispersão metropolitana no Rio de Janeiro em relação às mudanças na forma metropolitana, bem como em relação à desconcentração econômica associada a essa dispersão. Em relação a essa desconcentração econômica uma atividade é especialmente importante, uma vez que essa atividade está diretamente ligada à produção do espaço metropolitano e ao processo de dispersão metropolitana: trata-se da produção imobiliária. Essa atividade econômica é diretamente responsável pela produção do espaço metropolitano, sejam daquelas unidades habitacionais produzidas por empresas capitalistas como meio de valorização do capital sejam das unidades produzidas pelos próprios moradores a partir da autoconstrução bem como aquelas produzidas em outras formas de produção como a partir das cooperativas habitacionais, além das unidades produzidas para fins comerciais e industriais. O mercado imobiliário, que é um resultado direto da produção imobiliária atual e do passado é um mercado pouco transparente no qual as informações muitas vezes são difíceis de se conseguir ou mesmo inacessíveis. No entanto, em relação à dispersão metropolitana, nos interessa muito mais a produção imobiliária em si do que o mercado imobiliário ou o processo de aumento dos preços da terra dele derivado.

A produção imobiliária se refere, em parte, a produção realizada por empreiteiras, construtoras, incorporadoras e agentes afins, seja de moradias ou de imóveis para uso comercial ou industrial bem como da produção realizada para o consumo dos próprios moradores. Essa parte da produção imobiliária, portanto, tem sua produção voltada para o mercado, e, portanto depende de financiamento, tanto para a realização da obra quanto para a compra das unidades pelos compradores. Essa produção é realizada por agentes sociais denominados promotores imobiliários, que incluem empresas construtoras, incorporadoras e outras empresas que prestam serviços de apoio à atividade produtiva, como empresas de *marketing* ou de engenharia (CORREA, 1995).

Não cabe nesse trabalho nos aprofundarmos no detalhamento do funcionamento da parte da produção imobiliária realizada a partir da atuação dos promotores imobiliários, mas é importante compreendermos que a produção imobiliária é algo distinto do mercado imobiliário, uma vez que devido à durabilidade das formas envolvidas na produção imobiliária o mercado imobiliário é composto não

apenas pelas formas resultantes da produção imobiliária atual, mas também pelas formas resultantes da produção imobiliária realizada no passado. Embora não seja necessariamente predominante do ponto de vista quantitativo, a parte da produção imobiliária cuja produção é voltada diretamente ao mercado tem uma importância crucial na precificação da terra na região metropolitana, estando diretamente relacionada com o desenvolvimento da atividade da construção civil.

Assim logicamente deveríamos acreditar que com a dispersão metropolitana, também haja uma desconcentração da produção imobiliária, especialmente daquela parte cuja produção está voltada ao mercado, que passaria a se dar com mais intensidade em outros municípios metropolitanos. Nesse sentido para aferir uma possível desconcentração da produção imobiliária utilizaremos como indicador o número de unidades locais na construção civil. Uma vez que a unidade local na indústria de construção civil corresponde à obra, o número dessas unidades pode ser tomado como um excelente indicador da intensidade da produção imobiliária voltada ao mercado na região metropolitana do Rio de Janeiro. A tabela 17 apresenta as informações sobre as unidades locais na construção civil:

Tabela 17: Unidades locais indústria da Construção Civil, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000-2011

Áreas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	71.55	71.68	71.31	70.73	70.07	68.96	69.32	70.79	68.95	69.08	67.48	66.83
Eixo Oeste	15.57	15.64	16.06	16.33	17.21	18.26	17.70	16.93	17.34	18.10	19.57	20.47
Belford Roxo	1.30	1.15	0.95	1.16	1.32	1.49	1.74	1.60	1.71	1.45	1.95	2.10
Duque de Caxias	4.43	4.54	4.54	5.23	5.70	5.71	5.48	5.22	5.06	5.67	5.53	5.41
Itaguaí	0.98	1.13	0.72	0.97	1.05	1.28	1.24	1.01	1.09	1.08	1.20	1.25
Japeri	0.18	0.16	0.27	0.12	0.37	0.36	0.23	0.20	0.21	0.24	0.23	0.23
Mangaratiba	0.21	0.25	0.29	0.41	0.54	0.70	0.43	0.34	0.43	0.52	0.50	0.52
Mesquita	0.00	0.25	0.23	0.17	0.15	0.23	0.38	0.34	0.46	0.56	0.58	0.83
Nova Iguaçu	3.81	3.43	3.77	3.17	3.47	3.62	3.48	2.83	2.96	2.84	3.62	3.81
Queimados	0,27	0.29	0.41	0.31	0.37	0.36	0.33	0.39	0.80	0.76	0.66	0.88
São João de Meriti	1.90	1.87	2.15	2.06	1.54	1.59	1.49	1.67	2.05	2.06	1.87	1.87
Seropédica	0.43	0.23	0.38	0.39	0.42	0.42	0.48	0.66	0.66	0.63	0.62	0.62
Eixo Norte	1.16	1.17	1.17	1.16	1.15	1.28	1.21	1.33	0.96	1.15	1.41	1.47
Guapimirim	0.37	0.41	0.41	0.29	0.37	0.31	0.15	0.15	0.14	0.11	0.17	0.23
Mage	0.80	0.77	0.77	0.87	0.78	0.96	1.06	1.18	0.82	1.04	1.23	1.24
Eixo Leste	13.72	13.85	13.80	14.10	13.86	14.00	14.19	13.61	14.67	13.96	14.36	14.17
Itaboraí	1.26	1.44	1.27	1.16	1.12	0.99	0.86	1.03	1.80	1.73	1.52	1.55
Maricá	0.46	0.54	0.61	0.61	0.42	0.42	0.56	0.57	0.50	0.54	0.64	0.57
Nilópolis	0.78	0.68	0.66	0.75	0.86	0.91	0.86	0.76	0.68	0.78	0.94	0.92
Niterói	7.49	7.40	7.55	7.78	7.68	7.79	7.85	7.65	7.68	6.49	6.98	6.38
São Gonçalo	3.63	3.63	3.59	3.66	3.64	3.60	3.84	3.40	3.69	4.09	3.93	4.56
Tanguá	0.11	0.16	0.14	0.15	0.15	0.29	0.23	0.20	0.32	0.32	0.35	0.20
Região metropolitana	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Podemos notar pela análise da tabela que a desconcentração econômica na construção civil foi muito mais intensa do que nos outros setores econômicos analisados. Novamente temos que ressaltar que esse é um período de recuperação econômica em que o número de unidades locais na construção civil tende a aumentar em todos os municípios inclusive na metrópole, no qual o número de unidades locais na construção civil aumentou de 3133 em 2000 para 4003 em 2010. O que ocorre é o que ritmo de crescimento nos outros municípios metropolitanos é maior do que na metrópole. No entanto na construção civil o ritmo da desconcentração é muito mais intenso o que significa que a produção imobiliária nesse período teve um ritmo de crescimento muito maior fora da metrópole. Esse processo de desconcentração está diretamente relacionado ao programa governamental Minha Casa Minha Vida, que tem sua produção concentrada nas regiões metropolitanas.

Ocorre que a produção imobiliária na atualidade está diretamente ligada à dispersão metropolitana que acontece, na escala da região metropolitana, a partir da produção de áreas urbanizadas descontínuas, e na escala de cada área urbanizada descontínua, a partir da produção de enclaves diretamente pelos promotores imobiliários e de outras formas de urbanização. Portanto, a dispersão metropolitana está diretamente ligada à produção imobiliária, que se efetiva a partir da ação dos promotores imobiliários que atuam na produção de enclaves e de outros agentes, produção essa que tem como resultado conjunto a produção de áreas urbanas descontínuas, e a partir da produção de um conjunto de áreas urbanas descontínuas temos a produção da região metropolitana dispersa.

Assim podemos afirmar que a produção da região metropolitana dispersa se dá a partir de três escalas distintas, todas diretamente relacionadas com a ação dos promotores imobiliários a partir da produção imobiliária: uma primeira escala, micro, refere-se à produção dos enclaves diretamente a partir da ação dos promotores imobiliários; uma segunda escala, meso, se refere a produção de áreas urbanizadas descontínuas a partir da atuação de vários promotores imobiliários distintos e também pela produção de imóveis realizada por outros agentes incluindo a produção de moradias via autoconstrução; uma terceira escala, macro, se refere a produção da região metropolitana dispersa como resultado conjunto da produção de um grande número de áreas urbanizadas descontínuas.

Assim sendo a intensificação da produção imobiliária fora da metrópole é tanto um indicativo de uma desconcentração econômica nesse setor como uma forte evidência da ocorrência da dispersão metropolitana nessa região. Uma vez que a produção imobiliária na atualidade está diretamente ligada à dispersão metropolitana, e a medida que essa produção passa a estar mais fortemente presente em outros municípios metropolitanos, temos que concluir que também a dispersão metropolitana tende a avançar nesses municípios.

Em relação aos municípios temos que a tendência de crescimento é mais forte naqueles municípios que após a metrópole, são os que mais concentram população e atividades econômicas: Duque de Caxias; Nova Iguaçu e São Gonçalo. Interessante o fato de que o município de Niterói, que juntamente com os três acima mencionados representam o grupo de municípios mais importante economicamente e demograficamente depois da metrópole, não apresenta tendência de aumento na

participação no número de unidades na construção civil, talvez porque a produção imobiliária neste município está muito relacionada com a produção imobiliária na metrópole. Temos uma tendência de aumento em todos os eixos, sendo que o aumento é maior no eixo leste e menor no oeste, como ocorre nas outras atividades econômicas anteriormente analisadas.

A partir dos dados até aqui analisados podemos em conjunto com os elementos conceituais relacionados ao processo de dispersão metropolitana, traçar um perfil do processo de dispersão metropolitana no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar temos uma fragmentação do tecido metropolitano, que denominamos nesse trabalho, a partir da discussão do capítulo 1 de área metropolitana. Essa fragmentação da área metropolitana se dá a partir da produção e expansão de áreas urbanizadas descontínuas que tornam a forma da região metropolitana cada vez mais fragmentada e dispersa. Nesse sentido a expansão territorial em uma região metropolitana dispersa se dá a partir da produção de áreas urbanas descontínuas sendo que a inclusão de novas áreas a dinâmica metropolitana não tende necessariamente a estimular a produção do espaço em direção a essas áreas como ocorria na região metropolitana compacta.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro essa fragmentação e dispersão da área urbanizada ocorre sem que os eixos de expansão territorial, forma histórica a partir do qual se deu a expansão territorial e a constituição da região metropolitana, seja completamente subvertida embora o surgimento de áreas urbanizadas descontínuas entre os eixos possa no futuro levar a que os eixos deixem de ser válidos para a compreensão da forma da região metropolitana do Rio de Janeiro. A partir disso, os limites da região metropolitana tornam se mais difíceis de serem identificados, pelos menos a nível da paisagem, uma vez temos a produção de áreas urbanas descontínuas em relação ao tecido metropolitano, assim como a integração de uma área urbana a dinâmica metropolitana pode se dar sem que haja uma tendência clara de expansão territorial em direção a essa área.

A partir dessa dificuldade é que buscamos uma delimitação da região metropolitana com base em um estudo do IPEA (2013), que utiliza uma série de indicadores para identificar a integração dos municípios a dinâmica metropolitana em cada região metropolitana do país. Uma vez que a forma da região metropolitana se torna cada vez mais fragmentada, descontínua e dispersa a melhor maneira de

identificar os limites de uma região metropolitana é a partir da integração dada pelos diferentes fluxos que perpassam essa região metropolitana. Assim a integração espacial se torna muito mais importante para a delimitação da região metropolitana do que a expansão territorial, uma vez que esta passa a se dar de forma cada vez mais fragmentada e descontínua. E como consequência disso torna-se cada vez mais difícil identificar os limites dessa região a partir da paisagem.

Dentro de cada área urbanizada descontínua e na região metropolitana como um todo, a produção imobiliária a partir do setor imobiliário se dá basicamente a partir da produção de enclaves, que são produzidos como empreendimentos imobiliários e são caracterizados como enclaves justamente pela possibilidade de terem características distintas do entorno, tanto do ponto de vista dos grupos sociais que ocupam esses enclaves, no caso de empreendimentos residenciais, quanto funcionalmente, no caso de empreendimentos comerciais ou industriais. Como vimos, o período analisado é marcado por uma intensificação da produção imobiliária e uma forte desconcentração dessa produção que passa a estar mais fortemente presente nos outros municípios metropolitanos. Como consequência disso há também uma dificuldade de identificar os limites internos da região metropolitana do Rio de Janeiro, uma vez que a partir da produção de enclaves uma mesma área pode ter formas com aspectos, funções e conteúdos completamente distintos.

Além disso, a produção de enclaves passa a se dar de forma mais intensa nesses outros municípios o que contribui para a intensificação da produção de áreas urbanizadas descontínuas e como consequência a fragmentação e dispersão da forma da região metropolitana do Rio de Janeiro. Associada a dispersão metropolitana ocorre também um processo de desconcentração das atividades econômicas na metrópole nesse período. Esse processo não tem um ritmo tão intenso uma vez que se dá pelo ritmo maior de crescimento do número de unidades locais fora da metrópole, e não por uma mudança de localização dessas unidades, ou seja, o fechamento de unidades na metrópole e sua transferência para outros municípios.

Assim e isso é sem dúvida uma especificidade da região metropolitana, a dispersão metropolitana ocorre nessa região mantendo um elevado grau de concentração de atividades econômicas na metrópole, uma vez que não temos em

nenhuma das atividades analisadas, uma tendência de transferência de localização dessas atividades da metrópole para outros municípios metropolitanos. No entanto, essa desconcentração tende a continuar embora em um ritmo menor do que ocorreria se acontecesse a partir de uma transferência de localização e não por um ritmo maior de crescimento do número de unidades fora da metrópole, como é o que efetivamente ocorre na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Então a partir da dispersão metropolitana e de todas as transformações a ela associadas podemos afirmar que temos uma mudança na forma de produção do espaço metropolitana, que é justamente aquilo que denominamos reestruturação espacial. A questão é em que sentido a dispersão metropolitana representa uma mudança na forma de produção do espaço metropolitano e conseqüentemente uma reestruturação espacial. Uma forma de produção do espaço metropolitano representa um padrão histórico de metropolização associado às demandas do capitalismo em um período específico. Essa forma de produção está diretamente ligada às formas, funções e estruturas espaciais produzidas que são tanto a condição como o resultado de uma forma de produção do espaço metropolitano.

Envolvem ainda a maneira como se dá a produção imobiliária e a atuação dos promotores imobiliários e as tendências de concentração e desconcentração das atividades econômicas entre inúmeros outros aspectos. Como dever ter ficado claro até aqui a transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro de compacta em dispersa representa uma clara ruptura na forma de produção do espaço metropolitano associada à região metropolitana compacta e sua substituição por um novo padrão a partir de sua transformação em uma região metropolitana dispersa.

Em primeiro lugar a dispersão da região metropolitana do Rio de Janeiro representa uma radical transformação na maneira como as estruturas, formas e funções metropolitanas são produzidas nessa região, já que em uma região metropolitana dispersa, a produção de formas, funções e estruturas espaciais tem de ser compatível com essa dispersão e assim sendo devem ser produzidas de modo distinto da maneira como esses elementos eram produzidos no momento em que a região metropolitana do Rio de Janeiro se configurava como uma região compacta.

Em relação às estruturas espaciais, percebem-se sensíveis mudanças no sentido de adaptar essas estruturas a dinâmica da região metropolitana dispersa. Um exemplo, que podemos retomar a partir da discussão do capítulo 1.3, se refere à

malha viária da região metropolitana, uma estrutura que sofre sensíveis alterações a partir de uma série de investimentos, em especial, o arco metropolitano. O arco metropolitano pode ser visto tanto como consequência da dispersão metropolitana, como um facilitador desse processo. Consequência uma vez que é um investimento que se dá no sentido de fomentar a desconcentração econômica e populacional associada à dispersão metropolitana que já vinha ocorrendo e facilitador uma vez que cria um novo eixo a partir do qual poderá se dar a expansão territorial e integração espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em relação às formas a principal mudança está relacionada ao fato de que a produção imobiliária produzida pelo setor imobiliário passa a ter um raio de atuação maior dentro da região metropolitana, como vimos a partir dos dados de unidades locais na construção civil, e que essa produção passa a se dar a partir de enclaves. Esses enclaves representam uma novidade, uma vez que são formas que são produzidas sem a necessidade de uma continuidade em relação ao entorno no qual esses enclaves são produzidos, além de serem produzidos como empreendimentos imobiliários. Embora sejam produzidos como empreendimentos imobiliários, em uma escala bastante restrita em comparação com a da região metropolitana, a produção os enclaves está relacionada com produção de áreas urbanizadas descontínuas e em outra escala com a produção de uma região metropolitana dispersa.

Em relação às funções, a principal transformação está relacionada aquilo que poderíamos denominar de reconfiguração da centralidade metropolitana, que significa um rearranjo da maneira como as funções centrais são distribuídas entre os municípios metropolitanos. Basicamente o que ocorre é uma redistribuição das funções centrais entre os municípios metropolitanos que leva a que alguns deles passem a assumir funções que antes estavam concentradas na metrópole. Essa última mudança é considerada no presente trabalho outro elemento crucial da reestruturação espacial e será melhor discutida na parte III desse trabalho a seguir.

BIBLIOGRAFIA.

- ASCHER, F. **Metapolis ou l'avenir de lãs viles**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAPEL, H. Redes, chabolas y rascacielos las transformaciones físicas y la planificación in las areas metropolitanas. **Coleção mediterrâneo economico “ciudad, arquitetura y espacio urbano”**, 2003.
- CORRÊA R. L. Sobre agentes sociais escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, A.F; SOUZA, M.L; SPOSITO M.E.B. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- GOTTMAN, J. **Megalopolis: the urbanized northeastern seabord of United States**. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.
- GRANT, J. L; ROSEN, G. Armed compounds and broken arms: the cultural production of gated communities. **Annals of Association of American Geographers**, vol 3, n 99, p 575-589, 2009.
- IPEA. Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critério da década de 1970. **Texto para discussão nº 1860**, Rio de Janeiro, ago. 2013.
- LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n 120, p 133-148, jan/jun 2011.
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, nº 39, Maio de 2008.
- LENCIONI, S. Urbanização difusa e constituição de megarregiões: o caso de São Paulo Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 6, set. 2015.
- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPR, 2009.

- PEREIRA, P. C. X. São Paulo: globalización y transición metropolitana. **Scripta Nova**, Barcelona, vol XII, nº 270, 1 de agosto de 2008.
- RIBEIRO JÚNIOR, S. C. T. Reestruturação metropolitana na Amazônia Oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **Revista GeoUsp**, 2015.
- SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, ano III, n 4, jan/jun 1998.
- SANTOS, C. N. F. **Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1984.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Editora Stúdio Nobel, 1998.
- SCOTT, A. J; et all. Cidades-regiões globais. **Revista Espaço e debates**, ano XVII, nº 41, p 11-25, 2001.
- SILVA, O.T. **Centralidade e produção do espaço urbano em Alcântara – São Gonçalo, (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ, 2012.
- SOJA, E.W. Para Além da pós-metropolis. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, vol. 20, nº 1, jan/jun de 2013.
- VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

Parte 3: A reconfiguração da
centralidade na Região
Metropolitana do Rio de Janeiro.

3. O desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como região monocêntrica.

O objetivo desse capítulo é discutir o desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como uma região monocêntrica no sentido de contrapor esse desenvolvimento com a transformação dessa região em uma região policêntrica, transformação essa que como veremos, está diretamente associada à dispersão metropolitana e é outro elemento da reestruturação espacial. Para compreendermos o significado da monocentralidade precisamos discutir os conceitos de centro e centralidade, uma vez que a monocentralidade pode ser vista como uma forma, possível, de arranjo dos centros e da configuração da centralidade entre os municípios metropolitanos.

3.0.1. Centro e centralidade.

Nesse momento vamos utilizar uma ideia bem geral de centro e depois iremos nos aproximar do conceito de centro metropolitano que utilizaremos nesse trabalho. Temos em Cordeiro (1979, p 8) uma definição bastante simples, do que seria um centro, que acreditamos ser um bom ponto de partida para nossa discussão.

Objetivamos o estudo do centro, daquela parcela urbana cujo arranjo funcional de comércio a varejo, serviços e escritórios de interesse privado e público aparece num nível de intensidade e de forma tão compacta, como não ocorre em toda a extensa massa de edificações na metrópole.

Nesse trecho temos uma definição clássica do que seria um centro intrametropolitano, que, no entanto, traz elementos ainda válidos para a compreensão do que seria um centro hoje. Um centro, portanto, seria uma parcela urbana marcada por concentração de atividades comerciais e de serviços, atividades essas que servem uma área maior que seu entorno imediato. Essa concentração só é possível porque o centro possui uma boa infraestrutura, o que permite uma grande acessibilidade a essa área. Disponibilidade de infraestrutura e acessibilidade explicam o fato dessas parcelas urbanas tornarem se atraentes para o estabelecimento contínuo de atividades comerciais e de serviços. No entanto essa característica de local de concentração de atividades terciárias, foi historicamente produzida, como aponta Lefebvre (2004, p 22)

Houve uma época em que o centro das cidades era ativo e produtivo; portanto, popular. Além do mais, a cidade existia sobretudo como centro. O deslocamento dessa forma urbana começou por volta do fim do último século, chegando ao banimento de tudo que a população considerava de ativo e de produtivo para os arredores da cidade cada vez mais distantes. Podemos incriminar a classe dominante, mas é necessário lembrar que ela

apenas utilizou com habilidade uma tendência do urbano e das relações de produção. Seria possível manter as fábricas e as indústrias poluentes no interior das cidades?

Portanto por volta do final do século XIX o centro era um local de concentração de atividades econômicas variadas, inclusive atividades industriais. Nesse período o centro correspondia a uma boa parte das cidades que se começavam a se desenvolver em um ritmo mais acelerado, sendo que algumas dessas cidades iriam futuramente se constituir em metrópoles. Nesse sentido o centro concentrava as diferentes atividades produtivas que se desenvolviam no urbano, sendo tal condição uma herança histórica que as cidades trazem de momentos anteriores ao surgimento do capitalismo. O capitalismo irá subverter essa condição a partir de dois movimentos contraditórios e que conformam o centro e a centralidade a partir de então: por um lado as atividades industriais passam a se dar em uma escala muito maior, exigindo áreas enormes que não eram possíveis de ser encontradas nos centros; por outro lado às atividades comerciais vão se tornando cada vez mais importantes e independentes da atividade industrial necessitando de espaços apropriados para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que temos o desenvolvimento das atividades de serviços, sejam as atividades pessoais, sejam as de serviços corporativos, que se desenvolvem fortemente a partir da separação entre a produção industrial e a gestão. A partir desses movimentos surge o centro terciário, concentrador de atividades terciárias e do comando e gestão das atividades capitalistas.

À medida que o centro terciário, como exemplar de centro tipicamente capitalista é fruto de um processo histórico, não podemos ver em nenhuma hipótese o centro como algo independente dos processos que constantemente o produz e o reproduz. Nas palavras de Villaça (1998, p 238) “[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro”. Compreende-se, portanto, como centro uma parte do espaço urbano, que há algum tempo sofre a ação de forças centrípetas - do processo de centralização. Assim o centro não é algo dado, uma simples realidade material, mas o resultado de um contínuo e mutante processo de produção. Segundo Whitacker (2003, p 167):

Em diferentes concepções e menções ao centro urbano há, quase que automaticamente, uma identificação com convergência e/ou divergência. Ou seja, o centro organiza os deslocamentos e é ponto de articulação entre seus usos e os demais espaços da cidade. Os movimentos dos veículos e das pessoas convergem para ele, em determinados momentos do dia, e de lá partem, ordenando um movimento pendular que dota essa área de

conteúdos diferentes no decorrer de um único dia e lhe dá uma dupla característica de integração e dispersão.

Nesse sentido a ideia de centro está diretamente ligada com a convergência/divergência dos diferentes fluxos, que perpassam a região metropolitana ou outra área urbana e que convergem para essas parcelas urbanas denominadas centros. Nesse sentido os centros são uma forma de organização dos fluxos que se dá a partir da concentração de atividades terciárias em um local relativamente restrito espacialmente em relação a área na qual esse centro exerce sua centralidade. Em outras palavras um centro só pode exercer suas funções a partir de um certo nível de concentração de infraestrutura e atividades terciárias que é tanto resultado do processo histórico de centralização quanto condicionante da continuidade desse processo. Assim precisamos debater em primeiro lugar o processo histórico de surgimento de um centro capitalista e sua natureza, para em seguida discutir a relação entre centro e centralidade.

Colby (1958), cujo trabalho foi originalmente escrito em 1933, foi um dos primeiros autores a investigar as forças relacionadas com o processo de centralização que resulta no surgimento dos centros urbanos. O autor identifica forças centrífugas e centrípetas na organização do espaço urbano. As forças centrípetas são as que orientam as atividades e/ou as pessoas em direção ao centro, nas palavras do autor: “as forças centrípetas no desenvolvimento urbano focam se na zona central da cidade e como previamente afirmado a zona central é o centro de gravidade de toda a área metropolitana³⁰” (COLBY, 1958, p 287).

Isto posto, um centro seria o principal local de atuação das forças centrípetas, embora a princípio, o conceito possa ser usado para o estudo dos mais diversos fenômenos, pois muito dos exemplos dados pelo autor no texto, são da atuação das forças centrípetas em aglomerações industriais. Os elementos que comporiam as forças centrípetas, na visão do autor acima citado, seriam: atrativos do sítio (site attraction); conveniência funcional (functional convenience); o magnetismo funcional (functional magnetism); equação humana (human equation).

Tais elementos são fatores que explicam o surgimento de um centro em um local específico, ou seja, existem algumas condições que permitem que o processo de centralização ocorra em alguns locais específicos e são justamente essas condições o que segundo o autor comporiam a força centrípeta. Os atrativos do sítio

³⁰ The centripetal forces in urban development focus on the central zone of the city, and as previously stated the central zone is the center of gravity of entire metropolitan area.

são atrativos oferecidos pelas características do ambiente que podem favorecer a concentração de pessoas e atividades em uma dada localidade, assim, a proximidade com o mar e a existência de uma baía abrigada, pode favorecer a concentração de atividades portuárias e ferroviárias. A conveniência funcional advém do fato de que o centro é o ponto de convergência dos transportes tanto a nível intraurbano como intra-regional e muitas vezes extra-regional, o que significa que as atividades ali instaladas possuem uma acessibilidade não encontrada em outras áreas. O magnetismo funcional resulta da atração mútua entre diferentes funções concentradas em um centro: assim a concentração de lojas varejistas atrai outras lojas, a concentração de escritórios atrai mais escritórios etc. A equação humana estaria relacionada com os valores e significados atribuídos ao lugar, que pode levar as pessoas a sobrevalorizar a importância de morar próximo a um centro.

Tais elementos devem ser vistos apenas como exemplos de situações que criam condições para o início do processo de centralização em um lugar, sendo que não devem ser vistos como as únicas maneiras a partir do qual o processo de centralização pode ocorrer. Além disso, podemos também afirmar que a continuidade do processo de centralização depende de decisões tomadas pelos diferentes agentes ao longo da formação de um centro, que tanto podem reforçar ou reduzir a centralidade desse centro. Assim a ideia de força precisa ser relativizada uma vez que a centralização ou a descentralização são processos históricos, que se desenvolvem, a partir de certas condições, e evoluem em determinadas direções a partir dos interesses de diversos agentes que contribuem para a produção do centro. Nesse sentido tais ações estão constantemente reproduzindo e transformando o centro. E como todo movimento, a centralização e a descentralização, pode sempre aumentar ou diminuir de ritmo e mesmo rupturas são possíveis.

As forças centrífugas por outro lado são aquelas que impulsionam as atividades e/ou as pessoas para áreas afastadas do centro. As forças centrífugas têm um caráter duplo: são compostas por um lado de fatores de repulsão das atividades e/ou pessoas do centro; e por outro por fatores de atração das pessoas e/ou atividades para as áreas distantes desse centro. Segundo Corrêa (1995) entre os fatores que levam a repulsão das atividades do centro estão: aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis; congestionamento e alto custo do sistema de

transportes e comunicações; dificuldades de obtenção de espaço para expansão; restrições legais ao uso do espaço; ausência ou perda de amenidades.

Os fatores de atração das áreas periféricas são opostos aos expostos anteriormente: terras baratas, com baixo preço e impostos; facilidades de transporte, amenidades etc. As forças centrífugas estariam, portanto ligadas ao processo de descentralização. Esse caráter duplo das forças centrífugas indicam que elas podem ser tanto vistas como centrífugas, se estivermos analisando do ponto de vista do centro que sofre a descentralização, como podem ser vistas como forças centrípetas, se as analisarmos a partir do ponto de vista dos novos centros que se formam a partir das atividades que são deslocadas de outros centros. Portanto tanto as forças centrípetas quanto centrífugas são compostas por fatores que tem uma ação na direção contrária: os elementos das forças centrípetas estimulam a centralização enquanto os elementos das forças centrífugas estimulam a descentralização.

Assim podemos afirmar que um centro se forma, quando em uma área específica, seja qual for a escala considerada, surgem condições para que as forças centrípetas comecem a atuar no sentido de concentração de atividades comerciais e de serviços nessa área. Essa concentração continua ao longo do tempo até esse que esse centro atinja tal grau de concentração que começa a se manifestar uma descentralização e a formação de novos centros. Vejamos um pouco melhor como isso ocorre. Na parte final de seu texto, Colby, discute a questão do balanço entre forças centrífugas e centrípetas. Segundo o autor, em qualquer centro, as duas forças estariam sempre atuando e haveria um balanço entre elas. No início do processo de centralização em um determinado centro, as forças centrípetas sobrepõem em muito as forças centrífugas. Os terrenos ainda não são tão caros, a acessibilidade naquela área é máxima, assim como é nessa área que há melhor dotação de infraestrutura. Com o tempo, dependendo da forma e da intensidade do processo de centralização, as forças centrífugas começam a ganhar força: o preço dos terrenos aumenta, da mesma maneira, o preço dos impostos; os congestionamentos causam uma série de transtornos incluindo o aumento das despesas com transporte, etc.

A ideia de economias de aglomeração pode auxiliar nesse ponto, uma vez que a centralização pode ser vista como uma modalidade específica de economia de

aglomeração. Segundo Galinari, et all, (2007) as economias de aglomeração são um tema de intenso debate na economia regional e urbana. As origens desse conceito remontam ao trabalho de Marshall (1982) que aponta os efeitos positivos da aglomeração da indústria para essa atividade. Segundo esse autor os principais fatores que influenciam a formação das economias de aglomeração são: presença de um mercado de trabalhadores qualificado; presença de serviços à indústria e fornecedores qualificados e a presença de transbordamentos de conhecimentos e tecnologia entre as empresas industriais.

Existem três escalas importantes das economias de aglomeração, segundo Forchezato (2010, p 9): economias de escala internas a firma, são aquelas resultantes do aumento da escala de produção que levam a uma redução dos custos de produção; economias de escala externas a firma individual, mas internas a um conjunto de empresas de um determinado setor econômico, é o que ocorre quando, por exemplo indústrias de um mesmo ramo se beneficiam de uma mesma infraestrutura e de um mercado de trabalho qualificado disponível em uma área que concentra essas atividades, são denominadas economias de localização; o terceiro são as economias externas as firmas e mesmo ao conjunto de empresas de um setor econômico, são portanto, economias derivadas da aglomeração de um conjunto diversificado de atividades econômicas tanto pela utilização conjunta de infraestrutura, mercado de trabalho e mercado consumidor, quanto pelas interações que se estabelecem entre as empresas, são denominadas economias de urbanização.

Tanto as economias de escala, de localização e urbanização estão presentes no processo de centralização. As economias de escala estão presentes pois muitas vezes a ampliação do tamanho dos estabelecimentos comerciais ou de serviços gera ganhos para a empresa, sendo que o crescimento físico de uma firma presente no centro geralmente é indicativo de que ela esta tendo sucesso econômico. Por outro lado a economia de localização também está presente uma vez que a proximidade de empresas do mesmo setor dentro do centro pode beneficiar todas elas. Um exemplo pode ajudar a compreender esse aspecto: em um centro, temos uma rua com grande concentração de lojas de roupas femininas, essa concentração beneficia todas as lojas desse ramo varejista não apenas pelo compartilhamento da

infraestrutura mais porque essa especialização potencializa a procura por consumidores interessados nesse tipo de produto.

No entanto são as economias de urbanização as mais importantes para a compreensão do processo de centralização, uma vez que os centros se formam justamente pela diversificação das atividades econômicas e quanto mais diversificado as atividades presentes em um centro maior será a sua centralidade. Por outro lado as deseconomias de aglomeração se referem a uma situação na qual a aglomeração de atividades começa a se tornar um obstáculo à reprodução das atividades econômicas uma vez que esta concentração gera efeitos negativos, relacionados, por exemplo, a intensificação do tráfego e ao aumento dos impostos e do preço da terra, fatores que reduzem a lucratividades das firmas e estimulam a busca de novas alternativas de localização. O processo de descentralização seria uma modalidade de desconcentração a partir do efeito das deseconomias de aglomeração.

A ação dos fatores de repulsão, portanto, se intensifica até um ponto em que há uma ruptura, e que antes era economia de aglomeração, se torna deseconomia de aglomeração, pelo menos para algumas atividades econômicas. Nesse momento, a possibilidade de mudança de localização torna-se uma opção viável, desde que haja outras áreas com fatores de atração intensos o suficiente para atrair as empresas que planejam mudar de localização. No entanto, como demonstra Haig (1926) o processo de descentralização se dá de forma bastante diferenciada, seja entre os setores econômicos (primário, secundário e terciário), entre empresas de porte de capital distinto (grandes, pequenas e micro empresas) e até mesmo se considerarmos funções diferentes dentro de uma mesma empresa.

Contudo, não podemos deixar de ressaltar que o trabalho de Colby, precisa ser criticado, pois está baseado em uma visão bastante tradicional de espaço, que é visto apenas como um receptáculo, e não como fruto de uma produção social, sendo que as forças centrípetas e centrífugas parecem emergir naturalmente do espaço. Assim precisamos reafirmar que o centro é uma produção social e que as forças centrípetas e centrífugas são o resultado da ação concreta e convergente de diversos agentes sociais que produzem essas forças. É a ação convergente de diferentes agentes sociais, como promotores imobiliários, poder público, empresas comerciais e de serviços, que a partir de suas ações, ações essas que embora

sejam muitas vezes independentes uma das outras são convergentes espacialmente, permitem o surgimento de um centro. Apesar disso não podemos deixar de acentuar que assim como Gotman em relação a dispersão metropolitana, Colby é uma referência importante e pioneira para a discussão sobre a relação centro e centralidade. Uma prova disso é que Giuliano; Smaill (1991, p 2) mesmo sem citar esse autor fazem uma discussão sobre a descentralização atual, associada a reestruturação espacial, praticamente nos mesmos termos que Colby:

A análise empírica dos subcentros de emprego podem iluminar essas forças, as quais, sumariamente, criam um conflito entre economias de aglomeração e congestionamento. Quando os efeitos do congestionamento da aglomeração central tornam-se suficientemente altos, algumas atividades tendem a se descentralizar, ou seja, se realocar fora da área central³¹.

Como se vê a discussão feita pelos autores sobre a descentralização metropolitana na atualidade é feita a partir de conceitos muito semelhantes aos utilizados por Colby, e que também são denominadas de forças. A primeira força, que os autores denominam economias de aglomeração se refere aos fatores que condicionam a concentração de atividades nos centros sendo, portanto bastante similar ao conceito de forças centrípetas, enquanto o conceito de congestionamento, termo que talvez não seja o mais adequado para explicar a complexidade da descentralização, é bastante similar ao de forças centrífugas. O fato de ideias bastante similares as de Colby serem utilizadas para a compreensão da descentralização metropolitana e da formação de regiões metropolitanas policêntricas na atualidade é uma prova da importância do trabalho desse autor.

O centro é, portanto, uma parcela do espaço com características muito particulares. Sobre a natureza dos centros, temos em Lefebvre (1999, p 44) uma importante contribuição, ao afirmar que:

O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra; produtos da indústria; obras humanas, objetos e instrumentos, obras e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é será, concentrado e poli (multi)cêntrico.

³¹ Empirical analysis of employment subcenters can illuminate these economic forces, which, briefly stated, create a conflict between agglomeration economies and congestion. When the congestion effects of central agglomeration become sufficiently high, some activities will decentralize, i.e., relocate outside the central core.

O centro é uma forma, fruto de um processo de centralização que possibilita a concentração de tudo que existe, mas dialeticamente, aponta para a sua saturação, seu apodrecimento ou explosão, com o esfacelamento da sua centralidade, a partir da descentralização e do surgimento de novos centros ao longo do processo de urbanização. Mas há outra questão crucial a se ressaltar desse trecho, o fato de que, a princípio, qualquer ponto no interior do espaço urbano pode tornar-se o foco, o local de convergência dos fluxos e de concentração dos fixos, desde que ele reúna condições para que as forças centrípetas atuem nessa área. Nesse sentido é preciso colocar que para a centralização ocorra em um local é preciso que nele existam fatores que permitam a atração de atividades terciárias para esse local que se tornará um centro.

Gostaríamos de chamar a atenção para a semelhança entre a discussão que realizamos aqui sobre os centros com a discussão sobre a metropolização feita no capítulo 1. De certa forma podemos afirmar que tanto a metropolização quanto a centralização representam modalidades de formação de economias de aglomeração, sendo que a metropolização é uma modalidade muito mais complexa do que a centralização, uma vez que esta envolve apenas a concentração de atividades terciárias, enquanto a metropolização envolve a concentração de atividades econômicas, de população além das relações que se estabelecem entre as áreas integradas a dinâmica metropolitana. Obviamente a formação de centros faz parte do processo de metropolização, embora ocorra também em espaços urbanos não metropolitanos. No entanto não podemos deixar de perceber que tanto a metropolização quanto a formação de centros se dá partir de uma dinâmica de concentração contínua, que à medida que se desenvolve tende a reforçar continuamente essa concentração. Esse processo de realimentação, em que a dinâmica inicial de um processo alimenta a sua expansão futura é fundamental para a compreensão de qualquer processo de concentração.

O centro como forma espacial caracterizada pela concentração de infraestrutura e atividades terciárias possui uma relação direta com o recebimento dos fluxos – que caracteriza a centralidade, como apontado por Sposito (1991)

No interior da cidade, o centro da cidade não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a

interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 6).

Como ponto de integração/dispersão de atividades e pessoas, o centro é extremamente importante para o funcionamento do capitalismo, uma vez que é o principal local de consumo de bens e serviços produzidos na economia capitalista e também é o principal local no qual se estabelece a gestão das atividades dispersas pelo território. Como principal nó do sistema de circulação, tem um papel essencial no transporte de mercadorias e pessoas. Essa característica de ser um local de integração/dispersão de diferentes fluxos é o que confere ao centro uma de suas principais características em relação à centralidade que a partir dele se expressa: a sua capacidade de polarização.

A polarização se refere justamente a capacidade que um centro tem de atrair e ordenar diferentes tipos de fluxos. Nesse sentido, em relação a esses fluxos, dois parâmetros são importantes: o volume de fluxos que perpassa um centro e a distância dentro da qual os fluxos convergem para um centro específico. O primeiro parâmetro será denominado nesse trabalho de intensidade da centralidade de um centro, uma vez que está diretamente relacionado ao volume de fluxos que convergem para esse centro. O segundo parâmetro será denominado alcance da centralidade de um centro, pois se refere à máxima distância na qual os fluxos tendem a convergir para um centro específico. Christaller (1966, p 19) pode nos auxiliar a avançar na compreensão desses parâmetros:

Os bens produzidos no local central, só porque ele é central e os serviços oferecidos no local central, serão chamados bens centrais e serviços centrais. Bens centrais e serviços centrais são oferecidos em alguns poucos e necessários pontos centrais para atender o consumo em muitos pontos dispersos³².

Portanto, é a oferta concentrada de bens e serviços em áreas relativamente restritas espacialmente que caracteriza um centro e a centralidade que se manifesta a partir dele. É por isso que a formação de um centro no capitalismo se dá a partir da concentração de atividades terciárias e não de outras atividades. Isto porque a concentração dessas atividades nos centros gera um grande afluxo de pessoas, não

³² The goods being produced at the central place, just because it is central, and the services offered at the central place, will be called central goods and central services. Central goods and services are produced and offered at a few necessary central points in order to be consumed at many scattered points.

apenas aquelas que trabalham no centro mais também aquelas que para lá se dirigem para consumo ou lazer, e também de mercadorias que são comercializadas nesse centro. E devido a essa grande convergência de fluxos os centros acabam se tornando importantes nós das redes de transporte, o que aumenta sua acessibilidade e amplia a centralidade desse centro. Esse efeito não ocorre com a concentração de outras atividades econômicas, como com a atividade industrial, por exemplo, que ao se concentrar em um local não gera fluxos tão intensos como em um centro terciário, embora no passado tivéssemos a presença significativa de atividades industriais nos centros.

A centralidade, portanto, é entendida como algo que se expressa a partir de um centro, como a sua capacidade de concentrar e atrair atividades e pessoas e, portanto, polarizar uma determinada área, organizando os fluxos que a percorrem. Com isso, quanto mais intensa a centralidade de um centro, mais forte a sua capacidade de polarização, logo, maior a quantidade de atividades ou pessoas que o mesmo é capaz de atrair. A centralidade também está ligada a quantidade de fluxos que perpassam o centro. Assim, quanto mais intensa a quantidade de fluxos que convergem para o centro e de lá divergem para outras áreas, maior o grau de centralidade desse centro.

Importante afirmar que os conceitos de centro e centralidade não se confundem de maneira alguma com os conceitos de centro-periferia, discutidos no capítulo anterior. Quando falamos em centro e centralidade estamos nos referindo a relação entre centros, uma relação entre iguais, sendo que as diferenças são apenas de grau, já que a natureza do centro é sempre a mesma: local de concentração de atividades terciárias e convergência de fluxos. Por outro lado quando falamos de centro e periferia estamos falando de uma relação entre opostos, opostos que só tem significado a partir da relação contraditória que se dá entre eles.

Em um nível mais abstrato de discussão, poderíamos afirmar que a centralidade é ainda uma das principais características definidoras do urbano. Nas palavras de Lefebvre (1999, p 108):

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada como o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa se tornar central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja o conteúdo.

A capacidade de reunir, de juntar, de concentrar, é uma característica da cidade: a capacidade de concentrar primeiramente uma realidade material (infraestruturas, ruas, prédios públicos e privados, dinheiro etc.) e também trabalhadores, consumidores, frequentadores, sentimentos e valores simbólicos. O centro como um ponto que concentra (concentrar = direcionar ao centro) coisas e pessoas a partir da sua centralidade, é um elemento central da realidade urbana, justamente porque a realidade urbana existe justamente a partir da concentração, e o centro é uma das modalidades mais acentuadas de concentração dentro do urbano.

A centralidade seria justamente a capacidade de polarização, de integração/dispersão, manifestado por um centro a partir de sua configuração física. A centralidade não seria dessa forma uma realidade material, como o centro, mas sim algo imaterial, uma capacidade de polarização, uma potência que se expressa a partir do centro. Mas qual a relação entre a configuração material do centro e a expressão de sua centralidade? Segundo Ribeiro (2006, p 64):

O estudo da relação entre a base física e a centralidade urbana, necessita da abordagem dos fixos e dos fluxos que se integram no espaço urbano. Partimos da concepção de que a centralidade que se expressa no e pelo espaço urbano tem variações e conexões de espaço-tempo seguindo, portanto, a orientação dos fluxos de pessoas, idéias, mercadorias, capitais etc.

No entanto, devemos considerar que, para se expressar determinada centralidade, é necessário que haja uma territorialidade significativa de equipamentos urbanos que possibilitem as movimentações anteriormente mencionadas – relação entre leveza e peso.

Dessa maneira, podemos afirmar que existe uma relação dialética entre um centro e a centralidade expressada a partir dele. De forma geral, quanto maior o acúmulo de infraestruturas e atividades econômicas em um centro, maior a capacidade que ele terá para organizar os fluxos que a partir dele convergem/divergem e igualmente conseguirá organizar esses fluxos em uma maior área, tendo, portanto, uma centralidade com maior intensidade e alcance. Por outro lado, quanto mais intenso os fluxos que convergem/divergem a partir de um centro, maior o estímulo para investimentos nesse centro, o que por sua vez, reforça a sua centralidade.

Assim, não podemos ver a relação entre o centro e a centralidade como oposição, mas sim como uma relação dialética. Da mesma maneira que a intensidade e o alcance da centralidade podem variar de um centro para o outro, tais

parâmetros também podem se modificar ao longo do tempo, ou seja, um centro que no passado foi muito importante pode deixar de sê-lo. Somente a partir de um centro, de uma aglomeração de infraestruturas e atividades econômicas, podemos ter a manifestação da centralidade.

O que estamos tentando afirmar a partir disso é que não existe realidade urbana sem centralidade e que não existe centralidade que não se manifeste a partir de um centro. E embora a existência do centro e da centralidade anterior ao capitalismo, nessa pesquisa toda a nossa discussão se limita as características do centro e centralidade na sociedade capitalista. Mesmo que a forma como os centros são produzidos se modifiquem completamente é simplesmente impossível que exista centralidade sem um centro. A centralidade, como uma capacidade de polarização, de atração de diferentes fluxos, não pode se manifestar no vazio, mas somente a partir de uma realidade material, um centro, produto histórico de uma sociedade capitalista e que como tal apresentam características condizentes com as demandas do capitalismo em cada período específico.

É sabido que existiram centros em sociedades não-capitalistas, e esses centros tinham suas centralidades que se manifestavam de formas diferenciadas. Esses centros poderiam ser caracterizados como resultado da produção do espaço assim como os centros capitalistas. No entanto no capitalismo tendo como principais funções ser o local de gestão das atividades capitalistas e de oferta de mercadorias e serviços, o centro tem grande importância para a reprodução do capital. Um dos aspectos dessa importância se refere ao fato de que o capitalismo é uma economia de mercado, em que a produção visa o lucro, e o lucro se dá fundamentalmente a partir da troca. E o centro é, historicamente no capitalismo, o local que concentra a realização das trocas. Nesse sentido as características dos centros e da centralidade que se manifestam a partir deles precisam ser compatíveis com as demandas do capitalismo, como discutiremos adiante.

A centralidade depende do grau de polarização de um centro, ou seja, da quantidade de fluxos que esse centro consegue atrair, sua intensidade e da distância dentro da qual os fluxos são atraídos para um centro, seu alcance. Vejamos um pouco melhor esse conceito de alcance, que deriva diretamente do conceito de alcance espacial máximo de Christaller (1966). Esse alcance se refere à área dentro do qual o centro tem a possibilidade de ordenar os diferentes tipos de

fluxos que convergem/divergem em direção a esse centro. A centralidade, como uma potência, uma capacidade de polarização que se exerce a partir de uma configuração material, o centro, possui um alcance, o que significa que essa centralidade não tem um alcance ilimitado.

Esse alcance depende diretamente da quantidade e da diversificação das atividades de comércio e serviços presentes em um centro. Quanto mais denso e diversificado um centro maior será sua capacidade de atração de fluxos. Quanto maior a quantidade e diversidade de bens e serviços ofertados em um centro maior será a quantidade de pessoas e mercadorias que esse centro conseguirá atrair, e possivelmente maior a área dentro da qual as pessoas se deslocarão para esse centro para o consumo de bens e serviços. Quanto maior a quantidade de fluxos que um centro atrai, maiores serão os investimentos que esse centro receberá o que por sua vez tenderá a reforçar a centralidade desse centro.

Importante afirmar que assim como o centro é uma forma histórica de produção do espaço, a centralidade é também resultado desse processo de produção. Dessa forma a centralidade não é uma capacidade natural de algumas áreas dentro do espaço urbano, mas uma potência, uma capacidade que está diretamente à forma como o centro foi produzido. Nesse sentido a centralidade é uma realidade que só faz sentido quando referido a um lugar, o centro que permite que essa centralidade se expresse. Nas palavras de Raffestin a “centralidade é, portanto, na sua essência, uma entidade com duas faces: um topos e uma tensão. Topos e tensão que persistem, enquanto estiverem ligados, e que dinamicamente se traduzem por movimentos centrípetos ou centrífugos” (RAFFESTIN, 1993, p 187).

A centralidade, portanto se expressa a partir de uma relação profunda entre um topos, um lugar que é o centro, e uma tensão ou uma capacidade de polarização, a centralidade, que se expressa a partir da configuração desse centro. A ideia de tensão é interessante para definir a centralidade, pois como capacidade de polarização, de atração de diferentes tipos de fluxos, a centralidade tensiona diferentes elementos que para o centro convergem. Esse tensionamento ou atração que é a centralidade se tem alguma similitude com a ideia de atração gravitacional na física, é fundamentalmente distinta, uma vez que como vimos a centralidade não é uma propriedade natural do espaço, mas o resultado de uma forma de produção social.

Nesse sentido a centralidade nunca é imutável, mas pelo contrário deve ser vista como algo relacionado a um constante processo de produção e nesse sentido a centralidade de um centro ou de uma região metropolitana está em constante transformação, em devir, e esse devir está diretamente relacionado com a maneira como se dá a produção do espaço em cada momento. O centro e a centralidade não podem deixar de ser vistos como uma das expressões da maneira espacialmente concentrada como se dá o desenvolvimento econômico no capitalismo, fato amplamente reconhecido pela literatura geográfica e econômica e cuja expressão aparece, por exemplo, no conceito de economias de aglomeração, que chama a atenção justamente para as vantagens que existem na concentração econômica em uma sociedade capitalista. O centro é uma das expressões das economias de aglomeração que podem explicar também a importância das cidades e das regiões metropolitanas.

O centro, como uma parcela de uma cidade ou mesmo de uma aglomeração de dimensão regional, exibe uma forte concentração de atividades terciárias que o coloca como um ponto de integração/dispersão dos fluxos, um nó do sistema de transportes uma vez que existe uma grande demanda de deslocamento em direção a essa área, o que a torna um local propício para o recebimento de novos investimentos que reforçam a sua centralidade. Assim sendo o centro não se confunde com o espaço urbano ou com o espaço metropolitano, mas pode ser visto como uma evidente expressão da capacidade aglomerativa presente no espaço produzido dentro de uma sociedade capitalista.

No entanto, especialmente na literatura anglo-saxônica sobre a descentralização atual e a formação de regiões metropolitanas policêntricas, os centros urbanos são identificados como áreas de concentração de emprego, como aparece em Giuliano; Smaill (1991):

Nós concordamos com McDonald (1987) que emprego, e não população é a chave para o entendimento da formação dos centros urbanos; e que um centro é melhor identificado procurando-se por uma zona na qual a densidade de emprego excede a da sua vizinhança³³.

³³ We agree with McDonald (1987) that employment, not population, is the key to understanding the formation of urban centers; and that a center is best identified by finding a zone for which gross employment density exceeds that of its neighbors.

Identificar um centro a partir de uma densidade de empregos mais elevada do que o entorno, pode parecer um bom procedimento metodológico, uma vez que todo centro é uma área de concentração de empregos, normalmente com uma densidade de empregos maior do que o entorno imediato. No entanto, associar diretamente os centros urbanos a áreas de concentração de emprego esconde um equívoco conceitual que não podemos ignorar. Se é verdade que todo centro é uma área de concentração de empregos, o centro é na realidade muito mais do que isso. O que define um centro é sua capacidade de ser um local de convergência de diferentes fluxos, o que não é dado apenas pela concentração de empregos, mas também pelo fato do centro ser um local procurado cotidianamente por uma grande quantidade de pessoas em busca de bens e serviços ofertados nesse centro. E por esse grande fluxo de pessoas e mercadorias que o centro recebe cotidianamente é que eles se tornam nós importantes do tráfego o que reforça o seu papel de orientadores dos deslocamentos que ocorrem dentro da área de influência desse centro.

Nesse sentido é um equívoco limitar conceitualmente o centro a uma área de concentração de emprego, e mais que isso é equivocados acreditar que uma densidade de empregos maior do que o entorno seja a melhor maneira de identificar um centro. Isso ocorre porque se todo centro é uma área de alta densidade de empregos em relação ao entorno, nem toda área de alta densidade de empregos é um centro. Um exemplo simples pode esclarecer esse ponto, imaginemos um distrito industrial, localizado nas margens de uma importante rodovia, mas em uma área rural. Tal distrito, a partir da conceituação acima, seria uma área de alta densidade de empregos em relação ao entorno. No entanto, seria equivocados considerar esse distrito industrial como um centro não apenas pelo fato de não ser uma área de concentração de atividades terciárias, mas porque esse distrito não pode ser visto como um local de forte convergência de fluxos, e nem mesmo um foco do sistema de transportes, já que esse distrito não terá grande capacidade de atração de fluxos, com exceção das pessoas que trabalham nesse local.

Nesse sentido essa área não pode ser considerada um centro, por mais que seja uma área de alta densidade de empregos em relação ao entorno. Assim sendo, como discutiremos no próximo capítulo, ao buscar identificar centros precisamos de variáveis que remetam diretamente à capacidade dos centros de atração de

diferentes tipos de fluxos, por mais que a concentração de empregos, principalmente no setor terciário, possa também auxiliar essa tarefa.

3.0.2. As duas grandes tradições escalares no estudo do centro e da centralidade.

Como ocorre com a maioria dos conceitos geográficos o conceito de centro e centralidade está diretamente relacionado com o de escala. Dependendo da escala considerada, aquilo que concebemos como centro e centralidade são radicalmente alterados, embora existam aspectos comuns a esses conceitos que estão presentes em qualquer escala, e foram justamente esses aspectos mais gerais desses conceitos que discutimos até aqui. Considerando a maneira como os conceitos de centro e centralidade foram discutidos ao longo do tempo na geografia e em outras ciências sociais podemos afirmar que existem duas grandes tradições escalares no estudo do centro e centralidade: uma relacionada ao estudo das cidades consideradas como grandes centros, e o papel desses centros dentro da rede urbana nacional; outra relacionada ao estudo dos centros intraurbanos ou intrametropolitanos, áreas espacialmente restritas encontradas no interior das cidades ou aglomerações urbanas e metropolitanas. O quadro 5 apresenta um esquema que sintetiza as principais contribuições destas duas tradições escalares.

Quadro 5: principais tradições escalares na discussão sobre centro e centralidade

Escalas	Temática	Concepção de centro
Escala regional	Redes urbanas regionais ou nacionais	O centro corresponde a toda uma cidade ou aglomeração urbana/metropolitana. Analisam-se as funções desse centro na rede urbana regional e nacional. O nível hierárquico do centro depende da concentração de atividades terciárias e do recebimento de fluxos na escala regional ou nacional, como transporte de cargas ou número de rotas aéreas.
Escala intraurbana ou intrametropolitana	Organização interna do centro	O centro corresponde a uma parcela de uma cidade ou aglomeração urbana/metropolitana, na qual se percebe uma concentração de atividades terciárias e de fluxos que se desenrolam principalmente na escala da cidade ou da aglomeração. Tal concentração de atividades terciárias irá conferir a essa área um aspecto diferenciado, geralmente marcado pela baixa densidade demográfica, pelos altos preços da terra e comumente pela verticalização. Assim o centro se diferencia do restante da cidade não apenas pela concentração de atividades terciárias e pela convergência de fluxos, mas por uma paisagem nitidamente diferenciada do entorno.
	Hierarquia dos centros metropolitanos	O centro também corresponde a uma parcela da cidade ou aglomeração urbana/metropolitana, mas dentro desta temática o que importa não é a organização interna do centro, mas as relações hierárquicas que se estabelecem entre os centros metropolitanos, desde o CBD (Central Business District) o distrito central de negócios que é o centro de maior nível hierárquico, cuja centralidade abrange toda a região metropolitana, até centros locais, que fornecem bens de uso mais frequente para áreas espacialmente restritas.

Fonte: elaborado por Oséias Teixeira da Silva, 2016.

Como se pode ver pela análise do quadro existem alguns elementos em comum em relação aos conceitos de centro nessas duas tradições escalares: seja na escala regional ou intraurbana o centro é sempre um local de concentração de atividades terciárias e de convergência de diferentes tipos de fluxos, esses são os elementos principais da definição de um centro em uma sociedade capitalista e iremos voltar a esse ponto em outros momentos da pesquisa. Vamos analisar agora mais detalhadamente cada uma das duas tradições.

A primeira tradição remonta ao trabalho pioneiro de Christaller (1966) sobre os lugares centrais no sudoeste da Alemanha. Nesse trabalho, o autor define como lugar central, centros urbanos que concentram a oferta de bens e serviços centrais,

ou seja, aqueles que, em uma economia de mercado precisam ser fornecidos de forma concentrada em poucos locais, o que gera atração de diferentes tipos de fluxos em direção a esses centros urbanos. Ocorre que os bens e serviços centrais são distribuídos de forma altamente hierarquizada, sendo que enquanto alguns bens e serviços são encontrados em todos os tipos de centros, outros só são encontrados em centros que possuem uma centralidade mais intensa e de maior alcance, correspondendo, portanto a aqueles centros que estão no topo da hierarquia de uma rede urbana. Tais diferenças no alcance e na intensidade da centralidade dos centros, segundo o autor, se relacionam a quantidade e diversidade de bens e serviços oferecidos e principalmente com a presença de bens e serviços de consumo mais raro ou menos frequente. Isto porque estes bens e serviços de uso mais raro, precisam de uma área maior dentro da qual as pessoas se deslocem para um único centro para a aquisição desse tipo de bens e serviços, isto porque não haverá demanda para viabilizar a oferta desse tipo de bens e serviços em mais de um centro. Tal aspecto está relacionado ao conceito de alcance espacial, elaborado por Christaller (1966, p 54):

Quando nós examinamos esse alcance em detalhes, nós encontramos, se olharmos para isso espacialmente, que não existe uma linha, mas um anel em torno do lugar central. Ele tem um limite exterior (ou superior) e um limite interno (ou inferior). O limite superior de um bem específico é determinado pela maior distância do lugar central a partir do qual ele pode ser obtido nesse lugar central; e na verdade, além desse limite, ele não será obtido ou será obtido em outro lugar central³⁴.

Portanto, o limite superior do alcance espacial, denominado por Corrêa (2006) de alcance espacial máximo, se refere à distância máxima que os consumidores estão dispostos a percorrer para comprar bens e serviços ofertados em um determinado centro. Obviamente tal limite depende de uma série de fatores, entre eles a mobilidade dos consumidores e a qualidade da rede de transportes. Quanto maior o grau de mobilidade dos consumidores e a qualidade do sistema de transportes maiores poderão ser as distâncias percorridas em busca de um bem ou serviço. Por outro lado, o limite inferior do alcance espacial, denominado por Corrêa (2006) de alcance espacial mínimo, se refere à área mínima dentro da qual existe

³⁴ When we examine this range in detail, we find, in looking at it spatially, that there is not a line, but rather a ring around the central place. It has an outer (or upper) and an inner (or lower) limit. The upper limit of a particular good is determined by the farthest distance from the central place from which it can be obtained from this central place; and indeed, beyond this limit, it will either not be obtained, or it will be obtained from another central place.

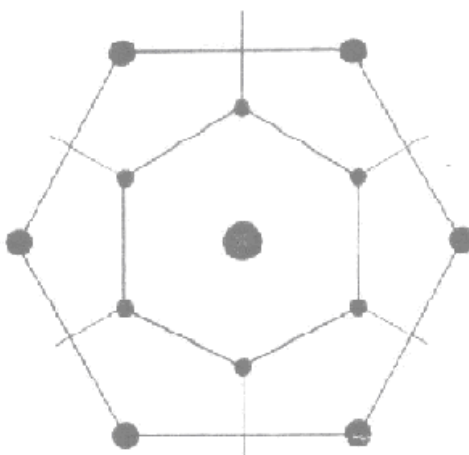
um quantitativo de consumidores suficiente para viabilizar a oferta de um bem ou serviço em um centro. Esse limite é influenciado por diversos fatores, principalmente a densidade demográfica e o nível de renda da população, então podemos afirmar que quanto maior o nível de renda da população e a densidade de ocupação de uma área, maior será a proximidade de centros de mesmo nível hierárquico, ou seja centros que distribuem o mesmo tipo de bens e que possuem centralidades com mesmo alcance e intensidade estarão a menor distância um do outro. A partir disso, temos uma distribuição hierarquizada dos centros urbanos, ou lugares centrais. Segundo Christaller (1966, p 17):

Aqueles lugares que tem funções centrais que se estendem sobre uma região mais ampla, no qual outros lugares centrais de menor importância existem, são chamados de lugares centrais de ordem superior. Aqueles os quais tem somente importância como lugar central para uma vizinhança imediata são chamados, correspondentemente, lugares centrais de uma ordem inferior e de ordem mais baixa. Pequenos lugares os quais usualmente não tem importância central e que exercem poucas funções centrais são lugares centrais auxiliares³⁵.

A partir disso podemos conceber o modelo tradicional de rede urbana hexagonal, também denominada de rede urbana christaleriana, no qual os centros urbanos de centralidade inferior estão presentes dentro da área de influência dos centros de centralidade superior, justamente por não competirem com estes últimos centros, uma vez que somente estes últimos apresentam a oferta de alguns bens e serviços de uso mais raro. A figura 6 apresenta o modelo tradicional de hierarquia urbana do autor.

³⁵ Those places which have central functions that extend over a larger region, in which other central places of less importance exist, are called central places of a higher order. Those which have only local central importance for the immediate vicinity are called, correspondingly, central places of a lower order and of the lowest order. Smaller places which usually have no central importance and which exercise fewer central functions are called auxiliary central places.

Figura 6: Modelo de hierarquia entre lugares centrais.



Fonte: Christaller (1966, p 121)

Neste modelo o centro de mais alta ordem, que aparece no centro da figura, é representado por um ponto maior, e tem como alcance da sua centralidade toda a região mostrada na figura, justamente por ofertar alguns bens e serviços que somente são encontrados nesse centro. Num segundo nível de centralidade aparecem os centros de segunda ordem, que tem uma área de influência mais restrita que a do centro de ordem superior, justamente por oferecer bens e serviços de uso mais corriqueiro. Num terceiro nível estão os centros de menor centralidade, aqueles que fornecem bens e serviços de uso comum e que estão presentes em maior número justamente porque o alcance espacial mínimo desses bens e serviços é mais limitado espacialmente.

O trabalho de Christaller tem sido uma importantíssima influência em todo um campo de estudos dentro da geografia e em áreas afins. A partir do desdobramento do trabalho desse autor inúmeras questões têm sido levantadas e teorizações sobre os mais diferentes aspectos da relação entre centro e centralidade em nível regional têm sido produzidas. Entre essas questões podemos citar: as diferentes morfologias das redes urbanas, sendo que o modelo de Christaller passou a ser visto como apenas uma das morfologias possíveis para as redes urbanas e entre os exemplos dessas morfologias podemos citar as redes urbanas dendríticas, típicas de áreas coloniais, nas quais há uma grande discrepância entre o tamanho do centro principal, normalmente uma cidade portuária e o restante dos centros da rede que possuem pequena dimensão; diferenças entre redes urbanas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo como exemplo o trabalho de Santos (2004), que propõe que, nos países subdesenvolvidos, a rede urbana está dividida

em dois circuitos denominados pelo autor de circuito superior, que corresponde ao conjunto de atividades geradas pelo processo de modernização e ligadas diretamente a atuação do capital nacional ou estrangeiro, enquanto o circuito inferior, corresponde as atividades, também geradas pelo processo de modernização, mas que está ligada as estratégias de sobrevivência de uma parte da população que não consegue emprego nas atividades do circuito superior.

A segunda tradição escalar diz respeito aos estudos dos centros na escala intraurbana ou intrametropolitana. Essa tradição também está diretamente ligada ao trabalho pioneiro de Christaller, e principalmente ao trabalho do geógrafo americano Brian Berry, um dos maiores expoentes dessa tradição. Enquanto na primeira tradição um centro corresponde a toda a cidade, nessa segunda tradição cada centro corresponde a uma área circunscrita dentro de uma cidade, caracterizada pela concentração de atividades terciárias e normalmente por uma paisagem nitidamente diferenciada do restante da cidade. Dentro dessa tradição, identificamos duas temáticas principais: uma ligada ao estudo da morfologia interna do CBD (Central Business District) ou dos subcentros e outra que estuda a hierarquia dos centros dentro da região metropolitana.

A primeira temática inclui os estudos que buscam analisar a organização interna dos centros, mostrando os elementos que diferenciam os centros do restante das cidades, sua diferenciação interna e como ocorre a distribuição das atividades terciárias dentro desses centros. A maioria desses trabalhos está voltada para o estudo do CBD, mas alguns deles também analisam subcentros. Um exemplo desses estudos é o trabalho de Murphy; Vance (1958) que elaboram uma metodologia para a análise dos centros. Essa metodologia é baseada no estudo da distribuição funcional das atividades dentro de um centro, tendo como unidade básica o quarteirão e como indicadores: densidade demográfica; preço da terra e uso da terra. O uso conjunto desses indicadores permitiria identificar o CBD ou qualquer outro centro urbano, uma vez que todo centro possuiria uma baixa densidade demográfica decorrente do alto preço da terra ocasionada pela concentração de atividades terciárias que tem uma capacidade maior de pagar por uma localização central do que a função residencial.

Assim a aplicabilidade dessa teoria decorre da forma histórica como os centros foram produzidos, pelo menos durante o período em que a região

metropolitana era reproduzida como compacta, na qual a grande concentração de atividades terciárias nos centros gera um forte processo de ampliação do preço da terra, o que ocasiona a expulsão da população que vive nos centros, reduzindo a densidade demográfica dessas áreas. A metodologia desses autores teve uma grande influência nos estudos posteriores sobre a organização interna dos centros, sendo amplamente utilizada e em alguns casos adaptadas a diferentes realidades. Entre os exemplos de sua influência, podemos citar o trabalho de Cordeiro (1979) que utiliza a metodologia dos autores para a análise da organização interna do CBD³⁶ paulistano, o trabalho de Ribeiro Filho (2004) sobre o centro principal de Manaus, e o trabalho de Serpa (1991) sobre a organização do subcentro do Méier na cidade do Rio de Janeiro, que devido às especificidades desse subcentro utiliza como unidade básica para o estudo a rua e não o quarteirão.

Uma outra variante dessa temática se refere ao estudo da zona periférica do centro, área formada no entorno do centro principal, sendo uma área de obsolescência, marcada por um aumento brusco da densidade demográfica e pela presença de atividades menos nobres, mas com caráter auxiliar ao funcionamento do centro principal, como estacionamento, lava-jatos, oficinas de reparos, lojas de móveis, etc. Atividades portanto, que ou auxiliam o funcionamento do centro principal, como ocorre com os estacionamentos, ou são atividades que demandam grandes áreas o que inviabiliza sua presença no centro principal embora precisam estar próximo deles uma vez que dependem do fluxo de pessoas gerado pelo centro.

Griffin; Preston (1966) é uma referência importante dentro da temática. Esses autores buscam caracterizar a divisão interna da zona periférica do centro identificando três subáreas: setor de assimilação ativa; setor de assimilação passiva; setor de inatividade geral. No setor de assimilação ativa há a incorporação da área por atividades centrais em um ritmo acelerado; no setor de assimilação passiva essa incorporação é mais lenta devida a algum fator limitante como a presença de um terminal de trem; no setor de inatividade geral inexistente movimento de incorporação.

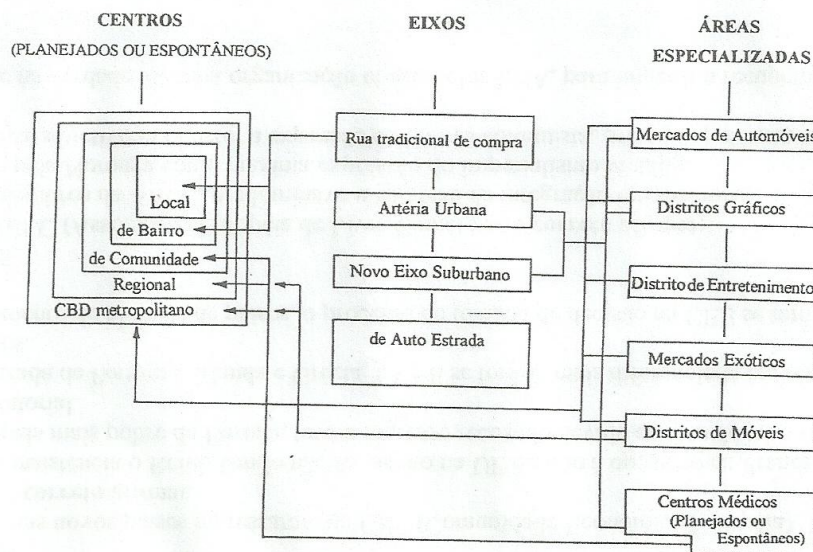
³⁶ Nesse trabalho utilizaremos o termo centro principal como para nos referirmos ao centro mais importante dentro de uma região metropolitana monocêntrica, ou seja, a metrópole. Quando nos referirmos ao principal centro intrametropolitano, normalmente localizado em uma área restrita dentro da metrópole utilizaremos o termo CBD (sigla para Central Business District, ou distrito central de negócios).

Strohaecker (1988) realiza uma revisão bibliográfica sobre essa temática, apontando algumas especificades da formação da zona periférica do centro no Brasil.

A segunda temática estudada dentro dessa tradição escalar se refere aos estudos que analisam a hierarquia entre os centros que compõem uma região metropolitana. Tal variante está mais próxima metodologicamente da primeira tradição escalar, que estuda os centros em uma escala regional ou nacional a partir da relação hierárquica entre eles. Proudfoot (1958) é um dos primeiros autores a criar uma definição de uma hierarquia dos centros metropolitanos composta por: CBD ou centro principal, que possui a maior diversidade de atividades terciárias e concentra aquelas atividades de uso mais raro e que expressam uma centralidade mais intensa e de maior alcance; subcentros, centros com menor diversidade de atividades terciárias e sem presença de atividades de uso mais raro; rua principal de negócios caracterizada ao mesmo tempo como uma importante via de transporte e área de concentração comercial; rua de negócios do bairro, rua que concentra atividades terciárias de uso mais frequentes e voltadas para os consumidores locais; aglomerações isoladas, concentração de atividades terciárias de uso mais frequente em bairros e também destinadas ao consumo local.

Berry (1971) através de uma revisão bibliográfica aponta quatro componentes básicos na estrutura de centros comerciais das regiões metropolitanas americanas: uma hierarquia de centros de negócio; eixos comerciais a partir de auto estradas; vias urbanas de comércio; áreas especializadas funcionalmente. Nesse sentido o autor aponta que os centros metropolitanos tanto podem ser organizados a partir de áreas como a partir de eixos. As áreas podem apresentar grande diversidade nas atividades encontradas ou especialização em algumas atividades. A figura 7 apresenta o modelo de hierarquia proposto por Berry:

Figura 7: Modelo de hierarquia da centralidade metropolitana



Fonte: Berry (1971), adaptado por Reis (2007).

Em relação aos centros temos uma hierarquia que vai desde o CBD metropolitano, cuja centralidade alcança toda a região metropolitana, passando pelo centro regional, centro comunitário ou subcentro até o centro local, cuja centralidade não ultrapassa normalmente o bairro. Em relação aos eixos temos a rua tradicional de compras; a artéria urbana, importante via de circulação intraurbana que também apresenta concentração de atividades terciárias; novo eixo suburbano, importante via de transporte nos subúrbios que também concentra atividades terciárias; e as autoestradas que por sua importância no deslocamento regional também podem se tornar vias comerciais. Por fim temos as áreas especializadas, na qual encontramos grande concentração de apenas uma atividade terciária.

Cabe agora apontar de forma geral as semelhanças e diferenças entre essas duas tradições escalares no estudo do centro e centralidade no sentido de posicionar nosso trabalho e esclarecer qual será a escala de análise em nossa pesquisa. Na primeira tradição o centro e a centralidade é analisado em uma perspectiva regional, ou mesmo nacional. Nesse sentido cada centro corresponde a toda uma cidade ou mesmo uma aglomeração urbana ou metropolitana, que é vista como único centro que possui um grau diferenciado de alcance e intensidade de sua centralidade. Obviamente se trata de uma generalização uma vez que a centralidade na verdade não se manifesta a partir de toda a cidade ou aglomeração urbana ou

metropolitana, mas apenas a partir de algumas frações desses territórios, que concentram as atividades terciárias, inclusive aquelas referentes à gestão do capital.

Como cada um desses centros, possuem um nível diferenciado de diversificação das atividades terciárias, e existe uma hierarquia de centros em que cada um apresenta uma centralidade com alcance e intensidade diferente. Nessa perspectiva quando falamos em um centro, estamos nos referindo a toda uma cidade, aglomeração urbana ou metropolitana e ao papel que ela desempenha dentro de uma rede urbana regional ou nacional. Assim poderíamos falar do Rio de Janeiro como um centro, a partir da análise das suas funções dentro da rede urbana regional ou nacional. Nesse caso o centro seria, portanto, toda a região metropolitana.

Por outro lado dentro da segunda tradição, a centro e a centralidade são analisados dentro de uma escala intraurbana ou intrametropolitana. Nesse caso o centro não corresponde a toda a cidade ou a toda a aglomeração urbana ou metropolitana, mas uma restrita porção de uma cidade, aglomeração urbana ou metropolitana. Esses centros representam, portanto, uma área inferior a de um bairro, formada normalmente por um conjunto de quarteirões. Assim do ponto de vista da escala, é uma concepção completamente distinta de centro, uma vez que apresenta uma escala muito maior em comparação com o conceito de centro na primeira tradição.

No entanto existem elementos comuns ao conceito de centro, seja considerado na escala regional ou intraurbana, que já foram discutidos anteriormente: o centro é um local de concentração de atividades terciárias e sua centralidade está diretamente ligada à capacidade de se tornar um local de convergência a partir da atração de diferentes tipos de fluxos. No entanto existe uma diferença em relação ao tipo de fluxos que define a centralidade de um centro na escala intraurbana e na escala regional. Vilaça (1998, p 20) nos auxilia a compreender esse ponto:

A estruturação do espaço regional é dominado pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força-de-trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa-trabalho -, seja enquanto consumidor.

A partir da análise do texto podemos considerar que o centro analisado em uma escala regional está relacionado a diferentes tipos de fluxos do que o centro analisado em uma escala intraurbana ou intrametropolitana. Num centro em escala regional, os fluxos estão predominantemente ligados ao transporte de mercadorias, informações e em menor escala fluxo de pessoas e nesse sentido se tratam de fluxos que não possuem necessariamente um ritmo de repetição cotidiano. Assim a convergência de fluxos que definem um centro, nesse caso, pode se dar em intervalos de tempo maiores, como pode ocorrer, por exemplo, na entrega de mercadorias a partir de um centro de distribuição regional de empresa, que pode ocorrer uma vez por semana, por exemplo.

Por outro lado num centro à escala intraurbana ou intrametropolitana, os fluxos estão predominantemente ligados ao transporte de pessoas e em menor grau ao transporte de mercadorias e nesse sentido tratam de fluxos de repetição cotidiana, já que todos os dias temos pessoas se deslocando para esses centros. Nesse caso, portanto, a centralidade se expressa a partir de convergência de fluxos, predominantemente de pessoas e que se repetem normalmente todos os dias. Como o tipo de fluxos predominante em cada tipo de centro se modifica, obviamente não poderíamos utilizar exatamente os mesmos tipos de indicadores para o estudo dessas duas escalas da centralidade: no caso de um centro regional devem ser indicadores prioritariamente relacionados aos fluxos de mercadorias enquanto no centro intraurbano devem ser indicadores prioritariamente relacionados aos fluxos de pessoas.

Podemos colocar isso ainda de outra maneira: na escala regional como cada centro desempenha funções dentro de uma rede urbana regional ou nacional, os fluxos são também predominantemente regionais ou nacionais, ou seja, os fluxos que definem a centralidade do centro são fluxos predominantemente de longa distância, como aqueles relacionados ao transporte de cargas por rodovias, por aeroportos ou ao número de voos comerciais. Esses tipos de fluxo de longa distância são fundamentais para a configuração da centralidade na escala regional e, portanto são comumente utilizados para o estudo da rede urbana nacional. E por serem fluxos de longa distância, sua repetição tende a se dar em intervalos maiores de tempo.

Por outro lado na escala intraurbana ou intrametropolitana, uma vez que o conjunto de centros está dentro de uma cidade ou aglomeração urbana ou metropolitana, os fluxos se dão predominantemente na escala da cidade ou aglomeração. No caso de uma região metropolitana, por exemplo, os fluxos que definem a centralidade dos centros se dão principalmente na escala da região metropolitana e como tal são definidores da maneira como se dá a integração metropolitana, o que nos permite afirmar que os centros metropolitanos são verdadeiros centros de articulação da integração espacial que transforma a região metropolitana em uma unidade. Por se darem na escala da região metropolitana são fluxos que são predominantemente de curta ou média distância e assim sendo podem ter um ritmo de repetição mais constante como ocorre comumente com a migração pendular, por exemplo.

Apesar das diferenças na forma como os centros e a centralidade são concebidas nessas duas tradições escalares não podemos deixar de afirmar que existe uma complementaridade entre as duas concepções. Se em uma região metropolitana, existe um ou um conjunto de centros intrametropolitanos, importante o suficiente para atrair um grande volume de fluxos, com certeza a centralidade dessa região, considerada um único centro a escala regional ou nacional, será reforçada.

Ao posicionarmos nosso trabalho diante dessas duas grandes tradições podemos afirmar que segundo os objetivos do nosso trabalho, estamos mais próximos da segunda tradição escalar, intraurbana ou intrametropolitana, de análise do centro e da centralidade. Isto porque como buscamos estudar a reconfiguração da centralidade metropolitana como um elemento da reestruturação espacial dentro região metropolitana, faz muito mais sentido conceber o centro a partir da escala intrametropolitana pelo seguinte motivo: na escala intrametropolitana os fluxos são predominantemente de pessoas o que significa que a centralidade dos centros nesse caso pode ser visto como um elemento da integração da região metropolitana em uma dinâmica comum, integração que se dá principalmente a partir desses fluxos.

No entanto, como nosso objetivo não é estudar a reconfiguração da centralidade metropolitana em si, mas analisar esse processo como uma faceta da reestruturação espacial, não iremos buscar delimitar os centros intrametropolitanos

em cada município metropolitano, mas ao invés disso teremos como unidade básica de análise cada município. Isso significa que em nosso trabalho o conceito de centro estará relacionado a um município que a partir da concentração de atividades terciárias, terá a condição de se tornar um ponto de convergência para os mais diferentes tipos de fluxos, em especial o fluxo de pessoas. Obviamente trata-se de uma abstração uma vez que quando consideramos a centralidade de um município, estamos na verdade considerando o resultado conjunto da centralidade de um ou mais centros presentes nesse município e também ignorando o fato de que a centralidade não se expressa a partir do território de todo o município, mas apenas de algumas frações desses territórios que são os centros da mesma forma que a tradição escalar regional ignora que a função de um centro não decorre da atuação de todo o território de uma cidade ou aglomeração urbana ou metropolitana, mas de apenas de algumas parcelas desses espaços.

O importante é que uma vez que buscamos compreender a centralidade na escala da região metropolitana, como um meio para analisar a reestruturação espacial dessa região, a escala do município se mostra a mais adequada uma vez que se trata da escala imediatamente inferior à escala da região metropolitana como um todo, uma vez que esta região é composta por um conjunto de municípios. Além disso, a discussão dos efeitos dos novos investimentos, da recuperação econômica e da dispersão metropolitana associadas à reestruturação espacial tem se dado até aqui sempre na escala do município, sendo portanto, incoerente que apenas em relação a centralidade buscássemos adotar uma escala intrametropolitano. Outro aspecto a se destacar é que seja considerando os centros intrametropolitanos ou intramunicipais, seja considerando os municípios como unidade básica da análise a referência é a mesma: a escala da região metropolitana, e o principal tipo de fluxo a ser considerado são os mesmos, ou seja, predominantemente fluxos de pessoas e que se dão com um ritmo de repetição mais intenso do que a escala regional.

O conceito de centro e centralidade seja na escala intrametropolitano, regional ou na escala do município pode ser compreendida a partir dos conceitos de forma, função e estrutura. O centro é uma forma com características paisagísticas bem definidas, decorrente da concentração de atividades terciárias e da ampliação do preço da terra que caracteriza esse centro, levando muitas vezes a verticalização. Por outro lado o centro é um local que concentra funções terciárias e

é um ponto de referência importante para a estruturação de praticamente todas as estruturas espaciais presentes na região metropolitana como é evidente no caso da malha viária, dos sistemas de transporte coletivo e da estrutura de preços da terra, sendo que todos esses três podem ser compreendidos como estruturas espaciais que tem sua estruturação diretamente ligada ao conjunto de relações que se estabelecem entre os centros. Conjunto de relações entre centros que também pode ser compreendida como uma estrutura. E justamente ao conceber as relações entre os centros como uma estrutura podemos retomar o objetivo inicial desse capítulo: a discussão sobre a monocentralidade, uma vez que a monocentralidade pode ser vista como uma forma histórica de manifestação da estrutura de centros nas regiões metropolitanas.

Podemos afirmar, portanto, que a monocentralidade é uma maneira historicamente constituída, de configuração da centralidade em uma região metropolitana, maneira essa que como veremos está fortemente ligada a um padrão de produção do espaço metropolitano que tende a reproduzir a monocentralidade da região metropolitana. Quando falamos em configuração da centralidade estamos nos referindo ao padrão de relações que se estabelecem entre os diferentes centros presentes em uma região metropolitana. Nesse sentido temos que a centralidade, como aponta Whitacker (2003, p 138), se refere a um processo:

Por isso, compreendemos o caráter processual da centralidade, em complementação ao centro, expressão territorial. Ou ainda, que a centralidade diz respeito aos “fluxos, a fluidez” e o centro é a “perenidade”, ou seja, a centralidade é expressão da dinâmica de definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade.

Como processo a centralidade está em constante movimento sendo sempre possível a reconfiguração da centralidade, seja de um centro específico, seja do conjunto de centros que compõem uma estrutura de centros em uma área determinada, uma região metropolitana no nosso caso. Por outro lado se a centralidade de um centro ou de uma região metropolitana podem sempre se modificar, tais transformações só podem ser efetivadas a partir de modificações nos centros. Em outras palavras a reconfiguração da centralidade de um centro, ou da estrutura dos centros só é possível a partir da modificação nas características físicas desses centros. Assim reafirmamos o caráter dialético da relação entre centro e centralidade, que nos impede de pensar esses conceitos separadamente uma vez que se a centralidade está ligada a atração de fluxos, tal capacidade só pode se manifestar a partir de uma configuração territorial que é o centro e mais que isso, só

é possível que haja uma reconfiguração na centralidade se houver transformações nos centros.

3.0.3. As características da monocentralidade.

Como poderíamos caracterizar então a monocentralidade como uma forma histórica de configuração da centralidade metropolitana? A monocentralidade não significa que exista apenas um único centro como pode parecer a princípio, mas que temos uma estrutura com um centro principal que possui uma centralidade com grande intensidade e alcance uma vez que concentra uma grande diversidade de atividades terciárias, especialmente aquelas de uso mais raro e que servem toda a região metropolitana. O centro principal é o único centro dentro dessa estrutura que possui uma área de influência que abrange toda a região metropolitana além de apresentar uma quantidade e diversidade de atividades terciárias extremamente superior ao dos demais centros presentes na região metropolitana. Em seguida temos os subcentros, que se caracterizam por uma menor quantidade e diversidade de atividades terciárias e também por terem uma área de influência reduzida, normalmente limitada a um bairro ou a um conjunto de bairros próximos aos subcentros. Os subcentros estão diretamente ligados à expansão territorial que constitui a região metropolitana compacta, uma vez que a partir dessa expansão aumentam as distâncias dos locais de moradia em relação ao CBD, que comumente no começo da formação da região metropolitana é o centro único, o que cria a possibilidade do surgimento de subcentros que buscam atender a demanda pela oferta de bens e serviço de uso mais frequente. Assim os subcentros se constituem em centros secundários, tanto em termos de sua origem quanto em termos de sua importância, que atendem a maior parte da demanda da população da região metropolitana em formação por bens e serviços, enquanto em relação a alguns bens e serviços de uso mais raro, torna-se necessário o deslocamento até o centro principal na metrópole.

Reis (2007) analisa a formação a monocentralidade como forma de configuração da centralidade principalmente nas regiões metropolitanas e aponta para o fato de que a concepção de monocentralidade está fortemente ligada ao período entre 1920-1970, no qual a maior parte das regiões metropolitanas começaram a se formar. Nesse momento, segundo o autor, prevalece à ideia de descentralização, pois apesar da formação de outros centros associado à expansão

territorial metropolitana, o CBD – distrito central de negócios, permanece como o centro mais importante dentro da estrutura dos centros metropolitanos pelos motivos citados acima. Nesse sentido mesmo que com a expansão metropolitana a partir da expansão territorial e da integração espacial tenhamos a formação de novos centros, a monocentralidade não é subvertida uma vez que esses novos centros tem uma centralidade inferior e de certa forma complementar a metrópole, pois os consumidores buscam nesses centros bens de consumo mais frequentes os quais não compensariam o deslocamento até o centro principal na metrópole. No trecho abaixo Khon; Mayer (1958, p 393) descrevem de forma bastante concisa as características de uma região metropolitana monocêntrica a partir do seu desenvolvimento nos EUA:

Na maioria das cidades e áreas metropolitanas o distrito central de negócios (CBD) é, de longe, o centro de maior concentração de empregos e o foco principal nos sistemas de transportes intra-urbano e interurbano [...]. A maioria das funções centrais estão localizadas no núcleo central de negócios. Um grupo de funções, o varejo, tem sido crescentemente descentralizada nos anos recentes, em razão da disponibilidade do automóvel e do conseqüente declínio do transporte público de massa. Entretanto, o crescimento dos centros comerciais periféricos não tem, significativamente, reduzido o papel do núcleo central de negócios na maioria das funções além do comércio varejista e, em alguns aspectos desta atividade, os velhos centros preservam sua dominância.

Como apontam os autores o surgimento dos subcentros não modifica a configuração da centralidade metropolitana uma vez que a maioria das funções centrais permanecem concentradas no CBD, e também porque os subcentros concentram atividades terciárias ligadas ao consumo mais frequente, como ocorre com o varejo, o que leva a que esses centros tenham uma área de influência menor, justamente porque ao concentrarem atividades presentes em todos os centros metropolitanos, somente irão se deslocar a esses centros aqueles que moram relativamente próximos a ele. Como aponta o texto, mesmo em relação ao varejo, principal atividade terciária na qual ocorre a descentralização, a importância do centro principal permanece uma vez que alguns ramos do comércio varejista continuam concentrados no centro principal. A figura 8 representa um modelo da relação entre os centros, dentro de uma região metropolitana monocêntrica, que pode nos auxiliar a compreender a configuração da centralidade nesse caso:

Figura 8: Esquema da hierarquia em uma região metropolitana monocêntrica.

CENTROS	FUNÇÕES CENTRAIS
Núcleo Central de Negócios	abcd efgh ijkl mnopqrst
Subcentro Regional	efgh ijkl mnopqrst
Subcentro de bairros	ijkl mnopqrst
Subcentro de bairro	mnopqrst
Lojas isoladas	qrst

Fonte: Reis, 2007, p 38.

O essencial desse esquema é que ele permite concluir que o CBD é o centro mais importante a partir das relações hierárquicas que se estabelecem entre os centros metropolitanos, não apenas por concentrar o maior número de funções centrais mais também porque algumas funções centrais são encontradas apenas nele. A ideia de função central remete diretamente ao trabalho de Christaller (1966) e se refere a aquelas atividades que a partir de sua concentração são capazes de gerar um intenso deslocamento de diferentes tipos de fluxos em direção aos centros. Como vimos, portanto, as funções centrais se referem às atividades terciárias uma vez que somente estas tem a capacidade de gerar a intensidade de fluxos a ponto de tornar uma área um ponto de convergência, ou seja, um centro.

Os demais centros tem uma centralidade inferior ao do CBD, não apenas porque tem uma diversidade menor de funções centrais, mas também porque inexistem nesses centros algumas funções só encontradas no CBD. Dentro desse esquema após o CBD, temos: subcentro regional, assim denominado pois sua centralidade abrange uma grande área dentro da região metropolitana, formada por um vários municípios; subcentro de bairros, cuja centralidade abrange alguns poucos bairros dentro da região metropolitana; subcentro de bairro, cuja centralidade se limita uma área dentro de um bairro; lojas isoladas, não configuram exatamente um centro mas correspondem a conjunto de lojas de produtos de varejo de uso muitíssimo frequente, como padarias e lanchonetes, voltadas para o público local.

Esse esquema é apenas uma forma de ilustrar a maneira como se configura a centralidade em uma região metropolitana monocêntrica. Assim podemos ter mais de um centro em cada categoria, o que obviamente não mudaria em nada esse esquema, uma vez que as relações entre os centros seriam as mesmas apenas com um número maior de centros. Da mesma, seria possível pensar em diferentes

denominações para cada categoria de centros ou até mesmo identificar outros níveis de centralidade. Mas isso não mudaria o aspecto principal para a compreensão de uma região metropolitana monocêntrica: a de que o CBD é o mais importante por concentrar maior quantidade de funções centrais e por conter algumas funções que não são encontradas em outros centros.

O que fica evidente a partir daquilo que temos discutido até aqui é que as relações entre os centros em uma região metropolitana monocêntrica são principalmente relações hierárquicas e também complementares. Hierárquicas porque temos uma clara hierarquia de centros em que cada categoria de centro temos um nível de centralidade superior. Isto ocorre porque o centro de centralidade superior sempre apresenta funções centrais que não são encontradas no centro de hierarquia imediatamente inferior, enquanto o CBD concentra funções que só são encontradas nesse centro. Complementares porque um centro de hierarquia inferior apresenta funções em comum com o centro de hierarquia imediatamente superior, o que significa que todo centro é também para parte dos consumidores, um centro de hierarquia inferior. Como isso ocorre? Vejamos as funções centrais mnop presentes na figura acima, aquelas que identificam o nível de centralidade de subcentro de bairro. Estas funções centrais estão presentes em todos os outros centros de centralidade superior, isso significa que para alguém que mora próximo ao CBD e para ele se desloca devido a essas funções centrais o CBD não deixa de ser também um subcentro de bairro.

Para a compreensão da centralidade metropolitana no presente trabalho, precisamos considerar esse fenômeno em três escalas distintas: em uma primeira escala temos a formação dos centros intrametropolitanos, em áreas espacialmente restritas, e as relações entre esses centros, que se relaciona com a segunda tradição de estudos sobre centro e centralidade; em uma outra escala, temos a centralidade dos municípios dentro da região metropolitana, que é resultado da importância do conjunto de centros intrametropolitanos presentes nesse município; em uma terceira escala temos a centralidade da região metropolitana como um todo que é o resultado conjunto da centralidade de todos os municípios e se expressa diretamente na escala regional, relacionado ao papel dessa região na rede urbana regional ou nacional. Nosso foco nesse trabalho estará na centralidade a nível municipal e nesse sentido quando falamos em centro estamos nos referindo a essa

escala e quando nos referimos a centros intrametropolitanos ou ao CBD estamos nos referindo aos centros formados no interior de um município metropolitano.

3.0.4. A monocentralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir da caracterização da monocentralidade feita até podemos nos voltar agora para a caracterização da evolução da região metropolitana do Rio de Janeiro como monocêntrica. A tabela 18 apresenta informações que apontam para a grande concentração de atividades terciárias na metrópole, que se constitui no principal centro metropolitano, o que permite caracterizar essa região metropolitana como monocêntrica. Os dados são de 1985, os mais antigos disponíveis, dados esses que refletem um padrão histórico de concentração de atividades terciárias na metrópole que tendia a reproduzir essa região como monocêntrica. As informações são baseadas nos subsetores do IBGE, nível de informação mais desagregada para o ano de 1985, dentro da base de dados da RAIS – MTE:

Tabela 18: Unidades locais, comércio e serviços Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985

Município	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituições financeiras	Com. e Administração de Imóveis	Transportes e Comunicações	Serv. de Alojamento e Alimentação	Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	Ensino	Administração Pública
Rio de Janeiro	69.52	82.17	84.79	90.15	77.62	79.24	74.26	69.44	67.93
Eixo Oeste									
Belford Roxo	0.00	0.00	0.00	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Duque de Caxias	4.56	3.12	2.19	1.33	5.00	3.12	3.74	4.14	3.98
Itaguaí	0.71	0.31	0.64	0.13	0.64	0.52	0.45	0.15	1.90
Japeri	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Mangaratiba	0.17	0.02	0.19	0.06	0.32	0.27	0.03	0.00	1.14
Mesquita	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Nilópolis	1.17	0.71	0.64	0.27	0.53	0.63	1.41	0.70	1.14
Sao Joao de Meriti	3.00	2.68	0.97	0.52	1.91	1.49	1.99	1.89	2.09
Seropédica	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Eixo Norte									
Guapimirim	0.00	0.00	0.00	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Mage	1.13	0.50	0.64	0.26	1.12	0.53	0.99	0.70	1.71
Eixo Leste									
Itaboraí	0.77	0.37	0.45	0.16	1.12	0.34	0.58	0.40	1.52
Maricá	0.30	0.10	0.26	0.17	0.27	0.19	0.07	0.15	0.95
Niterói	7.63	3.41	4.77	4.06	3.93	7.61	8.98	8.92	9.49
Nova Iguaçu	6.25	3.66	2.77	1.75	4.36	3.64	4.63	7.73	4.93
Queimados	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Sao Gonçalo	4.79	2.95	1.68	1.09	3.19	2.42	2.88	5.78	3.23
Tanguá	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Região metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Como podemos constatar pela análise da tabela, temos um elevado grau de concentração de atividades terciárias na metrópole, fruto de um processo de metropolização marcado por intensa concentração de atividades econômicas em geral, e de atividades terciárias em especial, na metrópole. Este elevado grau de concentração é característico da configuração da centralidade da região metropolitana como monocêntrica, sendo, portanto uma forte evidência de que nesse período podemos caracterizar a região metropolitana do Rio de Janeiro como monocêntrica.

Por outro lado, temos que após a metrópole, os únicos municípios que alcançaram alguma expressividade em termos de concentração de atividades terciárias foram os municípios de: Duque de Caxias; Nova Iguaçu; Niterói; São

Gonçalo e num patamar inferior São João de Meriti. Esses municípios se configurariam, portanto, como os principais subcentros dentro da hierarquia de centros presente na região metropolitana à escala municipal, cuja centralidade deve ter um alcance, nesse período, apenas inferior a metrópole. Isto significa que estes municípios devem representar os locais de oferta de bens e serviços de uso mais frequente para a maioria dos moradores desses municípios e de áreas próximas sendo que em alguns casos o deslocamento até a metrópole se torna inevitável seja porque a metrópole apresenta uma maior diversidade de atividades terciárias, seja porque algumas atividades só são encontradas nesse centro. Em outro patamar estão os demais municípios que devido à reduzida concentração de atividades terciárias, só devem se constituir como centros de oferta de bens de consumo mais frequente e, portanto, com um nível de centralidade inferior que não ultrapassa a área do município.

Nesse sentido a partir da análise da tabela poderíamos concluir que no período de desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como monocêntrica, temos uma estrutura de centros, a escala municipal, que se organiza a partir de três níveis hierárquicos: num primeiro nível está o centro principal, que corresponde a metrópole, principal porque esse centro tem o maior alcance em sua centralidade, ou seja toda a região metropolitana e também porque nesse centro temos a maior diversidade de funções centrais sendo que algumas funções centrais só são encontradas nesse centro; num segundo nível estão aqueles municípios que podem ser denominados como subcentros regionais, uma vez que o alcance da sua centralidade pode extrapolar a área desses municípios, devido a concentração de atividades terciárias presentes nesses centros; em um terceiro nível estão o restante dos municípios metropolitanos, que poderiam ser classificados como centros locais, uma vez que o fraco grau de concentração de atividades nesses centros indica que eles ofertam apenas bens e serviços de consumo mais frequente para uma área restrita que não deve superar a área do município.

A região metropolitana pode ser caracterizada como monocêntrica, pois em todos os subsetores em que se subdividem as atividades comerciais e de serviços, encontramos pelo menos cerca de 70% das unidades locais de cada um desses subsetores na metrópole. Tal grau de concentração está diretamente relacionado com a presença no interior da metrópole, do mais importante centro

intrametropolitano dentro da região metropolitana, centro esse que se desenvolveu próximo à zona portuária do Rio de Janeiro e tem sua formação ligada a convergência/divergência de diferentes fluxos que chegavam a esse centro através de várias ferrovias que tinham seus terminais próximos a esse centro, em especial, a ferrovia Central do Brasil e a estrada de ferro Leopoldina. A proximidade das ferrovias e do porto tornará esse local um ponto de convergência, tendo grande acessibilidade ao restante da região metropolitana em formação e favorecendo a ocorrência do processo de centralização que irá constituir esse centro a partir da ação das forças centrípetas e centrífugas. No entanto outros subcentros que se formam na metrópole também tem importância para compreensão da monocentralidade da região metropolitana na qual a metrópole se coloca como o centro mais importante em termos de alcance e intensidade de sua centralidade.

Um exemplo de estudo sobre a configuração da região metropolitana do Rio de Janeiro como monocêntrica é o trabalho de Duarte (1974). A autora a partir de um estudo empírico classifica os subcentros da cidade do Rio de Janeiro, levando em conta a complexidade funcional e a intensidade dos fluxos, em: centros funcionais de primeira categoria (Copacabana, Tijuca, Ipanema, Méier, Catete, Madureira); centros funcionais de segunda categoria (Penha, Campo Grande, Cascadura, Ramos, Leblon, Bonsucesso); centros funcionais de terceira categoria (Pilares e Bangu). Os centros funcionais de primeira categoria, são centros bem equipados e diversificados, que concentram mais de 12 funções centrais, os centros funcionais de segunda categoria apresentam entre 8 e 12 funções centrais, e os centros funcionais de terceira categoria apresentam de 4 a 7 funções centrais. Portanto, podemos concluir que embora o CBD metropolitano seja aquele que mais contribui para a constituição da metrópole como o principal centro metropolitano, outros subcentros presentes na metrópole, principalmente aqueles de primeira categoria, que apresentam maior diversidade de funções centrais, também contribuem para esse resultado.

Entre as atividades terciárias que constam na tabela os menores graus de concentração estão presentes no comércio varejista, no ensino e na administração pública. Os motivos para isso são facilmente compreensíveis, o comércio varejista é normalmente a atividade terciária que tende a se descentralizar primeiro uma vez que sua expansão está diretamente ligada à distribuição da renda na região

metropolitana. A medida que a região se expande surgem concentrações populacionais fora da metrópole e existe um estímulo a descentralização dessa atividade. O ensino é também uma atividade que está muito ligada à presença de concentração populacional e normalmente, principalmente em relação aos níveis inferiores de ensino é uma atividade na qual os consumidores em potencial não aceitam grandes deslocamentos, buscando normalmente escolas próximas a sua casa. O fato de que boa parte das instituições de ensino são públicas não tendo, portanto uma localização regida apenas pela lógica do mercado é também outro elemento que explica essa maior descentralização. A administração pública é outro tipo de atividade terciária com maior nível de descentralização em especial em um país como o Brasil com um longo histórico de importância do município na política nacional.

Por outro lado os maiores graus de concentração estão presentes nas instituições financeiras e nas atividades ligadas ao setor imobiliário. A bibliografia aponta que estas atividades são justamente aquelas que apresentam na maioria das regiões metropolitanas monocêntricas, o mais alto grau de concentração na metrópole, estando justamente entre aquelas atividades que demoram mais a sofrer a ação das forças centrífugas e, portanto da descentralização. Justamente, por isso alguns autores utilizam justamente essas atividades como indicadores do processo de descentralização contemporânea associado à formação da região metropolitana policêntrica. Fujii; Hartshorn (1995, p 682), por exemplo, utilizam como indicador da descentralização um conjunto de indicadores relacionados as atividades terciárias identificados pelos autores pela sigla FIRE – Finanças, seguros e setor imobiliário³⁷, sendo que grosso modo, a categoria instituições financeiras da tabela, corresponde aquilo que os autores denominam finanças e seguros enquanto a categoria compra e administração de imóveis da tabela corresponde aquilo que os autores denominam setor imobiliário. Tais atividades foram escolhidas no trabalho acima citado por terem historicamente um alto grau de concentração nas metrópoles, justamente como ocorre na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que permite afirmar que o desenvolvimento dessa região até esse momento pode ser caracterizado como monocêntrico.

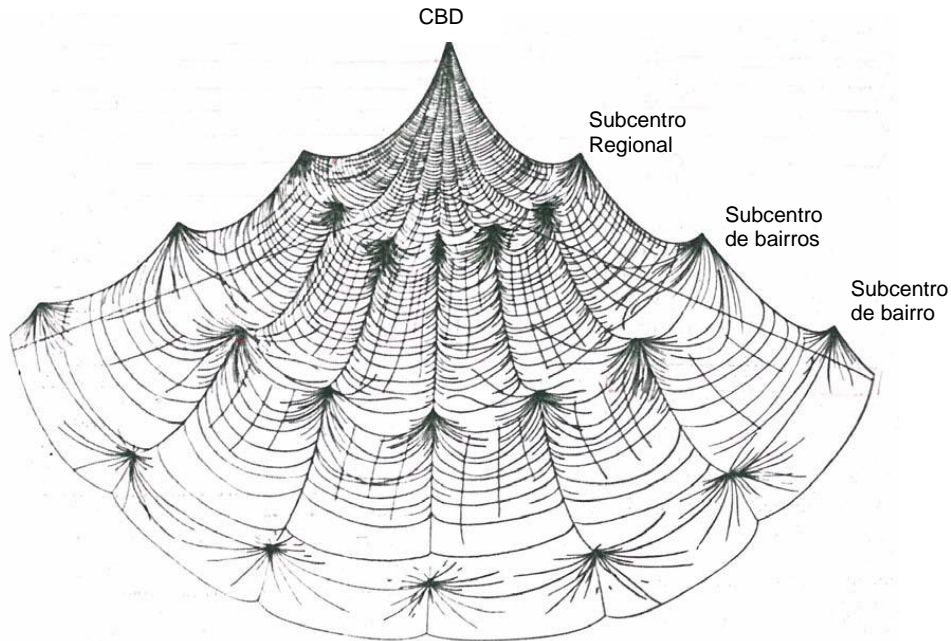
³⁷ Financial, insurance and Real Estate, no original.

A monocentralidade, na região metropolitana do Rio de Janeiro, se caracteriza por uma grande concentração de atividades terciárias na metrópole, o que significa que este centro é não apenas aquele que possui a maior concentração e diversidade de atividades terciárias, mas também algumas atividades que só são encontradas nesse centro. Portanto, na hierarquia que se conforma a partir dessa monocentralidade a metrópole se coloca como o principal centro metropolitano. Isto significa que esse centro terá a maior intensidade e alcance da sua centralidade dentro da região metropolitana, ou seja, ele não apenas terá a capacidade de atrair um volume muito maior de fluxos do que outros centros, mas também que algumas atividades terciárias somente serão encontradas nesse centro.

Esse alto grau de concentração e diversificação das atividades terciárias, e o intenso fluxo de pessoas, mercadorias e informação em direção a esse centro colocarão a metrópole como o mais importante nó dos sistemas de transporte e da malha viária da região. Esse é um dos motivos que explicam o fato de que toda a malha viária bem como os sistemas de transportes coletivos, em geral, convergiam para a metrópole, o que reforça a sua acessibilidade e, portanto, sua centralidade.

A monocentralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro é também uma das explicações para o fato de que a metrópole, ou pelo menos algumas porções da metrópole, possuíam os mais altos níveis de preços da terra. Como as atividades terciárias tem uma maior capacidade de pagar pela localização central, e como as funções centrais na região metropolitana se concentram de forma intensa na metrópole, a ampliação do preço das áreas dos centros e subcentros presentes na metrópole condiciona a valorização da metrópole como um todo a partir da proximidade com esses centros. Berry (1971) foi um dos autores que chamaram a atenção para a importância dos centros metropolitanos para a compreensão dos padrões da estrutura de preços da terra dentro de uma região metropolitana, como apontado na figura 9:

Figura 9: Esquema de ampliação do preço da terra a partir dos centros e subcentros dentro de uma região.



Fonte: Berry (1971).

Como aparece nesse esquema os centros representam dentro da estrutura de preços da terra na região metropolitana monocêntrica, os pontos nos quais estão presentes os mais altos preços da terra, justamente pela concentração de atividades terciárias presentes nesses centros. Dentro de cada centro existe um pico com os mais altos preços da terra, denominado pelo autor de core, ou seja, o local de máxima concentração de atividades terciárias dentro de um centro. A estrutura dos preços da terra dentro da região metropolitana, portanto, estaria diretamente relacionada com a estrutura dos centros metropolitanos, ou seja, os maiores preços da terra eram encontrados no CBD e em relação aos outros centros os níveis de preço da terra correspondem ao seu nível de centralidade. Em outras palavras em um subcentro regional os preços da terra são maiores do que em um subcentro de bairros, enquanto em um subcentro de bairros o preço da terra será maior que em um subcentro de bairro.

O importante colocar é que em uma região metropolitana monocêntrica, o fato dos maiores preços da terra estarem presentes nos centros intrametropolitanos, em especial no CBD, irá influenciar toda a dinâmica da estrutura de preços da terra na região metropolitana como um todo. Como a proximidade a um dos centros é um fator muito importante na dinâmica da ampliação dos preços da terra na região metropolitana, uma vez que os centros são os principais locais de oferta de bens e

serviços assim como áreas de concentração de empregos, a proximidade ou o distanciamento dos centros será um dos fatores que irá influenciar na determinação dos preços da terra em cada local específico da região metropolitana, juntamente a outros fatores como a disponibilidade de infraestrutura.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a monocentralidade irá favorecer uma ampliação dos preços da terra na metrópole, seja no entorno imediato dos centros intrametropolitanos, seja na metrópole como um todo. Essa ampliação, como já vimos anteriormente, guarda relação com a expansão territorial metropolitana em outros municípios, que possuem menores preços da terra, baseada principalmente na produção de moradias para trabalhadores que não tem condições de pagar por uma moradia na metrópole, o que obriga a deslocamentos cotidianos entre os locais de moradia, e a metrópole que concentra a maior parte da oferta de trabalho.

Assim, a maneira como se dá a expansão territorial da região metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto região metropolitana compacta está diretamente relacionada com a monocentralidade, enquanto forma histórica de configuração da centralidade metropolitana, uma vez que essa monocentralidade leva a uma tendência de intensa e constante ampliação dos preços do solo na metrópole, que estimula a expansão territorial associada à produção de moradias para os trabalhadores. Expansão territorial essa, que como vimos, na região metropolitana do Rio de Janeiro, irá se dar principalmente a partir de eixos que partem da metrópole.

A partir disso podemos concluir que existe uma profunda relação entre a monocentralidade, como forma histórica de configuração da centralidade e a forma compacta da região metropolitana do Rio de Janeiro, podendo ser vistos, ambos como elementos de um padrão de produção do espaço metropolitano dominante nessa região desde o início de sua formação, nas primeiras décadas do século XX até aproximadamente meados da década de 1990, em que os sinais da reestruturação espacial começam a se mostrar de forma mais intensa nessa região.

Quando falamos em região metropolitana compacta estamos nos referindo a uma forma, mas não a forma de alguma área ou objeto dentro dessa região, mas a forma da região metropolitana como um todo. Essa forma é compacta não apenas pelo alto grau de concentração populacional e econômica na metrópole, mas porque

a expansão territorial se dá com a manutenção dessa forma. Por outro lado quando nos referimos a monocentralidade, estamos nos referindo a um padrão estruturado de relações entre os centros metropolitanos, no qual um dos centros, a metrópole, tem uma posição hierárquica superior aos demais, o que remete a maneira como se distribuem as funções centrais dentro da região metropolitana, e também a estrutura de centros que se estabelece a partir dessa distribuição. Justamente por concentrar uma maior diversidade de funções centrais e por apresentar um conjunto de funções centrais somente encontrados nesse centro, a metrópole se coloca como o centro de maior nível hierárquico a partir das relações que se estabelecem entre eles.

No entanto tanto a monocentralidade quanto a forma compacta não podem ser vistas como condições da região metropolitana, mas como o resultado de um processo contínuo de produção. Isto significa que a região metropolitana não possui simplesmente uma forma compacta e é monocêntrica, mas esta região a medida que é produzida está sendo constantemente reproduzida como compacta e monocêntrica. Tal afirmação é importante no sentido de nos afastarmos de visões que apenas descrevem uma realidade como se essa fosse à única possível e tivesse existido desde sempre. Quando afirmamos que a região metropolitana compacta e monocêntrica é fruto de um processo de produção que constantemente a reproduz como compacta e monocêntrica, estamos apontando que tais características embora tenham certa estabilidade, são resultado de um contínuo processo de produção que pode sofrer fortes alterações ao longo do tempo.

Tal relação entre estabilidade e fluxo, permanência e ruptura, consolidação e transformação é fundamental para compreender a maneira como se dá a oposição entre a característica ou resultado, aparentemente estável, e o mutável processo que levou a constituição dessa característica. Assim precisamos levar em conta que tanto a característica quanto o processo que levou ao surgimento dessa característica estão inseridos em um contexto histórico específico e surgem a partir de demandas específicas da sociedade capitalista a partir do seu grau de desenvolvimento. A região metropolitana compacta e monocêntrica está diretamente relacionada ao desenvolvimento do fordismo, ou em outras palavras a região metropolitana compacta e monocêntrica, é uma forma de tradução das demandas do fordismo a partir de uma forma de produção do espaço.

O fordismo pode ser visto como uma estratégia de desenvolvimento capitalista na qual o principal objetivo é aumentar a produtividade através de economias de escala, economias que são obtidas a partir da produção em massa. Quando se amplia a escala da produção, os custos fixos de produção são diluídos em uma produção maior, o que reduz os custos e aumentam os lucros e a produtividade. É por isso que a busca de economias de escala através da produção em massa é o principal objetivo do fordismo (HARVEY, 2000). Ocorre que para se obter economias de escala é preciso que haja uma concentração dos fatores produtivos como força de trabalho; tecnologia; mercado consumidor; etc, em áreas relativamente restritas, uma vez que é impossível se obter economias de escala se os fatores produtivos estiverem dispersos pelo território. Em outras palavras, no fordismo para se obter as economias de escala internas a firma é preciso constituir as economias de localização e urbanização externas a firma. Feldman (2010, p 2) explora essa relação no trecho a seguir:

A grande indústria impõe uma racionalidade na organização do território urbano onde a graduação de centros é componente fundamental. A produção taylorista coloca a necessidade de pensar a localização das grandes plantas produtivas – incômodas e aglutinadoras de externalidades – o que condiciona a separação das zonas de trabalho das zonas de residência. À desordem urbana representada pelos bairros populares onde se misturam cortiços, oficinas, etc., corresponde a separação precisa das zonas residenciais de ricos e pobres. A estas separações se agrega uma estrutura polar que dá sustentação à vida cotidiana da moradia e dos negócios. Nessa perspectiva, a indústria, o comércio, os serviços, as atividades administrativas, se distribuem ou se concentram no território seletivamente.

A grande escala da produção fordista, portanto, condiciona por um lado a concentração de atividades industriais em algumas partes das cidades enquanto em outras, nos centros se concentram as atividades terciárias. À medida que temos uma produção em massa as trocas e o consumo precisam se dar em ritmo acelerado. E o centro terciário é o espaço ideal no sentido de otimizar a realização das trocas com o objetivo de viabilizar a produção fordista. Assim de certa maneira, embora a produção industrial possa se destinar a diferentes destinos, em diferentes escalas, não podemos deixar de notar que o centro é como se fosse a contrapartida espacial da relação entre produção em massa e consumo em massa. Se a produção em massa dependia de produção de grandes aglomerações industriais, o consumo em massa dependia da produção de grandes aglomerações de atividades terciárias, os centros.

Justamente por serem espaços com alto grau de concentração de atividades econômicas e população e, portanto dos fatores produtivos, as regiões metropolitanas serão espaços preferenciais para a implementação do fordismo enquanto estratégia de desenvolvimento capitalista. À medida que o fordismo se desenvolve nessas regiões metropolitanas, surge uma série de demandas desse sistema produtivo que são estímulos a transformações espaciais nessas regiões metropolitanas. Assim podemos identificar a partir da difusão do fordismo ao longo das primeiras décadas do século XX, um período de reestruturação espacial, em que a maioria das regiões metropolitanas irá se transformar a partir das novas demandas do capitalismo.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, esse processo de metropolização irá ocorrer no entorno da cidade do Rio de Janeiro, espaço que devido à situação econômica e política havia sofrido um processo de centralização anterior, que daria as condições para o surgimento do processo de metropolização nessa área em um período anterior, inclusive a adoção do fordismo no Brasil. Em sua formação essa região metropolitana irá se constituir como uma região compacta e monocêntrica, justamente porque essas características se relacionam diretamente com o alto grau de concentração exigido para a viabilização da produção fordista. Assim podemos afirmar que a monocentralidade e forma compacta da região metropolitana são a maneira pela qual a região metropolitana a partir da sua produção traduz a necessidade de concentração de fatores produtivos que o fordismo necessita.

A ideia de tradução, já utilizada no capítulo anterior, é bastante útil no sentido de apontar que se tratam de processos distintos mais com profunda e mútua interação. A forma compacta é uma tradução da necessidade de concentração de fatores produtivos pelo fordismo, uma vez que essa forma indica um alto grau de concentração de atividades econômicas, força de trabalho e mercado consumidor na metrópole, algo que interessa diretamente ao sistema de produção fordista que exige concentração de fatores produtivos para o desenvolvimento da produção. A monocentralidade é também uma forma de tradução já que implica em um alto grau de concentração de atividades terciárias na metrópole.

Assim apesar das diferenças entre esses dois aspectos constitutivos da região metropolitana do Rio de Janeiro, as semelhanças não se limitam ao fato de que a monocentralidade e a forma compacta se desenvolveram nessa região em um

mesmo período histórico, ou seja, desde o final do século XIX até meados da década de 1990, mas também porque podemos considerar a forma compacta da região metropolitana e a sua monocentralidade como facetas de um padrão de produção do espaço metropolitano que se desenvolveu nessa região, diretamente relacionados com as necessidades do fordismo.

Esse padrão de produção do espaço metropolitano está diretamente relacionado com a demanda de concentração de fatores produtivos presente no fordismo sendo que a monocentralidade e a forma compacta podem ser vistas como a maneira como as regiões metropolitanas traduzem essa necessidade de concentração, uma vez que tanto a forma compacta quanto a monocentralidade são facetas de uma região metropolitana com alto grau de concentração de atividades econômicas e população na metrópole. Assim podemos afirmar que a monocentralidade e a forma compacta são elementos de um padrão de produção do espaço capitalista altamente concentrado, que se coloca como a tradução da demanda do fordismo por economias de escala que só são possíveis a partir da concentração de fatores produtivos, com o surgimento de economias de localização e urbanização.

Em um período mais recente, temos uma mudança radical nessa forma histórica de configuração da centralidade metropolitana a partir da monocentralidade. A partir desse processo, que denominamos reconfiguração da centralidade metropolitana, a distribuição das funções centrais entre os centros metropolitanos é radicalmente alterada. A partir dessas alterações se conforma aquilo que poderia ser denominado como uma região metropolitana policêntrica. Compreender esse processo na região metropolitana do Rio de Janeiro é o objetivo do próximo capítulo.

BIBLIOGRAFIA.

- BERRY, B.J. L. General features of urban commercial structure. In: BOURNE, L. S.(org). **Internal Structure of the city: readings on space and environment.** Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- CHRISTALLER, W. **Central places in southern germany.** New Jersey: Prentice Hall, 1966.

- COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: MAYER, H. M.; KOHN, C.F. (org). **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulistana: expansão recente**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1979.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- DUARTE, H. S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias, os centros funcionais. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 36, núm. 1, p 53-98, jan-mar, 1974.
- FELDMAN, S. Mutações na centralidade da metrópole paulistana: da centralidade hierarquizada à centralidade difusa e polivalente. Mendoza: **Anais do XI Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre globalización y territorio - RII**, 2010.
- FORCHEZATTO, A. **Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo**. In: FEE. O ambiente regional: três décadas de economia gaúcha, 2010.
- FUJUI, T.; HARTSHORN, T. A. The Changing metropolitan structure of Atlanta, Georgia: locations of functions and regional structure in a multinucleated urban area. **Urban Geography**, vol.16, num. 8, pp 680-707, 1995.
- GIULIANO, G; SMAILL, K. A. Subcenters in the Los Angeles region. **Regional Science and Urban Economics**, nº 21, p 163-182, 1991.
- GRIFFIN D. W; PRESTON, R.E. A restatement of the “transition zone” concept. **Annals of association of American Geographers**, vol. 56, núm. 2, p 319-327, 1966.
- HAIG, R. M. Toward an understanding the metropolis. In: SMITH, R.H.T; TAEFLE, E.J; KING, L.J. **Readings on Economic Geography**. Chicago: Rand Mcnelly, 1968.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- KOHN, C.; MAYER, R. (eds.): **Readings in Urban Geography**. In: Appraisal Journal. Chicago: The Chicago University Press, p. 214 – 222, abr. 1958.

LEFEBVRE, H. . Quando a cidade se perde na metamorfose planetária. Tradução de Sandra Lencioni. Paris: *La Somme et le Reste*, n. 3, février, 2004. No prelo.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril, 1982.

MURPHY, R. E; VANCE, E. Delimiting the CBD. In: MAYER, H. M; KOHN, C.F. (org). **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

PROUDFOOT, M. J. City Retail Structure. In: MAYER, H. M; KOHN, C.F. (org). **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Atica, 1993.

REIS, L. C. T. **Descentralização e desdobramento no núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na grande Vitória – ES**. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Matemática e Ciências da Natureza, UFRJ, 2007.

RIBEIRO FILHO, V. **A configuração da Área central de Manaus e sua dinâmica recente**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, UFRJ, 2004.

RIBEIRO, W. Para além **das cidades: centralidade e reestruturação urbana em Londrina e Maringá**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UNESP, 2006.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SERPA, V. S. **O subcentro comercial do Méier: contribuição ao estudo da estrutura varejista intra-urbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Matemática e Ciências da Natureza, UFRJ, 1991.

SPOSITO, M. E. B. O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, USP, 1991.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Unesp, 2003.

3.1. A transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro em uma região policêntrica.

Assim como a forma da região metropolitana, a configuração da centralidade metropolitana tem sido radicalmente alterada nas últimas décadas. Tais transformações têm chamado à atenção de um grande número de pesquisadores em diversos países que tem notado um crescente policentrismo das regiões metropolitanas, que estaria associado a uma perda relativa de importância do CBD ao passo que temos grandes transformações nesses centros que se dão principalmente a partir do processo de gentrificação. Tais processos estão diretamente relacionados com a metropolização e as dinâmicas de concentração de atividades econômicas no capitalismo.

3.1.1. A concepção de policentralidade.

Como poderíamos então esboçar uma definição de policentralidade de maneira a contrapor a configuração da centralidade em uma região metropolitana monocêntrica e policêntrica? Whitacker (2003, p 27) aponta algumas pistas sobre a policentralidade no trecho abaixo:

a) uma centralidade múltipla na medida em que não mais temos um centro único, mas uma diversificação de áreas centrais; b) uma centralidade cambiante decorrente e incorrente dos fluxos e da fluidez destes; c) uma centralidade complexa, uma vez que articula fluxos e redes em escalas complexas e complementares e as recentraliza de maneira segmentada e especializada; d) uma centralidade polinucleada que recentraliza novas áreas centrais de maneira especializada, funcional e socioespacialmente.

Como resultante do processo de produção do espaço metropolitano temos, portanto, uma centralidade que se reconfigura e se reorganiza a partir de novos parâmetros. Essa centralidade é múltipla justamente por ser policêntrica, ou seja, por apresentar muitos e diversificados centros sem que se possa apontar que um deles, segundo o grau de concentração de cada categoria de atividade terciária, é mais importante do que os outros em relação a todas as categorias. Uma centralidade produzida de forma cambiante, não porque a centralidade configurada de forma monocêntrica fosse estável mais porque as mudanças se dão agora num ritmo muito mais acelerado. A centralidade é também produzida de forma mais complexa porque os centros tem uma natureza diferente entre si, sendo muitos deles especializados funcional ou socialmente o que leva a que as relações entre os

centros se deem a partir de padrões mais complexos e muitas vezes não necessariamente hierárquicos.

Tais transformações estão diretamente associadas a um conjunto de interesses de agentes capitalistas, fortemente interessados e atuantes nesse processo de reconfiguração da centralidade metropolitana. Entre esses agentes estão aqueles para quais os centros são um local fundamental para a reprodução de seu capital, e especialmente um instrumento de aceleração da rotação do capital, ao permitir a partir da concentração de atividades terciárias, um maior volume de vendas e com isso um encurtamento do período necessário para a conversão da mercadoria em dinheiro. Outro grupo de agentes são aqueles que têm na produção dos centros e de sua centralidade a sua atividade econômica principal, sendo que a produção do centro é apenas uma estratégia para auferir ganhos a partir do arrendamento dos imóveis ou com o aumento dos preços do mercado dos imóveis dentro e no entorno dos centros.

As características da policentralidade, elencadas anteriormente, podem ser vistas, portanto como o resultado conjunto da atuação desses agentes capitalistas bem como de outros agentes, em torno da produção dos centros e das centralidades desses centros, assim como da centralidade de toda a região metropolitana. Vamos retomar agora cada um dessas características da policentralidade, sempre tendo como foco a região metropolitana, embora tenhamos sempre em mente que o policentrismo como processo de alteração da estrutura dos centros também está presente em aglomerações não metropolitanas. Todos esses aspectos apontados pelo autor acima citado e que são característicos da policentralidade contemporânea representam rupturas em relação à região metropolitana monocêntrica da mesma maneira que temos também permanências em relação a essa forma da configuração da centralidade metropolitana, o que nos permite afirmar que o monocentrismo e o policentrismo são maneiras bem distintas de configuração da centralidade em uma região metropolitana, o que significa que nesses dois casos temos padrões de relações diferentes entre os centros.

Porém antes de prosseguirmos na análise dessas diferenças precisamos ressaltar dois pontos importantes: primeiro que o processo a partir do qual uma região monocêntrica tende a se tornar crescentemente policêntrica faz parte do

processo de metropolização, e assim sendo tal processo não representa uma ruptura completa, mas uma tendência de transformação que não elimina completamente os padrões de relações entre os centros que existiam anteriormente, e assim sendo a relação entre ruptura e permanência precisa ser reafirmada ao discutirmos essa transição. Essa transição se manifesta a partir da década de 1970, com ritmos e intensidades diferenciadas entre as regiões metropolitanas de diferentes locais do mundo. Os fatores associados a essa transformação são comumente descritos na literatura sobre a temática como relacionados a mudanças no gosto dos consumidores, avanços nas tecnologias de transporte e de telecomunicações. Tais fatores apesar de serem válidos são insuficientes para a explicação da reconfiguração da centralidade metropolitana.

Tal reconfiguração está diretamente associada a uma estratégia do capital, que se consolida a partir da crise e da reestruturação espacial, que coloca a produção do espaço, e especialmente do centro e da centralidade, no cerne de uma estratégia de reprodução do capitalismo. Um exemplo bastante evidente, mas com certeza não o único, dessa estratégia, são os shopping centers, empreendimentos que em sua aparência podem ser vistos como centros comerciais, mas que são fundamentalmente estratégias para a obtenção de ganhos imobiliários seja a partir da renda do aluguel seja a partir do aumento dos preços de mercado dos terrenos do entorno do shopping. Carlos (2001) a partir de uma análise na cidade de São Paulo aponta outro interessante exemplo, que se refere à produção de edifícios comerciais, produzidos a partir de uma operação urbana que cria condições para a expansão física do centro de São Paulo. Assim a produção desses imóveis é tanto uma estratégia de reprodução do capital quanto uma iniciativa que contribui para expandir a área central de São Paulo.

Portanto os centros e a centralidade são tanto um aspecto da produção do espaço que dão suporte ao desenvolvimento das atividades capitalistas, quanto uma atividade lucrativa em si, seja nas regiões metropolitanas monocêntricas ou policêntricas. Ocorre que a produção do centro e da centralidade como atividade lucrativa em si tem se intensificado nas regiões metropolitanas policêntricas. Se a natureza dos centros em uma região metropolitana policêntrica é mais diversa, isto decorre, entre outros fatores, do fato de que os centros e a centralidade são em

grande parte uma produção intencional, visando o lucro e que atende, portanto a interesses diferentes, de variados agentes capitalistas.

O primeiro aspecto da policentralidade a se ressaltar é que a centralidade da região metropolitana não se configura a partir de um centro principal, cujo grau de concentração é superior em todas as atividades terciárias, mas a partir de um conjunto de centros diferenciados entre si e ao mesmo tempo integrados em uma mesma dinâmica metropolitana. Nesse sentido podemos falar em uma centralidade múltipla, pois temos muitos centros, com níveis de importância diferenciados em relação a cada atividade terciária, sendo que este conjunto de centros que compõem a estrutura de centros da região metropolitana estão integrados a uma mesma dinâmica metropolitana ao mesmo tempo em que de competem pelos investimentos direcionados aos centros. A centralidade é múltipla não apenas pela existência de mais de um centro, mas porque estes são qualitativamente diferentes uns dos outros, sendo que um desses centros pode ter um grau de concentração de uma determinada atividade terciária mais elevada que todos os outros centros e ao mesmo tempo não possuir uma concentração significativa de outra atividade terciária. Na região metropolitana monocêntrica poderíamos ter mais de um centro, mas sempre tínhamos um centro principal, por possuir maior diversidade de funções centrais e por apresentar algumas funções centrais que não eram encontradas em outros centros. Com a tendência de transformação da região metropolitana em policêntrica temos uma redistribuição das funções centrais presentes na região metropolitana, o que leva a configuração de uma região metropolitana policêntrica justamente a partir do fato de que as diferentes funções centrais passam a estar presentes em outros centros seja com certo grau de diversificação ou de forma especializada.

Precisamos ressaltar que esse processo de redistribuição de funções centrais, se dá a partir do fortalecimento das forças centrípetas que atuam em outros centros metropolitanos e assim sendo tal processo pode ser visto como uma nova etapa do processo de descentralização estando inserido na dinâmica mais ampla de metropolização. Na região metropolitana policêntrica os centros tendem a se tornar gradativamente mais diferenciados qualitativamente, enquanto na região metropolitana monocêntrica os centros são essencialmente iguais sendo as diferenças entre eles apenas de grau, como ocorre quando um centro de hierarquia

superior possui uma quantidade de funções maior que um centro de hierarquia inferior. A diferença entre o CBD e um subcentro em uma região metropolitana monocêntrica, por exemplo, é fundamentalmente de grau uma vez que ambos os centros possuem uma concentração diversificada de atividades terciárias, sendo que a diferença é que no CBD temos uma diversificação maior das atividades presentes. Mas todos os centros possuem diversidade funcional e estão voltados para o abastecimento de toda a população do seu entorno. Na região metropolitana policêntrica a diferença entre os centros não é apenas de grau, mas uma diferença qualitativa, uma vez que estes centros têm características distintas e em alguns casos são especializados funcional ou socialmente. Além disso, na região metropolitana policêntrica, comumente o próprio centro é produzido como uma atividade lucrativa, o que raramente ocorria na região metropolitana monocêntrica.

Assim podemos afirmar que “(...) se constatamos a existência de mais de um centro, temos uma multicentralidade. Se constatamos diferentes níveis de especialização e importância desses centros, estamos em face de uma policentralidade”. (SPOSITO, 2010, p 205). Portanto a região metropolitana na atualidade tenderia a se tornar crescentemente policêntrica (LEFEBVRE, 1999) uma vez que temos não apenas uma multiplicidade de centros, mas também centros qualitativamente diferentes entre si. O que nos leva a segunda característica, ou seja, os centros em uma região metropolitana policêntrica possuem diferentes níveis de especialização e importância o que significa que são ou pelo menos podem ser produzidos de formas diferenciadas uns em relação aos outros.

Segundo Sposito (2010) a especialização dos centros, característica que se torna evidente com o policentrismo, pode se dar segundo duas principais vertentes: especialização social ou funcional. Ambos os aspectos representam uma ruptura em relação à maneira como os centros eram produzidos na região metropolitana monocêntrica, uma vez que nesse caso os centros não eram especializados nem socialmente, atendendo, portanto a todas as pessoas que viviam dentro do alcance desse centro, e também não eram especializados funcionalmente uma vez que tendiam a concentrar o máximo de funções centrais de acordo com a intensidade e alcance de sua centralidade.

A especialização social significa que um centro, seja ele planejado ou não, visa atender apenas uma classe ou um conjunto de classes sociais. Essa

especialização aparece claramente no tipo de lojas e ou atividades de serviços que o centro concentra, concentração que é direcionado para o público consumidor a qual o centro se destina. Os shoppings centers são um bom exemplo desse tipo de especialização uma vez que, principalmente nas regiões metropolitanas, é comum que esses centros sejam especializados socialmente, o que normalmente se relaciona com sua localização. Um centro voltado para a classe média alta, geralmente está localizado em um bairro nobre e concentra lojas voltadas para esse tipo público, sendo que nesse caso, lojas mais populares, com preços mais baratos e produtos padronizados podem ser evitadas pelos controladores do shopping por atraírem população de baixa renda.

A especialização funcional diz respeito à concentração de um determinado tipo de atividades terciárias em um centro, isso significa que um local embora se constitua em um centro ele não apresenta uma diversidade de atividades terciárias, mas uma especialização em uma ou poucas atividades. Um exemplo bastante conhecido dessa especialização funcional é a concentração de empresas de informática no entorno da Avenida Luis Carlos Berrini em São Paulo apontada por Frúgoli Júnior (2006).

Tal característica também está diretamente relacionada à atuação daqueles agentes que atuam na produção dos centros, comumente a partir de estratégias que visam auferir ganhos com o arrendamento dos imóveis ou com o aumento do valor de mercado dos terrenos do entorno. A partir dessas estratégias, tais agentes atuam para produzir centros, capazes de atender grupos específicos de renda, ou um conjunto específico de atividades terciárias. Como resultado dessa especialização nesses centros são produzidas condições ideais para instalação de um certo tipo de atividades terciárias preferencialmente em relação as outras. Um centro produzido para atrair empresas ligadas à informática, por exemplo, pode focar investimentos nas infraestruturas mais importantes para atender essa atividade e nesse sentido pode oferecer condições melhores para a instalação desse tipo de atividade do que em um centro mais diversificado.

Essa especialização significa, portanto um esfacelamento da centralidade metropolitana que permite reagrupar atividades terciárias segundo objetivos específicos, gerando uma realidade metropolitana crescentemente policêntrica já que há uma diversidade de centros e centros essencialmente diferentes uns dos

outros. Assim ao invés de termos uma centralidade que é de todos e para todos, independente do seu alcance e intensidade, ou seja, uma centralidade metropolitana expressada em um conjunto de centros em que cada um desses centros atendia a toda a população dentro de seu alcance e concentrava o máximo de atividades de acordo com a intensidade e alcance de sua centralidade, situação típica da região metropolitana monocêntrica, temos agora uma situação em que cada centro pode ser especializado funcionalmente ou socialmente, o que significa de certa maneira uma fragmentação da centralidade dos centros uma vez que eles irão atender apenas uma fração da quantidade de pessoas que eles em tese poderiam atender. E tal fato é preciso afirmar, não é um processo natural, mas uma consequência da forma como os centros são produzidos na atualidade.

Nesse sentido os próprios conceitos de alcance e intensidade precisam ser repensados, principalmente para a análise dos centros na escala intrametropolitano, uma vez que mediante essa especialização tais conceitos não têm mais a mesma validade para a compreensão dos centros atuais. Além disso, outras questões que estavam presentes, mas não tinham tanta importância na região metropolitana policêntrica se tornam cruciais nesse momento como aponta Ribeiro (2006):

No que tange à centralidade, as questões: “de que e para quem?” tornam-se fundamentais, já que os lugares tornam-se centrais para quem possui acesso a eles. Quando o acesso não é possibilitado, a centralidade não se realiza, ou melhor, a centralidade torna-se seletiva e a cidade passa a ser estruturada por uma nova lógica, a da criação de guetos, de enclaves etc. Assim, áreas que são parcelas de territórios urbanos tornam-se “cidades dos iguais (p 11).

À medida que os centros são produzidos de forma especializada se torna fundamental discutirmos de que centralidade estamos falando e para quem a centralidade e os centros que a expressam estão sendo produzidos. Tais questões, pois durante o período de desenvolvimento da região metropolitana monocêntrica não tinham tanta relevância, pois os centros eram produzidos para todos, embora a partir de interesses privados, sendo que comumente esses diferentes interesses não tinham capacidade de controle da produção do centro. Na região metropolitana policêntrica, os centros são produzidos muitas vezes para um público específico, e muito comumente sua produção é controlada por um conjunto de agentes geralmente ligados ao setor imobiliário.

Na região metropolitana policêntrica, portanto, comumente os centros são produzidos não para todos, mas são direcionados para uma atividade ou grupo de

consumidores específico, isso significa que o centro, pelo menos os novos centros, tendem a perder sua condição histórica de lugar de encontro dos diferentes e passa a se tornar cada vez mais um lugar de encontro de iguais. Conforme os centros na região metropolitana atendiam a todas as pessoas e todas as atividades econômicas, esse local permitia o encontro de pessoas de diferentes origens e classes econômicas, por mais que tais encontros não necessariamente significassem integração e convívio efetivo, mas no mínimo o reconhecimento da existência do outro. Com a mudança na natureza dos centros esses passam a ser cada vez mais locais de encontro e convívio de iguais e não mais de diferentes, o que tem consequências políticas importantes para os espaços urbanos na atualidade como aponta Caldeira (2000).

Outro aspecto importante a se destacar nessa comparação é o fato de que muito comumente os centros na atualidade são produzidos de forma planejada por uma única empresa ou um conjunto de empresas do setor imobiliário ou da construção civil. Nesse caso os centros se configuram normalmente como enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), pois embora não apresentem restrições de acesso tão evidentes quanto os condomínios fechados, apresentam regras sutis de regulação, definidas pelos agentes privados que controlam esses estabelecimentos além de apresentar também uma obsessiva preocupação com segurança que inclusive é vendida como um diferencial nesses centros, ou seja, tais centros planejados seriam mais seguros que os centros tradicionais. Nesse sentido embora não sejam espaços de uso limitado apenas aos seus proprietários, como nos condomínios fechados, essa modalidade de enclave se caracteriza por possuir regras de convivência e de uso do espaço, além de regras tácitas que orientam inclusive a atuação dos seguranças, que na prática inviabilizam o seu uso por aqueles que não são bem vindos nesses espaços. Enquanto nos centros tradicionais é comum a presença de vendedores ambulantes ou mendigos, por exemplo, nos centros planejados tais pessoas não estão presentes uma vez que as regras de uso escritas ou não proíbem na prática o uso desses espaços por essas pessoas.

Esses enclaves que são centros planejados modificam a forma como a centralidade metropolitana é configurada uma vez que são produzidos em um intervalo de tempo muito menor do que os centros tradicionais, o que altera a forma como se dá a relação entre os centros e afeta também outras estruturas como o

preço da terra. Como uma estrutura, toda vez que um novo centro é produzido, especialmente se for em um intervalo de tempo curto, a relação entre os centros se modificam em um ritmo muito mais rápido e por isso temos uma centralidade cambiante, uma vez que o ritmo de construção de novos centros e portanto da modificação da estrutura de centros é muito mais acelerado. Por outro lado como são produzidos por um por um conjunto de agentes diretamente relacionados entre si a capacidade que esse grupo terá de controlar os efeitos da instalação desse novo centro será muito maior e nesse sentido ele poderá atuar para captar, por exemplo, o aumento do preço da terra nos locais próximos a esse centro.

Nesse sentido, os centros atuais não se diferenciam apenas pelo seu grau de especialização funcional ou social, mas também pelo fato de serem centros não planejados ou planejados. No primeiro caso, a ideia de não planejados significa que não foram projetados e produzidos por um conjunto de agentes diretamente relacionados entre si, em um tempo relativamente curto, mais que foram produzidos por um grande numero de agentes sociais em um tempo relativamente mais longo, sem que nenhum desses agentes tenha tido a capacidade de controlar completamente o processo de produção desse centro. Nesse caso podemos falar de um centro tradicional. No segundo caso temos um centro concebido e produzido por um conjunto de agentes diretamente relacionados entre si e que tem grande controle sobre o processo de produção assim como sobre o funcionamento do centro, uma vez concluída a obra. Poderíamos chamar esse tipo de centro de centro-enclave. Entre os exemplos de centro-enclave poderíamos citar: centros empresariais; centros multifuncionais que agregam atividades de serviços e comércio e os shoppings centers. Os shoppings centers devido a sua importância na configuração da centralidade na região metropolitana policêntrica merecem um destaque especial. Pintaudi (1992, p 16) apresenta uma definição do que seria o shopping center:

Shopping Center significa um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para o comércio varejista ou serviços. Distinguem se uma das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o tenant mix planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação) como também por sua natureza distinta (lojas-ancora e lojas de comércio especializado e serviços – que podem ou não pertencer a redes). A estrutura e o funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do SC, o que significa dizer que é o setor cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho depende do porte do empreendimento e da sua localização.

Nessa definição a autora apresenta os principais aspectos dos shoppings centers como centros planejados. Em primeiro lugar esse tipo de centro-enclave é um empreendimento imobiliário e isso é um aspecto importante para sua compreensão. O shopping pode parecer um empreendimento comercial, mas é fundamentalmente um empreendimento imobiliário, o que significa que é produzido com o intuito de auferir renda, seja a partir dos aluguéis cobrados as lojas que se estabelecem nos shoppings seja a partir da valorização dos terrenos próximos ao shopping sendo uma estratégia comum o empreendedor comprar não apenas o terreno para a realização do shopping mais também terrenos próximos que tenderão a se valorizar a partir da construção desse shopping, permitindo ganhos para o empreendedor. Essa é uma típica estratégia de antecipação espacial (CORRÊA, 2006) com uma grande diferença das formas mais tradicionais de antecipação espacial. Aqui os agentes sociais que se antecipam ao aumento dos preços da terra são os mesmos que criam as condições para que esse aumento ocorra.

Por ser um empreendimento imobiliário ele tem um tempo de produção muito mais curto do que os centros tradicionais, o que significa que as transformações associadas ao surgimento de um shopping podem ser muito mais intensas do que a de um centro tradicional justamente porque o surgimento do novo centro se dá em um intervalo de tempo extremamente curto. À medida que um shopping se constitua efetivamente em um novo centro metropolitano, ele irá alterar a estrutura dos centros o que obviamente afetará outras estruturas metropolitanas. A malha viária poderá sofrer alterações com a inserção de um novo ponto de convergência dos fluxos metropolitanos, assim como provavelmente as áreas próximas ao shopping tenderão a ter seus preços aumentados o que impactará em transformações na estrutura de preços da terra na região metropolitana. Obviamente tais transformações só irão acontecer se o shopping tiver êxito como um local de concentração de atividades terciárias e atração de diferentes tipos de fluxos. Um shopping que, por algum motivo, não se tornasse local de convergência não traria transformações nas estruturas, formas e funções espaciais e com certeza teria como destino a falência.

Em um shopping a mistura de lojas é planejada como um elemento da estratégia de reprodução do capital envolvido na sua produção. Essa mistura, que num centro tradicional é o resultado das decisões individuais de uma miríade de

agentes sociais, ao longo de um tempo relativamente longo, no shopping center é resultado da estratégia do promotor imobiliário responsável pela construção desse centro. Esse mix de lojas é pensado de acordo com o tipo de público alvo definido pelo proprietário de cada shopping, com o intuito de atrair o máximo de pessoas, dentro desse público alvo para ele. Assim esse mix irá refletir as estratégias de reprodução do capital responsável pela construção e controle do funcionamento desse centro.

Outro aspecto importante dos shoppings se relaciona a forma de controle do seu funcionamento. Esses centros são gerenciados de forma empresarial, geralmente por empresas especializadas em administração de shoppings, empresas essas que nem sempre são as mesmas que constroem e controlam os shoppings. Como aponta Pintaudi (1992) a relação entre os lojistas e a administração do shopping não envolve apenas o pagamento do aluguel, mas um controle quase absoluto do desenvolvimento das lojas através dos contratos de locação que comumente determinam até mesmo o tipo de fachada das lojas e normas de comportamento dos funcionários. Tal controle sobre o funcionamento das lojas tem como principal objetivo criar um ambiente agradável que favoreça o consumo.

A presença de estacionamentos é também um elemento central do funcionamento dos shoppings uma vez que eles são pensados normalmente para atrair consumidores que se deslocam de carro. Por isso os shoppings tendem a se localizar próximos a grandes vias de transporte com o intuito de favorecer o acesso desse local pelos automóveis. Nesse sentido os shoppings centers além de serem um elemento importantíssimo da reconfiguração da centralidade nas regiões metropolitanas brasileiras é também um elemento que estimula a dispersão metropolitana ao criar focos de ampliação dos preços da terra em áreas muitas vezes distantes dos bairros mais consolidados da região metropolitana.

De forma geral outros tipos de centros-enclave, apesar de suas diferenças, tem uma dinâmica de funcionamento muito semelhante aos dos shoppings centers, o que nos permite afirmar que, de forma geral, os aspectos analisados em relação aos shoppings são válidos para outros tipos de centros-enclave. No entanto, em termos quantitativos e qualitativos os shoppings centers são sem sombra de dúvida a mais importante modalidade de centro-enclave que temos nas regiões

metropolitanas brasileiras, embora essa forma tenha uma presença cada vez mais importante em cidades médias e aglomerações urbanas não metropolitanas.

A partir dessa discussão, portanto, podemos afirmar que os centros em uma região metropolitana policêntrica são extremamente diferentes um dos outros, alguns centros podem ser especializados social ou funcionalmente enquanto outros apresentam maior diversidade, tanto em termos funcionais quanto em termos de grupos sociais que os frequentam. De forma geral, os centros mais antigos, legados da região metropolitana monocêntrica por mais que passem por inúmeras transformações, permanecem com maior grau de diversificação social e funcional enquanto os novos centros, surgidos a partir da reestruturação espacial das regiões metropolitanas tendem a ser mais especializados. Por outro lado alguns centros são planejados por um conjunto de agentes diretamente relacionados entre si e produzidos como empreendimentos imobiliários enquanto outros centros não são planejados individualmente e nem controlados por um único agente, tendo um tempo de produção relativamente maior.

Assim a policentralidade não significa apenas que tenhamos vários centros sem que necessariamente um deles se coloque como o centro principal da estrutura dos centros, mas também que passamos a ter uma diversidade de centros, essencialmente diferentes um dos outros e com uma estrutura na qual as relações entre os centros, como consequência da forma como são produzidos, não se dão prioritariamente a partir de relações hierárquicas como ocorria na região metropolitana monocêntrica. Assim a centralidade, seja em uma região metropolitana, seja em um espaço urbano não metropolitano precisa ser pensada em novas bases como afirma Sposito (2010, p 204):

A centralidade expressa-se a partir da observação da existência de inúmeras zonas com uma forte densidade de atividades ligadas a altos índices de frequência, se bem que as necessidades e demandas que determinam essa frequência sejam de natureza e intensidade diferentes. A partir da observação dos papéis que constituem a centralidade urbana, podemos dizer que não temos, ou quase não temos mais o reconhecimento de fluxos no interior da cidade, definindo um núcleo de concentração, mas diferentes níveis e redes de fluxos indicando diferentes expressões de centralidade.

Assim a centralidade de uma região metropolitana policêntrica³⁸ se manifesta a partir da existência de inúmeras zonas com forte densidade de atividades

³⁸ Quando falamos em centralidade nesse trabalho existem duas referências espaciais importantes que não podem ser confundidas: há a centralidade de um centro intrametropolitano; e há a

terciárias e que a partir dessa concentração temos grande quantidade de fluxos, principalmente de pessoas em direção a esses centros. Este é um aspecto sem dúvida importante, pois por mais que os centros em uma região metropolitana policêntrica sejam muito diferentes entre si, um centro continua sendo um local de concentração de atividades terciárias, que a partir dessa concentração, gera uma grande quantidade de fluxos em direção a esses centros. Essa característica básica e primordial do centro não se altera mesmo que as características físicas e funcionais dos centros se modifiquem completamente. Mesmo um centro especializado funcionalmente em uma única função central, não deixar de ser um local de concentração de atividades terciárias, que geram fluxos para esse local.

A grande diversidade de tipos de centros e de estratégias associadas ao funcionamento desses centros torna muito mais difícil criar uma tipologia dos tipos dos centros presentes na região metropolitana policêntrica do que realizar essa mesma tarefa para uma região metropolitana monocêntrica. Ribeiro (2010) esboça uma tipologia de centros intraurbanos na atualidade que pode nos auxiliar a compreender as diferenças entre os centros metropolitanos em uma região metropolitana policêntrica. Alguns desses centros estavam presentes na região metropolitana monocêntrica, passando atualmente por grandes transformações, enquanto outros são modalidades novas de centros que estão diretamente relacionados com o surgimento da região metropolitana policêntrica. Dentro da tipologia sugerida pelo autor estão: áreas de expansão do centro principal; áreas de desdobramento do centro principal; subcentros; shopping centers; subcentros regionais.

As áreas de expansão do centro principal “são áreas que representam a expansão territorial do Centro Principal, que podem se realizar por meio de zonas ou por meio de eixos” (RIBEIRO, 2010, p 12). Essas áreas, portanto significam uma expansão territorial dentro do CBD, no qual áreas que não faziam parte dele passam por intensas transformações, que normalmente estão relacionadas aumento do valor da terra e mudanças funcionais que levam a concentração de atividades terciárias. Esse não é necessariamente um processo novo uma vez que mesmo na região metropolitana monocêntrica havia uma tendência de ampliação do tamanho do CBD muitas vezes incorporando áreas da zona periférica do centro como aponta Griffin;

centralidade da região metropolitana que é resultado conjunto da centralidade de todos os centros intrametropolitanos presentes nessa região.

Preston (1958), mas esse processo ocorre hoje de forma distinta sendo que essa expansão muitas vezes está associada às transformações que sofre o próprio CBD, tendo como exemplo as mudanças associadas ao processo de gentrificação.

Por outro lado no caso dos desdobramentos do centro principal “trata-se de uma necessidade de concentração com graus de especializações, ou seja, tais áreas concentram atividades tipicamente centrais, mas com especialidades funcionais, que com o ganho de complexidade podem também se especializar socialmente” (RIBEIRO 2010, p 12). Portanto os desdobramentos dos centros principais se caracterizam pela concentração de funções centrais de nível superior, ou seja, justamente aquelas que no esquema hierárquico tradicional da região metropolitana da região metropolitana monocêntrica indicam o nível hierárquico mais elevado, em áreas não contínuas ao CBD. Em outros casos as áreas de desdobramento possuem uma maior diversificação de atividades terciárias embora voltadas para classes sociais específicas. Os subcentros e os subcentros regionais são centros que tem sua origem no período em que a região metropolitana se reproduzia como monocêntrica. Os subcentros em uma região metropolitana monocêntrica podiam ser definidos “como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas com escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas” (SPOSITO, 1991, p 270)

Na região metropolitana policêntrica, alguns subcentros, principalmente subcentros regionais, podem assumir a função de centros secundários, à medida que passam a concentrar funções que antes eram somente encontradas no CBD, o que é uma consequência direta de investimentos públicos e privados recebidos relacionados principalmente com a dinâmica de valorização do capital no setor imobiliário. Reis (2007) ao analisar dois centros na cidade de Vitória – ES aponta para esse aspecto, pois embora ambos tenham sido originalmente subcentros regionais, um deles, o de Campo Grande permanece com todas as características de um subcentro, enquanto o outro, o de Praia do Canto, passou a concentrar funções ligadas à gestão do capital e a gestão pública, além de serviços corporativos, configurando-se, portanto como um centro secundário. Secundário, porque embora tenha uma origem mais recente em relação ao CBD esses centros

não tem necessariamente uma importância hierárquica menor que este último dependendo do tipo de atividade terciária considerada.

Por fim temos os shoppings centers que tem uma grande importância para a reconfiguração da centralidade metropolitana na atualidade com a emergência de regiões metropolitanas policêntricas, justamente pelo fato de serem produzidos em um intervalo de tempo extremamente curto se comparado com o dos centros tradicionais tendo por isso grande capacidade de modificar a estrutura dos centros e afetar também outras estruturas espaciais da região metropolitana.

3.1.2. Estruturas, formas e funções espaciais na região metropolitana policêntrica.

As modificações nas estruturas espaciais decorrentes da transformação da região metropolitana em policêntrica são extremamente marcantes especialmente naquelas mais diretamente relacionadas com a estrutura dos centros, sendo exemplos a estrutura dos preços da terra, o sistema de transportes coletivos e as migrações pendulares. A estrutura de preços da terra tem uma forte relação com a estrutura dos centros, uma vez que os centros por serem locais de concentração de empregos e de ofertas de bens e serviços, podem favorecer processos de aumento do preço da terra dentro e no entorno do centro, seja pelas atividades econômicas dispostas a pagar altos preços da terra para estar no centro, seja pelas pessoas dispostas a pagar para morar próximo ao centro. Em uma região policêntrica passam a haver múltiplos focos de ampliação dos preços da terra associado aos centros, e mais que isso como os centros tem naturezas diferentes essa ampliação vai se dar de forma diferenciada uma vez que não vão ser todas as atividades terciárias ou todas as pessoas que terão interesse em pagar pela localização central.

Da mesma maneira, os sistemas de transporte coletivo que são fortemente orientados em torno dos principais centros intrametropolitanos podem sofrer sérias transformações à medida que surjam novos centros ou se modifiquem as características dos centros existentes. A instalação de um shopping em uma área com baixa densidade populacional, mas próxima a algum grande eixo de transporte, pode causar transformações nessa estrutura, por exemplo, devido ao surgimento de novas linhas ou a alteração do itinerário de outras linhas para atender esse novo

ponto de convergência de fluxos de pessoas, sejam os trabalhadores ou frequentadores do shopping. Por outro lado as migrações pendulares que também são fortemente orientadas na direção dos centros intrametropolitanos uma vez que estes são os principais locais de concentração de oportunidades de emprego ou estudo também se modificam, já que em uma região metropolitana policêntrica passamos a ter múltiplos centros e, portanto múltiplos focos para as migrações pendulares.

Em relação às funções a emergência da região metropolitana policêntrica implica em fortes transformações que representam uma complexa redistribuição das funções centrais presentes na região metropolitana, estabelecendo padrões completamente distintos do que ocorria na região metropolitana monocêntrica. De forma geral nota-se um esfacelamento e fragmentação da centralidade metropolitana em que funções centrais, mesmo aquelas de mais alto nível hierárquico que podem aparecer de forma fragmentada em centros especializados funcionalmente, assim como um centro pode ter sua centralidade voltada para apenas alguns grupos sociais dentro do alcance de sua centralidade, sendo que nesses casos muitas vezes os responsáveis pela produção desse centro podem criar mecanismos para impedir o acesso de pessoas que não fazem parte do público alvo idealizado por esses agentes.

A partir disso podemos retomar a discussão sobre lógica topográfica e topológica, feita no capítulo 2.1. com base em Lencioni (2011) no sentido de explicitar as diferentes formas de uso dos centros na região metropolitana monocêntrica e policêntrica. Na região metropolitana monocêntrica podemos afirmar que temos formas de uso do centro predominantemente ligadas à lógica topográfica, na qual a contiguidade e o distanciamento são elementos centrais nas práticas espaciais dos agentes. Assim a escolha de frequentar um determinado centro está diretamente ligada à proximidade desse centro em relação ao seu local de moradia ou de trabalho. Na região metropolitana policêntrica, os usos dos centros passam a estar ligados predominantemente a lógica topológica, o que significa que os meios de transporte e a difusão de enclaves favorece uma forma de vivência em rede que inclui as escolhas de utilização dos centros. Essas relações em rede podem aproximar lugares distantes e distanciar lugares próximos. Uma família de classe média que vive em um condomínio fechado pode optar por frequentar um shopping

a quilômetros de distância de sua residência ao invés de frequentar um subcentro próximo a sua casa que tem um caráter popular, sendo frequentado por pessoas dos bairros pobres que ficam no entorno desse condomínio.

Em relação às formas, podemos afirmar que o policentrismo está associado a grandes mudanças na forma dos centros seja naqueles centros que já existiam e tendem a ser intensamente remodelados a partir das tendências de desenvolvimento metropolitano na atualidade, seja nos centros planejados que são produzidos normalmente como empreendimentos de grande porte com uma arquitetura diferenciada e preocupada, nos mínimos detalhes, em incentivar o consumo. Pinaud (1992, p 13) aponta, por exemplo, que os shoppings são planejados para que as pessoas percam a noção de tempo e a partir desse desligamento do mundo material possam se dedicar exclusivamente ao consumo, por isso esses centros normalmente são fechados para que não se diferencie o dia e noite e comumente não possuem relógios em lugar algum.

3.1.3. Alguns apontamentos sobre aspectos relevantes da policentralidade a partir da literatura sobre a temática.

Como podemos ver o policentrismo representa intensas transformações nas regiões metropolitanas, nas relações entre os centros, na natureza dos centros e na forma como as pessoas utilizam esses centros. Essas transformações tem chamado à atenção de inúmeros autores que tem analisado diferentes aspectos da transformação das regiões metropolitanas e outros espaços urbanos de monocêntricos a policêntricos em diferentes locais do mundo. Em seguida iremos discutir alguns autores relacionados ao debate sobre a policentralidade, tentando apontar elementos dessa discussão que são importantes para nosso trabalho de pesquisa. Tal discussão está referenciada na escala intrametropolitana embora apresente elementos válidos para a discussão da centralidade a escala do município. Lefebvre (1999, p 110) aponta alguns aspectos relacionados à evolução da centralidade contemporânea que são úteis para iniciarmos a nossa discussão sobre a produção intelectual sobre a policentralidade.

- a) a centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o 'centro decisional', encarnação do Estado, com todos os seus perigos".
- b) à policentralidade, a onicentralidade, a ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para construção de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares) seja para a dispersão e a segregação.

Um primeiro aspecto importante que o autor destaca é que a centralidade esteve presente nos mais diversos modos de produção, sendo que não devemos de forma alguma imaginar que a centralidade é um aspecto apenas do urbano capitalista. Em cada modo de produção e em cada sociedade os centros e a centralidade terão características diferentes o que significa que aquilo que define a centralidade em um modo de produção pode ser inválido para defini-lo em outro. Na sociedade capitalista, temos um centro e uma centralidade capitalista, que é configurada de forma a atender os interesses de reprodução dessa sociedade. No entanto, o que teríamos hoje é uma tendência de disseminação, e poderíamos dizer dispersão da centralidade e também fragmentação dessa centralidade o que leva a constituição de centros diferentes e diferenciadores, que intensificam a segregação uma vez que estes centros não são centros para todos mais apenas para alguns, assim como não são espaço dos diferentes mais de iguais.

Tal tendência está relacionada à transformação da região metropolitana de monocêntrica a policêntrica. Tal transformação significa também uma mudança na forma como se dá o processo de descentralização, uma vez que na região metropolitana policêntrica a descentralização não leva ao surgimento de subcentros mais ao surgimento de centros diferentes e diferenciadores, sendo esses centros muitas vezes especializados funcional ou socialmente. Reis (2007) faz uma periodização da forma como a descentralização foi pensada pela Geografia Urbana, na escala intrametropolitana, e destaca dois períodos: o primeiro, entre 1920-1970, em que prevalece a idéia de descentralização, pois apesar da formação de outros centros, o CBD permanece como o centro mais importante dentro da estrutura urbana; o segundo, de 1970 até o presente em que prevalece a idéia de desdobramento do núcleo central, que seria uma nova forma de estruturação da centralidade em que o CBD, que anteriormente era o centro principal, se torna mais um centro entre vários outros, sendo que ele pode nem ser o mais importante uma vez que funções centrais antes presentes apenas no CBD podem estar presentes em outros centros, algumas vezes de forma especializada, em outras com certo grau de diversificação. Esta periodização não deve ser compreendida como um corte temporal absoluto, que separa dois períodos totalmente distintos, em que há a passagem de um para outro de forma brusca e sem transições. Como qualquer

periodização, trata-se de um esforço intelectual no sentido de estabelecer marcos de referência, a partir dos quais uma determinada mudança é clarificada.

Nesse segundo período, que corresponde ao momento a partir do qual começa a se dar a reconfiguração da centralidade metropolitana com a emergência da região metropolitana policêntrica, vários estudos começam a questionar a ideia da existência de uma hierarquia de centros na organização interna das regiões metropolitanas, sempre com o CBD figurando como o centro mais importante seja pelo fato de possuir maior diversidade de funções centrais e por concentrar algumas funções que somente são encontrados nesses centros, seja por ter uma centralidade com maior alcance e centralidade que todos os demais centros. Esses estudos começam a mostrar o surgimento e a consolidação de novos centros, que não podem ser classificados como subcentros, pois acumulam muitas das atividades e funções que antes pertenciam exclusivamente ao CBD.

Se ao longo do período em que a região metropolitana era reproduzida como monocêntrica, os novos centros criados, embora competindo com o CBD não chegassem a desafiar a sua posição, tendo inclusive uma função complementar a ele uma vez que forneciam bens de uso mais frequente para um público local, permitindo que no CBD fossem concentrados investimentos nos bens e serviços de uso mais raro que definem os níveis mais elevados de centralidade na região metropolitana monocêntrica, agora os centros que começam a surgir podem ter uma centralidade superior ao do CBD, pelo menos em relação a algumas funções centrais. Configura-se, então, uma estrutura com o CBD, e um ou mais centros secundários, que podem ou não ter uma posição hierárquica superior ao CBD dependendo do tipo de atividade terciária considerada. Esses centros, portanto, são secundários em relação a sua gênese apenas e não necessariamente quanto a sua importância funcional.

Esse novo momento do processo de descentralização na atualidade foi denominado por Reis (2007) de desdobramento, baseando-se em trabalho anterior de Cordeiro (1979). O processo de desdobramento seria uma modalidade específica de descentralização, associado ao policentrismo e que representa a fragmentação da centralidade metropolitana que passa a ser organizada segundo padrões muito distintos do que ocorria na região metropolitana monocêntrica. Se na região metropolitana as funções centrais eram distribuídas entre os centros de forma

hierárquica, no qual o acúmulo de funções correspondia à elevação na hierarquia do centro, na região metropolitana policêntrica as funções centrais são distribuídas de forma muito mais complexa sem que padrões simples como a distribuição hierárquica de funções centrais possam ser notadas. Assim um centro pode apresentar uma ou algumas poucas funções centrais em nível de concentração semelhante ou superior ao do CBD, ao mesmo tempo em que inexistem nesse centro outras funções centrais comuns em subcentros.

Importante esclarecer que o termo desdobramento é utilizado tanto para denominar o novo momento do processo de descentralização na região metropolitana policêntrica quanto para denominar centros intrametropolitanos que surgem a partir da concentração especializada de funções centrais anteriormente presentes apenas no CBD. Dentre as características dos centros intrametropolitanos surgidos a partir do processo de desdobramento, estariam segundo Sposito (1991): não são áreas contínuas ao centro principal ou aos subcentros; caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas comumente de forma especializada; o seu nível de especialização é em alguns casos funcional, e em outros, sócio-econômico. Whitacker (2003, p 222) aponta outros aspectos importantes da constituição do policentrismo:

Não é mais o centro (uma forma urbana relacionada à concentração de atividades, dotada de relativa complexidade dentro da estrutura urbana e associada com a concentricidade de deslocamentos e fluxos), mas uma estrutura policêntrica e organizada em função dos eixos de circulação. Portanto, essas novas formas urbanas não se constituem primordialmente em função da confluência de eixos (concentricidade), e sim em função dos fluxos possíveis ou existentes nos eixos.

Em primeiro lugar precisamos colocar uma crítica ao autor, que confunde o conceito de centro com o de estrutura dos centros, ou seja, o conjunto das relações estruturadas entre os centros metropolitanos. De forma alguma a ideia de centro como local de concentração de atividades terciárias se contrapõe a de uma estrutura policêntrica, na qual os centros tenderiam a se esvaír em sua materialidade e teríamos então uma “centralidade deslocalizada”, sem centro, como equivocadamente aponta Tourinho (2006). Imaginar que a estrutura policêntrica dissolve os centros tornando importante apenas os eixos nos quais se realizam os deslocamentos é um equívoco justamente porque é impossível pensar uma estrutura policêntrica sem os centros que compõem essa estrutura. Por mais que os centros se modifiquem completamente, principalmente em relação aquilo que eles eram na

região metropolitana monocêntrica, os centros não desaparecem, uma vez que não podemos ter centralidade que não se manifeste a partir de um centro, que continua sendo um local de concentração de atividades terciárias e de atração de fluxos, mesmo que não concentrem uma grande diversidade de atividades terciárias ou mesmo que sua centralidade seja voltada apenas para alguns grupos sociais.

Mas por outro lado, como os centros em uma região metropolitana policêntrica funcionam e são utilizados predominantemente a partir de uma lógica topológica, a importância de sua localização em função da presença dos principais eixos de transporte de pessoas e mercadorias se torna de fato muito importante. Justamente por representarem a fragmentação da centralidade contemporânea, esses novos centros reforçam a necessidade de vínculos com outras áreas da região metropolitana e mesmo com outros centros, ligações essas que se estabelecem em rede subvertendo a lógica tradicional de distância tão importante para o pensamento clássico sobre a centralidade.

Um bom exemplo de estudos sobre a relação entre o CBD e os centros secundários a partir do processo de desdobramento em uma região metropolitana policêntrica é o trabalho de Fujui; Hartshorn (1995). Através de uma pesquisa baseada nos níveis de emprego na área metropolitana de Atlanta, os autores identificaram quatro centros: o CBD; Perimeter GA-400; Cumberland I-75; Buchhead Lenox. O estudo mostrou que o número de empregos vem crescendo, desde os anos 80, muito mais intensamente nos três núcleos secundários do que no CBD, embora este último ainda tenha o maior número de empregados. No entanto quando se considera apenas o emprego no varejo, o CBD aparece em último lugar, dentre os quatro centros citados. Porém antes de realizar comparações, é importante ressaltar as diferenças históricas e geográficas no desenvolvimento do processo de transformação das regiões metropolitanas em policêntricas. Sposito (2010, p 202) chama a atenção para esse importante aspecto no trecho a seguir.

Referimo-nos a uma forma dada de estruturação urbana, organizada em torno de um centro principal e, por vezes, único, que se constitui como nó principal de articulação dessa estrutura. A alteração desse arranjo do espaço interno das cidades já foi totalmente efetuada nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão e na Europa Ocidental; ela está em vias de realização em outros países em um ritmo tão mais rápido que são intensos os processos de industrialização e inserção da sociedade nos amplos mercados de consumo.

A forma de estruturação urbana que a autora se refere no início do texto é o monocentrismo, como forma histórica de configuração da centralidade nas regiões

metropolitanas e outros espaços urbanos. O que autora aponta é que a transição em direção a uma estrutura policêntrica já foi totalmente realizada na América do Norte; na Europa Ocidental e no Japão, mas está em vias de concretização em outros países do mundo, embora em alguns deles, justamente aqueles com processos de industrialização mais intensos, esse processo de transição se dá em ritmo acelerado. Assim em relação à transição do monocentrismo para o policentrismo os países estão em ritmos e situações distintas, sendo que o mesmo vale certamente para o interior dos países. Assim dentro de um país com tão grandes heterogeneidades como o Brasil é de se esperar que suas diferentes regiões metropolitanas estejam em momentos completamente distintos em relação a essa transição da estrutura monocêntrica para policêntrica.

Para compreender como se chegou a essa situação na qual o policentrismo reconfigura completamente a centralidade metropolitana pode ser interessante compreender como se deu a evolução desse processo de descentralização naquele país o qual o policentrismo se deu inicialmente e com mais intensidade até o momento. Coffey; Shearmur (2002, p 359) apresentam uma interessante descrição do processo de descentralização nos EUA, que ocorre em três diferentes fases.

Primeiro, imediatamente após a (2^o) Guerra, a população começa a se descentralizar; pessoas mais ricas, buscando por casas mais espaçosas a um baixo custo por unidade de área e uma melhor qualidade de vida (por exemplo, menos poluição, menos congestionamento, menos crime), começam a se mover em direção a periferia da área metropolitana. Esse processo continua hoje com poucos sinais de abatimento. Em segundo lugar, no início da década de 1960, serviços pessoais e de consumo, começam a seguir seus clientes em direção a periferia. O exemplo mais notável desse movimento é a criação de enormes e planejados shopping centers nos subúrbios. Durante esse período, áreas metropolitanas também experimentaram uma descentralização de algumas outras atividades econômicas. Nos anos 1960, por exemplo, muitos estabelecimentos manufatureiros começam a deixar a cidade central com o objetivo de se realocar nos subúrbios³⁹.

O trecho acima representa uma descrição do processo de suburbanização da população e da descentralização nos EUA que associa esses processos a escolhas

³⁹ First, immediately after the war, the population began to decentralize; more affluent persons, looking for more spacious housing accommodation at a lower cost per unit area and a better quality of life (for example, less pollution, less congestion, less crime), began to move towards the periphery of the metropolitan area. This process continues today with little sign of abatement. Secondly, at the beginning of the 1960s, consumer and personal services, began to follow their clients into the periphery. The most striking example of this movement is the creation of enormous planned shopping malls in the suburbs. During this period, metropolitan areas also experienced a decentralization of certain other economic activities. In the 1960s, for example, many manufacturing establishments began to leave central city in order to relocate in the suburbs.

individuais de moradores ricos e de classe média, que se deslocam para os subúrbios, o que condiciona então o deslocamento de serviços pessoais e do comércio para os subúrbios principalmente a partir da criação dos shopping centers. Gottdiener (1993) apresenta uma crítica a essa forma bastante comum de descrição desse processo, salientando o papel do Estado em incentiva-lo, seja a partir de investimentos em infraestrutura que viabilizam a suburbanização e a descentralização, como a construção de rodovias, seja no incentivo ao financiamento da compra de imóveis novos. Destaca ainda a ação dos promotores imobiliários que buscam diversas estratégias para fomentar a produção imobiliária, assim como da mídia que passa a valorizar a moradia unifamiliar nos subúrbios. Assim esse autor aponta uma convergência de diferentes agentes sociais, no sentido da produção dos subúrbios, como uma estratégia de reprodução do capital alocado no setor imobiliário. Essa convergência de interesses, que constitui o que o autor denomina redes pró-crescimento, centrado na reprodução do capital a partir da produção imobiliária seria o que explicaria a suburbanização e a descentralização e não as escolhas individuais de moradores de classe média e alta que são em grande parte condicionadas pelas iniciativas convergentes dos agentes acima citados.

Outra crítica importante refere-se ao início do texto na qual os autores afirmam que a “população começa a se descentralizar”. A descentralização não se refere à redistribuição populacional, mas apenas a redistribuição das atividades terciárias, com o surgimento de novos centros, e mesmo considerando normalmente que a redistribuição da população e descentralização estejam profundamente relacionados, trata-se de processos distintos. Assim, no caso americano, é mais correto utilizar o termo suburbanização para redistribuição populacional e descentralização para a redistribuição das atividades terciárias. Outro aspecto importante é que embora considerando que as atividades industriais estiveram presentes no CBD desde o surgimento desse centro, a saída dessas atividades não significa descentralização, uma vez que os centros se constituem no capitalismo como aglomerações de atividades terciárias.

Apesar dessas críticas a descrição dessa primeira fase feita pelos autores, essa descrição é de forma geral bastante útil para a compreensão desse processo. Podemos afirmar que essa primeira fase da descentralização se dá ainda no período em que a região metropolitana era reproduzida como monocêntrica, nos EUA.

Basicamente, logo após a II Guerra, temos inicialmente uma redistribuição populacional, em que uma parte dos moradores de renda mais elevada que viviam em áreas no entorno do CBD metropolitano, passam a se deslocar em direção aos subúrbios. Com isso inicia-se um processo de expansão territorial e integração espacial que leva ao início da constituição das regiões metropolitanas americanas. Como a metrópole, e principalmente o CBD, continua a concentrar a maior parte do emprego, essa expansão e integração só se torna possível a partir de fortes deslocamentos pendulares entre a metrópole e os subúrbios. Na década de 1960, a partir de um certo grau de concentração populacional atingida pelos subúrbios começam a surgir concentrações de atividades terciárias para atender esses novos mercados. Uma das principais formas desses novos centros são os *shopping centers*.

A segunda fase da descentralização ocorre “na década de 1970, algumas atividades de escritório começam a se descentralizar dentro das áreas metropolitanas. Em geral, eram atividades de escritório complementares das firmas localizadas no CBD⁴⁰” (COFFEY; SHEARMUR, 2002, p 360). Essas atividades complementares são atividades rotineiras, que dão suporte as atividades principais das empresas. Um exemplo são as atividades de processamento de dados, que dão suporte as decisões tomadas nas sedes das empresas que permanecem no CBD. Anteriormente essas atividades estavam presentes junto às sedes das empresas, e então passam a se descentralizar em direção aos centros criados pelo processo de descentralização. Nesse momento temos o início da transição da região metropolitana monocêntrica para policêntrica nos EUA, uma vez que atividades anteriormente encontradas apenas no CBD passam a ser encontradas em outros centros. Temos por fim uma terceira fase, descrita por Coffey; Shearmur (2002, p 361) no trecho a seguir:

Mais recentemente, no final da década de 1980 e início da década de 1990, muitos autores começam a identificar uma nova onda de suburbanização envolvendo serviços de alta ordem ou funções de escritório principais (...) Nessa nova suburbanização as economias de certas áreas suburbanas se tornaram se cada vez mais amplas e diversificadas, e desenvolveram

⁴⁰ In the 1970s, certain office activities began to decentralize within metropolitan areas. In general these are the ‘back offices’ of firm located in CBD

economias de aglomeração fortes o suficiente para atrair os tipos de atividades encontrados até então unicamente no CBD⁴¹.

Essa terceira fase indica, portanto, o momento de reconfiguração da centralidade metropolitana nos EUA, em que a transformação rumo a policentralidade, que já havia se esboçado na fase anterior irá se colocar com mais intensidade. Nesse momento, funções centrais antes encontradas apenas no CBD, e que por isso mesmo definiam o nível de centralidade superior desse centro, como as atividades de gestão de empresas, passam a estar presentes em outros centros, que podem, pelo menos em relação a algumas atividades terciárias, até mesmo superar o grau de concentração do CBD. Neste momento, portanto se consolida uma estrutura policêntrica de centros no qual as relações entre os centros passam a ser mais complexas, associado a intensas transformações nos centros que passam a receber funções centrais anteriormente apenas presentes no CBD.

O interessante dessa descrição do processo de descentralização nos EUA é que ela revela que se trata de um movimento histórico contínuo, embora marcado por intensas rupturas. Em outras palavras o policentrismo surge a partir do desenvolvimento da região metropolitana monocêntrica e esse é um aspecto importante para a compreensão desse processo em qualquer país. Por outro lado podemos afirmar que essa evolução em três fases pode ser a base para uma reflexão teórica sobre como a descentralização ocorre envolvendo a redistribuição das funções centrais presentes nos centros. Por mais que não possamos colocar essa evolução como uma regra geral para todos os países, existe uma lógica bastante pertinente nela que parece adequada ao desenvolvimento dos centros capitalistas e justamente por isso pode ser interessante, desde que estejamos abertos a especificidades desse processo em cada local, para uma compreensão global de como o processo de descentralização leva ao surgimento da região metropolitana policêntrica.

Nós já colocamos anteriormente que as atividades terciárias podem ser divididas em dois grandes grupos: atividades voltadas para o atendimento das

⁴¹ More recently, at the end of the 1980s and the beginning of the 1990, several authors began to identify the appearance of a new wave of suburbanization involving high order services or front-office functions. (...) In this 'new suburbanization' the economies of certain suburban areas, have become increasingly large and diversified, and have developed agglomeration economies of a sufficient force to attract the types of activity heretofore found uniquely in the CBD.

peças e famílias e atividades voltadas para o atendimento de empresas. Tais atividades têm lógicas de funcionamento bastante distintas assim como os fatores que explicam a concentração desses tipos atividades nos centros são também diferentes. As atividades terciárias voltadas para o atendimento das pessoas e famílias tem sua localização fortemente associada à distribuição da população e da renda no interior da região metropolitana. Por outro lado às atividades terciárias ligadas ao atendimento das empresas, são principalmente atividades de serviços, que dado o seu caráter sistêmico, tem sua localização, diretamente ligada à concentração de outras atividades de serviços voltadas para empresas e também à concentração das sedes de empresas que são as principais consumidoras desses serviços.

Já discutimos o caráter sistêmico das atividades de serviços voltadas para empresas no capítulo anterior com base em Sassen (2000). Para atender a necessidade das empresas é necessária a atuação conjunta de diversas atividades de serviços. Para desenvolver uma estratégia comercial de um novo produto, por exemplo, podem ser necessárias a utilização de diferentes tipos de serviços como: serviços de advocacia; de contabilidade; de consultoria e de marketing; etc. A melhor forma para as empresas terem acesso a esses diferentes serviços é a sua concentração em poucos centros metropolitanos, ou como acontecia na região metropolitana monocêntrica, apenas no CBD. O caráter sistêmico desse tipo de atividades terciárias dificulta a sua descentralização, que só poderá ocorrer quando houver condições para que várias dessas atividades possam se descentralizar juntamente com as sedes das empresas.

Nesse sentido a descentralização das atividades terciárias ligadas ao atendimento de pessoas ou famílias terá muito mais facilidade para se descentralizar e provavelmente tenderá a se descentralizar primeiro. Assim é perfeitamente lógico concluirmos, que em uma sociedade capitalista existe uma tendência de que as atividades terciárias ligadas ao atendimento das pessoas e famílias se descentralizem primeiro conforme se dá a expansão territorial e integração espacial que levam ao início da formação da região metropolitana com uma conseqüente redistribuição da população e da renda. À medida que fora da metrópole, começam a surgir concentrações populacionais com certo nível de densidade demográfica e de renda estão dadas as condições para que surjam novos centros, concentradores

de atividades terciárias ligadas ao atendimento das pessoas, conformando uma estrutura monocêntrica.

No entanto para que a descentralização das atividades voltadas ao atendimento das empresas ocorra é preciso que se atinja um grau mais elevado de adensamento nos centros metropolitanos, nos quais as economias de aglomeração desses centros secundários sejam fortes o suficiente para atrair uma grande diversidade de atividades terciárias, e também sedes de empresas. É preciso que haja, portanto um maior nível de desenvolvimento do processo de descentralização, que confira a alguns centros intrametropolitanos um elevado grau de concentração de infraestruturas, atividades terciárias e atração de fluxos, para que a descentralização desse tipo de atividades terciárias para esses centros seja viável. Assim a descentralização das atividades ligadas ao atendimento das empresas, bem como a própria atividade de gestão de empresas revela uma maior intensidade do processo de descentralização que aponta para a reconfiguração da centralidade metropolitana e o surgimento da região metropolitana policêntrica.

Sobre outra perspectiva, Champion (2001) aponta que tipos de configurações territoriais podem levar ao surgimento de uma região metropolitana policêntrica. A discussão do autor se refere ao surgimento do policentrismo no espaço urbano em geral, no entanto considerando nosso foco de pesquisa, teremos sempre como referência região metropolitana policêntrica. Segundo Champion (2001, p 9) existe três principais configurações territoriais que deram origem, nos EUA e na Europa, a regiões metropolitanas policêntrica, sendo a primeira:

O modo centrífugo. A partir de uma cidade monocêntrica, onde o contínuo crescimento da cidade impõe alguns severos constrangimentos (por exemplo, aumento do preço da terra no CBD e crescentes problemas de acesso à área central a partir de áreas residenciais cada vez mais distantes) que afetam as atividades produtivas e de serviços que são expulsas para centros alternativos, que em seu devido tempo, em combinação ou mesmo separadamente, tornam se rivais do centro original em tamanho⁴².

Essa primeira forma de evolução em direção uma região metropolitana policêntrica se dá em situações nas quais eu tenho um CBD com forte grau de concentração de atividades terciárias bem como uma metrópole também com alto grau de concentração de atividades econômicas e de população. A partir dos

⁴² *The centrifugal mode.* From a monocentric city, where the continuing growth of the city imposes such severe strains (for example, escalating land rents in the CBD and growing problems of access to the central area from the ever more distant outer residential areas) that the most affected production and service activities are squeezed out to alternative centres that in due course may, in combination or indeed separately, come to rival the original centre in size.

problemas gerados por essa concentração que culminam no surgimento de deseconomias de aglomeração há um estímulo a descentralização a partir da ação das forças centrífugas. Num primeiro momento se trata da descentralização que se dá em um contexto de uma região metropolitana monocêntrica com a formação de subcentros que irão receber algumas atividades que se deslocam do CBD. Num segundo momento, no entanto, à medida que o processo de centralização nesses centros, a partir da ação das forças centrípetas, se intensifica a ponto de tornar esses centros, locais nas quais as economias de aglomeração são tanto ou mais intensas do que a do CBD, temos então o desdobramento da centralidade do CBD à medida que funções centrais antes só encontradas nesse centro começam a surgir em outros centros intrametropolitanos. Uma segunda possibilidade de evolução da configuração territorial no sentido de constituição de uma região metropolitana policêntrica aparece no trecho a seguir. Segundo Champion (2001, p 9):

O modo de incorporação. A partir de um grande centro urbano que expande sua área urbana e incorpora pequenos centros de sua área de entorno que anteriormente tinham sido largamente autossuficientes em termos de empregos e serviços, com esses outros centros formando um mais poderoso catalisador para a atração de atividades não residenciais extras do que o centro que emerge através do modo centrífugo e talvez fornecendo um desafio ainda mais forte para o centro principal original⁴³.

Essa forma de evolução em direção a uma região metropolitana policêntrica é levemente diferente da anterior. Aqui também temos uma grande cidade, com um centro bastante desenvolvido, que à medida que se expande pela expansão territorial e integração espacial incorpora cidades menores que passam a fazer parte de uma mesma dinâmica metropolitana. Tais cidades tinham até então um funcionamento bastante independente dessa grande cidade, passando então a estar subordinadas a uma mesma dinâmica, o que se dá a partir de inúmeras transformações nas estruturas, formas e funções desses locais anteriormente independentes da dinâmica da grande cidade que irá então se constituir em metrópole.

⁴³ *The incorporation mode.* From a large urban centre expanding its urban field so that it incorporates smaller centres in the surrounding area that had previously been largely self-sufficient in terms of both employment and services, with these other centres then forming a more powerful catalyst for attracting extra non-residential activities than the centre emerging through the centrifugal mode and perhaps providing an even stronger challenge to the main original centre.

A diferença principal entre o modo centrífugo e o modo de incorporação está no fato de que no modo centrífugo, os centros são produzidos a partir da descentralização e não existiam antes da integração à dinâmica metropolitana. Trata-se nesse caso, comumente de áreas rurais que ao serem integradas à dinâmica metropolitana passam por um processo de ocupação com adensamento da população que leva a que essas áreas tenham no futuro condições de desenvolver subcentros para o atendimento dessas novas concentrações populacionais. Já no modo incorporação trata-se de cidades relativamente independentes, que já possuíam seus centros constituídos e sua centralidade definida, e que à medida que são integrados passam por uma intensa metamorfose no qual os antigos centros que existiam nessas cidades se configuram como centros intrametropolitanos. Villaça (1998) aponta um exemplo interessante de incorporação na região metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se do distrito de Santa Cruz, centro urbano que vinha se desenvolvendo desde o final do século XIX de forma bastante independente da metrópole do Rio de Janeiro, e que com a expansão territorial e integração espacial ocorridas nessa região ao longo do século XX passa a ser um centro intrametropolitano, subordinado a metrópole.

Apesar de um início diferente a evolução em direção à constituição de uma região metropolitana policêntrica é bem parecida nos dois casos. Num primeiro momento se constituem outros centros que se relacionam hierarquicamente, tendo no topo dessa hierarquia o CBD, centro que concentra uma maior diversidade de funções centrais além de apresentar funções que não são encontradas em outros centros, configurando uma situação de monocentrismo. Num segundo momento à medida que as forças centrípetas se acumulam em alguns desses subcentros, fazendo com que eles se constituam em economias de aglomeração viáveis para instalação de diversos tipos de atividades terciárias, principalmente aquelas ligadas ao atendimento das empresas, temos um momento de ruptura, com o desdobramento das funções centrais típicas do CBD, que passam a estar presentes nesses novos centros, de forma especializada ou não, e em alguns casos com um grau de concentração superior ao do CBD. A terceira forma de evolução em direção a uma região metropolitana policêntrica é discutido por Champion (2001, p 10) no trecho a seguir:

O modo de fusão. A partir da fusão de vários centros anteriormente independentes e de tamanho similar, como resultado do crescimento em

separado de cada um desses centros, tanto em tamanho total quanto em extensão lateral e particularmente por causa do incremento de ligações de transporte entre eles⁴⁴.

Esse terceiro modo é bem distintos dos anteriores. Nesse caso não temos uma grande cidade que se expande, e a partir de sua expansão cria novos centros (modo centrífugo) ou subordina a sua dinâmica centros já existentes (modo de incorporação), mas um conjunto de cidades de tamanho similar e que são relativamente independentes umas em relação as outras, cada uma delas possuindo seus próprios centros. Então a partir do crescimento de cada uma dessas cidades se intensificam as relações entre essas diferentes cidades e seus centros. Dessa maneira a partir de um conjunto de cidades, molda-se uma região metropolitana que já surge como policêntrica, uma vez que cada centro possui em geral o mesmo nível de desenvolvimento de todos os outros e assim sendo nenhum deles tem condições de se afirmar como o centro principal, no topo da hierarquia dos centros metropolitanos. À medida que os centros se desenvolvem nessa estrutura de centros já embrionariamente policêntrica, com a intensificação da ação das forças centrípetas em cada um desses centros o policentrismo dessa região se consolida.

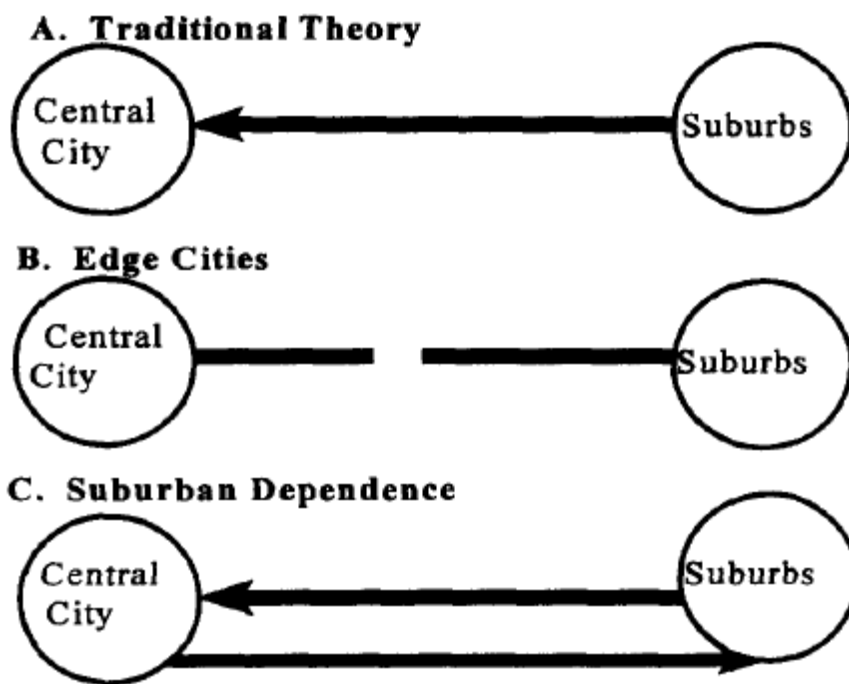
Tais diferentes formas de evolução em direção ao policentrismo são importantes porque ajudam a explicar diferenças que temos na configuração das regiões metropolitanas policêntricas na atualidade. De forma geral as regiões metropolitanas policêntricas que se constituem a partir do modo de incorporação ou do modo de fusão, tem um grau de concentração das atividades terciárias e da população mais elevado na metrópole, e relacionado a isso os centros presentes na metrópole mantém uma grande importância na estrutura dos centros. Por outro lado as regiões metropolitanas que se constituem a partir do modo de fusão tem um grau de concentração menor em cada uma das suas cidades mais importantes, sendo provável que em alguns casos nem seja possível identificar uma metrópole nesse tipo de região, ao passo que deveremos ter muitos centros com grau de importância semelhante dentro da estrutura de centros.

A região metropolitana do Rio de Janeiro foi em grande parte constituída a partir do modo centrífugo, com alguns casos de incorporação, como o caso acima

⁴⁴ *The fusion mode*. From the fusion of several previously independent centres of similar size, as a result of their own separate growth both in overall size and lateral extent and particularly because of the improvement of transport links between them.

citado do distrito de Santa Cruz. Por isso temos ainda hoje uma grande importância da metrópole em termos de concentração de atividades econômicas e de população e dos centros presentes na metrópole, especialmente o CBD, em termos de concentração de atividades terciárias. Tais transformações marcam uma ruptura no sentido de constituição de regiões metropolitanas policêntricas, processo, que como vimos anteriormente, tem tido maior avanço nos países desenvolvidos. Se até agora discutimos como se dá a formação das regiões metropolitanas policêntricas, a partir daqui discutiremos as consequências desse processo. Um dos temas do debate sobre as consequências da formação da região metropolitana policêntrica envolve a relação entre aquilo que na América do Norte é denominado cidade central, que corresponderia grosso modo ao termo metrópole utilizado em nosso trabalho, e os subúrbios⁴⁵, na região metropolitana policêntrica. Bingham e Zalick (1996) buscam sintetizar os termos desse debate na figura 10 a seguir:

Figura 10: possíveis relações entre a cidade central e os subúrbios nos EUA.



Fonte: Bingham; Zalick (1996)

Na letra A está indicada a perspectiva tradicional de abordagem da relação entre subúrbios e cidade central, que se manifesta durante o período em que as

⁴⁵ O termo subúrbio como aparece na literatura americana de maneira alguma pode ser visto como algo similar a periferia, termo amplamente utilizado na América Latina. Tanto a periferia quanto o subúrbio se formam a partir da expansão territorial e integração espacial que conformam regiões metropolitanas compactas e monocêntricas, porém os subúrbios são ocupados por população de classe média e media-alta enquanto a periferia por população de baixa renda.

regiões metropolitanas são reproduzidas como monocêntricas. Nessa situação, inicialmente, os subúrbios são exclusivamente residenciais e os seus moradores se deslocam cotidianamente para trabalhar na cidade central e também para adquirir os bens e serviços necessários. Nesse caso os subúrbios são dependentes da cidade central, pois só existem em função de sua relação com a cidade central, pois dela depende a renda dos moradores do subúrbio e o abastecimento das famílias com bens e serviços necessários. Num segundo momento, com o surgimento de subcentros na periferia e particularmente a partir da difusão dos shoppings centers, essa situação se modifica a medida que os subúrbios deixam de ser exclusivamente locais de moradia. No entanto como o principal centro da estrutura de centros continua sendo o CBD, localizado na cidade central, esta cidade continua a concentrar a maior parte das oportunidades de emprego. Com isso os fluxos pendulares continuam a se orientar predominantemente em direção à cidade central, embora surjam alguns outros pontos de convergência nos subúrbios com menor importância em relação à quantidade de fluxos.

Com as mudanças que ocorrem nas regiões metropolitanas dos EUA, a partir das décadas de 1980 e 1990 associadas à emergência das regiões metropolitanas policêntricas, alguns autores começam a apontar mudanças na relação tradicional dos fluxos pendulares entre a cidade central e os subúrbios. Um desses autores é Garreau (1991), autor de uma obra extremamente influente, sobre as novas formas dos centros e as relações que se estabelecem entre a cidade central e esses novos centros, presentes nos subúrbios. A partir do conceito de *edge city*, esse autor vislumbra uma nova forma de relação entre os subúrbios aonde se localizam os novos centros por ele denominados de *edge city* e a cidade central, no qual se localiza o CBD. Segundo Garreau (1991, p 4):

Eu tenho chamado esses novos centros cidades da borda. Cidades porque elas contem todas as funções que uma cidade costumava ter, embora em uma forma dispersa que poucos têm conseguido reconhecer o que é. Da borda porque eles são um vigoroso mundo de pioneiros e imigrantes, emergindo a grande distância dos velhos centros urbanos, onde pequenas vilas ou terras agrícolas existiam a apenas 30 anos atrás⁴⁶.

⁴⁶ I have come to call these new urban center Edge cities. Cities, because they contain all the functions a city ever has, albeit in a spread-out form that few have come to recongnize for what it is. Edge because they are a vigorous world of pioneers and immigrants, rising far from the old downtowns, where little save villages or farmland lay only thirty years before.

As *edge cities* poderiam ser definidas como cidades da borda, localizadas nos subúrbios, comumente nos limites ou mesmo além das áreas urbanizadas. As *edge cities* seriam centros, planejados ou não, que se formaram nos subúrbios das regiões metropolitanas na América do Norte e se caracterizam pela articulação entre áreas residenciais de alto status, áreas comerciais – em especial grandes shoppings regionais – de serviços especializados e de gestão empresarial. As principais características das *edge cities*, portanto, seriam além da localização nas fronteiras da região metropolitana a multifuncionalidade, ou seja, a capacidade de reunir atividades residenciais e de serviços em uma mesma área que se tornaria praticamente autossuficiente em relação ao restante da região metropolitana uma vez que os moradores das *edge cities* encontrariam em um único local, oferta de bens e serviços além de locais de moradia.

Portanto a partir da obra desse autor se configura uma segunda hipótese da relação entre as cidades centrais e os subúrbios, representada pela letra B da figura acima, já no contexto de uma região metropolitana policêntrica. Nessa hipótese há uma quebra da relação tradicional entre a cidade central na qual se localiza o CBD e os subúrbios no qual se localizam as *edge cities*, que se configura numa mudança nos padrões de migração pendular entre essas áreas, uma vez que as *edge cities* seriam centros praticamente independentes em relação às cidades centrais e, portanto, não gerariam fluxos pendulares em direção as cidades centrais.

Na terceira perspectiva, representada pela letra C na figura, existiria uma mútua relação entre a cidade central e o CBD por um lado, e os subúrbios no qual se localizam os novos centros, sejam eles caracterizados como *edge cities* ou não. Nesta hipótese, haveria múltiplas relações entre os centros que compõem a estrutura metropolitana policêntrica, relações não necessariamente hierárquicas, de complementação e competição, entre outras. Portanto teríamos uma estrutura policêntrica, em que os fluxos pendulares podem se dar em qualquer direção, seja entre a cidade central e os subúrbios ou entre diferentes centros suburbanos. Nesse caso, por exemplo, os deslocamentos casa-trabalho podem acontecer com tanta intensidade entre o CBD e outro centro quanto entre dois centros intrametropolitanos localizados nos subúrbios.

Essa terceira hipótese, defendida pelos autores, parece mais coerente para dar conta da realidade metropolitana na atualidade, especialmente no caso

brasileiro. Além disso, faz muito mais sentido do ponto de vista teórico, uma vez que pela segunda hipótese teríamos que admitir um completo isolamento das edge cities em relação ao restante da região metropolitana, o que é bastante difícil de admitir, uma vez que com o policentrismo podemos afirmar que há uma complexificação da relação entre os centros, mas entre afirmar a complexificação da relação entre os centros a admitir a possibilidade que um centro se constitua sem estabelecer relações com outros centros e com a o restante da região metropolitana vai uma grande diferença. Talvez o fato de Garreau ter formação jornalística e escrever sua obra num tom claramente apologético, como transparece da citação da sua obra, o tenha impossibilitado de perceber o quanto a ideia de um centro completamente independente em relação aos outros é inconcebível em uma região metropolitana cada vez mais integrada. Ding; Bingham (2000, p 18) a partir de um estudo de caso, afirmam que nas edge cities analisadas pelos autores, a maioria dos moradores trabalham em locais fora da edge city, enquanto as pessoas que trabalham nas edge cities em sua maioria não moram nesses locais, o que inviabiliza a concepção de autossuficiência das edge cities. Assim as relações entre os centros metropolitanos precisam ser compreendidos na sua complexidade e a ideia de um isolamento total de um centro em relação aos outros não ajuda muito nesse sentido.

Outro aspecto do debate sobre a policentralidade nos EUA se refere se refere à forma desses novos centros metropolitanos. Dentro desse debate temos duas posições distintas: uma que aponta para a constituição de centros cada vez mais dispersos em relação a sua forma; outro que aponta para uma dispersão absoluta da centralidade metropolitana na qual não seria mais possível a identificação de centros. Nesta segunda perspectiva, o policentrismo das metrópoles americanas na atualidade, seria apenas uma etapa rumo à dispersão absoluta da centralidade metropolitana. Este debate aparece na oposição entre os conceitos de *edge city* e *edgeless city*. Lee (2007) aponta aspectos importantes das obras que deram origem a esses conceitos no trecho a seguir:

Os títulos de dois livros amplamente citados, *Edge City* (Garreau, 1991) e *Edgeless Cities* (Lang, 2003), resumem duas visões concorrentes sobre a emergente estrutura espacial urbana. *Edge City* é uma interpretação jornalística das concentrações de negócios fora dos centros urbanos tradicionais. Em uma metrópole policêntrica com múltiplos centros, firmas podem se localizar em concentrações de negócios nos limites da área urbana, evitando congestionamentos e altos preços da terra, enquanto as deseconomias tendem a superar os benefícios da localização central para muitos setores de negócios. Somente uma década após Joel Garreau escrever que o surgimento dessas edge cities sinalizava uma nova era para

os assentamentos urbanos, Robert Lang relatou que são as *edgeless cities* que são a característica distintiva da metrópole moderna. Como a mobilidade individual e a acessibilidade a toda a área metropolitana tem aumentado dramaticamente devido ao rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transporte, economias de aglomeração podem ser diluídas ou difundidas através de toda região metropolitana⁴⁷.

Esses dois conceitos representam, portanto visões completamente distintas não apenas da configuração da centralidade metropolitana, mas também do próprio funcionamento das regiões metropolitanas e suas tendências futuras, sendo a contraposição desses conceitos bastante útil para a análise teórica da policentralidade. Tais diferenças aparecem no próprio significado das palavras, enquanto *edge city* poderia ser traduzido como cidade da borda, ou das margens, por serem localizadas, portanto nos extremos da mancha urbana embora tenham todas as características de uma cidade, *edgeless city* significa cidade sem limites, ou seja, significa que as economias de aglomeração estão tão fortemente presentes em toda a região metropolitana que simplesmente não há mais necessidade da existência de centros. Em outras palavras, os centros, como locais de concentração de atividades terciárias e concentração de fluxos desaparecem à medida que devido ao grande desenvolvimento das tecnologias de telecomunicação e transportes dentro da região metropolitana todos os pontos dessa região se tornam amplamente acessíveis a todos os outros pontos, não havendo mais necessidade de centros.

Então por um lado temos a visão de uma estrutura policêntrica complexa, composta por centros diferenciados e integrados por relações não necessariamente hierárquicas e ligados por fluxos multidirecionais. Nessa estrutura policêntrica, o CBD deixa de ser o centro mais importante à medida que outros centros podem até superar o grau de concentração desse centro em alguma atividade terciária específica. Por outro lado temos uma visão de uma dispersão absoluta da região metropolitana e de sua centralidade que passa a estar presente de forma ubíqua em

⁴⁷ The titles of two widely cited books, *Edge City* (Garreau, 1991) and *Edgeless Cities* (Lang, 2003), epitomize two competing views of emerging urban spatial structure. *Edge City* is a journalistic interpretation of business concentrations outside traditional urban centers. In a polycentric metropolis with multiple centers, firms may locate in business concentrations on the urban *edge*, avoiding congestion and high land prices, while diseconomies tend to outweigh the benefits of central location for many business sectors. Just about a decade after Joel Garreau wrote that the rise of these edge cities signals a new era of urban settlement, Robert Lang reported that it is the *edgeless* cities that are the distinguishing feature of the modern metropolis. As individual mobility and metro-wide accessibility has improved dramatically due to the rapid development of transportation and communication technology, economies of clustering may have been diluted or diffused throughout the metropolitan region.

todo o território da região metropolitana, levando a que os centros deixem de ser necessário, o que significa que a estrutura de centros também deixará de existir.

Interessante perceber que o conceito de *edgelles city* parece retomar em uma escala intrametropolitana, o argumento que afirma a tendência de desaparecimento das cidades e das regiões metropolitanas, à medida que com avanço das tecnologias de informação e transporte as empresas poderiam se localizar em qualquer lugar, o que significaria que não haveria mais estímulos para a aglomeração e, portanto para a existência das cidades. Entre os críticos dessa visão está Sassen (2000) que a partir da necessidade de contatos face a face para a gestão das empresas além de outros fatores reafirma a necessidade de aglomeração econômica nas cidades e mais que isso aponta que a concentração das atividades terciárias, tem aumentado e não diminuído, principalmente naquelas cidades que se caracterizam como cidades globais.

Dessa maneira assim como é equivocado afirmar que estaríamos assistindo ao fim das cidades é também equivocado afirmar que estaríamos assistindo ao fim dos centros intrametropolitanos, uma vez que ainda existem estímulos para a aglomeração de atividades terciárias, seja para as atividades voltadas para empresas (a necessidade de contatos face a face para o atendimento das necessidades dos clientes) seja para as atividades voltadas as pessoas (como a potencialização da atração de consumidores pela concentração de atividades terciárias diferentes, uma vez que significa para o consumidor em potencial a possibilidade de adquirir os diferentes bens e serviços que necessita em um único local). Seja como for no bojo do debate sobre esses dois conceitos há também uma discussão sobre a forma dos novos centros metropolitanos. Hartshorne (2003, p 3) sintetiza essa discussão no quadro 6 a seguir:

Quadro 6: forma dos centros na edge city e na edgeles city				
Categoria	Escala	Densidade de escritórios	Unidade básica	Limites
Centro tradicional	Um quilômetro e meio ou poucos quilômetros quadrados	Alto a muito alto	Quarteirões	Nítido, bem delineado
Edge City	Vários quilômetros quadrados	Medio a alto	Auto-estradas	Não muito Claro mas com um reconhecível limite
Edgeles City	Dezenas ou mesmo centenas de quilômetros quadrados	Baixo a muito baixo	Municipalidades ou condados	Indeterminado, muito difícil de delinear
Fonte: Hartshorne (2003), traduzido por Oséias Teixeira da Silva.				

No quadro o autor identifica três morfologias distintas que representam momentos diferentes do processo de descentralização. O primeiro é o centro tradicional que apresenta uma alta densidade de edificações, uma pequena dimensão horizontal, normalmente podendo ser percorrido a pé e com limites nítidos em relação ao resto da cidade. O centro tradicional está diretamente associado à região metropolitana monocêntrica, tem sua produção realizada ao longo de vários anos ou mesmo décadas, por inúmeros agentes sociais que apesar de agirem de forma espacialmente convergente não tem necessariamente nenhum vínculo formal entre eles. Em relação à forma o centro tradicional é compacto, uma vez que se estende por apenas alguns quilômetros, é marcado por intensa verticalização tendo como unidade básica de delimitação o quarteirão.

Tanto a edge city quanto a edgeles city se referem a interpretações distintas sobre a evolução da centralidade metropolitana na atualidade, sendo que o conceito de edge city aponta para a formação de uma região metropolitana policêntrica enquanto o de edgeless city aponta para a dispersão absoluta da centralidade metropolitana na qual não é mais possível identificar centros, o que significa que de certa maneira toda a região se torna o centro. A *edge city* tem uma forma dispersa com uma dimensão horizontal muito maior do que o centro tradicional, com mescla de áreas verticalizadas e horizontais, assim como presença ao mesmo tempo de áreas com funções residenciais e terciárias. Assim tanto em relação à forma quanto as funções as edge cities tem características bastante distintas e mais complexas que os centros tradicionais, uma vez que os centros apresentam uma forma

compacta e concentram basicamente funções terciárias enquanto as *edge cities* possuem uma forma dispersa e contem diversas funções diferentes entre elas a função residencial bem como diferentes tipos de funções terciárias. Outro aspecto da diferenciação é que as *edge cities* são orientadas e tem como unidade básica as grandes vias de transporte, uma vez que o deslocamento se dá basicamente por automóvel, enquanto no centro tradicional o deslocamento no interior do centro se dá basicamente a pé. Ainda nas *edge cities* os limites dos centros não são tão claros como no caso dos centros tradicionais, justamente porque esses centros têm uma forma dispersa e uma composição mais heterogênea tanto pela presença de áreas verticalizadas e horizontais quanto pela presença de diferentes funções centrais e de áreas com função residencial. No entanto, é possível reconhecer um limite, mas não um limite com uma ruptura tão clara como no centro tradicional, mas um limite transicional na qual as atividades terciárias vão desaparecendo aos poucos até não ser mais possível identificar o centro.

Já em relação ao conceito de *edgeless city*, temos uma situação de dispersão absoluta da centralidade metropolitana que leva a dissolução dos centros, uma vez que as economias de aglomeração que levam a formação desses centros estão presentes agora em toda a região metropolitana. Nesse caso, portanto, temos uma realidade totalmente amorfa, uma vez que se torna impossível identificar a forma da região metropolitana. Portanto não se trata de uma região metropolitana dispersa uma vez que o grau de dispersão é tão acentuado que não é possível identificar a forma da região metropolitana, algo perfeitamente possível em uma região metropolitana dispersa. Essa região seria anucleada, portanto não seria correto identifica-la como policêntrica, mas talvez como acêntrica, possuindo baixíssimo nível de densidade, englobando cidades inteiras e com limites muito difíceis de delimitar.

Assim, se contrapõe uma visão de uma estrutura policêntrica complexa, com centros diferenciados e com padrões complexos de relações entre os centros, embora integrados dentro de uma mesma dinâmica metropolitana – no caso das *edge cities* – á uma visão na qual se tem uma dispersão absoluta, em que a centralidade se dispersa por todo o tecido metropolitano sem que seja possível identificar um centro. No entanto todos os autores que sob diferentes perspectivas se debruçaram sobre a hipótese da dispersão absoluta, não encontraram elementos,

a partir de estudos empíricos que comprovassem essa hipótese ou mesmo evidências que indicassem que as regiões metropolitanas estivessem caminhando rumo à dispersão absoluta da centralidade. Entre os diversos autores que apontam para a inconsistência da hipótese do surgimento das edgeless cities, estão vários autores já citados nesse capítulo, entre eles: (LEE, 2007); (DRING e BINGHAM, 2000); (COFFEY e SHEARMUR, 2002); (HARTSHORN, 2003).

Nesse sentido a concepção de policentralidade se coloca, pelo menos até o momento, como a mais correta para a compreensão da configuração da centralidade metropolitana na atualidade. A partir de tudo que foi discutido até o momento podemos resumir as características que emergem no processo de reconfiguração da centralidade metropolitana a medida que as regiões evoluem na direção de se constituírem como regiões policêntricas. Tais características serão fundamentais para a análise da reconfiguração da centralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro. Entre os aspectos mais marcantes das regiões metropolitanas policêntricas podemos citar: o desdobramento da centralidade do CBD, à medida que alguns centros, sejam centros antigos que se modificam ou centros novos, sejam esses últimos produzidos de forma planejada ou não, passam a concentrar funções que antes eram encontradas exclusivamente no CBD; esses novos centros podem ser especializados funcionalmente ou socialmente assim como podem ter, como ocorre com as edge cities, uma forma mais dispersa do que o centro tradicional, embora outras modalidades de novos centros, como os shoppings centers, não apresentam comumente forma dispersa; as relações entre esses centros se tornam muito mais complexas com fluxos que podem se dar em múltiplas direções e as relações entre os centros que podem não ser necessariamente hierárquicas.

Como pode se constatar a partir desse breve resumo os centros em uma região metropolitana policêntrica são radicalmente diferentes, em diversos aspectos, dos centros em que se desenvolvem em uma região metropolitana monocêntrica, além do que a própria estrutura dos centros funciona de forma completamente distinta em uma região metropolitana monocêntrica ou policêntrica. No entanto, a partir de toda a discussão realizada neste capítulo e no anterior podemos afirmar que um centro continua sendo independente da escala, da sua natureza, de sua forma e de seu funcionamento, um local de concentração de atividades terciárias e convergência de diferentes tipos de fluxos. Esta característica básica dos centros

está presente tanto na escala regional como na escala intrametropolitana ou mesmo na escala municipal que adotaremos como referência nessa pesquisa. Da mesma maneira mesmo um centro especializado funcionalmente continua sendo um local de concentração de atividades terciárias, só que não de uma grande diversidade de atividades, e também um local de convergência de fluxos ligados ao desenvolvimento dessa atividade. Semelhantemente um centro que é especializado socialmente, continua sendo um local de concentração de atividades terciárias que permitem a atração de diferentes tipos de fluxos, sendo que nesse caso, os fluxos de pessoas se limitam a uma classe social específica.

3.1.4. A policentralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Com base nesses dois elementos que são fundamentais para a definição dos centros metropolitanos, é que buscaremos analisar a reconfiguração da centralidade metropolitana com a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro como uma região metropolitana policêntrica. Nesse sentido, selecionamos um conjunto de dados que permitem aferir a concentração de atividades terciárias e a capacidade de atração de fluxos de cada município metropolitano. Se a hipótese de que a região metropolitana do Rio de Janeiro evolui no sentido de se constituir em uma região metropolitana policêntrica estiver correta, deveremos perceber uma descentralização das atividades terciárias em direção a alguns municípios metropolitanos, conformando uma estrutura policêntrica à escala municipal, bem como um aumento da capacidade de atração de fluxos por parte dos municípios que se constituem em centros secundários. O quadro 7 identifica o conjunto de variáveis adotado nesse trabalho, todos diretamente relacionados com as características essenciais dos centros. Acreditamos que a análise desse conjunto de variáveis nos permitirá identificar os principais centros intrametropolitanos a escala municipal e a partir disso caracterizar a maneira como se dá o policentrismo na região metropolitana do Rio de Janeiro, considerando essa escala.

Quadro 7: Indicadores utilizados para a identificação da policentralidade na região metropolitana do Rio de Janeiro.		
Elemento do centro	Variável	Indicadores
Local de Concentração de atividades terciárias	Agências bancárias	- Participação no total de agências bancárias da região metropolitana.
	Ensino Superior	- Número de cursos de nível superior públicos e privados em relação ao total da região metropolitana.
	Shopping Centers	- Número de shoppings centers em relação ao total da região metropolitana. - Número de lojas em shopping centers em relação ao total da região metropolitana.
	Atividades de comércio e serviços.	Participação nos subsetores de comércio e serviços. Diversidade de estabelecimentos de comércio. Diversidade de estabelecimentos de serviços.
Ponto de convergência de diferentes tipos de fluxos	Movimento de pessoas	Entrada e saída de movimentos pendulares em relação ao total da região metropolitana.
	Movimento de cargas	Entrada e saída de movimentos de cargas em relação ao total da região metropolitana

Fonte: Elaborado por Oséias Teixeira da Silva, 2016.

As variáveis e indicadores utilizados nesse trabalho no sentido de caracterizar a policentralidade a escala municipal na região metropolitana estão agrupados de acordo com a relação aos dois elementos fundamentais da constituição de um centro e sua centralidade: o fato de ser um local de concentração de atividades terciárias e um ponto de convergência de fluxos. Em relação às variáveis agrupadas no primeiro grupo, destacamos algumas atividades terciárias que consideramos importantes para a caracterização de um centro na atualidade, são elas: agências bancárias; shopping centers e ensino superior. Essas variáveis foram escolhidas basicamente pelo mesmo motivo: são atividades que apresentam normalmente certo grau de concentração, tendendo, portanto a aparecer apenas nos centros intrametropolitanos mais importantes, no entanto esse grau de concentração não é tão alto a ponto de essas atividades serem encontradas somente na metrópole, como acontece com as atividades de gestão, por exemplo, que tendem a ter uma forte tendência de concentração na metrópole só se desconcentrando em estágios mais avançados do processo de descentralização como demonstra a experiência americana citada anteriormente.

Nesse sentido são atividades com grau de descentralização intermediário, intermediárias porque nem são aquele tipo de atividades que se difundem

homogeneamente por toda a região metropolitana estando presente de forma mais ou menos igualitária em todos os municípios, nem são aquelas atividades que permanecem fortemente concentradas na metrópole. Nesse sentido são ideais para a análise do policentrismo em uma realidade metropolitana altamente concentrada como a do Rio de Janeiro. Por fim temos a partir da última variável desse grupo uma análise conjunta das atividades terciárias presentes nos centros intrametropolitanos na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de duas perspectivas distintas: a participação de cada município no total de subsetores de comércio e serviços na região metropolitana e a diversidade de atividades de comércio e serviços dentro dessa região. Como discutido anteriormente para a definição da centralidade de um centro é importante tanto à quantidade quanto a diversidade de atividades terciárias presentes em um centro, assim a partir desses indicadores podemos analisar esses dois aspectos da configuração dos centros metropolitanos.

O segundo grupo de variáveis está relacionado aos fluxos atraídos pelos municípios metropolitanos. Nesse caso temos duas variáveis uma que diz respeito aos fluxos de pessoas e outra relacionada ao fluxo de mercadorias, que representam os dois principais tipos de fluxos que constituem a centralidade metropolitana e de cada um dos centros intrametropolitanos. Importante reafirmar que quando falamos em centro nesse trabalho, estamos nos referindo a um município que se coloca como local de concentração de atividades terciárias e ponto de convergência de fluxos a escala da região metropolitana, o que permite que este município possua uma centralidade que extrapola a área desse município.

À medida que temos a transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro de monocêntrica para policêntrica, devemos ter a reconfiguração da centralidade metropolitana, com uma redistribuição das funções centrais metropolitanas, na qual algumas funções antes encontradas unicamente no centro principal, a metrópole, passam a estar presentes em outros municípios metropolitanos, que assim se configuram como centros secundários e não mais como subcentros como na região metropolitana monocêntrica. O desdobramento da centralidade do centro principal, a metrópole, apareceria, portanto pelo aumento da presença de atividades terciárias em alguns municípios metropolitanos, e também pelo surgimento nesses municípios de algumas funções centrais antes encontradas somente na metrópole.

No entanto antes de prosseguirmos não podemos deixar de apontar que analisar a reconfiguração da centralidade metropolitana a escala municipal e não intrametropolitano como aparece na maior dos trabalhos sobre o policentrismo, leva a algumas limitações teóricas. Assim alguns aspectos que aparecem claramente quando discutimos a policentralidade a escala intrametropolitana, ou seja, identificando centros que se formam em áreas espacialmente restritas geralmente inferiores a um bairro, não poderão ser identificadas ao analisamos a policentralidade a escala municipal. A questão da forma dispersa dos novos centros em comparação com a forma compacta dos centros tradicionais dificilmente pode ser constatada a escala municipal, uma vez que a centralidade a escala municipal é o resultado conjunto da centralidade de todos os centros sejam eles novos ou tradicionais, presentes nesse município. Vejamos agora os dados referentes à primeira variável, ou seja, agências bancárias na tabela 19:

Tabela 19: Número de agências bancárias e participação no total de agências, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1991-2010

Município	1991	1991 (%)	1996	1996 (%)	2000	2000 (%)	2010	2010 (%)
Rio de Janeiro	765	81.73	828	80.70	959	80.59	1.254	78.67
Eixo Oeste	86	9.19	100	9.74	113	9.5	169	10.6
Belford Roxo	4	0.43	6	0.58	7	0.59	11	0.69
Duque de Caxias	23	2.46	28	2.73	31	2.61	46	2.89
Itaguaí	9	0.96	9	0.88	8	0.67	10	0.63
Japeri	0	0.00	0	0.00	0	0.00	2	0.13
Mesquita	0	0.00	0	0.00	0	0.00	5	0.31
Nilópolis	9	0.96	10	0.97	11	0.92	12	0.75
Nova Iguaçu	22	2.35	26	2.53	30	2.52	43	2.70
Mangaratiba	3	0.32	4	0.39	4	0.34	4	0.25
Queimados	4	0.43	4	0.39	6	0.50	9	0.56
São João de Meriti	12	1.28	13	1.27	14	1.18	23	1.44
Seropédica	0	0.00	0	0.00	2	0.17	4	0.25
Eixo Norte	7	0.75	9	0.88	9	0.75	12	0.76
Guapimirim	1	0.11	1	0.10	1	0.08	2	0.13
Magé	6	0.64	8	0.78	8	0.67	10	0.63
Eixo Leste	78	8.33	89	8.67	109	9.15	159	9.98
Itaboraí	7	0.75	7	0.68	7	0.59	10	0.63
Maricá	5	0.53	6	0.58	5	0.42	7	0.44
Niterói	45	4.81	53	5.17	68	5.71	98	6.15
São Gonçalo	21	2.24	23	2.24	28	2.35	43	2.70
Tanguá	0	0.00	0	0.00	1	0.08	1	0.06
Total	936	100.00	1.026	100.00	1.190	100.00	1.594	100.00

Fonte: Banco Central do Brasil(BCB)

Um primeiro aspecto a se destacar da tabela é o notável crescimento do número total de agências bancárias em toda a região metropolitana, sendo que são criadas mais de 600 novas agências bancárias em toda a região metropolitana entre 1991 e 2010. Tal fato está diretamente ligado ao processo de recuperação econômica e também a melhoria das condições de renda da população metropolitana, uma vez que a decisão de abertura de novas agências bancárias por parte dos bancos, principalmente no caso dos bancos privados, parte do reconhecimento de existência de áreas com concentração de população com renda suficiente para geração de poupança. Como as agências são instrumentos de captação e concentração da poupança, poupança essa que é então concentrada e transformada em capital financeiro, esse aumento do número de agências deve ser vista como uma evidência de uma redistribuição espacial da renda dentro da região metropolitana que faz com que essas empresas busquem captar essa renda que se encontra na forma de poupança através da criação de novas agências.

Como era de se esperar a metrópole concentra uma proporção de agências bancárias muito elevada em relação aos demais municípios metropolitanos, sendo que o número total de agências bancárias na metrópole em 2010 é mais que 10 vezes superior ao segundo município com maior número de agências, no caso o município de Niterói. Embora a princípio as agências bancárias possam se localizar em qualquer local, as economias de aglomeração presentes nos centros intrametropolitanos fazem que esses se tornem o local ideal para a instalação das agências bancárias, uma vez que ao se localizarem nesses centros essas agências podem se aproveitar da infraestrutura e dos fluxos presentes nesse centro para a viabilização de seu funcionamento. Nesse sentido a grande desproporção em termos de número de agências bancárias em favor da metrópole indica a importância dos centros intrametropolitanos presentes nesse município e sua grande capacidade de atração de fluxos.

No entanto os dados apontam que, mesmo com um significativo crescimento em termos absolutos do número de agências bancárias na metrópole, houve uma significativa desconcentração do número de agências bancárias na região metropolitana, sendo que o percentual de participação da metrópole caiu de quase 82% para quase 79%. Como a distribuição de agências bancárias está diretamente

relacionada com a importância dos centros e da centralidade que eles representam há que se admitir que essa desconcentração indique um aumento da importância de outros centros metropolitanos vis a vis a metrópole.

Em relação aos eixos, podemos perceber que o crescimento se deu somente nos eixos leste e oeste, praticamente na mesma proporção em que houve uma redução da concentração na metrópole. Portanto, devemos concluir que estão nesses eixos os municípios que tiveram um aumento da sua importância em termos de concentração de agências bancárias. No eixo oeste os maiores aumentos de participação ocorreram nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, que juntos tiveram um incremento de 55 agências bancárias. No eixo leste os maiores incrementos foram nos municípios de São Gonçalo e Niterói que juntos tiveram um aumento de 75 agências bancárias. Estes cinco municípios foram justamente aqueles que no capítulo anterior foram identificados subcentros dentro do contexto de uma região metropolitana monocêntrica.

Como discutido anteriormente a descentralização se dá num primeiro momento com a formação de subcentros a partir da expansão territorial e integração espacial de novas áreas da metrópole. Nesse primeiro momento esses novos centros tem uma centralidade hierarquicamente inferior a da metrópole, que concentra a maior diversidade de funções centrais e apresenta algumas funções centrais só encontradas nesse centro. Num segundo momento, à medida que os novos centros começam a acumular economias de aglomeração a partir da ação das forças centrípetas, tais centros começam a se tornar uma opção viável para a instalação de atividades antes tipicamente encontradas na metrópole. Assim temos o processo de desdobramento da centralidade do centro principal (REIS, 2007) a partir do qual algumas funções centrais antes encontradas apenas na metrópole começam a aparecer em outros municípios metropolitanos.

Uma vez que estes municípios foram os principais subcentros durante o período que a região metropolitana do Rio de Janeiro aparecia como uma região monocêntrica, há que se esperar dentre esses municípios estejam os principais centros secundários na região metropolitana policêntrica. No entanto considerando o grau de concentração que ainda se mantém na metrópole em relação à atividade bancária e certamente em relação a outras atividades terciárias, não devemos esperar que essa região metropolitana, a partir de seu processo de recuperação

econômica, tenha alcançado um alto grau de dispersão da centralidade e, portanto de policentrismo. Pelo contrario devemos estar atentos para identificar a formação do policentrismo na região metropolitana, talvez com uma intensidade de desdobramento das funções centrais tipicamente presentes na metrópole, bem menor do que em outras regiões metropolitanas. Com tais questões em mente nos voltamos agora para a segunda variável a ser utilizado nesse capítulo, ensino superior. O ensino superior é uma atividade tipicamente presente em centros de maior nível hierárquico uma vez que atende normalmente um público que extrapola a área de um único município, a menos que seja um município com grande contingente populacional. Assim essa atividade, pelo menos em relação às universidades privadas, tem um alcance espacial mínimo elevado, o que significa que é normalmente necessário uma grande área para se ter o quantitativo de pessoas suficiente para viabilizar essa atividade. Mesmo em relação às universidades públicas, no Brasil, elas tenderam a se concentrar nos municípios mais importantes das regiões metropolitanas, comumente nas metrópoles, tendo havido, nos últimos anos, porém uma tendência de interiorização das universidades federais. Tal característica do ensino superior faz com que ele normalmente esteja concentrado nos municípios mais importantes da região metropolitana, à medida que atendem não apenas a população desses municípios, mas de toda a região metropolitana. Mais que isso, no Brasil, esta atividade esteve historicamente concentrada nas metrópoles, o que torna essa atividade um interessante indicador da dispersão da centralidade metropolitana com a formação de uma região metropolitana policêntrica. A tabela 20 apresenta a participação no número de cursos de graduação presencial na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1991 e 2010:

Tabela 20: Participação no número de cursos de graduação, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995- 2010

Município	Participação no número de Cursos de Graduação Presenciais															
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rio de Janeiro	77.22	75.21	71.55	72.45	71.87	74.28	75.36	76.20	74.89	71.59	71.51	71.63	72.22	68.45	74.40	74.76
Eixo Oeste	8.50	9.93	12.14	11.64	10.48	9.15	9.22	9.02	9.77	11.85	12.35	13.00	12.69	13.55	11.07	11.22
Belford Roxo	1.08	1.18	0.74	0.72	0.73	0.60	0.65	0.95	0.83	0.89	0.88	0.83	0.77	0.69	0.56	0.56
Duque de Caxias	3.44	3.67	4.52	4.02	3.72	3.47	3.45	3.09	3.03	3.73	3.95	3.88	3.81	3.77	3.59	3.66
Itaquai	0.72	0.70	0.79	0.77	0.69	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Japeri	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Mangaratiba	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Mesquita	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Nilópolis	0.36	0.35	0.79	0.77	0.81	0.80	0.62	0.57	0.61	0.82	0.76	0.79	0.81	0.85	0.75	0.74
Nova Iguaçu	2.89	2.97	4.13	4.22	3.56	2.81	2.96	2.86	2.62	3.18	4.37	5.07	4.76	5.05	3.94	4.18
Queimados	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.40	0.55	0.67	0.87	0.88	0.92	0.69	0.63
Sao Joao de Meriti	0.00	1.05	1.18	1.15	0.97	0.80	0.86	0.92	1.72	2.18	1.26	1.11	1.25	1.85	0.81	0.74
Seropédica	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.67	0.68	0.63	0.56	0.50	0.46	0.44	0.42	0.41	0.72	0.70
Eixo Norte	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.08	0.07	0.07	0.06	0.06
Guapimirim	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Mage	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.08	0.07	0.07	0.06	0.06
Eixo Leste	14.29	14.87	16.31	15.91	17.64	16.57	15.42	14.78	15.34	16.56	16.13	15.29	15.02	17.93	14.47	13.97
Itaboraí	0.18	0.17	0.39	0.57	0.49	0.40	0.37	0.34	0.40	0.45	0.42	0.79	0.95	0.85	0.52	0.40
Maricá	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.14	0.12	0.11
Niterói	11.75	11.02	11.79	12.07	13.76	12.96	12.09	11.69	11.20	11.46	11.34	11.09	10.40	12.31	11.06	10.48
Sao Gonçalo	2.35	3.67	4.13	3.26	3.40	3.21	2.96	2.75	3.73	4.64	4.37	3.41	3.66	4.62	2.78	2.98
Tanguá	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Região metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

A tabela demonstra que houve uma ligeira redução da concentração dos cursos de graduação presenciais na metrópole entre 1995 e 2010. Importante colocar que essa redução se deu em um contexto de forte crescimento do número de cursos de graduação em toda a região metropolitana, fenômeno associado à recuperação econômica dessa região e a busca de qualificação profissional por parte dos trabalhadores, especialmente aqueles de menores níveis de renda. Em toda a região metropolitana o número de cursos de graduação passou de 2212, em 1995, para 6988 em 2010, o que significa o surgimento de 4776 cursos de graduação ao longo do período. A metrópole tinha 1708 cursos de graduação em 1995, sendo que em 2010 eram 5224 cursos. Ainda assim uma vez que o ritmo de crescimento de cursos fora da metrópole foi ligeiramente maior ocorreu essa descentralização.

Considerando os eixos fica evidente a grande importância dos eixos leste e oeste para o desenvolvimento dessa atividade na região metropolitana, sendo que o eixo leste tem uma importância ligeiramente superior ao oeste, muito devido à importância de Niterói como centro com grande concentração de instituições de ensino superior, enquanto o eixo norte não tem praticamente importância alguma em relação a essa variável. Considerando apenas os municípios, fica evidente a enorme concentração dessa atividade em poucos municípios, uma vez que dos 19 municípios que compõem a região metropolitana, apenas cinco possuem uma participação superior a 1% do total de cursos de graduação presentes na região metropolitana. Isto significa que esses 14 municípios, em relação à atividade de ensino superior, não se constituem em centros, uma vez que não possuem uma concentração significativa dessa atividade a ponto de gerar intensidade de fluxos suficiente para constituir esses municípios em centros com uma centralidade capaz de extrapolar pelo menos a área do município.

Os cinco municípios que tem níveis de concentração maiores dessa atividade são, além da metrópole: os municípios de Duque de Caxias; Nova Iguaçu; Niterói e São Gonçalo, todos eles municípios identificados como subcentros no capítulo anterior. Podemos afirmar, que praticamente toda a demanda por ensino superior da região metropolitana é atendida por esses 5 centros, o que permite imaginar o quantitativo de fluxos de estudantes que esses centros atraem cotidianamente, uma vez que a região metropolitana do Rio de Janeiro possui uma população total de mais de 12 milhões de pessoas em 2010. Interessante o fato que o município de São João de Meriti, que também foi identificado como subcentro no capítulo anterior e apresentou uma concentração significativa de agências bancárias, não aparece como um centro em relação ao ensino superior. Esse município pelos dados até aqui levantados, se constitui em um centro com um grau de desenvolvimento inferior aos quatro municípios anteriormente citados, por isso ele apresenta concentração significativa de algumas atividades e não de outras.

Entre esses quatro municípios cabe destacar a importância de Niterói em relação ao ensino superior, uma vez que este município concentra cerca de 11% do total de cursos superiores na região metropolitana, sendo portanto o segundo mais importante centro em relação a concentração de atividades do ensino superior. Tal grau de concentração é cerca de três vezes superior ao encontrado nos municípios

de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo. Entre os fatores que explicam essa concentração estão o passado do município como capital do estado, que levou a uma concentração de investimentos em relação ao ensino superior na cidade, e a presença da Universidade Federal Fluminense – UFF, uma das mais importantes do país, e o fato de concentrar população com alto nível de renda.

A terceira variável utilizada nesse trabalho são os shoppings centers. Os shoppings centers são uma importante variável para o estudo da reconfiguração metropolitana não apenas porque são a principal modalidade de novos centros presentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas também são um indicativo da centralidade de um município, uma vez que comumente o shopping se localiza em um município com a intenção de atender um público que extrapola esse município e nesse sentido deverá se localizar em um município que já tem esse papel de atendimento de demandas de um público extra-municipal. A tabela 21 apresenta a evolução do número de shopping centers, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1980, 1990 e 2014 e também o número total e médio de lojas em shoppings.

Tabela 21: Evolução do número de shopping centers e número de lojas em 2014, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1980 - 2014						
Município	1980	1990	2000	2014	Total de Lojas em 2014	Média de lojas por shopping em 2014
Rio de Janeiro	4	10	26	38	7794	205
Eixo Oeste	0	0	3	5	714	143
Belford Roxo	0	0	0	0	0	0
Duque de Caxias	0	0	1	2	249	125
Itaguaí	0	0	0	1	86	86
Japeri	0	0	0	0	0	0
Mangaratiba	0	0	0	0	0	0
Mesquita	0	0	0	0	0	0
Nilópolis	0	0	0	0	0	0
Nova Iguaçu	0	0	1	1	129	129
Queimados	0	0	0	0	0	0
São João de Meriti	0	0	1	1	250	250
Seropédica	0	0	0	0	0	0
Eixo Norte	0	0	0	0	0	0
Guapimirim	0	0	0	0	0	0
Mage	0	0	0	0	0	0
Eixo Leste	0	1	3	7	1183	169
Itaboraí	0	0	0	1	118	118
Maricá	0	0	0	0	0	0
Niterói	0	1	3	3	606	202
São Gonçalo	0	0	0	3	459	153
Tanguá	0	0	0	0	0	0
Região metropolitana	4	11	32	50	9691	194

Fonte: <http://www.portaldoshopping.com.br/> acessado em 26/02/2015

A análise da tabela deixa claro o quanto os shoppings são empreendimentos com alta seletividade espacial, sendo que mesmo em 2014 eles não eram encontrados em 12 dos 19 municípios metropolitanos. Outros 3 municípios tinham apenas 1 shopping cada um, sendo que apenas 4 municípios tinham mais de 1 shopping, são eles: Rio de Janeiro; Duque de Caxias; Niterói e São Gonçalo. Em outras palavras, em relação aos shoppings centers, os municípios mais importantes além da metrópole são os três municípios acima citados, sendo que Nova Iguaçu e São João de Meriti não tem destaque uma vez que os dois apresentam apenas um shopping cada. Novamente a concentração dessa atividade em poucos centros

revela que os quatro municípios acima citados devem concentrar o atendimento de boa parte das demandas direcionadas a esse tipo de centro planejado.

Se por um lado como indicador de centralidade, a presença de shopping revela a concentração dessa atividade em poucos centros, o que indica que certamente que os shoppings presentes nesses municípios, ou pelo menos alguns deles, provavelmente possuem uma centralidade com um alcance que extrapola os limites dos municípios em que estão instalados, por outro lado, como um centro planejado, que causa intensas transformações na estrutura dos centros metropolitanos, devemos ter em conta que os shoppings intensificam e ao mesmo tempo alteram a centralidade dos municípios que recebem esses empreendimentos.

Outro aspecto interessante que pode ser constatado pela análise da tabela é a evolução da dispersão dos shoppings na região metropolitana, que por si só já uma forte evidência do aumento da importância de outros centros dentro da região metropolitana. Em 1980 havia apenas quatro shoppings centers na região metropolitana, todos no município do Rio de Janeiro. Em 1990 havia 11 shoppings e apenas um fora da metrópole, na cidade de Niterói. O período entre 1990 e 2000 foi de intensa criação de novos shoppings e coincide de forma geral com o início da recuperação econômica na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 2000, já havia 32 shoppings em 5 diferentes municípios metropolitanos, enquanto em 2014 eram 50 shoppings em 7 municípios diferentes.

Em relação às lojas em shoppings, a maioria delas está presente na metrópole, sendo que em seguida temos os municípios de Niterói, São Gonçalo, São João de Meriti e Duque de Caxias. Como a centralidade de um shopping, depende entre outros aspectos da quantidade e diversidade de lojas presentes, devemos concluir que tais municípios são os que possuem maior importância em relação a essa atividade. A seguir apresentamos a tabela 22 que mostra os dados relativos à concentração de atividades de comércio de acordo com os subsetores do IBGE em 1985 e 2010. Devido ao número de subsetores de comércio e serviços a tabela que ser dividida em duas partes.

Tabela 22: Participação no total de unidades locais, comércio e serviços Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 e 2010 (Parte 1)

Município	Comércio Varejista	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Comércio Atacadista	Instituições financeiras	Instituições financeiras	Com. e Administração de Imóveis	Com. e Administração de Imóveis	Transportes e Comunicações	Transportes e Comunicações
	1985	2010	1985	2010	1985	2010	1985	2010	1985	2010
Rio de Janeiro	69.52	61.59	82.17	74.81	84.79	80.89	90.15	84.46	77.62	72.81
Eixo Oeste	69.52	61.59	82.17	74.81	84.79	80.89	90.15	84.46	77.62	72.81
Belford Roxo	0.00	1.75	0.00	0.93	0.00	0.47	0.02	0.24	0.00	1.12
Duque de Caxias	4.56	6.20	3.12	5.79	2.19	2.63	1.33	1.73	5.00	6.84
Itaguaí	0.71	1.11	0.31	0.45	0.64	0.39	0.13	0.22	0.64	1.21
Japeri	0.00	0.25	0.00	0.18	0.00	0.05	0.00	0.02	0.00	0.11
Mangaratiba	0.17	0.25	0.02	0.08	0.19	0.08	0.06	0.19	0.32	0.43
Mesquita	0.00	0.65	0.00	0.46	0.00	0.24	0.00	0.15	0.00	0.52
Nilópolis	1.17	1.17	0.71	0.94	0.64	0.53	0.27	0.31	0.53	0.60
Nova Iguaçu	6.25	5.04	3.66	2.65	2.77	2.84	1.75	1.64	4.36	3.09
Queimados	0.00	0.61	0.00	0.19	0.00	0.26	0.01	0.11	0.00	0.26
São João de Meriti	3.00	3.13	2.68	1.99	0.97	1.21	0.52	0.61	1.91	2.45
Seropédica	0.00	0.33	0.00	0.18	0.00	0.13	0.00	0.08	0.00	0.29
Eixo Norte	1.13	1.87	0.5	0.97	0.64	0.73	0.28	0.39	1.12	0.68
Guapimirim	0.00	0.31	0.00	0.29	0.00	0.18	0.02	0.13	0.00	0.21
Mage	1.13	1.56	0.50	0.68	0.64	0.55	0.26	0.26	1.12	0.47
Eixo Leste	13.49	16.05	6.83	10.39	7.16	9.53	5.48	9.85	8.51	9.58
Itaboraí	0.77	1.43	0.37	0.94	0.45	0.58	0.16	0.39	1.12	0.98
Maricá	0.30	1.13	0.10	0.33	0.26	0.37	0.17	0.47	0.27	0.34
Niterói	7.63	7.37	3.41	4.07	4.77	5.95	4.06	7.18	3.93	5.22
São Gonçalo	4.79	5.95	2.95	4.85	1.68	2.58	1.09	1.78	3.19	2.89
Tanguá	0.00	0.17	0.00	0.20	0.00	0.05	0.00	0.03	0.00	0.15
Região metropolitana	100	100.00	100	100.00	100	100.00	100	100.00	100	100.00

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Os dados da tabela apontam de forma evidente o forte grau de descentralização de atividades terciárias que temos na região metropolitana, fato que é um indício muito forte da reconfiguração da centralidade metropolitana nessa região. Reconfiguração essa que aponta para a tendência de transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro em uma região policêntrica. Os dois momentos que aparecem na tabela são interessantes para constatar a evolução desse processo uma vez que o primeiro dado é de 1985, momento no qual a região metropolitana ainda passava por uma crise econômica, processo esse discutido no

capítulo 1.2, e o segundo, 2010 é um momento no qual a região metropolitana tinha consolidado um processo de recuperação econômica analisada no capítulo 1.3, associado a intensas transformações nas estruturas, formas e funções espaciais da região metropolitana.

Embora em outras regiões metropolitanas evidências da reestruturação espacial sejam identificadas ainda na década de 1980, na região metropolitana do Rio de Janeiro, devido a grave crise sofrida por essa região desde o final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, a reestruturação só ira se manifestar mais claramente a partir da recuperação econômica, em meados da década de 1990. Percebe-se analisando a tabela que todas as atividades tiveram redução significativa do grau de concentração na metrópole. Apesar dessa significativa desconcentração ainda temos uma marcante concentração na metrópole o que significa que esse processo ainda poderá se desenvolver significativamente no futuro, ou dito de outra maneira, o policentrismo na região metropolitana pode ser caracterizado como sendo pouco desenvolvido.

A atividade de comércio varejista, que já era a com maior grau de descentralização em 1985 é aquela que possui maior grau de descentralização também em 2010. De forma geral, esse dado corrobora as análises sobre a evolução do processo de descentralização contemporânea, que apontam que as atividades de comércio varejista são aquelas que se descentralizam primeiro e com mais intensidade uma vez que a sua localização está diretamente ligada à existência de concentração de população e de renda, sendo que à medida que temos a expansão territorial e integração espacial de novas áreas a dinâmica metropolitana, criando concentrações populacionais fora da metrópole, começam a se dar as condições para a concentração dessa atividade em outros centros metropolitanos. Nesse sentido a descentralização atividade varejista está diretamente ligada à primeira fase do processo de descentralização, associada à redistribuição populacional que se dá com a expansão territorial e integração espacial de novas áreas a região metropolitana. A concentração do comércio varejista na metrópole passa de 69,52% para 61,59, o que indica um forte processo de descentralização dessa atividade terciária dentro da região metropolitana. Como o comércio varejista é composto por diversos ramos diferentes, pode se imaginar que em relação a

alguns desses ramos a intensidade desse processo de descentralização pode ter sido ainda maior.

Tanto o eixo leste quanto o eixo oeste tiveram aumento significativo do grau de concentração do comércio varejista, o que indica que foi principalmente em direção a esses dois eixos que se deu a descentralização, sendo que o eixo norte teve um aumento pouco significativo em relação a essas atividades. O eixo oeste teve um aumento muito maior (4,63%) do que o eixo leste (2,56%). Nesse sentido o eixo oeste foi o principal beneficiado pelo processo de descentralização do comércio varejista da metrópole. Os municípios que tiveram o maior crescimento do grau de concentração dessa atividade foram os municípios de São Gonçalo e Duque de Caxias, ambos com aumento de participação superior a 1%. Interessante destacar em relação a esses dois municípios é que ambos foram caracterizados como subcentros no capítulo anterior e tem um processo de integração a dinâmica metropolitana marcada predominantemente pela produção de loteamentos populares para moradores metropolitanos e também pela instalação de atividades fabris. Nesse sentido, o processo de centralização da atividade varejista nesses dois municípios indicaria um novo momento desses locais, que se colocam como centros de maior importância em relação a essa atividade.

O grau de concentração na metrópole do comércio atacadista era bem superior ao do comércio varejista em 1985, o que se explica pelo papel da metrópole, que como centro principal da região metropolitana monocêntrica era também o principal centro distribuidor de mercadorias para toda a região metropolitana e mesmo para áreas fora dessa região. A metrópole continua exercendo a função de principal centro de distribuição de mercadorias em atacado, no entanto, se evidencia um forte processo de descentralização dessa atividade ao longo do período, sendo que temos uma queda no grau de concentração dessa atividade na metrópole de mais de 7%.

Em contrapartida a essa descentralização da atividade de comércio atacadista na metrópole, temos uma forte centralização dessas atividades nos eixos leste e oeste, sendo que o crescimento dessa atividade nos dois eixos foi praticamente idêntico. Em relação aos municípios, novamente temos que a centralização dessa atividade foi mais forte nos municípios de São Gonçalo e Duque de Caxias, sendo, portanto, esses dois centros os mais beneficiados pela

descentralização da atividade comercial, varejista e atacadista da metrópole. Assim são esses municípios os que reuniram as melhores condições para desenvolver as forças centrípetas para atração dessas atividades.

A categoria instituições financeiras, que incluem também empresas de seguros e sociedades de crédito, apresentou também uma redução do grau de concentração na metrópole. Essa redução foi bem menor do que aquela ocorrida no comércio varejista e atacadista, uma redução em torno de 4%. Mas a descentralização dessa atividade é importante considerando que se trata de uma atividade historicamente fortemente concentrada na metrópole e mais que isso se trata de uma atividade que, a exceção das agências bancárias, normalmente só se descentraliza em um momento mais avançado do processo de descentralização metropolitana, em que surgem outros centros além da metrópole com economias de aglomeração fortes o suficiente para atrair essa atividade. Nesse sentido essa atividade normalmente se descentraliza a partir da terceira fase do processo de descentralização, no qual as atividades de serviços corporativos começam a se descentralizar com mais intensidade. Como apontamos no capítulo anterior, as atividades financeiras, justamente pela histórica concentração nas metrópoles e por só terem iniciado sua descentralização recentemente, comumente são utilizadas como um indicador do surgimento de uma estrutura policêntrica.

Nesse sentido o setor denominado pela sigla FIRE (financeira, insurément and real state, ou finanças, seguros e setor imobiliário em português) representam um conjunto de atividades com forte tendência de concentração na metrópole e cuja descentralização é comumente associada à emergência do policentrismo como apontado por Fujii; Hartshorn (1995) justamente porque ela só ocorre quando existem na região metropolitanas outros centros, com considerável acúmulo de forças centrípetas, capazes de atrair essas atividades. Assim a descentralização dessa atividade, mesmo que em um grau não tão elevado, é altamente significativa do ponto de vista teórico, e apresenta-se como forte evidência da reconfiguração da centralidade metropolitana na direção da emergência de uma região metropolitana policêntrica.

Todos os eixos tiveram aumento do grau de concentração dessa atividade sendo que o crescimento foi maior no eixo leste, que passou de 7,16% para 9,53% de participação nessa atividade, enquanto no eixo oeste houve um incremento de

7,4 para 8,3. No eixo norte o aumento de participação foi desprezível. Interessante o fato de que enquanto em relação às atividades comerciais, o acréscimo de participação foi maior no eixo oeste em relação à categoria instituições financeiras o incremento foi maior no eixo leste. Niterói foi o único município que teve um aumento de participação maior que 1%, se consolidando como o segundo centro mais importante em relação a essa atividade.

A sigla FIRE identifica dois grandes conjuntos de atividades terciárias, o primeiro são as instituições financeiras, a segunda são as instituições ligadas ao setor imobiliário. As firmas ligadas ao setor imobiliário tem também uma altíssima concentração nas metrópoles, uma vez que é nas metrópoles que temos normalmente o maior e mais complexo mercado imobiliário dentro da região metropolitana. Nesse sentido a desconcentração dessa atividade só irá ocorrer em um estágio mais avançado da descentralização metropolitana. A descentralização dessa atividade também está diretamente ligada a dispersão metropolitana, uma vez que com essa dispersão a produção imobiliária deixa de ser tão concentrada na metrópole do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo 2.1, e assim sendo há um estímulo para que as empresas desse setor também busquem se localizar em outros centros metropolitanos a medida que esses centros vão se consolidando como importantes mercados imobiliários.

A descentralização dessa atividade se deu mais fortemente em direção aos eixos leste e oeste, sendo que novamente foi em direção ao eixo leste que tivemos a maior intensidade desse processo. O eixo leste tinha uma participação 5,48% em 1985 e passa a 9,85 em 2010 (crescimento de 2,37%) enquanto no eixo oeste passou de 4,0% para 5,3% (crescimento de 1,3%). Nesse sentido podemos concluir que enquanto em relação à atividade comercial a descentralização se deu mais fortemente em direção ao eixo oeste, em relação às instituições financeiras e firmas relacionadas ao setor imobiliário se deu mais fortemente em direção ao eixo leste. Dessa maneira, esses dois eixos devem ter centros com níveis diferenciados de concentração de forças centrípetas, representando, portanto ritmos distintos do processo de descentralização e centralização em cada um desses eixos. O eixo norte continua sem grande representatividade em relação à centralização dessas atividades.

Niterói é novamente o único município que teve um crescimento de participação maior que 1%, nesse caso de 3,12%, o que demonstra o dinamismo do mercado imobiliário desse município. O fato de esse município ter sido o principal centro a ser beneficiado pela descentralização das atividades financeiras e do setor imobiliário aponta que esse centro seja talvez aquele com melhores condições para o recebimento de atividades de serviços corporativas que demandam centros altamente consolidados para que a descentralização ocorra o que explica que tais atividades geralmente se descentalizam posteriormente em relação às atividades comerciais, por exemplo. Assim podemos concluir que o município de Niterói se coloca como um centro com um ritmo de desenvolvimento diferenciado em relação aos outros quatro municípios classificados como subcentros no capítulo anterior.

Em relação a categorias transportes e comunicações também houve uma substancial descentralização dessa atividade na metrópole, que passa de 77,66% em 1985 para 72,81% em 2010. A descentralização dessa atividade indica que temos um rearranjo das atividades de logística no interior da região metropolitana. Em relação a essa atividade o aumento de participação foi muito maior no eixo oeste (4,16%) do que no eixo leste (1,07%). Os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias são aqueles que tiveram aumentos de participação de mais de 1%, sendo, portanto aqueles que mais intensamente centralizaram essas atividades nesse período. A seguir temos a tabela 23 com o restante dos subsetores do IBGE:

Tabela 23: Participação no total de unidades locais, comércio e serviços Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 e 2010 (Parte 2)

Município	1985	2010	1985	2010	1985	2010	1985	2010
	1985	2010	1985	2010	1985	2010	1985	2010
Rio de Janeiro	79.24	73.61	74.26	72.42	69.44	61.63	67.93	57.34
Eixo Oeste	9.67	12.53	12.23	11.64	14.61	20.02	15.18	9.98
Belford Roxo	0.00	0.88	0.00	0.56	0.00	2.14	0.00	0.78
Duque de Caxias	3.12	3.69	3.74	3.49	4.14	4.98	3.98	1.96
Itaguaí	0.52	0.84	0.45	0.47	0.15	0.83	1.90	0.98
Japeri	0.00	0.13	0.00	0.09	0.00	0.16	0.00	0.39
Mangaratiba	0.27	0.43	0.03	0.04	0.00	0.07	1.14	1.17
Mesquita	0.00	0.39	0.00	0.19	0.00	0.77	0.00	0.39
Nilópolis	0.63	0.85	1.41	1.05	0.70	1.67	1.14	0.59
Nova Iguaçu	3.64	2.98	4.63	3.89	7.73	5.31	4.93	2.35
Queimados	0.00	0.36	0.00	0.33	0.00	0.52	0.00	0.20
São João de Meriti	1.49	1.80	1.99	1.43	1.89	3.27	2.09	0.59
Seropédica	0.00	0.18	0.00	0.10	0.00	0.29	0.00	0.59
Eixo Norte	0.53	0.94	0.99	0.62	0.70	1.35	1.71	0.78
Guapimirim	0.00	0.20	0.00	0.09	0.00	0.22	0.00	0.39
Mage	0.53	0.74	0.99	0.53	0.70	1.13	1.71	0.39
Eixo Leste	12.05	14.61	14.50	16.70	17.15	20.20	17.27	32.09
Itaboraí	0.34	0.83	0.58	0.82	0.40	1.33	1.52	0.39
Maricá	0.19	0.60	0.07	0.50	0.15	0.95	0.95	0.39
Niterói	7.61	7.59	8.98	10.34	8.92	7.81	9.49	27.79
São Gonçalo	2.42	3.79	2.88	3.60	5.78	6.84	3.23	2.94
Tanguá	1.49	1.80	1.99	1.43	1.89	3.27	2.09	0.59
Região metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

As atividades de serviços mostradas nessa tabela têm diferentes tendências de centralização e descentralização, assim sendo precisamos estar atentos a essas diferenças ao analisarmos os dados. No entanto em todas as atividades tivemos uma redução significativa do grau de concentração na metrópole, o que aponta que outros centros dentro da região metropolitana ampliaram sua capacidade de centralizar essas atividades. A categoria de serviços de alojamento e alimentação corresponde a um conjunto de atividades de serviços, como hotéis, lanchonetes, restaurantes, etc, que embora estejam localizados em maior quantidade nos centros intrametropolitanos podem estar dispersos em diferentes locais dentro dos

municípios metropolitanos. Por outro lado essa categoria representa atividades que geralmente fornecem bens de uso mais frequentes, cuja concentração, portanto não revela necessariamente um grande alcance e intensidade da centralidade de um centro. Por representar atividades de serviços pessoais, sua descentralização segue basicamente a desconcentração da população e da renda e por isso se dá de mais facilmente do que os serviços corporativos. As empresas ligadas a atividades de serviços pessoais, à medida que ocorre desconcentração da população e da renda, formando novas aglomerações populacionais, buscam centros próximos a essas novas aglomerações para atender essa demanda, enquanto a as atividades de serviços corporativos, se descentralizam somente a medida que há acúmulo de deseconomias de aglomeração na metrópole e acúmulo de economias de aglomeração em outros centros.

Em relação a essa categoria percebemos uma forte redução do grau de concentração na metrópole, que diminui 5,63% no período. Tal redução se dá ao passo que temos um forte incremento da participação nos eixos leste e oeste, sendo que o incremento no eixo oeste foi ligeiramente superior ao do eixo leste. Apenas o município de São Gonçalo teve um aumento na participação superior a 1% (1,37), sendo que todos os municípios com exceção de Niterói e Rio de Janeiro tiveram aumento na participação nessa categoria, cuja descentralização foi bastante dispersa entre os municípios metropolitanos. O que não é difícil de compreender, uma vez que se trata de um conjunto de atividades terciárias de uso frequente e que tem uma localização mais dispersa dentro dos municípios, sendo, portanto atividades que não tem grande necessidade de concentração em centros com forte acúmulo de economias de aglomeração.

A segunda categoria da tabela representa um conjunto de atividades de serviços voltados para atendimento de saúde para pessoas e animais, incluindo serviços como dentistas, médicos, veterinários e petshops. Trata-se de serviços de uso pessoal, muito comumente voltados para pessoas de maior nível de renda, e assim sendo são atividades que se desconcentram à medida que temos formação de novas áreas de concentração populacional na região metropolitana, principalmente se concentram população de mais alta renda. Principalmente em relação aos serviços médicos, temos ainda uma forte participação do setor público, cuja lógica de localização não segue necessariamente os mesmos padrões das

empresas privadas. Essa atividade teve um grau de desconcentração na metrópole bastante reduzido, o que certamente aponta para o fato de que a metrópole continua sendo uma importante aglomeração populacional, principalmente da população de mais alta renda, sendo que nesse sentido, o estímulo para a descentralização dessa atividade é bem menor do que em relação a outras atividades terciárias. Apenas o município de Niterói teve um incremento de participação de mais de 1% nessa categoria, justamente por ser um município que tem uma significativa concentração de população de alta renda.

A categoria ensino representa também um conjunto de atividades de serviços bastante diversificado, uma vez que temos desde creches até universidades por um lado, assim como temos instituições privadas e também instituições públicas. As atividades de ensino, a partir de sua concentração nos centros intramunicipais representam diferentes níveis de centralidade, tanto em termos de intensidade quanto de alcance. Uma escola de educação infantil, que compreende creche e pré-escola geralmente tem um alcance espacial mínimo limitado, uma vez os pais das crianças geralmente buscam escolas próximas as suas residências, com o intuito de evitar grandes deslocamentos com crianças pequenas. Já em relação o ensino superior o alcance espacial mínimo é bem mais amplo sendo comum as maiores universidades receberem alunos de toda a região metropolitana. Justamente por representar um grau de centralidade superior e por ter uma maior tendência de concentração em poucos centros, que servirão a uma demanda metropolitana, o ensino superior foi analisado separadamente nesse capítulo. Por outro lado níveis de ensino inferiores, como a educação infantil, tendem a ter uma localização mais dispersa dentro dos municípios e sua concentração deve estar ligada a presença de concentrações de população e de renda, uma vez que se trata de uma atividade de serviço pessoal. Nessa tabela, portanto temos a participação no total de unidades locais de ensino, em todos os níveis de ensino.

Percebemos que as atividades de ensino sofreram um forte processo de descentralização da metrópole, que tem uma redução de quase 8% do grau de concentração dessa atividade. Tal redução se deve tanto ao surgimento de áreas de concentração de população e renda fora da metrópole, aspecto mais diretamente ligado à dispersão metropolitana, e também à reconfiguração da centralidade metropolitana, com a consolidação de uma estrutura policêntrica, em que novos

centros, ampliam sua concentração da atividade de ensino, especialmente do ensino superior. Em relação aos eixos é interessante notar que tivemos uma centralização das atividades de ensino mais intensa no eixo leste (incremento de 5,42) que no eixo oeste (3,05%), no entanto como o eixo oeste tinha um grau de concentração dessa atividade maior em 1985, os dois eixos chegam em 2010 com um grau de participação nas atividades de ensino praticamente equivalente, em torno de 20% do total.

Temos três municípios que tiveram um aumento de participação de mais de 1% nas atividades de ensino, são eles os municípios de São João de Meriti, São Gonçalo e Tanguá. Como nenhum desses municípios tiveram um aumento significativo da concentração das atividades de ensino superior, devemos concluir que esse aumento da participação na atividade de ensino se deve a investimentos na educação básica. De qualquer forma os mais importantes centros, exclusive a metrópole, em termos de participação nas atividades de ensino são os municípios de Duque de Caxias; Nova Iguaçu; Niterói e São Gonçalo.

A última categoria da tabela é administração pública, nessa categoria se incluem como unidades todos os órgãos dos governos municipais, estaduais, federais como secretarias, fundações e autarquias. As atividades relacionadas à gestão pública tem historicamente uma forte concentração nos centros intramunicipais, especialmente na metrópole. No caso do Rio de Janeiro isso se dá de forma especialmente relevante, uma vez que temos nessa mesma cidade toda a administração do município do Rio de Janeiro, bem como do governo do Estado do Rio de Janeiro, e ainda a sede de um grande número de repartições públicas federais e sedes de empresas estatais tais como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e a Petrobrás. Nesse sentido deveria ser esperado um alto grau de concentração de gestão pública na metrópole.

No entanto percebemos um forte processo de descentralização da gestão pública na metrópole dentro da região metropolitana, com uma redução de mais de 10% do grau de concentração da metrópole. Como a localização das unidades de administração pública seguem decisões políticas, não necessariamente pautadas pela lógica de mercado, devemos concluir, que uma vez que não tivemos desconcentração das unidades ligadas à administração pública estadual e federal, que continuam concentradas na metrópole, essa redução deve estar ligada a

ampliação de unidades de administração em outros municípios, que à medida que ampliam o número de órgãos públicos passam a ter uma participação maior no total dessa atividade na região metropolitana. Nesse sentido a desconcentração dessa atividade deve ser compreendida mais como indiretamente ligada à reconfiguração da centralidade metropolitana, uma vez que o fortalecimento, administrativo e fiscal dos municípios metropolitanos, permitem investimentos públicos que consolidam a importância de outros centros metropolitanos.

A análise conjunta das duas tabelas aponta que tivemos um forte processo de descentralização das atividades terciárias da metrópole durante o período entre 1985 e 2010. Esse processo de descentralização teve como contrapartida a centralização que se deu mais intensamente na direção de quatro dos municípios que tinham sido destacados como subcentros no capítulo anterior, são eles: Duque de Caxias; Nova Iguaçu; São Gonçalo e Niterói. Tais municípios que já tinham uma concentração relativamente superior de atividades terciárias, fruto da descentralização ocorrida ao longo do desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro como monocêntrica, passam agora por um novo momento no qual, a partir do acúmulo de forças centrípetas nesses centros, eles passam a concentrar outras atividades terciárias antes somente encontradas na metrópole. Assim se num primeiro momento esses centros concentravam empresas terciárias que a partir da desconcentração da população e da renda buscavam se localizar em novos centros com o objetivo de atender a demanda dessas novas concentrações populacionais, agora temos que esses centros já com significativo acúmulo de forças centrípetas baseadas em fortes economias de aglomeração, se tornam opções viáveis de localização de empresas terciárias que antes se localizavam praticamente apenas na metrópole.

Esses dois momentos se relacionam diretamente com as fases da descentralização que discutimos anteriormente, e que estariam associados à transformação da região metropolitana monocêntrica em policêntrica: na primeira situação, relacionada ao monocentrismo, temos que a partir da expansão territorial e integração espacial, surgem áreas de aglomeração de população e renda fora da metrópole, o que leva a que algumas atividades terciárias, principalmente o comércio varejista e os serviços pessoais, se desloquem para novos centros em outros municípios metropolitanos, com o objetivo de atender essa demanda que com

as grandes distâncias dentro da região metropolitana não podem mais ser atendidas pela metrópole; na segunda situação, relacionada ao policentrismo, temos que alguns centros metropolitanos constituídos no período anterior como subcentros regionais, a medida que avançam em seu processo de centralização, acumulando fortes economias de aglomeração passam a ser opções viáveis para o estabelecimento de atividades antes somente encontradas nas metrópole, como ocorre com os serviços corporativos. A forte descentralização encontrada, em todas as categorias de atividades de comércio e serviços na metrópole, associada à centralização dessas atividades nos quatro municípios apontados como subcentros no capítulo anterior, indicam de forma absolutamente inquestionável que temos uma reconfiguração da centralidade metropolitana no sentido da constituição de uma região metropolitana policêntrica. No entanto essa centralização não se dá de forma idêntica em todos os municípios, pois como vimos em cada uma das variáveis até aqui analisadas, temos municípios diferentes que se destacam em relação aos outros. Vamos nos deter nessas diferenças mais a frente. Agora vamos tentar compreender essa reconfiguração da centralidade metropolitana sobre outra perspectiva, a partir da diversidade de serviços presentes nos centros metropolitanos, que como vimos ao longo da nossa discussão na parte 3 desse trabalho é um elemento importante para a caracterização da centralidade de um centro. A tabela 24 apresenta informações sobre a diversidade de atividades comerciais e de serviços nos centros metropolitanos, com base na classificação das atividades econômicas feita pela CNAE do IBGE. Nessa tabela temos a quantidade de tipos distintos de atividades de comércio e serviços presentes nos municípios metropolitanos, estabelecendo como patamar mínimo a existência de 5 unidades, dentro de cada categoria que integram os grandes grupos em que as atividades de comércio e serviços se dividem. Assim a grande categoria serviços pessoais, engloba atividades como serviços de cabeleiro, escolas de ensino fundamental e consultórios médicos, por exemplo. Os números mostrados na tabela indicam a quantidade de categorias dentro de cada um dos grandes grupos, que estão presentes nesse município.

Tabela 24: Número* de categorias de atividades de comércio e serviços , por grandes grupos de atividades, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000							
Município	Comércio	Transportes e telecomunicações	Serviços pessoais	Instituições financeiras e planos de saúde	Ativ. Merc. Imob.	Serviços corporativos	Administração Pública
Rio de Janeiro	59	21	51	22	5	33	8
Eixo Oeste							
Belford Roxo	18	3	16	1	0	2	0
Duque de Caxias	42	8	28	4	3	16	2
Itaguaí	21	3	12	1	0	4	0
Japeri	6	0	2	0	0	0	0
Mangaratiba	7	0	3	0	1	2	0
Mesquita	0	0	0	0	0	0	0
Nilópolis	21	1	18	1	1	3	0
Nova Iguaçu	38	7	26	4	4	14	1
Queimados	14	1	6	0	0	2	0
São João de Meriti	33	6	24	1	2	10	0
Seropédica	6	0	1	0	0	1	0
Eixo Norte							
Guapimirim	8	0	2	0	1	1	0
Mage	20	2	11	1	0	3	0
Eixo Leste							
Itaboraí	21	1	13	1	1	3	0
Maricá	13	0	6	0	2	3	0
Niterói	41	10	39	9	5	21	3
São Gonçalo	39	6	32	3	3	11	1
Tanguá	7	0	0	0	0	0	0

* Número mínimo de cinco unidades. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A análise da tabela aponta que no ano de 2000, momento em que o processo de recuperação econômica da região estava apenas no início, a metrópole concentra uma diversidade de atividades de comércio e serviços bastante superior aos dos demais centros metropolitanos. Na maior parte das categorias a metrópole possui uma diversidade quase duas vezes superior aos dos demais centros. Essa maior diversidade corresponde obviamente a um maior grau de centralidade da metrópole, uma vez que quanto maior a diversidade de atividades de comércio e serviços presentes em um centro, maior a possibilidade de atendimento da demanda dos clientes que buscam esse centro e, portanto, maior será o alcance e intensidade de sua centralidade.

Em todas as categorias os municípios de Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu aparecem como os centros mais importantes após a metrópole. O comércio corresponde ao grupo de atividades terciárias nos quais temos a menor diferença entre a metrópole e esses quatro municípios em relação à diversidade de categorias de comércio varejista e atacadista. Enquanto na metrópole encontramos todas as 59 categorias de comércio, nesses quatro municípios encontramos cerca de 40 categorias, o que indica que são centros altamente diversificados em relação aos outros municípios metropolitanos. Tal fato se relaciona diretamente com o fato de que essa atividade é uma das primeiras a se descentralizar e justamente por isso é aquela que apresenta maior diversidade fora da metrópole.

A segunda categoria, transportes e telecomunicações, apresenta um patamar de diferenciação menor que do comércio, pois enquanto a metrópole apresenta 21 categorias os quatro municípios acima citados possuem cerca de 10 categorias. A categoria instituições financeiras é aquela na qual a diversificação de categorias na metrópole é maior em relação aos dos quatro principais centros metropolitanos. Essa atividade é uma das que tendem a se descentralizar apenas em fases mais avançadas da descentralização, quando se constituem na região metropolitana outros centros com elevado acúmulo de economias de aglomeração. Fora da metrópole apenas o município de Niterói tem uma diversificação significativa dessa atividade em relação à metrópole.

A categoria de atividades relacionadas ao mercado imobiliário apresenta maior diversificação nos outros centros metropolitanos, sendo que Niterói possui o mesmo número de categorias dentro desse grupo que a metrópole. Também em relação aos serviços corporativos, a diversificação da metrópole é bem maior que dos outros centros, sendo que em relação a São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu a metrópole apresenta quase o dobro do número de categorias. A única exceção é Niterói que apresenta 21 categorias dentro desse grupo enquanto a metrópole apresenta 33 categorias. Já a administração pública tem uma diversidade muito maior na metrópole que nos demais municípios, o que é bastante compreensível considerando que a metrópole possui as sedes do governo do município do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro além de muitas repartições públicas federais, além de sedes de empresas estatais. Na tabela 25,

mostramos a diversificação das categorias de atividades comerciais e de serviços, em 2010. Considerando a reconfiguração da centralidade metropolitana em direção ao policentrismo seria de se esperar que uma diversificação dos outros municípios metropolitanos, principalmente dos quatro municípios acima citados. Como houve variação no número de categorias dentro de cada grande grupo não é possível comparar diretamente essa tabela com a anterior.

Tabela 25: Número* de categorias de atividades de comércio e serviços , por grandes grupos de atividades, e média de unidades, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010							
Município	Comércio	Transportes e telecomunicações	Serviços pessoais	Instituições financeiras e planos de saúde	Ativ. Merc. Imob.	Serviços corporativos	Administração Pública
Rio de Janeiro	55	26	48	19	5	37	6
Eixo Oeste							
Belford Roxo	24	7	15	1	0	5	0
Duque de Caxias	42	10	29	7	5	20	1
Itaguaí	22	8	15	1	1	7	0
Japeri	8	0	4	0	0	0	0
Mangaratiba	8	2	6	0	1	1	0
Mesquita	16	3	12	1	1	2	0
Nilópolis	26	3	18	1	1	5	0
Nova Iguaçu	34	8	30	3	4	18	1
Queimados	17	0	13	1	0	3	0
São João de Meriti	33	7	21	3	3	12	0
Seropédica	13	1	4	0	0	1	0
Eixo Norte							
Guapimirim	13	0	5	0	1	2	0
Mage	24	1	15	1	1	5	0
Eixo Leste							
Itaboraí	27	0	13	2	3	4	0
Maricá	22	2	15	1	3	3	1
Niterói	42	11	34	9	5	24	2
São Gonçalo	45	8	28	5	4	16	2
Tanguá	8	0	1	0	0	0	0

* Número mínimo de cinco unidades. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Como não é possível comparar diretamente essa tabela com a anterior uma boa estratégia pode ser analisar a diferença entre a diversidade de categorias de atividades terciárias na metrópole e nos demais municípios metropolitanos. Ao fazer essa comparação podemos perceber que em algumas categorias a diferença entre o

número de categorias presentes na metrópole e os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo diminui entre 2000 e 2010, como é o caso dos serviços pessoas e dos serviços corporativos, sendo que em outros casos, como em relação às instituições financeiras não houve uma redução da disparidade de número de categorias entre a metrópole e esses quatro municípios. Em relação ao comércio todos esses quatro municípios tiveram aumento do número de categorias em relação a 2000, enquanto a metrópole teve uma redução de quatro categorias, que corresponde à redução de quatro categorias dentro desse grupo, de 59 para 55 categorias. Nesse sentido podemos afirmar que houve uma maior especialização dessa atividade nesses centros à medida que novas categorias de atividades comerciais surgem neles.

O mesmo movimento percebe-se em relação aos serviços corporativos, principalmente sobre Duque de Caxias, que reduz a diferença de número de categorias em relação à metrópole do Rio de Janeiro. Já em relação às categorias instituições financeiras e administração pública, não se percebe um crescimento desses quatro centros o que indica a permanência de uma diversificação menor dessas atividades vis a vis à metrópole. Em relação à atividade de serviços imobiliários apenas o município de Niterói possui as cinco categorias em que se divide esse grupo de atividades da mesma forma que em 2000.

Assim podemos concluir que nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói e São Gonçalo, houve uma maior diversificação das atividades terciárias. Aumento de diversidade que corrobora a interpretação de que esses municípios se consolidam como centros secundários, fornecendo agora uma gama mais diversificada de bens e serviços, denotando uma maior intensidade e alcance da sua centralidade. Por outro lado esses municípios conforme que se consolidam como centros, acumulando economias de aglomeração a partir da ação contínua das forças centrípetas, passam a se tornar opções interessantes de localização também para as atividades voltadas para o atendimento das necessidades das empresas. Com isso tem se uma reconfiguração da centralidade metropolitana, em que emerge uma estrutura policêntrica na qual a metrópole se constitui ainda como o centro mais importante, mais no qual existem alguns municípios que se consolidam como centros secundários. Esse processo, pelo que os dados indicaram até aqui, ainda está num estágio bastante inicial, mas com tendência de

continuidade em um futuro próximo, uma vez que as tendências de desenvolvimento metropolitano na atualidade apontam para a constituição de uma região metropolitana policêntrica.

Agora vejamos as variáveis relacionadas ao segundo elemento característico de um centro, ou seja, o centro como ponto de convergência de diferentes tipos de fluxos. Analisaremos os fluxos relacionados aos movimentos de pessoas e de cargas. Em relação aos movimentos de pessoas, utilizaremos os dados sobre movimentos pendulares, com base em informações dos Censos 2000 e 2010 do IBGE. Dentro dos movimentos pendulares analisaremos as seguintes informações: o volume de saída de pessoas em cada município metropolitano e o volume de entrada de cada município. A tabela 26 apresenta os dados sobre a saída de pessoas em 2000 e 2010.

Tabela 26: Saída de pessoas, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010						
Município	2000	2010	2000	2010	Variação 2000-2010	
	Saída pessoas		% sobre o total		Números absolutos	Porcentagem
Rio de Janeiro	43.488	124.029	1.2	2.0	80541	0.80
Eixo Oeste						
Belford Roxo	83.368	117.489	32.3	25.0	34121	-7.32
Duque de Caxias	99.404	124.674	21.3	14.6	25270	-6.76
Itaguaí	7.135	12.128	13.9	11.1	4993	-2.83
Japeri	15.720	21.448	31.9	22.5	5729	-9.41
Mangaratiba	1.408	4.755	8.7	13.0	3346	4.36
Mesquita	-	52.898	-	31.4	-	-
Nilópolis	32.369	39.776	34.0	25.3	7408	-8.69
Nova Iguaçu	138.794	141.978	24.8	17.8	3184	-7.01
Queimados	19.980	31.230	27.6	22.6	11251	-4.94
Sao Joao de Meriti	93.898	113.983	34.2	24.9	20085	-9.32
Seropédica	7.071	12.795	17.6	16.4	5724	-1.27
Eixo Norte						
Guapimirim	4.634	8.456	19.8	16.4	3822	-3.37
Magé	25.353	36.178	20.8	15.9	10825	-4.84
Eixo Leste						
Itaboraí	28.125	42.635	24.5	19.6	14510	-4.94
Maricá	7.614	20.763	15.8	16.3	13149	0.52
Niterói	61.762	83.521	20.0	17.1	21759	-2.91
Sao Gonçalo	149.379	196.317	26.6	19.6	46938	-7.01
Tanguá	3.659	6.195	23.1	20.2	2535	-2.96

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000. Tabulações elaboradas pelo Observatório das Metrópoles

Os fluxos de saída são referentes às pessoas que saem de um município em que residem, para trabalhar ou estudar em outro município. Em uma região metropolitana monocêntrica, praticamente todos os municípios metropolitanos tem intensos fluxos de saída em direção à metrópole, que se constitui no principal centro e também na principal área de concentração de emprego. Em uma região metropolitana policêntrica, à medida que surgem centros com crescente importância em termos de concentração e diversificação de atividades terciárias, há que se esperar que esses centros passem a se colocar também como locais de concentração de emprego, o que deve levar a uma redução dos fluxos de saída nesses municípios que se consolidam como centros secundários, à medida que

parcela crescente sua população passa a encontrar emprego dentro do seu município de residência. Em termos absolutos todos os municípios tiveram aumento do volume de movimentos pendulares de saída, o que é um reflexo direto do aumento populacional que se dá no período. Entre os municípios com aumento de mais de 20.000 pessoas em termos de fluxo de saída, temos os municípios de São Gonçalo, Niterói, Duque de Caxias, Belford Roxo e Niterói, assim como o Rio de Janeiro, embora em relação ao Rio de Janeiro esse aumento é praticamente desprezível se comparado com o tamanho total da população desse município. Agora quando consideramos os dados relativos, proporcionais ao tamanho da população de cada município, a situação muda de figura. De forma geral podemos perceber movimentos distintos quando consideramos a taxa de saída em relação ao tamanho da população de cada município.

O Rio de Janeiro tinha uma parcela muito pequena de sua população residente se deslocando para outros municípios em busca de trabalho ou estudo, e mesmo com um ligeiro aumento desse percentual entre 2000 e 2010, ele continua muito baixo. Isto se deve ao fato de que a metrópole continua sendo, destarte a reconfiguração da centralidade metropolitana, o principal e o mais diversificado centro de emprego e estudo na região metropolitana, sendo que, portanto, os residentes nesse município tendem a trabalhar ou estudar predominantemente nesse mesmo município, que ainda atrai um grande volume de pessoas de outros municípios. Outro movimento é daqueles municípios que tiveram uma sensível redução, superior a 5%, da percentagem de saída de trabalhadores entre 2000 e 2010. Nesse caso, o que temos é que o crescimento do volume total da população no período se deu a um ritmo muito menor que o do crescimento do volume de população que sai desses municípios em busca de trabalho ou estudo em outros municípios. Isto pode se dar por dois motivos: simplesmente porque o crescimento populacional se reduziu muito no período, ou porque o volume de saída de pessoas diminuiu mais que o crescimento populacional, o que significa que uma quantidade crescente de pessoas residentes nesses municípios passa a encontrar oportunidades de emprego ou estudo em seu próprio município.

Nessa segunda possibilidade, principalmente se a queda do percentual de saída de pessoas estiver combinada com um aumento do percentual de atração de pessoas, podemos considerar que temos uma forte indicação da reconfiguração da

centralidade metropolitana, uma vez que com a constituição de centros secundários, que passam a ser também locais de concentração de oportunidades de trabalho e estudo, tais municípios deverão ter uma redução do volume de saída e aumento do volume de entrada de trabalhadores. Entre os municípios que tiveram redução das taxas de saída estão: Belford Roxo; Duque de Caxias; Japeri; Nilópolis; Nova Iguaçu; São João de Meriti e São Gonçalo. Num terceiro grupo temos aqueles municípios que tiveram uma pequena redução ou mesmo aumento no volume de saída de pessoas. Em geral são municípios de pequeno porte populacional e que se integram a região metropolitana principalmente como locais de residência para trabalhadores metropolitanos. A seguir temos a tabela 27 que apresenta os dados referentes à entrada de pessoas.

Tabela 27: Entrada de pessoas, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010						
Município	2000	2010	2000	2010	Variação 2010-2000	
	Entrada pessoas		% sobre o total		Números Absolutos	Porcentagem
Rio de Janeiro	554.024	735.944	14.8	11.6	181920	-3.17
Eixo Oeste						
Belford Roxo	8.620	16.623	3.3	3.5	8003	0.20
Duque de Caxias	39.724	77.324	8.5	9.0	37600	0.52
Itaguaí	5.073	13.050	9.9	12.0	7977	2.05
Japeri	1.360	2.849	2.8	3.0	1489	0.23
Mangaratiba	2.408	3.688	14.9	10.1	1280	-4.73
Mesquita	-	7.449	-	4.4	-	-
Nilópolis	13.263	21.986	13.9	14.0	8723	0.05
Nova Iguaçu	29.823	55.059	5.3	6.9	25235	1.58
Queimados	4.803	7.663	6.6	5.6	2860	-1.08
Sao Joao de Meriti	16.438	25.653	6.0	5.6	9215	-0.39
Seropédica	3.509	9.993	8.8	12.8	6484	4.03
Eixo Norte						
Guapimirim	952	1.552	4.1	3.0	600	-1.05
Magé	4.292	7.702	3.5	3.4	3410	-0.13
Eixo Leste						
Itaboraí	5.498	11.011	4.8	5.1	5513	0.26
Maricá	1.627	3.320	3.4	2.6	1693	-0.77
Niterói	104.637	170.928	33.9	35.1	66291	1.11
Sao Gonçalo	18.158	31.686	3.2	3.2	13528	-0.07
Tanguá	863	1.240	5.5	4.0	376	-1.42

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000 e 2010. Tabulações elaboradas pelo Observatório das Metrópoles

Ao analisar a tabela podemos perceber que em termos absolutos todos os municípios tiveram aumento do volume de entradas de pessoas de outros municípios. No entanto apenas os municípios do Rio de Janeiro; Duque de Caxias; Nova Iguaçu; Niterói e São Gonçalo tiveram um aumento de mais 10.000 pessoas no volume de entrada de pessoas oriundas de outros municípios em busca oportunidades de trabalho e estudo, enquanto São João de Meriti ficou bem próximo desse valor. Portanto além da metrópole, foram justamente os quatro mais importantes centros metropolitanos que tiveram os maiores crescimentos do volume de entrada de pessoas nesses municípios. Municípios esses que se consolidam a partir da reconfiguração da centralidade metropolitana, se colocando como

verdadeiros centros secundários dentro uma estrutura metropolitana policêntrica ainda em estágio inicial de formação. O município de São João de Meriti está em uma posição inferior a desses quatro municípios, tanto em relação à capacidade de atração de pessoas quanto em relação às outras variáveis analisadas até aqui, porém numa posição bem superior em relação aos demais municípios metropolitanos. Nesse sentido tudo leva a crer que com a continuidade do processo de reconfiguração da centralidade metropolitana esse município terá condições de se constituir em um centro secundário, posição já claramente assumida pelos quatro municípios acima citados.

Em relação aos dados percentuais percebe-se uma clara redução do percentual de atração da população em relação ao tamanho da população na metrópole, enquanto diversos municípios ampliam sua capacidade de atração em relação com seu porte populacional. Essa redução da capacidade de atração de pessoas da metrópole só pode ser explicada a partir do fato de que uma parte significativa da população dos outros municípios metropolitanos que antes se deslocavam para a metrópole em busca de oportunidades de trabalho e emprego agora encontram essas oportunidades em seus próprios municípios de residência ou em outros municípios que não a metrópole. Tal explicação também aponta para a reconfiguração da centralidade metropolitana, uma vez que em uma região metropolitana policêntrica à medida que temos vários centros com elevada concentração de atividades terciárias, temos também várias áreas de concentração de oportunidades de emprego e estudo que se tornam focos de atração de movimentos pendulares.

Diversos municípios metropolitanos ampliam sua capacidade de atração de fluxos pendulares entre 2000 e 2010. Considerando apenas aqueles que tiveram um aumento de pelo menos 0,5%, temos os municípios de: Duque de Caxias; Itaguaí; Nova Iguaçu; Seropédica e Niterói. Porém à medida que um município se consolida como um centro secundário devemos ter um aumento da capacidade de atração de pessoas de outros municípios associada a uma redução do volume de saída de pessoas desses municípios. Nesse sentido à medida que um município se consolida como um centro secundário, ampliando sua concentração de atividades terciárias, tanto aquelas voltadas ao atendimento das pessoas quanto aquelas voltadas ao atendimento das empresas, tais centros se tornam locais de concentração e

diversificação de oportunidades de emprego e estudo o que permite não apenas a atração de pessoas de outros municípios, mas também a permanência de moradores que antes trabalhavam ou estudavam em outros municípios e passam a conseguir oportunidades de emprego ou estudo em seu próprio município de residência. Assim devemos analisar as informações das duas tabelas de forma combinada de modo a identificar aqueles municípios que tiveram ao mesmo tempo redução do percentual de saída e aumento do percentual de entrada de população.

Essa combinação é encontrada apenas nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Niterói, o que aponta claramente para a transformação desses municípios em centros secundários dentro da estrutura de centros metropolitanos. São Gonçalo não apresentou variação do percentual de atração da população, embora em termos absolutos, tivemos um grande aumento do total de pessoas atraídas para esse município. Isso ocorre porque esse município, além de possuir o segundo maior volume populacional na região metropolitana teve um crescimento populacional significativo no período entre 2000 e 2010. Assim mesmo atraindo muito mais população que em 2000 esse município não apresentou aumento nos dados percentuais. Para completar a identificação de pontos de convergência de fluxos dentro da região metropolitana, apresentamos a tabela 28, que apresenta informações sobre o transporte de cargas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Essa primeira tabela apresenta os fluxos com origem nos municípios metropolitanos, tendo como destino diferentes regiões do país.

Tabela 28: Matriz de movimento de cargas com origem em municípios da Região metropolitana do Rio de Janeiro, em toneladas ano, 2011

Origem das cargas	Destino das cargas						Total
	Estado do RJ	Outros estados do Sudeste	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sul	
Rio de Janeiro	2.910.483	1.159.843	268.400	101.997	99.308	14.456	4.554.487
Eixo Oeste	1.936.241	2.565.511	262.853	29.371	5.675	0	4.799.651
Belford Roxo	28.659	269.395	93.302	0	0	0	391.356
Duque de Caxias	1.203.295	1.848.937	169.551	29.371	5.675	0	3.256.829
Itaguaí	62.148	0	0	0	0	0	62.148
Japeri	197.918	0	0	0	0	0	197.918
Mangaratiba	17.685	0	0	0	0	0	17.685
Mesquita	438	66.205	0	0	0	0	66.643
Nilópolis	2.818	0	0	0	0	0	2.818
Nova Iguaçu	200.209	350.773	0	0	0	0	550.982
Queimados	84.641	30.201	0	0	0	0	114.842
São João de Meriti	135.975	0	0	0	0	0	135.975
Seropédica	2.455	0	0	0	0	0	2.455
Eixo Norte	109.103	136.111	0	0	0	0	245.214
Guapimirim	60.104	0	0	0	0	0	60.104
Mage	48.999	136.111	0	0	0	0	185.110
Eixo Oeste	581.241	117.566	22.955	37.258	0	0	759.020
Itaboraí	98.678	0	0	37.258	0	0	135.936
Maricá	9.977	0	0	0	0	0	9.977
Niterói	175.622	89.754	0	0	0	0	265.376
São Gonçalo	287.369	0	22.955	0	0	0	310.324
Tanguá	9.595	27.812	0	0	0	0	37.407

Fonte: Plano Diretor de Transportes Urbanos, Secretaria de Transporte RJ, 2011

Em relação aos transportes de cargas na região metropolitana, a metrópole é o principal centro de divergência de fluxos em direção ao restante do estado e do país. Considerando sua posição de metrópole nacional, apontada por diversos estudos sobre a rede urbana brasileira⁴⁸, era de se esperar que a cidade do Rio de Janeiro, sendo ainda o mais importante centro da região metropolitana tivesse a primazia em relação ao transporte de cargas. Mais de 63% do volume de cargas que sai da cidade do Rio de Janeiro em direção a outras regiões do país se destina a outros municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O segundo maior volume de fluxos de carga se dá em direção aos outros municípios do Sudeste, que corresponde a pouco mais de 25% do total desse

⁴⁸ Vários estudos sobre a rede urbana brasileira apontam o Rio de Janeiro como uma metrópole nacional, cuja importância em termos de atração de fluxos é largamente superada por São Paulo, embora a posição do Rio de Janeiro seja bem superior as demais metrópoles nacionais ou regionais. Sobre esse aspecto ver entre outros IBGE (2007) e Observatório das metrópoles (2011).

município, enquanto que em relação ao centro-oeste, norte nordeste e sul os fluxos de cargas se dão em patamares bem menores. Assim embora a cidade do Rio de Janeiro se coloque como um centro emissor de fluxos de carga para todas as regiões do país, esses fluxos são mais intensos com as áreas mais próximas, ou seja, o próprio estado do Rio de Janeiro e os outros estados do Sudeste.

O eixo oeste apresenta um fluxo de cargas total levemente superior ao da metrópole, sendo esse um dos poucos casos em que os preços agregados dos municípios desse eixo superam o valor encontrado na metrópole. Só isso pode nos levar a constatar a presença nesse eixo de municípios com grande importância em termos da logística de transportes para a região metropolitana. Curiosamente em relação ao eixo Oeste, temos que cerca de 40% do fluxo total de cargas se destina ao Estado do Rio de Janeiro, enquanto 53% desse fluxo se destinam a outros estados do Sudeste. Isso significa que diferentemente do que ocorre com a metrópole, a maior parte dos fluxos de carga se dirigem a outros estados do sudeste e não a estado do Rio de Janeiro. Assim podemos concluir que os municípios mais importantes desse eixo devem ter fortes vínculos com os outros estados da região sudeste, sendo que a sua centralidade a escala regional, portanto, pelo menos em relação ao transporte de cargas extrapola os limites do Estado do Rio de Janeiro. Os fluxos para as outras regiões do país se dão em patamar muito menos elevado, sendo bem pequenos os fluxos para região norte e inexistentes os fluxos de carga em direção à região Sul.

O eixo norte tem uma participação extremamente reduzida nos fluxos de cargas em direção a outras regiões do país. O eixo leste, outro lado, embora tenha um volume de emissão de cargas mais elevado, tem uma importância reduzida se comparada com a do eixo oeste. A quantidade de carga proveniente do eixo leste em direção as diferentes regiões do país e ao próprio estado do Rio de Janeiro é seis vezes menor do que a do eixo oeste. Essa também é a primeira vez que encontramos em uma variável uma discrepância tão grande entre os eixos leste e oeste, o que nos permite afirmar que em termos de transporte de carga a importância do eixo oeste é muito superior ao do leste. Os fluxos de carga provenientes do eixo leste se dirigem predominantemente para o estado do Rio de Janeiro, sendo que os fluxos de carga para as outras regiões se dão em patamar muito reduzido em comparação com o que se destina a esse estado. Isso significa

que a centralidade do eixo leste, em relação ao transporte de cargas, praticamente se limita as fronteiras do estado do Rio de Janeiro.

Em relação à emissão de fluxos de cargas, o município com maior relevância após a metrópole é o município de Duque de Caxias, cuja posição é extremamente superior aos dos demais municípios metropolitanos e mesmo dos outros três centros secundários presentes na região metropolitana. O volume de cargas proveniente do município de Duque de Caxias equivale a 71% do volume de cargas da metrópole, o que revela a importância desse centro como o mais importante centro distribuidor de mercadorias dentro da região metropolitana após a metrópole. Essa condição de importante nó logístico na região metropolitana é mais um elemento que confirma a posição desse município como um centro secundário dentro da estrutura policêntrica de centros em formação na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os outros municípios que aparecem com destaque como pontos de divergência no transporte de cargas, todos com volumes totais bem inferiores aos de Duque de Caxias, são os municípios de Belford Roxo; Nova Iguaçu; Niterói e São Gonçalo. Assim embora Duque de Caxias tenha uma posição muito superior em relação à divergência de fluxos de transporte, a ponto de poder rivalizar com a metrópole em sua condição de principal nó logístico da região metropolitana, os outros centros secundários também tem relevância em relação aos fluxos de transporte direcionados a outras regiões do país. Complementaremos agora a informação sobre os fluxos de cargas explorando a informação inversa da tabela anterior, ou seja, os fluxos convergentes, originados em outras regiões do país e com destino na região metropolitana do Rio de Janeiro, informação presente na tabela 29.

Tabela 29: Matriz de movimento de cargas com destino a municípios da Região metropolitana do Rio de Janeiro, em toneladas ano, 2011

Destino das cargas	Origem das cargas						Total
	Estado do RJ	Outros estados do Sudeste	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sul	
Rio de Janeiro	2.288.530	2.964.286	23.442	238.602	87.270	513.955	6.116.087
Eixo Oeste	1.011.817	2.237.920	70.533	54.224	0	262.499	3.635.077
Belford Roxo	40.309	89.512	0	0	0	0	129.821
Duque de Caxias	214.770	1.237.258	28.028	46.187	0	146.427	1.672.670
Itaguaí	111.136	286.729	0	0	0	0	397.865
Japeri	4.933	942	0	0	0	0	5.875
Mangaratiba	83.579	0	0	0	0	0	83.579
Mesquita	20.993	8.938	8.938	0	0	0	36.950
Nilópolis	0	0	0	0	0	0	
Nova Iguaçu	191.852	432.123	33.567	8.037	0	12.057	677.637
Queimados	25.860	114.476	0	0	0	16.533	156.869
São João de Meriti	180.825	17.842	0	0	0	35.404	234.072
Seropédica	137.560	50.100	0	0	0	52.078	239.739
Eixo Norte	355.992	110.783	0	0	0	199.492	666.266
Guapimirim	49.640	53.442	0	0	0	0	103.082
Mage	306.352	57.341	0	0	0	199.492	563.184
Eixo Oeste	741.152	695.937	34.628	66.747	0	9.572	1.548.036
Itaboraí	134.355	253.069	0	0	0	7.293	394.716
Maricá	142.896	0	0	0	0	0	142.896
Niterói	106.075	147.788	18.871	66.747	0	2.279	341.761
São Gonçalo	313.445	295.080	15.757	0	0	0	624.282
Tanguá	44.381	0	0	0	0	0	44.381

Fonte: Plano Diretor de Transportes Urbanos, Secretaria de Transporte RJ, 2011

Em relação ao recebimento de cargas temos que a metrópole é o principal ponto de convergência de cargas dentro da região metropolitana, tendo um volume de cargas quase seis vezes maior que o segundo centro, o município de Duque de Caxias, o que não acontece em relação à emissão de cargas, no qual o município do Rio de Janeiro apresenta um volume de cargas apenas 30% superior ao de Duque de Caxias. A diferença entre os dois dados é facilmente explicável pela configuração da região metropolitana. A metrópole tem maior volume populacional e concentra a maior parte da população de alta renda da região metropolitana, então é também o mais importante mercado consumidor dentro dessa região e com certeza, um dos mais importantes do país, atraindo assim um grande volume de mercadorias de outras regiões. Já a emissão de cargas está diretamente ligada às áreas com importância na produção e na logística, o que significa que essas atividades são mais desconcentradas na região metropolitana. Os maiores volumes de carga

recebidos pela metrópole provem do Estado do Rio de Janeiro e de outros estados do Sudeste e com um volume muito menor, da região Sul.

O eixo oeste recebeu um volume de cargas quase duas vezes superior ao do eixo leste, justamente como ocorre em relação à emissão de cargas. Novamente essa diferença é em grande parte explicada pela presença de Duque de Caxias, que sozinho apresenta o recebimento de um volume de cargas maior que o de todos os outros municípios do eixo oeste. Assim esse município é de fato o principal ponto de convergência/divergência de fluxos de cargas na região metropolitana após a metrópole. No entanto, os outros três centros secundários da região metropolitana também apresentam importância em relação ao convergência/divergência em relação aos fluxos de carga.

A partir dos dados até aqui apresentados pudemos comprovar a existência de uma reconfiguração centralidade metropolitana na região metropolitana do Rio de Janeiro, que aponta para a configuração de uma região metropolitana policêntrica, com a metrópole ainda mantendo-se como o centro principal ao passo que se constituem quatro centros secundários: Duque de Caxias; Nova Iguaçu; São Gonçalo; Niterói, que passam a concentrar não apenas uma maior diversidade de atividades terciárias mais principalmente algumas atividades que antes eram somente encontradas na metrópole. Tais centros secundários passam a concentrar não apenas aquelas atividades terciárias que se deslocam à medida que temos a formação de novas áreas de concentração de população e de renda, normalmente ligadas à primeira fase da descentralização, mas conforme esses centros acumulam economias de aglomeração passam também a concentrar atividades que se deslocam a partir do momento em que existem centros viáveis para a instalação dessas atividades, atividades cuja descentralização está normalmente relacionada à segunda e a terceira fase da descentralização, associadas ao surgimento da região metropolitana policêntrica. Assim a descentralização de atividades terciárias ligadas ao atendimento das necessidades das empresas indica que estamos em um momento de reconfiguração da centralidade metropolitana, que representa a tendência de transformação da estrutura monocêntrica para uma estrutura policêntrica na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nessa região metropolitana policêntrica, existem um conjunto de centros com tal acúmulo de economias de

aglomeração a partir da ação de forças centrípetas, que se tornam interessantes para a localização de atividades que antes eram encontradas apenas na metrópole.

Assim a hipótese da reconfiguração da centralidade metropolitana em direção a uma região metropolitana policêntrica se confirma não apenas porque temos uma descentralização de diversas atividades terciárias, ao passo que se dá uma centralização dessas atividades especialmente nesses quatro municípios que passam a se configurar como centros secundários, mas também porque algumas atividades terciárias, que historicamente tenderam a se concentrar na metrópole, não apresentando nenhuma tendência de descentralização ao longo da evolução da região metropolitana como monocêntrica, começam a se descentralizar nesse momento. Este é o caso, especialmente, das atividades de serviços ligadas ao atendimento das necessidades das empresas. Dentro dessas atividades cabe destacar a descentralização do setor financeiro e imobiliário, setores que tendem a se descentralizar ao passo que se constituem regiões metropolitanas policêntricas sendo, portanto, comumente utilizadas como indicadores da constituição do policentrismo em estudos sobre essa temática.

No entanto, no caso específico da região metropolitana do Rio de Janeiro, percebe-se que tal processo de reconfiguração da centralidade metropolitana está ainda em um estágio inicial, sendo que isso pode ser constatado pelo fato de que, em todas as variáveis analisadas o grau de concentração na metrópole, embora esteja se reduzindo é superior a qualquer dos centros secundários identificados na região metropolitana. Fujii; Hartshorn (1995), por exemplo, ao analisar o policentrismo da região metropolitana de Atlanta, identificam além do CBD, três centros secundários. Embora o CBD ainda tenha um volume maior de emprego total, os outros três centros secundários tem um maior crescimento do número de empregos, sendo que em relação ao comércio varejista, o CBD fica em último lugar em termos de concentração de emprego.

Tal fato não parece se repetir na região metropolitana do Rio de Janeiro, no qual o grau de concentração de unidades locais e conseqüentemente do emprego na metrópole, é bastante superior ao dos quatro centros secundários identificados. Nesse sentido para identificar o policentrismo na região, mais importante que o dado em si é tendência de evolução que remete a descentralização e recentralização das diferentes atividades terciárias presentes na região metropolitana e, portanto para a

constituição de uma região metropolitana policêntrica. Esse caráter pouco avançado do processo de reconfiguração da centralidade metropolitana no Rio de Janeiro indica que esse processo ainda poderá ter um longo caminho de evolução nas próximas décadas, desde que os investimentos nesses centros secundários permitam a consolidação e ampliação das economias de aglomeração presentes nesses municípios.

No entanto esse processo de centralização que se desenvolve nesses centros secundários não se dá de forma igualitária entre os quatro centros secundários identificados nesse trabalho. O que estamos afirmando é que as atividades terciárias não se descentralizam de forma homogênea em direção a todos os quatro centros secundários, mas de acordo com as características específicas de cada município, algumas atividades ou conjuntos de atividades irão se concentrar de forma mais intensa em um centro ou em outro. Em relação ao número de agências bancárias e ao ensino superior o principal centro secundário é o município de Niterói que tem os maiores graus de concentração dessas atividades após a metrópole. Em relação ao fluxo de emissão/recebimento de cargas o município de Duque de Caxias tem uma posição de absoluto destaque com volumes de carga muito superiores aos demais municípios, colocando esse município como a principal área de concentração de atividades logísticas após a metrópole. Tais diferenças poderiam ser analisadas de forma mais aprofundada em trabalhos posteriores, porém segundo os objetivos desse trabalho, a identificação desses municípios como centros secundários é suficiente.

Os demais municípios metropolitanos não apresentam condições que permitam identificá-los como centros secundários ou mesmo subcentros, sendo que tais municípios devem se constituir como centros locais com capacidade de atendimento apenas das demandas mais frequentes dos seus moradores sendo dependentes, portanto da metrópole e dos quatro centros secundários. Um caso especial nesse sentido é o município de São João de Meriti, que devido ao grau de concentração de atividades terciárias se coloca como um uma condição intermediária entre os centros locais e os centros secundários. Nesse sentido é bastante provável que esse município à medida que o processo de reconfiguração da centralidade metropolitana prossiga, se constitua também em um centro

secundário, embora nesse momento ele não possa ser identificado como nessa condição.

Apesar de comprovarmos a existência de uma tendência de reconfiguração da centralidade metropolitana na direção da transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da descentralização das funções terciárias presentes nessa região, nesse trabalho não foi possível discutir alguns aspectos ressaltados na literatura sobre o policentrismo, principalmente, em relação ao aspecto disperso da forma dos centros produzidos na região metropolitana policêntrica e ao caráter especializado desses centros, seja em termos funcionais ou sociais. A discussão da presença desses aspectos na região metropolitana policêntrica em formação no Rio de Janeiro poderá ser aprofundada em estudos posteriores, uma vez que exige o estudo da centralidade em uma escala intrametropolitana.

De qualquer maneira temos de forma clara uma tendência de transformação de uma estrutura monocêntrica para uma estrutura policêntrica na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendência que representa uma ruptura nos padrões seculares de desenvolvimento metropolitano, especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro, marcada por uma intensa concentração de atividades econômicas e população em sua metrópole. Justamente por isso a região metropolitana do Rio de Janeiro poderia ser apontada quase como um exemplo modelar de região metropolitana compacta e monocêntrica. Essa transformação de uma região metropolitana compacta e monocêntrica para uma região dispersa e policêntrica precisa ser compreendida como uma forma de resposta, uma tradução das transformações no sistema produtivo capitalista.

No final do capítulo anterior fizemos uma associação direta entre as necessidades do sistema produtivo fordista, ligadas a obtenção de economias de escala a partir de economias de aglomeração e a formação de regiões metropolitanas como espaços concentrados e concentradores tanto em relação à forma da região metropolitana, quanto em relação às funções terciárias, que são traduzidas em uma forma de produção do espaço que resulta no surgimento das regiões metropolitanas compactas e monocêntricas. Assim a necessidade de concentração dos fatores produtivos inerente ao fordismo é traduzida em uma forma de produção do espaço concentrada que resulta em uma região metropolitana compacta e monocêntrica. Quando falamos em tradução queremos salientar que os

dois processos, o fordismo e a formação das regiões metropolitanas compactas e monocêntricas são distintos embora profundamente interdependentes. Assim transformações na organização da produção capitalista, como os que ocorreram a partir do surgimento do fordismo, criam novas demandas ao espaço metropolitano, cujas respostas precisam ser condizentes com essas demandas.

Podemos utilizar o mesmo tipo de raciocínio para compreender a tendência de transformação da região metropolitana compacta e monocêntrica para uma região metropolitana dispersa e policêntrica. Com a crise do fordismo a partir da década de 1970, temos um processo de reestruturação produtiva que inclui uma reorganização do processo produtivo, dos padrões tecnológicos, bem como modificações nas estratégias das empresas multinacionais. Tais mudanças levam a formação de um novo sistema produtivo denominado por Harvey (2000) regime de acumulação flexível. Por mais que existam controvérsias em relação à existência e a lógica de funcionamento dessa nova forma de produção, temos que a reestruturação produtiva aponta para o surgimento de uma estrutura produtiva mais dispersa, fragmentada e obviamente articulada em uma escala mundial.

Nesse sentido as necessidades do novo sistema produtivo que emerge a partir da crise do fordismo não mais incluem a criação de economias de escala a partir das economias de aglomeração. As economias de escala ainda são necessárias mais podem agora ser obtidas em meio a uma forte dispersão e fragmentação das unidades produtivas devido aos avanços nas tecnologias de comunicação e transporte, que permitem criar uma unidade em meio a essa fragmentação. Nesse sentido as demandas do sistema produtivo capitalista na atualidade não se dão na direção da concentração dos fatores produtivos mais no da sua dispersão. A forma como a região metropolitana traduz essa necessidade de maior dispersão dos fatores produtivos é com uma reestruturação espacial, a partir do qual temos a constituição de uma região metropolitana dispersa e policêntrica, e, portanto com uma forma mais dispersa e também com uma maior dispersão das funções centrais dentro da região metropolitana.

A reconfiguração da centralidade metropolitana está diretamente relacionada à dispersão da região metropolitana, analisada na parte 2 dessa tese. De certa forma, enquanto a dispersão metropolitana diz respeito à dispersão da forma da região metropolitana, a reconfiguração da centralidade diz respeito à dispersão das

funções centrais presentes na região metropolitana e também a reestruturação da estrutura de centros dessa região. Ambos os aspectos da reestruturação espacial, portanto, apontam para a constituição de uma região metropolitana mais dispersa, tanto territorialmente, quanto em relação à concentração de atividades terciárias e nesse sentido se colocam como a tradução, pela região metropolitana do Rio de Janeiro das necessidades de dispersão dos fatores produtivos do capitalismo contemporâneo.

Essa reconfiguração da centralidade metropolitana é juntamente com a dispersão metropolitana aspectos centrais do processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro. A partir do desenvolvimento desse trabalho de pesquisa até esse ponto poderemos nos debruçar de forma mais incisiva na compreensão desse processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro, que representa um ponto de ruptura em relação à forma de produção do espaço dessa região até então. No próximo capítulo, de caráter conclusivo, buscaremos retomar vários elementos da discussão realizada nos capítulos dessa tese, no sentido de discutir a hipótese da pesquisa analisando as características do processo de reestruturação espacial nessa região.

BIBLIOGRAFIA.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CHAMPION, A.G. A changing demographic regime and polycentric urban regions: consequences for the size, composition and distribution of city populations. **Urban Studies**, vol. 38, n^o 4, 2001.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

COFFEY, W. J.; SHEARMUR, R. G. Agglomeration and dispersion of high-order service employment in the Montreal Metropolitan Region, 1981-96. **Urban Studies**, vol. 39, n^o 3, pp 359-378, 2002.

- CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulistana: expansão recente**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1979.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (org). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DRING, C.; Bingham, R. D. Beyond edge cities: job decentralization and urban sprawl. **Urban Affairs Review**, vol. 35, nº 6, pp 837-855, 2000.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2006.
- FUJUI, T.; HARTSHORN, T. A. The Changing metropolitan structure of Atlanta, Georgia: locations of functions and regional structure in a multinucleated urban area. **Urban Geography**, vol.16, num. 8, pp 680-707, 1995.
- GARREAU, J. **Edge city: life on new frontier**. New York: Anchor Books, 1991.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- GRIFFIN D. W; PRESTON, R.E. A restatement of the “transition zone” concept. **Annals of association of American Geographers**, vol. 56, núm. 2, p 319-327, 1966.
- HARTSHORN, T. A. From edge to edgeless city: the transformation of Metropolitan Atlanta. Annals of 34^o IsoCARP Congress, 2003.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LEE, B. Edge or edgeless city? Urban spatial structure in U.S. Metropolitan areas. **Journal of Regional Science**, vol. 47, nº 3, pp 479-515, 2007.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. Curitiba: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n 120, p 133-148, jan/jun 2011.
- PINTAUDI, M. S. O shopping Center no Brasil condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, M. S. (org). **Shopping center: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- REIS, L. C. T. **Descentralização e desdobramento no núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e**

Praia do Canto, na grande Vitória – ES. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Matemática e Ciências da Natureza, UFRJ, 2007.

RIBEIRO, W. **Para além das cidades: centralidade e reestruturação urbana em Londrina e Maringá.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UNESP, 2006.

RIBEIRO, W. **Policentralidade e cidades médias:** Em busca de uma reflexão. Texto apresentado no Workshop interno do Recime, abril de 2010, no prelo.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade urbana. In: **Uma Geografia em movimento.** SPOSITO, E. S. e SANTANA NETTO, J. L. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, USP, 1991.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Unesp, 2003.

Parte 4: O ponto de ruptura e a
reestruturação espacial da Região
Metropolitana do Rio de Janeiro

4. O ponto de ruptura: a reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O conceito de reestruturação, conforme discutido no capítulo 1, possui uma significação muito precisa e conseqüentemente precisamos de atenção para não utilizar esse conceito de forma indiscriminada, de maneira a esvaziar o seu potencial teórico para explicar as grandes transformações contemporâneas. Soja (1984) aponta dois aspectos que consideramos essenciais do conceito de reestruturação, o primeiro ao afirmar que "(...) a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente" (SOJA, 1993, p 194). Assim não podemos falar em reestruturação ao identificarmos qualquer tipo de mudança, mas apenas quando as transformações se dão em tal intensidade que alteram completamente a maneira de funcionamento de um determinado processo. A analogia com uma casa pode ajudar a compreender essa diferenciação. Em determinado momento, uma pessoa ao comprar uma casa com pouco tempo de uso resolve pinta-la e nesse caso trata-se de uma reforma uma vez que nenhuma das características estruturais da casa foi modificada, bem como a forma e as funções dos cômodos podem permanecer os mesmos. Depois de algumas décadas pode haver o interesse em fazer uma grande obra, derrubando paredes, unindo cômodos, transformando a forma e as funções dos cômodos e nesse caso ocorre uma reestruturação, uma vez que tanto a estrutura, quanto a forma e as funções da casa poderão ser modificadas, porém os fundamentos da casa não serão modificados. Avançando ainda mais no tempo, após mais algumas décadas, essa casa pode se encontrar em tal situação de degradação que seus proprietários entendem que é mais viável a demolição da casa que sua reforma. Assim a casa é demolida até as suas fundações e partir de então algo completamente novo pode ser construído em seu lugar, sendo que nesse caso teríamos uma revolução.

É claro que essa analogia tem suas limitações, uma vez que em relação aos processos sociais é muito mais difícil distinguir, diferente do que ocorre nesse exemplo, o que é simplesmente uma reforma, uma reestruturação e uma revolução. A dimensão do tempo em relação aos processos sociais tem sempre uma importância fundamental, e diferente do que essa analogia pode sugerir a passagem da reforma para a reestruturação e a revolução nem sempre se dá dentro de uma seqüência linear de tempo, ou seja, primeiro viria à reforma, depois a reestruturação

e por fim a revolução. Tanto a reestruturação quanto a revolução são processos radicais de transformação em diversos aspectos da vida social, como, por exemplo, na produção do espaço ou na produção industrial. No entanto a revolução não modifica apenas o funcionamento de um processo, mas também sua lógica interna que se revela a partir do conjunto de interesses dos diferentes agentes envolvidos nesse processo. O motivo pelo qual a revolução Francesa, por exemplo, é considerada uma revolução é que ela representou uma completa alteração nas formas, estruturas e funções relacionadas à organização política, mas também pelo fato de que o Estado, a partir de então, passou a atuar predominantemente para atender aos interesses da burguesia, que irá comandar de fato esse Estado. A diferenciação entre o que seria uma reforma e uma reestruturação em uma sociedade capitalista é importante para que possamos não banalizar o conceito de reestruturação, o que certamente ocorrerá se o utilizarmos em todas as situações que identificamos mudanças. A reestruturação representaria, portanto um período de intensas transformações, combinadas e cumulativas, que aponta para uma completa redefinição de um determinado processo ou fenômeno.

O segundo aspecto que consideramos essencial a compreensão do conceito de reestruturação está presente na afirmação de Soja (1993) de que a reestruturação "(...) Evoca pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução e tentativa de reconstituição (...)" (SOJA, 1993, p 195). Nesse sentido, a reestruturação pode ser compreendida a partir da combinação entre desmoronamento e destruição e tentativa de reconstrução. Assim a reestruturação pode ser compreendida a partir de dois momentos fundamentais: um momento destrutivo e um momento de reconstrução. Obviamente nem tudo é destruído no momento destrutivo assim como nem tudo é reconstruído no momento de reconstrução. Nesse sentido cabe falar em permanências e rupturas, uma vez que ao longo desse processo aparecem novos elementos que se combinam com a manutenção de elementos antigos, que muitas vezes são refuncionalizados. O momento destrutivo representa uma situação de abandono das tendências principais de desenvolvimento de um processo enquanto a reconstrução significa um momento de afirmação de novas tendências.

Vejamos o exemplo da reestruturação produtiva. Por volta da década de 1970 teríamos o início do momento destrutivo no qual se acentua o descompasso entre as

necessidades dos agentes capitalistas e a configuração do sistema produtivo fordista. A partir da crise começam a se configurar elementos novos dentro do sistema produtivo a partir de estratégias bem sucedidas de algumas empresas capitalistas que tendem a ser copiadas por outras. Dessa maneira temos uma complexa combinação de elementos fordistas e outros derivados de uma nova lógica produtiva, que em conjunto apontam para a formação de um novo padrão produtivo, por mais que esse padrão, como um conjunto de tendências que agrega elementos do passado e novos nunca consiga se afirmar completamente em todos os lugares.

Esse processo de reestruturação, que em última análise, é uma reestruturação capitalista, se manifesta em diferentes facetas com algum grau de autonomia relativa embora profundamente relacionadas entre si. O objetivo desse trabalho foi justamente analisar o processo de reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de meados da década de 1990, período marcado por uma recuperação econômica da região metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro, que irá criar condições favoráveis para que a reestruturação espacial se manifestasse nessa região. A reestruturação espacial seria, portanto, uma especificação do conceito de reestruturação capitalista apresentando aspectos em comum com outras modalidades de reestruturação, como a reestruturação produtiva.

Em primeiro lugar a reestruturação espacial implica em um conjunto tão amplo e encadeado de transformações nas estruturas, formas e funções espaciais que a coloca como algo muito além de uma reforma. Nesse sentido, como argumentamos na parte 1 desse trabalho, a reestruturação espacial é o resultado de um processo constituído por um conjunto de transformações, combinadas e cumulativas nas estruturas, formas e funções espaciais que conduz a uma completa modificação na forma como o espaço metropolitano é produzido. Nesse sentido a chave para a identificação da reestruturação espacial é a presença de uma mudança na forma de produção do espaço metropolitano. Uma forma de produção do espaço metropolitano representa um padrão de desenvolvimento do processo de metropolização, em um determinado período, padrão diretamente relacionado às necessidades do capitalismo. No nosso caso, temos uma mudança de um padrão de produção de uma região metropolitana compacta e monocêntrica para uma região

metropolitana dispersa e policêntrica. Mudança essa diretamente relacionada às transformações do capitalismo na atualidade.

Em segundo lugar a reestruturação espacial está relacionada com e provoca um momento destrutivo, que comumente se manifesta em períodos de crise, sendo que a crise é também uma crise do espaço produzido que não consegue mais atender de forma satisfatória as necessidades de reprodução conjunta dos diferentes capitais. A crise, verdadeiro momento de destruição criativa do capitalismo, como aponta Harvey (2000), também o é em relação ao espaço socialmente produzido. Áreas anteriormente valorizadas seja para ocupação residencial, terciária ou industrial são desvalorizadas, abandonadas e entram em obsolescência ao mesmo tempo que novos usos e funções se afirmam, ao passo que áreas anteriormente desvalorizadas passam a ser intensamente ocupadas, assim como podem surgir novas formas de moradia, de deslocamento e criação de novas funções e estruturas espaciais, enquanto formas, funções e estruturas espaciais que existiam anteriormente permanecem ao mesmo tempo que passam também por mudanças. Essas mudanças nem sempre tem resultado positivo mais aquelas mudanças que obtêm sucesso e são copiadas vão ao longo do tempo configurando um momento construtivo, no qual uma nova forma de produção do espaço metropolitano, mais coerente com as necessidades atuais do capitalismo vai se consolidando. No caso específico da região metropolitana do Rio de Janeiro, o momento destrutivo se refere ao período entre o final da década de 1970 e a década de 1980, marcado por uma grande crise, que levou ao fechamento de vários setores industriais e foi caracterizado, no capítulo 1.2 como uma desindustrialização regressiva, uma vez que tivemos além do fechamento de setores industriais, redução do nível geral de renda dos trabalhadores e aumento da informalidade. O momento construtivo se dá a partir da recuperação econômica descrita no capítulo 1.3, que cria as condições para que o processo de reestruturação espacial se manifestasse com mais intensidade nessa região.

A reestruturação espacial é produzida a partir de intensas transformações nas estruturas, formas e funções espaciais. Essas categorias são instrumentos conceituais importantes para a compreensão da reestruturação, pois permitem identificar com mais facilidade os elementos da mudança e a intensidade com a qual essas mudanças se manifestam. Em um processo de reestruturação espacial

sempre iremos constatar: modificações simultâneas em várias estruturas espaciais e talvez o surgimento de novas estruturas; modificações nas formas e surgimento de formas novas; alterações nas funções, mudanças na localização das funções, etc. Esses conceitos, portanto, ajudam a compreender a amplitude das transformações no intuito de perceber se representam efetivamente uma modificação na forma da produção do espaço metropolitano.

Se estrutura, formas e funções são os principais conceitos subjacentes a análise da reestruturação espacial no presente trabalho, esse processo é compreendido a partir de duas das facetas fundamentais do processo de reestruturação espacial na atualidade: a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana. A identificação dessas facetas do processo de reestruturação parte de uma preocupação com a operacionalização da pesquisa uma vez que a reestruturação em si não aponta claramente para o melhor caminho para sua análise. Assim a partir da análise da dispersão metropolitana e da reconfiguração da centralidade metropolitana poderemos compreender de forma mais qualificada a reestruturação espacial.

A dispersão metropolitana refere-se ao processo de esgarçamento do tecido metropolitano, com o distanciamento entre as áreas efetivamente ocupadas na região metropolitana, e uma redução das densidades demográficas à medida que temos uma redistribuição da população entre os municípios metropolitanos. Esse processo está associado a uma complexa mistura de formas de urbanização do passado, que permanecem se desenvolvendo, como as favelas e loteamentos populares autoconstruídos e a criação de novas formas tendo como exemplo aquelas denominadas enclaves fortificados, que tem em comum o fato de serem produzidas como empreendimentos imobiliários e terem uma obsessiva preocupação com segurança. A produção de enclaves em conjunto com outras formas de urbanização resulta na criação de áreas urbanizadas descontínuas, criadas pela articulação entre diversos enclaves além de áreas urbanas de diferentes formatos, e diferentes conteúdos sociais. A produção de áreas urbanizadas descontínuas, muitas vezes com baixas densidades, leva a que a integração de novas áreas a dinâmica metropolitana ocorra sem que haja necessariamente a integração dessas áreas ao tecido urbano da região metropolitana. Como vimos no capítulo 2.1, na região metropolitana do Rio de

Janeiro, a produção de áreas urbanizadas descontínuas, implica em um aumento da dispersão metropolitana, pois elas não se ligam necessariamente ao tecido urbano mais consolidado da região metropolitana. Além disso, também constatamos que com a ampliação das áreas urbanizadas descontínuas temos um princípio de ruptura do padrão de expansão territorial em eixos que historicamente marcou a formação da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A reconfiguração da centralidade metropolitana, por outro lado, representa a tendência na qual uma região metropolitana monocêntrica, a partir de um conjunto de transformações em seus centros passa a se configurar como uma região metropolitana policêntrica. Em uma região metropolitana policêntrica, o centro intrametropolitano anteriormente denominado CBD ou centro principal se torna mais um centro entre outros, podendo mesmo nem ser o centro mais importante dependendo da atividade terciária considerada. Os centros secundários passam a concentrar atividades que antes somente eram encontrados na metrópole, em especial os serviços corporativos. Além disso, em uma região policêntrica, os centros intrametropolitanos podem ser especializados funcional ou socialmente, e ainda possuem, normalmente, uma forma mais dispersa que os centros tradicionais. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, pudemos constatar uma descentralização de todos os grupos de atividades terciárias, inclusive aquelas relacionadas ao atendimento das necessidades das empresas. No entanto, em nenhuma das categorias de atividades de serviços a metrópole foi superada em seu grau de concentração pelos quatro centros secundários identificados nesse trabalho, o que era esperado considerando o histórico de concentração de atividades econômicas e população na metrópole.

Esses dois processos estão diretamente relacionados, e não apenas por se desenvolverem em um mesmo período histórico, mas também porque um condiciona o surgimento do outro e ambos configuram a reestruturação espacial. Do ponto de vista teórico não é possível compreender a relação entre os processos de dispersão metropolitana e reconfiguração da centralidade a partir na noção de causa e efeito, mas a partir de uma visão de uma interação entre esses dois processos que se retroalimentam reciprocamente. Nesse sentido a dispersão metropolitana estimula a reconfiguração da centralidade e vice versa.

A produção do espaço metropolitano, a partir da ação de inúmeros agentes sociais, resulta na dispersão metropolitana que ao esgarçar o tecido metropolitano através da produção de enclaves e outras formas de urbanização que resultam na criação de áreas urbanizadas descontínuas, origina novas concentrações de população fora da metrópole, o que cria condições tanto para o surgimento de novos centros, sejam eles planejados ou não, assim como para a diversificação de centros já existentes. A criação de novos centros intrametropolitanos e a diversificação dos centros intrametropolitanos existentes, principalmente naqueles municípios melhor dotados de infraestrutura e, portanto com melhores condições de atrair investimentos dos promotores imobiliários, cria as condições para a configuração desses municípios como centros secundários a escala municipal, à medida que eles passam a concentrar não apenas uma maior diversidade de atividades terciárias, mas também algumas atividades que antes só eram encontradas na metrópole. Esse processo de dispersão, especialmente a partir da ação dos promotores imobiliários, cria condições para a redistribuição da população da região metropolitana, especialmente população com melhor poder aquisitivo, o que possibilita o fortalecimento dos centros intrametropolitanos presentes naqueles municípios, que por apresentarem melhores condições de infraestrutura, concentram a maior parte dos novos empreendimentos imobiliários, produzidos como enclaves, fora da metrópole. O aumento da demanda nesses municípios cria condições para o fortalecimento das economias de aglomeração dos centros intrametropolitanos, que permite que alguns municípios metropolitanos se consolidem como centros secundários, passando a concentrar inclusive parcela crescente das atividades de serviços voltadas ao atendimento das necessidades das empresas.

Em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro foram justamente os municípios que apresentaram maior dinamismo em relação à produção imobiliária, ou seja, aqueles municípios que tiveram os maiores aumentos de participação no total de unidades na construção civil, conforme discutido no capítulo 2.1, os que pela análise realizada no capítulo 3.1, se configuraram como centros secundários, uma vez que ampliaram sua participação em todos os segmentos de atividades terciárias, bem como se consolidaram como centros de concentração/dispersão de fluxos de mercadorias e pessoas. Essa relação direta entre as áreas de maior dinamismo da produção imobiliária voltada para o mercado, que atualmente se dá produzindo a

dispersão a partir da criação de enclaves, e a constituição de centros secundários, mostra bem a relação entre esses processos, pois são justamente aqueles municípios mais afetados pela dispersão metropolitana, ou seja, os que recebem a maior parte dos empreendimentos imobiliários na forma de enclaves nos quais são criadas as condições para a constituição de centros secundários.

Podemos ainda analisar essa relação de outra maneira. Como dissemos em vários momentos no capítulo 2.1, a dispersão metropolitana representa um processo ao longo do qual temos a dispersão da forma da região metropolitana, que se dá a partir de transformações nas estruturas, formas e funções espaciais presentes nessa região. Quando falamos da forma da região metropolitana, estamos nos referindo à forma de toda a região, que pode ser apreendida, por exemplo, a partir de uma imagem de satélite ou de uma fotografia aérea. Não podemos confundir, de maneira alguma, a forma da região metropolitana com as formas presentes na região metropolitana, como os condomínios fechados, subcentros ou shoppings centers. No primeiro caso estamos nos referindo à forma do tecido urbano presente ao longo da região metropolitana, enquanto no segundo caso estamos nos referindo às formas presentes no interior dessa região.

A dispersão modifica a forma da região metropolitana que passa de compacta a dispersa. Uma das consequências dessa mudança é a ampliação da distância entre os extremos do tecido urbano metropolitano, que passa a ser mais disperso e fragmentado, uma vez que é constituído por áreas urbanizadas descontínuas. Assim a forma dispersa do tecido metropolitano implica que além de ser difícil delimitar a região metropolitana, esses limites se tornam cada vez mais afastados entre si. Se considerarmos como parâmetro não o tecido metropolitano, e, portanto a área metropolitana, mas a integração espacial e com isso a região metropolitana essa situação se intensifica. Uma vez que em uma região metropolitana dispersa, a integração espacial não necessariamente estimula a expansão territorial, podemos ter sempre a integração de novas áreas o que amplia os limites dessa região ainda mais. Ao passo que esses limites se ampliam, criam-se condições propícias para fortalecimento de outros centros à medida que a metrópole fica cada vez mais distante das novas áreas integradas a dinâmica metropolitana.

Por outro lado a reconfiguração da centralidade metropolitana também estimula a dispersão metropolitana, pois essa reconfiguração cria novos centros ou

amplia a centralidade de centros já existentes, produzindo pontos de concentração de atividades terciárias e de concentração/dispersão de fluxos, que modificam e reorientam as estruturas espaciais presentes na região metropolitana. As transformações de centros intrametropolitanos em alguns municípios, relacionadas tanto a transformações físicas e ao recebimento de novas atividades terciárias resulta na ampliação da centralidade dos centros a escala municipal o que gera novos focos de valorização associados à localização dos centros, principalmente pelo interesse das empresas ou das pessoas localizarem se próximos aos centros. Um bom exemplo dessa associação está no fato de que os municípios que tem maior quantidade de shopping centers, variável analisada no capítulo 3.1, são os mesmos que apresentam maior dinamismo na produção imobiliária, o que pode ser constatado pelo aumento da participação na atividade da construção civil. Assim os shoppings ao criarem novos centros em áreas antes não marcadas pela ação das forças centrípetas criam condições para valorização do entorno dessas áreas e, portanto estimulam a dispersão metropolitana a partir desse novo foco de dispersão/integração dos fluxos metropolitanos.

Além de profundamente relacionados esses dois processos são elementos cruciais do processo de reestruturação espacial das regiões metropolitanas. Assim a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana podem tanto ser analisadas separadamente, quanto em sua relação, relação que permite compreender o essencial do processo de reestruturação espacial em curso nas regiões metropolitanas. A reestruturação espacial consiste na transição em direção a uma forma de produção do espaço metropolitano, no qual as regiões metropolitanas passam a ter uma forma cada vez mais dispersa, ao mesmo tempo em que algumas funções centrais presentes na região metropolitana também se dispersam a partir de uma estrutura policêntrica, podendo estar presentes em diferentes centros secundários, enquanto anteriormente algumas dessas funções centrais estavam presentes somente na metrópole.

A dispersão da forma da região metropolitana e das funções centrais presentes na região metropolitana a partir da emergência de uma região metropolitana dispersa e policêntrica podem ser compreendidas como facetas de um mesmo processo de reestruturação espacial que implica em uma alteração na forma de produção do espaço metropolitano. Resumidamente o que temos é uma

transição de uma forma de produção de uma região metropolitana compacta e monocêntrica para uma região metropolitana dispersa e policêntrica, que se evidencia a partir da década de 1970 com o processo de reestruturação espacial das regiões metropolitanas.

A região metropolitana compacta e monocêntrica era marcada por altas densidades populacionais, especialmente na metrópole, mas também em alguns dos municípios metropolitanos. Havia também uma altíssima concentração de atividades econômicas na metrópole, especialmente em relação às atividades terciárias corporativas, já que as atividades industriais apresentavam uma maior tendência à desconcentração. Do ponto de vista do tecido urbano essa natureza compacta aparecia em um menor distanciamento entre os limites da área metropolitana, assim como na presença de vazios urbanos, que poderiam ser ocupados conforme a integração espacial de novas áreas tendia a estimular a expansão territorial na direção dessas áreas. Como consequência desse alto grau de concentração de atividades e população na metrópole, temos a configuração de uma região metropolitana monocêntrica, na qual na metrópole, e especialmente no CBD, se concentram o maior número de funções centrais e principalmente algumas funções centrais que somente são encontradas na metrópole.

A região metropolitana dispersa e policêntrica é marcada por uma redução das densidades demográficas na metrópole e nos demais municípios metropolitanos. Ao mesmo tempo há uma redução do grau de concentração de atividades econômicas na metrópole, redução que varia de acordo com o grau de concentração anterior na metrópole e com a intensidade da dispersão. Essa desconcentração irá ocorrer mesmo em relação a algumas das funções centrais que antes eram encontradas em grau significativo de concentração apenas na metrópole. Em relação ao tecido metropolitano esse irá apresentar uma forma crescentemente dispersa, com a indefinição dos limites da região metropolitana e a produção de áreas urbanizadas descontínuas que mesmo ao se expandirem não tendem necessariamente a integrar o tecido urbano metropolitano. Tais transformações criam as condições para uma dispersão das funções centrais presentes na região metropolitana, a partir do qual surgem centros secundários capazes de concentrar uma grande diversidade de funções centrais além de apresentar algumas funções que antes eram encontradas apenas na metrópole. A

transição de uma região metropolitana compacta e monocêntrica para uma região dispersa e policêntrica, se dá a partir de um processo de reestruturação espacial, que tem seu marco inicial na década de 1970, mas cujo ritmo e desenvolvimento se dá de formas distintas de acordo com a região metropolitana considerada.

A região metropolitana do Rio de Janeiro pode ser considerada quase como um exemplo modelar de região metropolitana compacta e monocêntrica, uma vez que o grau de concentração de população e atividades econômicas em relação à região metropolitana e mesmo em relação ao Estado do Rio de Janeiro foi historicamente muito elevado. Assim tínhamos uma grande concentração populacional na metrópole e em um patamar bem inferior em alguns outros municípios metropolitanos, que se refletia em altas densidades demográficas, especialmente em algumas áreas da metrópole, que devido a grande ampliação do preço da terra tendiam a verticalização. O caráter compacto da região metropolitana que se forma no entorno da cidade do Rio de Janeiro é revelado de forma bastante evidente a partir da constatação de que a expansão territorial se dá a partir de eixos que convergem para a metrópole. O significado teórico desse fato pode ser compreendido da seguinte maneira: o grau de concentração na metrópole era tão grande que nenhum processo de urbanização poderia ocorrer sem manter vínculos muito estreitos com a metrópole, uma vez que a metrópole concentra praticamente toda a oferta de emprego, e por isso a expansão territorial se limitará a eixos que partem da metrópole.

A expansão territorial em eixos irá conformar uma metrópole altamente compacta, não apenas pelas altas densidades demográficas em algumas áreas da metrópole, mas também devido a grande concentração de população na metrópole em relação à região metropolitana. Relacionada a essa forma bastante compacta de produção do espaço teremos a configuração de uma região metropolitana monocêntrica, com alto grau de concentração de atividades terciárias na metrópole, especialmente no CBD, ao passo que os subcentros existentes em outros municípios metropolitanos, terão uma concentração e diversificação menor de atividades terciárias, atendendo, portanto uma demanda de bens de uso mais frequente da população do entorno desses municípios, enquanto a metrópole se especializa no oferecimento de bens de uso menos frequente e também serviços voltados ao atendimento das necessidades das empresas.

Como vimos no capítulo 1.3 e no capítulo 2.1, como consequência da dispersão metropolitana, tivemos uma redução da concentração da população na metrópole em relação à região metropolitana. Assim a dispersão se efetivou tendo como resultado uma desconcentração populacional na metrópole. Além da redistribuição da população metropolitana pudemos constatar também uma tendência de desconcentração das atividades econômicas da metrópole em direção a alguns municípios metropolitanos. Dentro desse contexto, percebemos uma redistribuição das atividades terciárias, na qual alguns municípios passam a concentrar uma maior quantidade e diversidade de atividades terciárias, além de apresentar um aumento no grau de concentração das atividades terciárias voltadas ao atendimento das necessidades das empresas. Essa descentralização de atividades terciárias leva a constituição de centros secundários, e a formação de uma região metropolitana policêntrica.

Esse processo de desconcentração, que leva a transformação da região metropolitana em dispersa e policêntrica é ainda bastante limitado, o que era de se esperar considerando o histórico de concentração na metrópole, que faz com que a reversão dessa concentração se dê em um ritmo não tão acelerado. Nesse sentido para perceber a evolução da região metropolitana do Rio de Janeiro em direção a uma região metropolitana dispersa e policêntrica, é importante perceber a evolução dos dados uma vez que sua interpretação permite concluir pela ruptura da histórica tendência de concentração na metrópole e sua reversão em uma direção contrária.

Essa tendência de desconcentração, que percebemos tanto na dispersão metropolitana quanto na reconfiguração da centralidade metropolitana é o que permite pensar esses dois processos como integrantes da reestruturação espacial contemporânea. Isso porque tanto a dispersão quanto a reconfiguração da centralidade levam a produção de um espaço metropolitano mais desconcentrado e ao mesmo tempo intensamente articulado, mormente em uma escala regional. Esse espaço metropolitano que se configura a partir da reestruturação espacial possui uma dimensão regional, é disperso, policêntrico, intensamente fragmentado e articulado a escala regional. Regional porque a produção do espaço não se dá mais na escala da cidade, mas na escala da região metropolitana, que aparece como uma unidade na diversidade. Disperso pela ampliação das distâncias entre os extremos da região e pela produção de áreas urbanizadas descontínuas assim como dos

enclaves. Policêntrico a partir da redistribuição das funções centrais que permite o surgimento de centros secundários. Fragmentado por ser um espaço metropolitano altamente heterogêneo, sem continuidade funcional e social entre as áreas que compõem a região metropolitana, uma consequência direta da produção imobiliária a partir de enclaves. E ao mesmo tempo articulado em uma escala regional, predominantemente a partir de uma lógica topológica, que interliga os diferentes fragmentos constituindo a unidade que é a região metropolitana.

Assim a reestruturação espacial na região metropolitana Rio de Janeiro pode ser caracterizada como um ponto de ruptura na histórica tendência de contínua concentração de população e atividades econômicas na metrópole, e a reversão dessa tendência em uma direção praticamente oposta: uma tendência de contínua desconcentração de população e atividades econômicas da metrópole em direção a alguns municípios metropolitanos. Essa tendência de desconcentração, embora possa se dar em um ritmo lento se comparado com a de outras regiões metropolitanas, foi amplamente comprovada pela análise realizada ao longo do trabalho. A tendência de concentração resultou na formação de uma região metropolitana compacta e monocêntrica enquanto a tendência de desconcentração resulta na formação de uma região metropolitana dispersa e policêntrica.

Essa reestruturação espacial que se expressa a partir da dispersão metropolitana e da reconfiguração da centralidade, representa um ponto de ruptura, tanto por indicar uma mudança na tendência histórica de concentração de atividades econômicas e população na metrópole, tanto por representar uma mudança na forma de produção do espaço na região metropolitana do Rio de Janeiro. Num primeiro sentido temos um ponto de ruptura ao passo que tínhamos uma tendência de contínua concentração de população e atividades econômicas na metrópole. No início do capítulo 2, por exemplo, apresentamos uma tabela cuja análise demonstrava um contínuo aumento da participação da população da metrópole no total da população, não apenas da região metropolitana, mas de todo o estado do Rio de Janeiro, sendo que na década de 1950 a metrópole concentrava mais de 50% de toda a população do estado. Por outro lado todos os dados analisados ao longo do trabalho, especialmente nos capítulos 1.3, 2.1 e 3.1, referentes ao período marcado pela recuperação econômica da metrópole, apontam para uma tendência de contínua desconcentração de população e atividades econômicas da metrópole

em direção a alguns municípios metropolitanos. Nesse sentido temos uma inversão de uma tendência histórica, inversão essa diretamente relacionada ao processo de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nesse sentido tem pouca importância o ritmo em que se dá essa mudança de tendência em direção à desconcentração, ou se ela se dá num ritmo inferior ou superior a de outras regiões metropolitanas em que se deu a tendência de concentração. A simples identificação desse ponto de ruptura comprova de maneira evidente que temos uma mudança na forma de produção do espaço metropolitano e, portanto um processo de reestruturação espacial. E isso por um motivo muito simples: a região metropolitana compacta e monocêntrica existia a partir de uma forma de produção do espaço que constantemente reproduzia essa região como compacta e monocêntrica conforme ela se expandia. Assim as características dessa região não eram dadas de uma vez por todas, mas constantemente reproduzidas à medida que o espaço era produzido e era justamente isso que caracterizava o que denominamos forma de produção do espaço metropolitano. Assim características como a grande concentração populacional e altas densidades demográficas em algumas áreas da metrópole são constantemente reproduzidas a partir da produção da região metropolitana compacta e monocêntrica.

Portanto, subjacente à realidade visível, ou seja, a região metropolitana compacta e monocêntrica está uma forma de produção do espaço metropolitano que constantemente reproduz cada uma das características de uma região compacta e monocêntrica, características essa que aparecem, no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, na tendência de contínua concentração de população e atividades econômicas na metrópole e na expansão territorial em eixos. Essa forma de produção do espaço é caracterizada por ser altamente concentradora e seletiva espacialmente, e na região metropolitana do Rio de Janeiro, ela se apresentou em uma versão particularmente intensa, criando um grau de concentração na metrópole extremamente intenso.

Esse extremo grau de concentração começa a se reverter uma vez que constatamos a partir da análise realizada ao longo do presente trabalho, um ponto de ruptura em relação a essa tendência que nos leva a considerar que estamos diante de um novo modo de produção do espaço metropolitano. Essa nova forma de produção do espaço, que emerge a partir da reestruturação espacial

contemporânea, leva ao surgimento de uma região metropolitana mais dispersa e policêntrica, e, portanto com características muito diferentes da antiga forma de produção do espaço metropolitano. No entanto, as características tanto da região metropolitana compacta e monocêntrica quanto da região dispersa e policêntrica são resultado e condicionante de um processo de produção do espaço, que ocorre, no entanto, não de forma aleatória, mas segundo certos padrões ou tendências que configuram aquilo que denominamos forma de produção do espaço metropolitano.

Assim podemos afirmar retomando uma citação feita anteriormente no capítulo 2.1, que “em lugar da forma compacta da cidade (...) existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social” (GOTTDIENER, 1993, 14). Essa transformação representa o âmago da reestruturação espacial que está em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro, como foi fartamente comprovado ao longo do trabalho, e aparece, por exemplo, na inversão da tendência de concentração econômica e populacional na metrópole. O que temos, portanto, é uma mudança na forma de produção do espaço na região metropolitana do Rio de Janeiro, de maneira semelhante ao descrito no texto acima que analisa a transição de um espaço urbano compacto e monocêntrico para um espaço urbano disperso e policêntrico.

Nesse ponto, portanto, temos elementos suficientes para retomar a hipótese do trabalho, agora não mais como hipótese mais como uma afirmativa: a recuperação econômica ocorrida a partir do final da década de 1990 na região metropolitana está diretamente associada à dispersão metropolitana e reconfiguração da centralidade metropolitana. Esses dois processos constituem duas das facetas mais importantes da reestruturação espacial dessa região metropolitana. A ocorrência conjunta desses processos permite afirmar que a região metropolitana do Rio de Janeiro passa por um processo de reestruturação espacial, que aponta para a transição de uma região metropolitana compacta e monocêntrica para uma região dispersa e policêntrica.

Essa reestruturação espacial implica, portanto, numa mudança na forma de produção do espaço metropolitano. Ao compararmos essas duas formas de produção do espaço metropolitano, podemos perceber que ambas representam modalidades bem distintas de produção do espaço e nesse sentido as

características de cada uma dessas formas são muito diferentes. Na primeira forma de produção temos que a forma da região metropolitana é compacta, e sua produção se baseia na criação de áreas contínuas, como os bairros ou zonas industriais, por exemplo, enquanto as funções centrais se concentram na metrópole, especialmente no CBD, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, ou seja, a metrópole concentra a maior parte das funções centrais além de algumas funções que somente são encontradas na metrópole, concentração que resulta na criação de uma estrutura monocêntrica de centros. Na segunda forma de produção temos que a forma da região metropolitana é dispersa e sua produção se baseia na criação de enclaves e outras formas de urbanização que culminam na criação de áreas urbanizadas descontínuas, enquanto as funções metropolitanas são reorganizadas e redistribuídas, processo que denominamos reconfiguração da centralidade metropolitana, levando a diversificação de alguns centros metropolitanos que se configuram como centros secundários, o que resulta na configuração de uma região metropolitana policêntrica.

Essa reestruturação espacial está definitivamente em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro e representa para essa região um ponto de ruptura em relação ao padrão histórico de metropolização, que a tornou um modelo exemplar de região metropolitana compacta e monocêntrica. Tal reestruturação espacial está diretamente relacionada com a reestruturação produtiva, conforme discutido nos capítulos 3 e 3.1. Retomando essa discussão, podemos associar diretamente o fordismo e sua necessidade de concentração de fatores produtivos para gerar economias de escala com a produção de uma região metropolitana fortemente compacta e, portanto concentrada. Nesse sentido, no fordismo temos uma associação direta entre as economias de escala, internas a firma, e as economias de aglomeração, externas a firma, mas necessárias à efetivação das economias de escala obtidas com a produção em massa e as economias de urbanização, também externas a firma e resultantes da sinergia derivada da associação entre firmas de diferentes ramos, o que resultará na constituição de aglomerações urbanas compactas que viabilizarão o desenvolvimento do fordismo, e entre essas aglomerações, as regiões metropolitanas se destacam pelo grau de concentração de atividades econômicas e população.

Como discutido no capítulo 3, as economias de escala são aquelas obtidas dentro uma empresa quando se aumenta a escala de produção, diminuindo, portanto os custos de produção por unidade de produto. As economias de aglomeração são aquelas obtidas pela aglomeração de empresas do mesmo ramo ou de ramos semelhantes que ao estarem próximas uma das outras, podem aproveitar uma infraestrutura e um mercado de trabalho em comum, por exemplo, reduzindo seus custos de produção. As economias de urbanização referem se a sinergia provocada pela reunião de diferentes atividades econômicas em um espaço relativamente restrito. No fordismo temos uma relação direta entre essas três formas de economia, sendo que, portanto esse sistema produtivo se traduziria em uma forma de produção do espaço extremamente compacto com grande concentração de atividades econômicas e população que irá se manifestar, por exemplo, na formação de uma região metropolitana compacta e monocêntrica.

A partir da reestruturação produtiva, se configura um novo sistema produtivo que do ponto de vista espacial é ao mesmo tempo mais disperso e integrado a escala mundial. Nesse sistema não há mais uma necessidade tão forte de economias de aglomeração para se obter as economias de escala necessárias a ampliação da produção, pois mesmo com a produção dispersa em unidades de menor porte em comparação com o fordismo, é possível obter as economias de escala a partir da integração entre as unidades produtivas com o uso das tecnologias de transporte e telecomunicações. Essa natureza mais dispersa do sistema produtivo será traduzida a partir da reestruturação espacial com a formação de uma região metropolitana dispersa e policêntrica.

A dispersão da forma metropolitana e a redistribuição das funções centrais com a emergência de uma estrutura policêntrica são expressões diferentes de uma região metropolitana cada vez mais dispersa e, portanto, com redução dos níveis de concentração de população e atividades econômicas na metrópole. Essa tendência de redução do grau de concentração na metrópole é ao mesmo tempo condição e condicionante dessa reestruturação espacial. Isso ocorre porque ao passo que temos essa desconcentração na metrópole, temos uma reconcentração em alguns municípios metropolitanos. Isto é claramente visível em relação à reconfiguração da centralidade metropolitana, em que a descentralização de funções centrais antes encontradas apenas na metrópole em direção a alguns municípios metropolitanos,

permite que estes se constituam em centros secundários, sendo que conforme avançam em seus próprios processos de centralização a partir do acúmulo de economias de aglomeração criam condições para a atração de novas atividades reforçando a centralidade desses centros secundários e, portanto, a policentralidade da região metropolitana.

Apesar de serem aspectos distintos de um mesmo processo de reestruturação espacial a dispersão metropolitana e a reconfiguração metropolitana tem sido analisada a partir de perspectivas e referenciais teóricos bastante distintos, sem que se busque compreender essas facetas em sua relação com a reestruturação espacial. De forma geral percebe-se que há uma consciência de que a dispersão metropolitana está associada à policentralidade, mas sem que se explore de forma mais profunda essa relação. Nesse sentido acreditamos que o presente trabalho ao apresentar a dispersão metropolitana e a reconfiguração como facetas da reestruturação espacial metropolitana se coloca como uma contribuição importante às pesquisas sobre a realidade metropolitana na atualidade.

BIBLIOGRAFIA.

- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nessa tese partimos da hipótese de que a região metropolitana do Rio de Janeiro estaria passando por um processo de reestruturação espacial, diretamente associada à recuperação econômica dessa região que se manifesta a partir da metade da década de 1990. Ao longo do desenvolvimento da tese e tendo em mente esse objetivo partimos no capítulo 1, para uma discussão sobre o processo de metropolização sempre tendo como foco a região metropolitana do Rio de Janeiro e apresentando ainda os conceitos de estruturas, formas e funções, ferramentas analíticas para a compreensão da reestruturação espacial. Nos dois capítulos posteriores, 1.1 e 1.2, descrevemos respectivamente o processo de formação da região metropolitana do Rio de Janeiro e a crise metropolitana que se desenrola ao longo da década de 1980.

A importância desses dois capítulos está em formar um quadro geral do processo de metropolização e industrialização dessa região no sentido de contrapor esse quadro com as transformações recentes. O capítulo 1.3 é aquele que apresenta essas transformações recentes relacionados a uma série de grandes investimentos públicos e privados que o estado e a região metropolitana do Rio de Janeiro vêm recebendo desde meados da década de 1990. Nesse sentido este é um capítulo chave da tese e também um capítulo de transição entre a discussão histórica e os capítulos relacionados explicitamente com a discussão da reestruturação espacial. No final desse capítulo elencamos as facetas do processo de reestruturação espacial: a dispersão metropolitana e reconfiguração da centralidade metropolitana.

Os dois capítulos da parte 2 analisam o processo em que se dá transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro de uma região compacta a dispersa. Tal processo envolve uma redução nas densidades demográficas, sensíveis alterações nas estruturas, formas e funções espaciais bem como surgimento e disseminação de novas formas como ocorre com os enclaves. Essa transformação indica também uma ruptura a partir do momento em que temos uma região metropolitana que era produzida como compacta e passa a ser produzida como dispersa. Os dois capítulos da parte 3 analisam o processo de reconfiguração da centralidade metropolitana que leva a emergência de uma região metropolitana crescentemente policêntrica. Esse processo envolve uma redistribuição das funções

centrais, adensamento de funções centrais em alguns municípios metropolitanos e intensificação da centralidade desses municípios, além de uma tendência a especialização funcional ou socioeconômica dos centros intrametropolitanos, sendo que os próprios centros nessa escala tendem a se apresentar, em muitos casos, com uma forma mais dispersa.

A um nível mais superficial de análise essas duas facetas do processo de reestruturação espacial podem aparecer como processos distintos e grandemente independentes um do outro. E de fato, como apontamos no capítulo 3.1 e no capítulo 4, as bibliografias sobre a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana tem tido desenvolvimentos paralelos e largamente independentes, nos quais os autores relacionados a uma temática tendem a ignorar a produção dos autores relacionados à outra temática. No entanto, como discutimos no capítulo 3.1 e novamente no capítulo 4, a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana estão conjuntamente no âmago da reestruturação espacial contemporânea, não apenas por que se desenvolvem no mesmo período, mas porque ambas as facetas apontam para a constituição de uma região metropolitana mais desconcentrada, mais dispersa, mais esgarçada e também mais fragmentada embora articulada em uma escala regional.

Nesse sentido em direção oposta ao que a aparência dos fenômenos descritos pode nos levar a crer, a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana são facetas constitutivas de um processo de reestruturação espacial que tende a constituir uma região metropolitana crescentemente mais dispersa e policêntrica, sendo que quando falamos em dispersão estamos nos referindo ao esgarçamento da forma da região metropolitana que se desenvolve associada ao policentrismo que não deixa de ser também uma dispersão das funções centrais embora ocorra a partir da reconcentração dessas funções em alguns centros específicos e o objetivo do capítulo 4 era justamente demonstrar a profunda relação entre essas duas facetas e como elas em conjunto nos permitiam compreender a reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, interpretamos a existência da reestruturação a partir da identificação de um ponto de ruptura na histórica tendência de concentração de atividades econômicas e população na

metrópole e sua inflexão a partir de uma desconcentração que se dá à medida que essa região se torna crescentemente mais dispersa e policêntrica.

Podemos, portanto afirmar que o presente trabalho permitiu comprovar que a dispersão e a reconfiguração da centralidade metropolitana são facetas da reestruturação espacial contemporânea e que essa se manifesta na região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de um ponto de ruptura na histórica tendência de concentração econômica e populacional na metrópole. Isto posto, acreditamos ter apresentado o essencial do desenvolvimento do argumento dessa tese e a contribuição de cada um dos capítulos em relação ao objetivo geral da pesquisa. Vamos nos ater agora dois aspectos interessantes para avaliarmos possíveis desdobramentos futuros da tese: sua contribuição para o debate sobre a reestruturação espacial e as questões para novas pesquisas advindas desse trabalho. Obviamente ao fazer isso não estamos querendo furtar aos leitores dessa tese no futuro o papel de crítica e avaliação dela, no sentido de definir sua importância para o campo científico a que ela está atrelada. Apenas vemos esse momento como um esforço intelectual no sentido de destacar alguns aspectos que consideramos relevantes desse trabalho de pesquisa, e que poderiam passar despercebidos sem esse destaque. Acreditamos que a contribuição da presente pesquisa sobre a reestruturação espacial está especialmente em quatro aspectos distintos: em primeiro lugar no conceito de forma de produção do espaço e na compreensão de que a reestruturação espacial se dá quando temos uma mudança na forma de produção do espaço metropolitano; em segundo lugar na compreensão de que a reestruturação espacial tem uma fase destrutiva e outra construtiva; em terceiro lugar a afirmação de que a reestruturação espacial contemporânea tem como principais facetas a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana; em quarto lugar a utilização dos conceitos de forma, função e estrutura para a análise da reestruturação espacial.

O conceito de forma de produção do espaço metropolitano, desenvolvido nesse trabalho é fundamental para a compreensão da reestruturação espacial. Tal conceito parte da compreensão de que a metropolização não se desenvolve de forma aleatória, mas que segue certos padrões geo-históricos, alinhados com as necessidades do capitalismo em cada momento, e que permitem, portanto, uma periodização da evolução das formas de produção do espaço metropolitano. A

passagem de uma forma de produção do espaço metropolitano a outra é marcada por um processo de reestruturação espacial, que sempre se dá a partir de permanências e rupturas em relação aos elementos da antiga e da nova forma de produção do espaço.

No presente trabalho analisamos a passagem de uma forma de produção do espaço metropolitano marcado por uma tendência de concentração de população e atividades econômicas na metrópole, o que leva a que a região metropolitana tenha uma forma compacta e que as funções centrais se concentrem na metrópole levando a configuração de uma região metropolitana monocêntrica, a uma forma de produção do espaço metropolitano marcada por uma tendência de desconcentração de população e atividades econômicas da metrópole, o que leva a que a região metropolitana tenha uma forma dispersa e ao mesmo tempo passe a se caracterizar por uma tendência de desconcentração da população e atividades econômicas na metrópole, resultando em que a região metropolitana tenha uma forma dispersa e que as funções centrais se descentalizem na direção de alguns municípios metropolitanos que se configuram como centros secundários levando ao surgimento de uma estrutura policêntrica.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro essa mudança na forma de produção do espaço aparece claramente quando identificamos um ponto de ruptura no padrão histórico de contínua concentração de população e atividades econômicas na região metropolitana, que permite que quatro municípios metropolitanos assumam a posição de centros secundários dentro da estrutura de centros da região metropolitana. Outro aspecto importante para a pesquisa sobre a reestruturação espacial é a compreensão, de que a reestruturação se dá em uma fase destrutiva e outra construtiva. A fase destrutiva, como o próprio nome indica, representa um momento de intensas transformações nas estruturas, formas e funções metropolitanas que podem aparecer, por exemplo, no abandono de grandes áreas que não satisfazem mais as necessidades de reprodução do capitalismo.

A fase construtiva, por outro lado, se refere ao momento no qual começa a se esboçar uma nova forma de produção do espaço condizente com as novas necessidades do capitalismo, a partir de uma complexa mistura de elementos da antiga e da nova forma de produção do espaço, a partir do qual se evidenciam as rupturas e permanências que caracterizam esse momento. A fase construtiva

também é marcada por intensas transformações nas formas, funções e estruturas espaciais, mas agora essas transformações não se dão num caráter defensivo ou mesmo como resultado do abandono de áreas cuja configuração territorial não interessa mais ao capital, mas sim num caráter proativo no qual uma série de investimentos recebidos já são produzidos segundo essa nova forma de produção do espaço metropolitano, o que muitas vezes está associado ao surgimento de novas formas espaciais que se mesclam com as antigas formas que permanecem e muitas vezes se refuncionalizam. É na fase construtiva, portanto, que a reestruturação espacial aparece mais claramente, embora se não houvesse uma fase destrutiva anteriormente a reestruturação não ocorreria.

Em relação à reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro, sua fase destrutiva se desenvolveu ao longo da década de 1980, período marcado pela desindustrialização regressiva dessa região e que foi analisado no capítulo 1.2. Já a fase construtiva se inicia a partir da segunda metade da década de 1990, período marcado pela recuperação econômica da região metropolitana, a partir do recebimento de grandes investimentos e que foi analisado no capítulo 1.3. O terceiro aspecto se refere à relação entre a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade metropolitana como facetas da reestruturação espacial contemporânea.

Como discutimos ao longo do trabalho a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade na direção do policentrismo, são facetas distintas e complementares relacionadas a uma forma de produção do espaço metropolitano que leva a que as regiões metropolitanas sejam cada vez mais dispersas e com menor grau de concentração econômica na metrópole. Assim, embora as bibliografias sobre a dispersão metropolitana e sobre o policentrismo sejam diferentes e com praticamente nenhum diálogo entre si, possuindo inclusive referenciais teóricos distintos, a dispersão e o policentrismo são facetas de um mesmo processo de reestruturação espacial. Justamente por isso, o presente trabalho ao analisar esses dois processos como facetas da reestruturação espacial busca ser uma contribuição para a compreensão desse processo.

Outra contribuição da pesquisa é a utilização do conceito de estruturas, formas e funções na análise da reestruturação espacial contemporânea. Tais conceitos remetem diretamente a forma como se dá a produção do espaço e são

úteis tanto para uma abordagem histórica da evolução do processo de metropolização, da maneira que os utilizamos na parte 1 desse trabalho, com o intuito de analisar a formação da região metropolitana e as consequências da crise e da recuperação econômica nas estruturas, formas e funções espaciais presentes na região metropolitana, quanto para a análise da reestruturação espacial contemporânea conforme o utilizamos na parte 2 e 3 desse trabalho. Tais conceitos são metodologicamente úteis para a análise espacial uma vez que remetem a diferentes aspectos da organização do espaço diretamente relacionados à forma de produção do espaço.

Não há produção do espaço metropolitano que não se dê a partir da criação e alterações nas estruturas, formas e funções espaciais presentes na região metropolitana. E, portanto, os conceitos de estrutura, formas e funções espaciais são úteis no sentido de auxiliar a compreensão da maneira como se dá a produção do espaço em um determinado momento e local. A análise de tais conceitos, em seu devido, permite iluminar aspectos da produção do espaço que não seriam passíveis de serem compreendidos sem a utilização desses conceitos. A policentralidade como elemento de uma forma de produção do espaço metropolitano, por exemplo, pode ser definida como uma redistribuição das funções centrais presentes na região metropolitana, associada à dispersão da forma da região metropolitana e que se materializa a partir do surgimento de uma estrutura policêntrica de centros nessa região.

A partir desse trabalho podemos perceber alguns desdobramentos que poderão ser explorados em pesquisas posteriores. Especificamente em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro uma primeira possibilidade refere-se a uma análise mais qualitativa das características dos quatro centros secundários identificados nesse trabalho, em escala municipal e principalmente intrametropolitana. Essas pesquisas poderiam analisar em que sentido esses os centros intrametropolitanos que se desenvolvem nesses municípios são marcados por uma especialização funcional ou social ou pela dispersão da forma dos centros metropolitanos, por exemplo.

Do ponto de vista teórico existem diversos aspectos que merecem ser aprofundados em trabalhos posteriores. Um deles se refere à relação entre as diferentes formas de produção do espaço metropolitano, sendo que seria bastante

útil desenvolver uma periodização dessas diferentes formas associando as mudanças no capitalismo ao longo do tempo. Trata-se sem sombra de dúvida de uma tarefa desafiadora e complexa, mas indispensável para refinar o conceito de forma de produção do espaço e compreender sua validade como instrumento para a análise da variação histórica das formas de produção do espaço.

Outro aspecto que merece ser mais bem explorado são as relações entre a dispersão metropolitana e a reconfiguração da centralidade no contexto da reestruturação espacial contemporânea. No presente trabalho realizamos uma análise geral dessa relação mostrando que são aspectos distintos de um mesmo processo de reestruturação espacial, mas obviamente existem muitos pontos dessa relação que podem ser explorados posteriormente, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Outro aspecto que merece aprofundamento é a relação entre a produção do espaço e as estruturas, formas e funções espaciais, seja num contexto de reestruturação espacial, seja num contexto de reprodução de uma forma de produção do espaço metropolitano, que obviamente se dá com alterações nas formas, funções e estruturas espaciais mesmo que com um ritmo e intensidade menor.

Tal relação é essencial no sentido de operacionalizar o conceito de produção do espaço, com o intuito de aproximar esse conceito da realidade das pesquisas sobre esse processo, já que permite identificar semelhanças e diferenças nos padrões de produção do espaço em diferentes locais. Assim os conceitos de estruturas, formas e funções permite contextualizar histórica e geograficamente o conceito de produção do espaço, passando, portanto de uma conceituação abstrata para uma mais particular e variada e nesse sentido mais próxima das pesquisas sobre locais específicos.

Esse trabalho, portanto, almeja ser uma contribuição à compreensão da reestruturação espacial como um momento do processo de metropolização marcado por uma mudança na forma de produção do espaço metropolitano. Essa reestruturação espacial contemporânea é marcada pela dispersão metropolitana e pela reconfiguração da centralidade metropolitana e se manifesta, na região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de um ponto de ruptura na histórica tendência de concentração de população e atividades econômicas na metrópole, com a inversão dessa tendência na direção da desconcentração na metrópole e

reconcentração principalmente em alguns municípios metropolitanos que se configuram como centros secundários. Assim esperamos que esse trabalho de pesquisa, ao comprovar e qualificar a tese proposta na introdução se coloque como uma contribuição às pesquisas sobre a metropolização e a reestruturação espacial contemporânea.